

SOCIEDADE e ESTADO



**INTERAÇÕES:
ESTADO, SOCIEDADE E IDENTIDADE**

SOCIEDADE
e ESTADO

R. Braga
REVISTA SOCIEDADE E ESTADO
UNIVERSIDADE DE BRASILIA
Departamento de Sociologia
ICC Norte B. 1-408
Campus Universitário - Asa Norte
70.910-900 - BRASÍLIA-DF
fone: 273-6571 - Fax 347-3663

COMITÊ EDITORIAL

Brasilmar Ferreira Nunes
Maria Lúcia Maciel
Maria Angélica Madeira
Eurico A. G. C. dos Santos
Caetano E. P. de Araújo

CONSELHO EDITORIAL

Alice Rangel de Paiva Abreu
Barbara Freitag Rouanet
Bruno Lautier
Carlos Benedito Martins
Cesar Barreira
Elimar Pinheiro do Nascimento
Fernando Correia Dias
Gabriel Cohn
Gilberto Velho
Hélgio Trindade
Ivan Sérgio Freire de Souza
José Vicente Tavares dos Santos
Lúcia Lippi de Oliveira
Mike Featherstone
Otávio Guilherme Velho
Renato Ortiz
Silke Weber
Vilma de Mendonça Figueiredo
Wanderley Guilherme dos Santos

PARECERISTAS

Carlos Alberto Pio Costa Filho
Deis Elucy Siqueira
Eduardo Viola
Elisa Reis
Francisco Doratioto
Gilberto Velho
Ilse Scherrer-Warren
Luis Martins
Luis Roberto Cardoso
Marisa Peirano
Mariza Veloso Motta Santos
Wanderley Guilherme dos Santos

Distribuição: EDUNB
Editora EDUNB
CEP: 70910900
Tel.: (061) 307-2389

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

 **CNPq**

 **finep**



INTERAÇÕES:

ESTADO, SOCIEDADE E IDENTIDADE

VOLUME XIII

NÚMERO 2

Julho-Dezembro

1998



SOCIEDADE e ESTADO

Revista semestral de Sociologia
Volume XIII, número 2, Julho-Dezembro 1998

Impresso no Brasil sob a responsabilidade do
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910-900 - Brasília - Distrito Federal

Copyright © 1987 by Departamento de Sociologia da UnB
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.
A Revista não se responsabiliza pelo teor dos artigos assinados.

EDITOR
Brasilmar Ferreira Nunes

PREPARAÇÃO DE TEXTOS
Rosemar Bertelli

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Charles Anderson Rebouças

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Charles Anderson Rebouças

PRODUÇÃO GRÁFICA

ISSN 0102-6992

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia da Universidade de
Brasília - Brasília: O Departamento, 1986 - v.: 20 cm

Semestral

1. Sociologia 1. Universidade de Brasília - Departamento de Sociologia

CDU 301:321(05)

SUMÁRIO

Editorial

Brasilmar Ferreira Nunes, 7

Apresentação

Maria Lúcia Maciel, 9

Artigos

O contrato social ausente

Luiz Carlos Bresser Pereira

Yoshiaki Nakano, 13

China: ¿la via capitalista al socialismo?

Sergio De La Peña, 41 (in memorian)

Estratégias de integração da América do Sul e seus atores

Yves Chaloult, 59

Propaganda política através do rádio nas eleições gerais de 1994 no Brasil: modelos de influência social

Edson Alves de Souza Filho

Ana Paula B. Canabrava

Angel B. Durandegui, 91

À procura de um jornal público

Luiz Martins da Silva, 111

A cultura de museu e a ameaça à identidade nacional na era do GATT

Vera L. Zolberg, 123

Histórias de Vida: O Pioneirismo de Gilberto Freyre

Lina Rodrigues de Faria, 141

Notas de Pesquisa

Volume XIII

Número 2

Juventude, exclusão e identidade

Norma Takeuti, 167

Resenhas

Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura,
de Mariza Veloso & Angélica Madeira
por Thadeu de Jesus e Silva Filho, 191

A arquitetura internacional dos direitos humanos, de José Augusto
Lindgren Alves por Estêvão Ferreira Couto, 195

O Mal-Estar da Pós-Modernidade, de Zygmunt Bauman
por Pablo Macedo Lionço, 201

Ponto de Vista

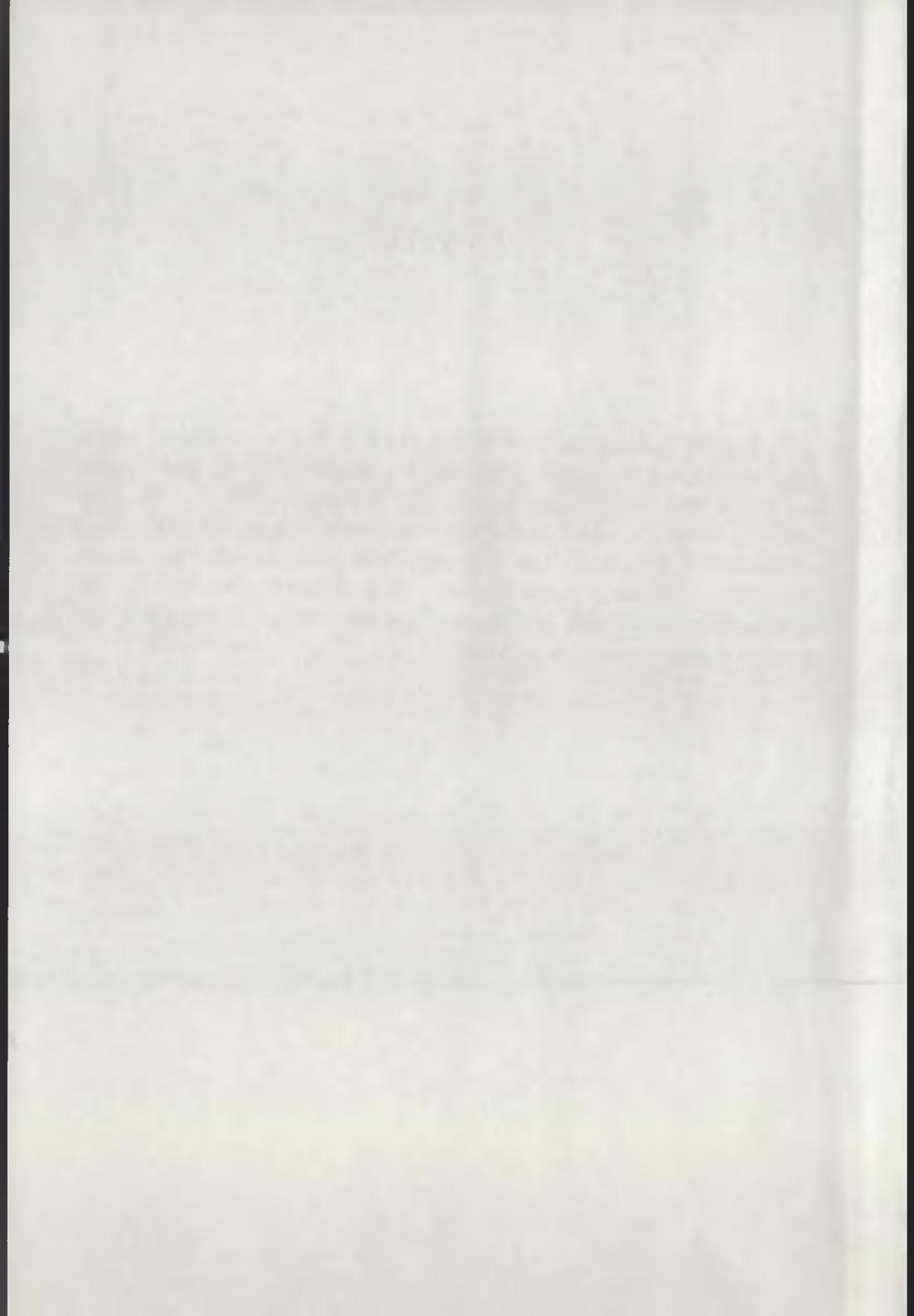
Sociologia, para quê?
Roberto S. C. Moreira, 213

Editorial

O presente número da revista “Sociedade & Estado” é uma seleção de trabalhos que temos recebido e que pelo seu conteúdo não se enquadram nos nossos tradicionais números temáticos. A comissão editorial achou por bem organizá-los nesta edição pois em assim o fazendo estaríamos correspondendo à expectativa e confiança de nossos colaboradores. Sem sombra de dúvidas a qualidade dos textos que vemos sistematicamente recebendo para publicação refletem a seriedade e legitimidade acadêmica que vem caracterizando nossa revista ao longo dos seus 13 anos de existência.

Brasilmar Ferreira Nunes

Editor



Apresentação

Ao contrário do que vimos fazendo nestes últimos anos, este não é um número temático da nossa revista. O que não significa que mudamos de política editorial. Pelo contrário, continuaremos com revistas dedicadas aos mais variados campos da Sociologia: o próximo, já em preparação, será sobre Educação, no qual se debatem as principais questões hoje em pauta no nosso cenário educacional brasileiro (que não são poucas nem simples...!) e mundial.

O que ocorre é que temos recebido — com prazer — artigos instigantes e de alto mérito acadêmico sobre assuntos variados, que nem sempre se adequarem ao espaço aberto por um número temático. Desejando não tolher nossos leitores do prazer que tivemos ao ler esses artigos, nem os autores da oportunidade de colocar suas idéias em debate, decidimos produzir este número “misto”.

Misto ma non troppo. Na verdade, existem algumas preocupações em comum entre alguns destes trabalhos, uma espécie de fio condutor que diz respeito, no fim das contas, a problemáticas que estão hoje — e ainda continuarão por algum tempo — na nossa ordem do dia: estado, identidades, processos de integração nacionais e internacionais.

Tomando como ponto de partida o artigo do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira com Yoshiaki Nakano, veremos que a questão do contrato social discutida por eles abrange questões relativas às fragilidades da democracia e às desigualdades sociais. Se, por um lado, a origem política dos problemas econômicos é insuficiente para explicar o fracasso das reformas governamentais, também a fonte econômica dos problemas políticos não alcança poder explicativo satisfatório para as análises dos problemas brasileiros atuais. Permanece, no fim, uma questão difícil. O contrato social faz-se necessário nos países da América Latina dadas a fragilidade da democracia e as desigualdades sociais; mas como pode uma população tão desigual, sobretudo em termos de níveis

educacionais, ter as condições necessárias para celebrar o contrato social? Sugere-se um contrato social do qual alguns estariam excluídos? Ou o contrato seria, mais uma vez, implementado unilateralmente?

O tema das reformas é também central ao artigo de Sergio de la Peña sobre as que foram implantadas na China nas duas últimas décadas. No contexto do fim dos socialismos europeus e soviético e da reaproximação com os Estados Unidos, ele focaliza as mudanças que tiveram como principal objetivo o aumento dos investimentos no país. Procura entender as perspectivas que se apresentam a partir daí, tanto no sentido de um “socialismo de mercado” quanto de um possível caminho capitalista, indicando como o mundo todo será afetado pela experiência chinesa.

De fato, qualquer análise atual sobre o papel do Estado e sobre suas reformas estruturais não pode prescindir de uma discussão de como os Estados nacionais são afetados pelas relações cada vez mais íntimas entre economias e culturas nacionais, e vice-versa. Assim, o trabalho de Yves Chaloult sobre a integração latinoamericana no contexto da globalização econômica e financeira analisa o papel do Estado diante das perspectivas estratégicas que o desafiam. Ao mesmo tempo, demonstra que não se pode pensar o Estado sem a sociedade que o estrutura e mantém, levando em conta a atuação não só dos Estados, organismos internacionais e empresas transnacionais como também dos movimentos sociais e dos Parlamentos quanto às políticas adotadas nos blocos regionais. Mostrando a relevância da sociedade civil e das instituições legislativas para contrabalançar os efeitos contraditórios do novo regionalismo econômico, destaca — como fizeram também Bresser Pereira e Nakano com relação ao Brasil — a importância do pluralismo e da democracia na região.

Esta relação entre o público e o privado, entre Estado e sociedade, é, fundamentalmente, o fio condutor que nos leva aos dois artigos sobre meios de comunicação. Alves de Souza, Canabrava e Durandegui discutem estratégias de influência política na propaganda eleitoral transmitida pelo rádio e suas repercussões na sociedade. A lógica eleitoral de os candidatos se definirem sempre por oposição ou aproximação aos seus oponentes ignora a cultura política que permeia a sociedade. Esta acaba por representar as propostas políticas de modo discrepante. A campanha que colocou no centro das atenções o Plano Real como pólo de satisfação dos desejos e aspirações da sociedade prejudicou a discussão de outros temas de interesse social.

Luís Martins da Silva discute o paradoxo do jornal como um espaço *público* geralmente de propriedade *privada*. Embora existam emissoras públicas de rádio e televisão, na imprensa escrita não se encontram órgãos públicos — e o autor coloca então a pergunta instigante: Por que não existem

jornais públicos? Na sua tentativa de responder a esta pergunta, o autor discute sociologicamente as definições do que poderiam ser um *jornal público* e um *jornalismo público*. Subjaz esta discussão o tema fundamental da responsabilidade pública ou da responsabilidade civil.

O que está em jogo nestes artigos é, no fim das contas, a relação entre público e privado na difusão das questões nacionais. E esta é também a questão central de Vera Zolberg no artigo sobre museus e identidades nacionais no contexto da internacionalização dos mercados — no caso, os mercados de arte. A autora mostra como a história e a cultura nacionais determinam as diferentes políticas e a legislação sobre proteção e preservação de obras de arte como representação de identidades nacionais. Sua conclusão é que as negociações intracionais e acordos comerciais como o GATT terão que colocar em pauta, no futuro próximo, o comércio internacional de obras de arte.

O artigo de Lina Rodrigues Faria retoma o tema da identidade cultural por outro ângulo: o da discussão da inovação metodológica de Gilberto Freyre no seu uso da história oral e de testemunhos escritos. Ao reunir relatos feitos por pessoas ilustres assim como de indivíduos das classes populares, Freyre inaugurou uma técnica de conhecimento das relações sociais que só mais tarde ganharia relevância entre historiadores e cientistas sociais no Brasil. Talvez mais interessante ainda seja o seu uso flexível de várias técnicas, provando — *avant la lettre* — a eficácia de adequar-se o método ao objeto e aos objetivos do estudo.

A pesquisa de Norma Takeuti sobre juventude, exclusão e identidade remete a alguns temas já discutidos neste número da revista, notadamente os que dizem respeito às desigualdades sociais no Brasil já discutidas por Bresser Pereira e Nakano. Partindo de uma discussão metodológica sobre os eixos de investigação da Sociologia Clínica, a autora aborda o problema dos jovens das periferias urbanas submetidos ao processo de estigmatização e relegação sociais, o que também remete, mais uma vez, à questão do papel do Estado e da relação Estado/sociedade civil.

Se, por um lado, iniciamos o planejamento deste número sem um tema único, percebemos, neste balanço, que ele logrou reunir as preocupações centrais da ciência social atual. Vemos aí o papel do Estado discutido de vários ângulos e perspectivas, na tentativa constante de visualizar e compreender os rumos das transformações que o mundo nos apresenta hoje. Processos de integração regionais e planetários convivem com desintegração social e contradições de todo tipo. A afirmação e reafirmação de identidades nacionais com intensidade proporcional aos impulsos globalizantes manifestam-se nos meios de comunicação, nos museus, em movimentos sociais e refletem-se na ação do

Estado. São temas que convergem hoje numa única problemática, sempre nuclear à relação entre *Sociedade* e *Estado*, não por acaso o nome — mais que adequado — da nossa revista...

Maria Lucia Maciel

O contrato social ausente

Luiz Carlos Bresser Pereira*
Yoshiaki Nakano**

Resumo. O artigo considera que a hipótese da origem política dos problemas econômicos é insuficiente para explicar o fracasso das reformas do governo. Os autores defendem a idéia de um contrato social que garanta a governabilidade e sustente reformas estruturais. A necessidade desse contrato se faz sentir sobretudo na América Latina, dadas a fragilidade da democracia e as desigualdades sociais.

Palavras-chave. Contrato social, política, problemas econômicos, América Latina, sociedade civil.

Conforme a sabedoria convencional recente “os problemas econômicos têm invariavelmente uma origem política”. Outra forma de abordar o mesmo problema é afirmar que os ajustes macroeconômicos e as reformas estruturais falharam, ou não foram completadas, por falta de apoio político. Em consequência, a adoção de políticas sociais compensatórias ou direcionadas é geralmente apresentada como uma estratégia para superar a falta de apoio político. Se esta visão, por um lado, está baseada na realidade, por outro lado ela é imprecisa e contraditória, está contaminada por motivações ideológicas, e freqüentemente serve como desculpa para *policy-makers* incompetentes.

Neste texto, tentaremos esclarecer os diferentes significados e implicações das três proposições apresentadas no parágrafo anterior. Analisaremos a hipótese da origem política dos problemas econômicos, a questão da falta de apoio político para os ajustes e reformas econômicas, e a utilização de programas sociais compensatórios como um meio de superar as dificuldades políticas. Como alternativa à hipótese de que os problemas econômicos têm origem política e à ênfase nos obstáculos políticos às reformas econômicas, iremos propor uma hipótese que poderíamos chamar de “hipótese da ausência de um

* Luiz Carlos Bresser Pereira é Professor de Economia da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

** Yoshiaki Nakano é Professor de Economia da Escola de Administração da FGV.

contrato social": a legitimidade dos governos, que garante a governabilidade e permite que reformas econômicas sejam efetivamente adotadas, depende da existência de um contrato social básico; como este contrato está firmemente constituído nas democracias avançadas, mas é frágil e debilmente pactuado na América Latina, necessita-se, alternativamente, de um pacto político orientado para o desenvolvimento.

Na América Latina, dada a heterogeneidade dessas sociedades, marcadas por profundas desigualdades de renda, a sociedade civil está pouco estruturada e não há um acordo político quanto ao regime econômico prevalecente, especialmente sobre o padrão de distribuição de renda. A solução de longo prazo para esse impasse exige reformas econômicas que tragam como resultado a redução permanente das desigualdades. Outra alternativa para as elites, que tendem a se opor ou trabalham para adiar a adoção de políticas redistributivas, é celebrar, com a classe média e com os trabalhadores, pactos políticos voltados ao desenvolvimento. Essa solução de compromisso tem sido freqüentemente adotada na América Latina, mas, na verdade, depende da retomada do processo de desenvolvimento, cujos pré-requisitos necessários, mas não suficientes, são as reformas orientadas para o mercado — especialmente o ajuste macroeconômico, a estabilização dos preços e a liberalização comercial. Contudo, se o resultado de tais reformas não for a constituição de um Estado mais forte, capaz de implementar políticas sociais e de promover o crescimento econômico, não será possível alcançar-se a governabilidade.

Nossa hipótese é que a crise do Estado, que mais do que qualquer outra coisa caracterizou a América Latina nos anos 80, tornou necessária a adoção de reformas orientadas para o mercado, as quais foram indiscriminadamente identificadas como reformas neoliberais. Apenas por meio dessas reformas será possível superar a crise do Estado na América Latina, reconstruí-lo e resgatar a governabilidade.¹ No entanto, está claro atualmente que essas reformas não são suficientes para retomar o crescimento: isto exige, adicionalmente, que sejam adotadas medidas efetivas para reconstruir o Estado e definir seu novo papel na promoção do crescimento econômico e da distribuição de renda. Por outro lado, é um erro assumir que os economistas e os *policy-makers* sabem perfeitamente quais são as reformas que devem ser levadas adiante — é muito comum ver-se o dogmatismo e a ideologia ortodoxa determinarem o

¹ A crise da América Latina nos anos 80 foi essencialmente uma crise do Estado, cujo entendimento demanda uma "interpretação baseada na crise do Estado" e cujo enfrentamento exige a adoção de reformas social-democratas ou social-liberais. Sobre esse ponto ver Bresser Pereira, Maravall e Przeworski (1993) e Bresser Pereira (1996).

conteúdo das reformas econômicas. Finalmente, é impróprio imputar aos políticos, ou à política, no seu sentido estrito, a responsabilidade pelos problemas econômicos e pelos obstáculos às reformas econômicas. O aumento recente do interesse pela economia política é bem vindo, mas não deveria servir como escusa dar uma racionalidade exógena aos fracassos da política econômica, algo que está implícito nas hipóteses da origem política e dos obstáculos políticos. Esta observação implica que nos tornemos cautelosos em relação a soluções simplistas como as políticas sociais determinadas. A economia e a política estão intrinsecamente ligadas. Problemas econômicos e reformas econômicas sempre têm um conteúdo político. Em alguns casos, políticas sociais determinadas podem ser uma resposta de curto prazo, mas elas não deveriam implicar que as reformas políticas de longo prazo deixem de ser consideradas como reformas políticas que poderiam levar a um verdadeiro contrato social.

Oxhorn e Ducateneiler (1994) dizem que

a maioria das análises recentes sobre o sucesso das reformas econômicas ignoram *porque* os interesses organizados são tão frágeis. A literatura tende a abandonar a sociedade civil como um variável explicatória (...)

Neste artigo, além de criticar a ingenuidade das hipóteses de origem política e dos obstáculos políticos, iremos tentar suprir parcialmente esta lacuna mostrando como, nas débeis democracias latino-americanas, coalizões políticas amplas desempenham um papel estratégico na conexão entre a sociedade civil e o Estado e, portanto, garantem a governabilidade e tornam viáveis as necessárias reformas políticas e econômicas.

1. A HIPÓTESE DA ORIGEM POLÍTICA

A hipótese da origem política para os problemas econômicos pode hoje ser associada ao mesmo paradigma intelectual sob o qual modelos neoclássicos extremamente abstratos são desenvolvidos. A justificativa para isso é clara: como esses modelos assumem que os mercados são capazes de promover a alocação ótima de recursos e de manter equilibrada a economia, os problemas econômicos devem ter uma causa exógena, exterior ao mercado. Esta causa exógena está relacionada à existência de um tipo de poder capaz de interferir no livre funcionamento do mercado. No passado, o tipo de poder distorcivo normalmente enfatizado era o poder monopolista das grandes empresas. Atualmente, o poder político — o poder que se origina do Estado — recebe todas as atenções. Pretende-se que se não fossem as políticas expansionistas e populistas empreendidas pelo governo, se não ocorresse contínuo

crescimento das despesas públicas e seu financiamento inflacionário, se os privilégios que grupos de interesse são capazes de apropriar em razão de seu poder político não existissem, os problemas econômicos também não existiriam, ou seriam minimizados.

Entretanto, esta abordagem perde muito de sua capacidade explicativa quando é descartada a suposição de que os mercados são capazes de coordenar de forma ideal a economia. Neste caso, as crises econômicas deixam de ser apenas o resultado de políticas econômicas equivocadas ou de pressões de grupos de interesses, para serem uma consequência inevitável da dinâmica própria dos ciclos endógenos da economia. Adicionalmente, se forem acrescentados aos modelos econômicos pressupostos sobre externalidades e retornos de escala crescente, equilíbrios múltiplos serão encontrados, alguns deles perversos, consistentes, por exemplo, com a existência de estagnação econômica ou alta inflação.²

Por outro lado, a crença que os problemas econômicos têm uma origem política era um elemento essencial da visão dos economistas clássicos e marxistas. Originalmente, eles nomearam sua ciência como “economia política”. Economia, simplesmente, ou *economics*, em inglês, é um termo que somente foi adotado ao final do século XIX com o surgimento dos economistas neoclássicos, os quais desejavam livrar a ciência econômica de influências e considerações políticas. Hoje a expressão “economia política” identifica uma área intermediária entre a pura economia e a ciência política, área onde os aspectos políticos dos problemas econômicos são levados em consideração. Para os economistas clássicos essa era a ciência econômica propriamente dita — uma ciência que não era apenas um modelo lógico-dedutivo, cujos microfundamentos econômicos os economistas deveriam encontrar e analisar, mas também uma ciência histórica e indutiva, onde o mercado e diversos elementos de poder estão intrinsecamente integrados.

Depois da crise desencadeada pela revolução keynesiana, a economia neoclássica ganhou forças e nos últimos vinte anos recuperou a sua hegemonia. Entretanto, paradoxalmente, a origem política *de facto* para os problemas econômicos ganhou peso neste século. A razão básica para isso foi o decisivo, embora complementar, papel que o Estado assumiu nas economias capitalistas, seja na alocação de recursos ou interferindo na distribuição de renda. Provavelmente, como reação a isso, o *mainstream* econômico e a sabedoria convencional voltaram sua atenção para a política, que foi rapidamente transformada na fonte de todas as desordens econômicas. A mais clara manifestação

² Ver Romer (1989), Grossman (1990), Krugman (1992), Grossman e Helpman (1993).

desse fato foi o surgimento da escola da escolha pública, ou escolha racional — um ramo neoliberal da economia neoclássica que competentemente adotou, como programa de pesquisa, examinar as ações de governo como uma variável endógena. A escola da escolha racional, que tem em James Buchanan, Gordon Tullock, William Niskanen e Mancur Olson seus principais representantes, tomou emprestado da teoria neoclássica o individualismo metodológico. Assim como os agentes econômicos maximizam seus objetivos no mercado, os políticos fazem o mesmo no campo político, que também é visto como um tipo de mercado. Como, de acordo com essa escolha, os agentes econômicos são intrinsecamente egoístas, como não há nenhuma diferença entre a ética dos negócios, onde a perseguição exclusiva do interesse próprio é legítima, e a ética da política, como as idéias de solidariedade e ação coletiva são assumidas como sendo inviáveis para grandes grupos, os políticos e os governantes não têm como objetivo o interesse público, mas sim seus próprios interesses. Esse pressuposto radical justifica sua utópica opção por um estado mínimo.³

Assim, de forma curiosa, economistas políticos no sentido clássico e economistas neoclássicos conservadores convergem para a mesma e óbvia análise — a política tem importância para o campo econômico —, mas suas interpretações da questão permanecem diferentes. Enquanto para os primeiros, a política é uma parte essencial do sistema econômico, para os últimos ela é um obstáculo exógeno (com relação ao mercado) às reformas econômicas e ao equilíbrio macroeconômico. Os economistas políticos podem também ver a política como um obstáculo para o ajuste macroeconômico e para as reformas econômicas estruturais, mas um obstáculo endógeno — um obstáculo decorrente da interação dinâmica entre os fatores políticos e econômicos do mundo real.

A resposta à questão sobre se a origem dos problemas econômicos é política ou exclusivamente econômica depende do conceito adotado quanto aos sistemas econômico e político. Se o sistema econômico é definido apenas como um sistema de mercado auto-regulável, onde indivíduos racionais tomam decisões de produção e de troca, enquanto o sistema político seria entendido como o das relações de poder relacionadas com o Estado, os problemas econômicos teriam essencialmente uma origem política — ou exógena ao campo

³ Para um *survey* sobre a escola da escolha pública, feita por um de seus adeptos, ver Mueller (1976). Esse *paper* foi publicado em um livro de artigos (Buchanan e Tollison, 1984), que, juntamente com Buchanan e Tullock (1962) e com Olson (1965) oferece uma visão geral da escola, que se tornou mais tarde bastante influente entre os cientistas políticos americanos.

econômico. Contrariamente, se o sistema econômico é definido como um sistema de produção e distribuição de renda e riqueza através de determinadas instituições, dentre as quais o mercado, a moeda e o Estado são as principais, a conclusão será oposta. Nesse caso, os mercados são eles próprios instituições, que dependem de outras instituições como a propriedade privada, o sistema jurídico e o sistema monetário. São instituições que existem e funcionam na medida em que são informalmente reguladas pela sociedade e formalmente pelo Estado. De acordo com esse ponto de vista, do qual compartilhamos, os indivíduos conservam um papel essencial enquanto agentes econômicos atuando no mercado, mas as classes sociais são também cruciais na medida em que expressem seus interesses específicos através da regulação social e estatal.

Isto não significa que, para a perspectiva da economia política, economia e ciência política se confundam. Os economistas continuam basicamente preocupados com a produção e a distribuição através do mercado, enquanto os cientistas políticos tratam essencialmente das relações de poder. Significa, no entanto, que o Estado não é exógeno ao sistema econômico. Pelo contrário, é uma parte essencial desse sistema. Se o Estado está em crise, o regime de propriedade privada e o sistema jurídico irão funcionar precariamente; a moeda — uma manifestação da solvência e do crédito do Estado — estará permanentemente sob ameaça; empresários irão restringir seus investimentos e a economia provavelmente entrará em crise.

O oposto é também verdadeiro. Crises econômicas cíclicas — particularmente as decorrentes das chamadas ondas longas — trazem consigo crises políticas. Na fase expansiva do ciclo, sólidas coalizões políticas são formadas, e são rompidas na fase descendente do ciclo.⁴ Nesse caso, temos uma origem econômica para uma crise política. A crise econômica teria suas origens endógenas próprias: períodos recessivos de curto prazo são normalmente consequência de uma ampla e descontrolada expansão; períodos recessivos de longo prazo são resultantes da exaustão de um conjunto de inovações shumpeterianas.

Entretanto, em alguns momentos históricos, a causa de uma crise econômica de longo prazo pode não ser unicamente econômica, mas econômica e política ao mesmo tempo, como são atualmente os casos da América Latina e do Leste Europeu. Se buscarmos pela causa básica dessas crises, a melhor resposta será provavelmente que elas são decorrentes da crise do Estado, desdobrada em: (a) uma crise fiscal do Estado, (b) uma crise do modo de

⁴ Peter Gourevitch, estudando as crises de 1873-96, de 1929-49 e a crise atual, observa: “Nos anos de prosperidade precedentes à crise, uma aproximação política e uma coalizão de apoio se desenvolvem. Instalada a crise, ambas são questionados”. (1986: 21-22)

intervenção (ou da estratégia de desenvolvimento) do Estado, e (c) uma crise de legitimidade, na qual o papel do Estado na economia é contestado.⁵ A crise fiscal do Estado é definida pela perda do crédito público; a crise do modo de intervenção estatal, pela exaustão da estratégia de substituição de importações na América Latina, e da estratégia estatista no Leste Europeu; a crise de legitimização define-se pela deterioração da autoridade e prestígio do Estado, causado pela crise fiscal e pela superação das suas formas de intervenção, e acentuada pela onda neo-conservadora a partir dos anos 70.⁶

O pressuposto que está por trás desse diagnóstico é o de que o Estado tem um importante papel econômico, que ele não tem condições de exercer adequadamente quando está paralisado por uma crise fiscal, pela falta de uma estratégia definida de intervenção e pela falta de legitimidade do governo, dos políticos e da burocracia pública. Devido a essa crise, a capacidade estatal é reduzida, o governo é paralisado ou restringido em suas ações, as coalizões políticas são precárias e instáveis. Entretanto, o fato da crise econômica decorrer da crise do Estado não quer dizer que ela tem apenas uma origem política. Ela tem uma origem econômico-política, pois o Estado também faz parte do sistema econômico.

E o corolário dessa análise é que a solução do problema não está no Estado mínimo, como preconizam os neoliberais, mas sim em um Estado reformado e reconstruído. Quando, nos dias de hoje, as pessoas falam de “reformas econômicas”, referem-se na verdade a reformas do Estado. Ajuste fiscal, privatização, liberalização comercial, desregulamentação deveriam ser vistas, segundo essa tendência, como estratégias para reconstruir um Estado menor mas mais forte.

2. A HIPÓTESE DO APOIO POLÍTICO

Há uma segunda maneira de abordar o mesmo tema. Ao invés de enfatizar a origem da crise, pode-se enfocar a razão pela qual ela não é resolvida. Nesse caso, a afirmação usual é: “as reformas econômicas necessárias não se realizam devido à falta de apoio político”. Por trás desta afirmação há a crença de que para todos, ou para muitos dos problemas econômicos, existe um

⁵ Ver Bresser Pereira (1988, 1990, 1993a). Através desses textos, o autor tenta desenvolver uma explicação para a crise atual, seu caráter cíclico e sua origem básica localizada na crise do Estado.

⁶ Essa onda neo-conservadora ou neo-liberal surgiu na década de 70 como uma resposta ao crescimento excessivo e distorcido do Estado durante os 50 anos anteriores. Entretanto, nos últimos três anos, existem sinais claros de reversão dessa tendência.

conjunto de políticas econômicas que irá resolvê-los, desde que haja um apoio político para tanto. Os obstáculos políticos explicariam o fracasso das reformas econômicas.

A preocupação com os aspectos políticos da inflação pode ser vista como uma antecessora da literatura sobre os obstáculos políticos. Economistas marxistas sempre viram a inflação como uma consequência do conflito político e do poder dos monopólios. Na década de 30, Gardiner Means, Michael Kalecki e Joan Robinson analisaram o ciclo político e a inflação de custos. Nos anos 50 Aujac escreveu sobre a influência de grupos sociais sobre a inflação (1950). A teoria Estruturalista Latino-americana, concebida por Noyola (1956) e Sunkel (1957), e complementada por Rangel (1963) e Pinto (1973), na qual as influências keynesiana e marxista estão presentes, incorpora uma abordagem sociológica e institucional para a inflação. Hirshman (1981) escreveu extensamente sobre esse assunto. Por outro lado, há uma extensa literatura sobre os aspectos políticos da inflação e sua relação com o populismo, começando por Canitrot (1975), O'Donnell (1977) e Hirschman (1978). É, todavia, nos anos 70, que sociólogos e cientistas políticos começam a centrar sua atenção sobre a inflação. Uma extensa literatura é iniciada com três coleções de ensaios: Hirsh e Goldthorpe (1978), Thorp e Whitehead (1979), Lindberg e Mayer (1985).

A partir desse momento, as atenções se concentraram sobre as causas políticas e sociais da inflação. Nos anos 80, após o colapso provocado pela crise da dívida, que rapidamente se transformou em uma crise fiscal, as taxas de inflação se aceleraram nos países altamente endividados. A necessidade de um ajuste fiscal imediato e de reformas estruturais de longo prazo orientadas para o mercado tornou-se evidente. Avolumou-se a pressão dos países desenvolvidos para a tomada de medidas nessa direção. É nesse momento que os cientistas políticos se tornam particularmente interessados na dimensão política da elaboração das políticas econômicas. A hipótese de falta de apoio político será então analisada em vários livros: Nelson, ed. (1989, 1990), Ethier, ed. (1990), Haggard e Kaufman, orgs. (1992), Przeworski (1992), Bresser Pereira, Maravall e Przeworski (1993), Bates e Krueger, orgs. (1993), Smith, Acuña e Gamarra, eds. (1994), Williamson, ed. (1994), e Haggard e Kaufman (1995).

Os economistas, por outro lado, passam a se interessar cada vez mais pelos aspectos políticos do ajuste e da reforma econômica. O populismo econômico foi revisto em duas coleções de ensaios: Bresser Pereira, (ed.), (1991), Dornbusch e Edwards, (orgs.), (1991). Os aspectos políticos da política econômica foram abordados por Williamson (ed.), (1994). A preocupação com o ciclo político e suas consequências sobre as políticas macroeconômicas e com

a resistência política à estabilização, que estava presente desde a década de 70, recebeu novo impulso especialmente com a utilização da teoria dos jogos por economistas pertencentes ao *mainstream*: Alesina (1987), Alesina e Sachs (1988), Alesina e Tabellini (1988), Sachs (1989), Edwards e Tabellini (1990), Alesina e Drazen (1992). Também a literatura sobre o desenvolvimento econômico foi enriquecida pela “nova macroeconomia política”: Cukierman, Hercowitz e Leiderman (orgs.), (1992). Trabalhos de Persson e Tabellini (1992) e Alesina e Rodrik (1992) mostram as relações positivas entre distribuição e desenvolvimento.

Toda essa literatura é bastante interessante. Ela responde a um problema real — os obstáculos políticos às necessárias políticas de ajuste e reformas econômicas. Entretanto, muito dessa literatura apresenta duas limitações: um viés tecnocrático — a idéia que todos os problemas econômicos têm uma solução de política econômica; e uma suposição ingênua — a suposição de que todos os economistas ou *policy-makers* são competentes para realizar os ajustes e as reformas, ou seja, para alcançar a estabilização, apenas não obtendo sucesso devido a um apoio político precário.⁷ Uma abordagem mais realista foi adotada por Williamson e Haggard (1994). Após relacionarem diversas reformas econômicas bem sucedidas, concluíram que não é necessário que haja um consenso político prévio antes delas, ou ao menos para iniciá-las. Em contraposição, descobriram que a existência de uma equipe econômica unida que conte com forte apoio do executivo é um pré-requisito para o sucesso das reformas.

Discutindo sobre as condições para as reformas econômicas, Grindle e Thomaz (1991: 4) apontaram que “grande parte da literatura da ciência política e da economia política (...) concentram, de forma limitada, sua atenção nos obstáculos para a mudança” ou assumem “uma definição estreita de interesse próprio como sendo a base para a ação política”. Considerando essas premissas, perguntam, como, desde a eclosão da crise da dívida, poderiam ter ocorrido as reformas na América Latina, que de fato aconteceram? A resposta de Grindle e Thomas é creditar à elite responsável pelas políticas públicas (líderes políticos e funcionários públicos) desses países uma considerável autonomia política. Nossa resposta, ao contrário, é dupla: no curto prazo sugerimos que isto ocorre quando os custos líquidos da transição para o ajustamento tornam-se negativos, ou, em outras palavras, quando o custo de adiar o

⁷ Bates e Krueger (1993) são explícitos nessa suposição. Após revisarem a experiência de oito países em desenvolvimento, eles concluem que, em nenhum dos casos, falhas de concepção dos programas foram cruciais para os resultados alcançados.

ajuste e as reformas tornam-se maiores que os custos esperados de empreender as reformas.⁸ De fato, em situações de crise aguda, é comum a adoção de reformas econômicas que ainda não apresentam um consenso político por trás delas.⁹ Apenas no longo prazo, as reformas requerem um substancial apoio político — um apoio político que irá legitimar o governo e assegurar a governabilidade. É por isso que, neste trabalho, iremos discutir o papel estratégico das políticas orientadas para o desenvolvimento como forma de substituir o contrato social ausente.

Na literatura sobre os obstáculos políticos para a adoção de políticas econômicas corretas, a teoria do *political business cycle* sempre recebeu especial atenção. Assumindo um mandato político de quatro anos, os políticos iriam ajustar e promover reformas na economia nos primeiros dois anos, criando condições para que, nos últimos dois, adotassem uma política expansionista e conseguissem se reeleger. Esta teoria é simples e sua predição foi repetidamente confirmada na realidade.¹⁰ Entretanto, isso não se aplica a períodos anormais, quando os custos de uma inflação elevada são extremamente altos. Nesses momentos, expansão econômica não traz votos, e tem-se uma reversão do ciclo político: a estratégia política recomendada, para facilitar a reeleição é promover o ajuste econômico controlando a inflação. Na verdade, nessa contingência, políticas fiscal e monetária expansionistas tendem a não ser efetivas para a promoção do crescimento devido à falta de credibilidade do governo. A expectativa dos agentes econômicos será que as políticas expansionistas terão vida curta, assim, não irão investir ou consumir, como fariam em tempos normais dada a mesma política econômica.

3. UMA PREMISSE FALSA

O sucesso das reformas econômicas depende ao mesmo tempo da consistência do programa econômico e de apoio político no longo prazo. Contudo, a política econômica que preconiza as reformas econômicas tende a enfatizar o segundo pré-requisito, quando o primeiro é que é essencial. Um programa econômico baseado em falsas premissas, que adote políticas econômicas equivocadas, está fadado a fracassar. Quando os *policy-makers* de Washington

⁸ Isto ocorre quando os cofres públicos estão vazios, a crise econômica está atingindo custos intoleráveis e a crise econômica é tão aguda que os custos líquidos da transição — isto é, os custos das reformas menos o custo de adiá-las — tornam-se negativos. Não iremos discutir este tema neste trabalho. Sobre essa questão ver Bresser Pereira e Abud (1994).

⁹ Este ponto está fortemente presente em Sachs (1994).

¹⁰ Ver, entre outros, Nordhaus (1975), Soh (1986) e Alesina e Sachs (1988).

escrevem ou falam sobre reformas econômicas que deveriam ser adotadas na América Latina eles normalmente partem do pressuposto de que os programas econômicos que estão oferecendo são consistentes e eficientes. Aceitando-se esta premissa, cientistas políticos do Primeiro Mundo ficam se perguntando porque as reformas são adiadas ou ocorrem de forma incompleta. Eles normalmente erram ao não considerar que essas políticas podem apenas ser equivocadas ou inadequadas.

Um exemplo desse fato é a experiência recente da América Latina e particularmente do Brasil na luta contra a inflação elevada. A existência de políticas econômicas como um fenômeno comum tanto à ciência econômica quanto à ciência política é um fato historicamente novo, datado deste século, especificamente desde a revolução keynesiana. Antes disso, a teoria econômica negava a necessidade de uma política econômica e nem ao menos dispunha de um conjunto relevante de instrumentos de política econômica, enquanto a ciência política não a tinha como objeto de estudo. Depois de Keynes, enquanto governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento utilizavam intensamente instrumentos de política econômica para alcançar o pleno emprego e o crescimento, os economistas neoclássicos negavam os efeitos reais dessas políticas propondo, em contrapartida, regras estáveis e críveis de política econômica. No entanto — de uma forma tecnocrática e otimista — isto não impediu que o *mainstream* econômico assumisse a total efetividade das políticas convencionais de estabilização, quando, freqüentemente, esse não era o caso.

Em uma primeira fase, o pressuposto tecnocrático dos modelos macroeconômicos era que os governos eram entidades exógenas e dotadas de pleno poder. Mais recentemente, dada a sua evidente falta de realismo, essa hipótese foi abandonada, os governos e suas políticas foram endogeneizados, e surgiu a oportunidade para o crescimento da literatura sobre os obstáculos políticos. Entretanto, a tendência tecnocrática permaneceu. Se as políticas econômicas elaboradas para evitar desequilíbrios econômicos fossem consistentemente seguidas, se regras permanentes dotadas de credibilidade fossem adotadas, a estabilização e o crescimento aconteceriam naturalmente. Assim, se uma economia entra em uma trajetória de desequilíbrio, isto é simplesmente consequência do desejo político, assim como depende também do desejo político adotar-se as políticas econômicas corretivas necessárias. Como se desconsidera a possibilidade do desequilíbrio ter origem no próprio campo econômico, a possibilidade de que o fracasso em estabilizar e crescer seja decorrente de um diagnóstico econômico errado e da incompetente elaboração das políticas econômicas é negligenciada.

A estagnação durante os anos 70 e a inflação inercial dos anos 80 desafiaram essa visão. Particularmente na América Latina, onde a teoria neo-estruturalista da inflação inercial foi inicialmente desenvolvida, alguns economistas questionaram as políticas de estabilização convencionais.¹¹ Num segundo momento, a escola neo-keynesiana seguiu a mesma linha de pensamento.¹² Por outro lado, quando, em muitos países latino-americanos e do Leste Europeu, a inflação inercial se transformou em uma hiper-inflação de fato, tornou-se evidente que esse países enfrentavam períodos excepcionais ou anormais — períodos nos quais apenas as políticas monetária e fiscal convencionais são incapazes de controlar a inflação.¹³

Entretanto, quando os cientistas políticos se interessaram pelo tema das relações entre a política e a reforma econômica, embora normalmente reconhecessem o caráter único da inflação inercial e/ou o caráter excepcional da hiper-inflação e da crise fiscal do Estado, eles ignoravam as críticas neo-estruturalistas e neo-keynesianas sobre as políticas econômicas convencionais e assumiam que os economistas sabiam perfeitamente como promover a estabilização. Eles assumiram esse ponto de partida porque compartilhavam da visão ortodoxa e tecnocrática e também porque preferiram não se intrometer em domínio alheio. Agindo dessa forma, sem querer, forneceram um álibi para elaboradores de política econômica fracos e incompetentes, que adotaram uma espécie de determinismo político confortável: é inútil elaborar e implementar reformas econômicas audaciosas, pois não há apoio político para elas.¹⁴

Na verdade, em períodos anormais, quando a crise fiscal do Estado debilita o crédito público e a hiper-inflação ou o processo hiper-inflacionário prevalece, apenas políticas de choque, normalmente incluindo reformas monetárias, são capazes de obter sucesso na estabilização da economia. Se essas políticas são competentemente elaboradas e implementadas corajosamente, elas podem prontamente produzir resultados econômicos positivos e, assim, alcançar um amplo apoio político. Isto foi o que aconteceu quando as inflações iniciais foram controladas em Israel (1985), México (1987) e as hiper-inflações foram

¹¹ Sobre a teoria latino-americana de inflação inercial, ver Pazos (1972), Bresser Pereira e Nakano (1983), Arida e Resende (1984), Lopes (1984).

¹² Ver Bruno, Fischer, Helpman e Leviatan, orgs. (1991) e Mankiew e Romer (1991).

¹³ Para uma crítica às políticas de estabilização convencionais no Brasil, ver Bresser Pereira e Nakano (1984, 1990) e Bresser Pereira (1996: ch. 14).

¹⁴ Isto ocorreu, por exemplo, no Brasil em 1991-92, quando o FMI aprovou um programa de estabilização gradualista e convencional sem sentido, ao invés de sugerir que a inflação de 25% ao mês fosse controlada abruptamente através de uma combinação de políticas ortodoxas e heterodoxas (ver Bresser Pereira, 1996: ch. 15).

extintas na Bolívia (1985), Polônia (1990), Peru (1990), Argentina (1991). Os choques que controlaram a inflação neutralizando a inércia foram “heterodoxos”, aqueles que puseram fim às hiper-inflações foram choques “ortodoxos”.¹⁵ Certamente, na elaboração e implementação de políticas de choque os *policy-makers* levaram em conta e tentaram evitar os obstáculos políticos. Mas, o fator essencial para os resultados positivos não foi somente a eficácia, mas particularmente a eficiência das reformas econômicas.

Em alguns casos as políticas de estabilização fracassaram apenas porque elas eram equivocadas, incapazes de alcançarem as metas anunciadas. Em muitos casos, entretanto, elas poderiam hipoteticamente atingir seus objetivos, mas eram ineficientes, no sentido de implicarem custos de transição não necessários, os quais, mais cedo ou mais tarde, fazem com que o programa de estabilização torne-se inviável politicamente.

4. A ESTRATÉGIA DA COMPENSAÇÃO SOCIAL

Resumindo a discussão apresentada até aqui, as crises econômicas podem ter uma origem política, mas a análise convencional a esse respeito é basicamente inadequada por adotar implicitamente o pressuposto de que os mercados podem, isoladamente, coordenar com eficiência a economia e por associar a maioria dos problemas econômicos a uma causa política. As falhas do mercado e o consequente caráter endógeno dos ciclos econômicos provavelmente continuam sendo a causa mais importante para problemas econômicos. Por outro lado, a existência de obstáculos políticos para o ajuste e as reformas estruturais, embora sejam um fato, têm uma importância mais limitada do que alega a sabedoria convencional, pois o pressuposto implícito de que as políticas econômicas contra as quais existem resistências políticas são corretas e eficientes é, no mínimo, discutível.

Entretanto, em não existindo apoio político, a adoção de políticas sociais direcionadas tornou-se a estratégia favorita nos períodos recentes, particular-

¹⁵ Em Israel e no México, as inflações iniciais foram controladas por meio de um congelamento de preços combinado com tabelas de conversão que neutralizaram a inércia inflacionária. No Brasil, foi adotado um mecanismo original para neutralizar a inércia inflacionária. Esses choques são chamados “heterodoxos” em virtude de envolverem a neutralização da inércia. Na Bolívia, Polônia, Peru e Argentina a inflação já havia se transformado em hiperinflação, que foi debelada pela adoção de uma taxa de câmbio nominal como âncora para os preços. Como esta política, desde muito tempo, faz parte do *mainstream* das políticas econômicas anti-inflacionárias, pode-se chamá-la de “ortodoxa”. Em todos os casos, um ajuste fiscal convencional e a adoção de uma política monetária restritiva foram necessários para consolidar a estabilização.

mente na esfera do consenso de Washington.¹⁶ Através disso, grupos sociais específicos mais atingidos pelo ajuste fiscal ou pelas reformas estruturais seriam parcialmente recompensados. Além do valor humanitário dessa estratégia, ela seria também uma forma pragmática e imediata de superar ou restringir os obstáculos políticos, ou até mesmo de conquistar apoio político para o governo.

No *World Development Report 1990 — Poverty*, o Banco Mundial (1990:3) argumenta que as estratégias básicas para combater a pobreza são: (1) promover a utilização produtiva do ativo mais abundantemente disponível aos segmentos mais pobres, o trabalho; e (2) prover serviços sociais básicos: educação, saúde, nutrição e planejamento familiar. Mas acrescenta que, em situações de choques macroeconômicos adversos,

uma abrangente abordagem para redução da pobreza requer um programa de transferências corretamente direcionadas e de uma estrutura de proteção social como um complemento essencial à estratégia básica.

Essa visão é essencialmente correta. As políticas sociais compensatórias são um complemento temporário à criação de empregos e ao suprimento de serviços sociais básicos, ou, em outras palavras, a uma política distributiva de longo prazo. Entretanto, há um risco permanente de que elas sejam adotadas como uma alternativa às políticas de longo prazo. Governos populistas e autoritários, indistintamente, com freqüência tendem a ver as políticas de assistência social direcionadas como uma maneira barata de obter ou preservar um apoio político de curto prazo nos momentos em que as reformas econômicas estão sendo realizadas.

Oxhorn e Ducateneizer (1994) observaram que reformas orientadas para o mercado que foram recentemente adotadas na América Latina foram geralmente o produto de coalizões políticas tecnocráticas ou autoritárias. Com o objetivo de recompensar os perdedores, implementaram-se programas direcionados de assistência voltados para ajudar indivíduos a escaparem da pobreza, encorajando assim o paternalismo estatal, o qual debilita a perspectiva de longo prazo para a plena incorporação dos setores populares ao mercado.

¹⁶ Um dos autores deste artigo foi um dos primeiros a criticar o consenso de Washington devido ao seu viés neoliberal (Bresser Pereira, 1990, 1993). Contudo, é preciso destacar que a crítica não recai sobre as recomendações presentes no consenso — que se resumem, basicamente, na sugestão de que sejam observados os fundamentos macroeconômicos e que as reformas orientadas para o mercado sejam tomadas — mas sim sobre o erro de desconsiderar a hipótese do Estado desempenhar um papel positivo na promoção do crescimento econômico e na distribuição de renda.

Entretanto, é possível imaginar casos nos quais os gastos sociais compensatórios e direcionados são realmente necessários. Quando alguns grupos são particularmente atingidos, há uma óbvia ocasião para isso. Particularmente se as perdas são transitórias e os gastos sociais direcionados têm uma duração limitada correspondente. Quando as reformas são introduzidas a um ritmo bastante lento ou demandam muito tempo para produzirem resultados positivos, gastos sociais compensatórios podem também ser recomendados. É importante, entretanto, avaliar se isso não é apenas um caso de reforma econômica ineficiente. Ou, em outras palavras, se não há políticas econômicas alternativas que poderiam trazer resultados positivos mais rapidamente. Um terceiro e correlato caso é aquele no qual há um processo permanente de reformas econômicas, uma sucedendo-se à outra. Nesse caso, os custos sociais envolvidos em cada reforma podem ser de fato transitórios, mas as perdas totais podem ser elevadas, devido à sucessão de reformas. Nesse caso, o processo de reformas é longo, não porque as reformas são incompletas ou parcialmente mal sucedidas, mas porque as reformas necessárias são inúmeras. Mas, se as reformas não estiverem produzindo os resultados esperados, teríamos um caso de ineficiência, que requer uma alteração da concepção das reformas, não sendo o caso da adoção de gastos sociais direcionados.

Não é realista, entretanto, acreditar que as políticas sociais compensatórias irão realmente compensar as perdas incorridas, ou que elas não serão usadas em substituição a políticas mais abrangentes de distribuição de renda. As políticas do Banco Mundial contra a miséria, que, nos anos 70, pretendiam ser permanentes e efetivamente implicar uma distribuição de renda, não foram nunca implementadas em larga escala devido à resistência de grupos privilegiados em cada país. Com a crise da dívida externa e a crise fiscal, elas foram abandonadas por algum tempo, para reaparecerem ao final dos anos 80 sob a forma de gastos sociais direcionados, que, presumia-se, fossem envolver recursos limitados e desempenhar um papel político: sustentar as reformas. Nessas circunstâncias, é claro que elas pretendiam substituir políticas distributivas de longo prazo.

Joan Nelson, que pesquisou os programas sociais compensatórios, observou que eles são normalmente criticados por serem considerados simples “curativos” aplicados para atenuar alguns danos causados pela depressão e pelo processo de ajustamento. E acrescenta:

Uma abordagem de longo prazo e mais duradoura para proteger e favorecer os grupos mais miseráveis ao longo do ajustamento é reorientar a estrutura dos programas públicos sociais setoriais. Essa reorientação é o principal tema da atual discussão sobre ajustamento, porque ela trata ao mesmo tempo dos problemas da pobreza e da

aguda crise fiscal que provavelmente persistem em muitos países nos anos 90 (1989: 105).

Entretanto, já em meados dos anos 90, essa reorientação não foi efetivada. Ao contrário, os gastos sociais direcionados, como os programas do Chile, da Bolívia e da Costa Rica desenvolvidos nos anos 80, e, atualmente, o *Programa Nacional de Solidariedad* (Pronasol) no México, continuam a ser populares em Washington.¹⁷

Este fato pode ser explicado de diversas formas. Primeiro, porque eles são normalmente a única alternativa existente, dada a fraqueza política das classes mais pobres na América Latina desde que o surgimento da crise, no começo dos anos 80, ampliou o excesso de oferta de trabalho não qualificado. Na realidade, a adoção de políticas distributivas de longo prazo é improvável quando depende da solidariedade dos ricos e não de uma exigência política dos pobres. Uma segunda razão para a popularidade dos programas de assistência direcionados, neste caso não em Washington, mas entre os políticos latino-americanos, é o fato de que, se bem administrados, eles podem criar uma base de sustentação, se não diretamente ao ajuste econômico, pelo menos ao governo (Graham: 1992).¹⁸ Entretanto, a racionalidade fundamental por trás desses tipos de programas são seus custos relativamente baixos e a imediatez de seus resultados, desde que não sejam vítimas de interesses particulares.

Sua popularidade em Washington não significa que eles sejam programas neo-liberais ou conservadores. Como Draibe (1992) observa, o fato dos programas sociais assumirem objetivos determinados e terem um alcance limitado não significa que eles necessariamente se definam como conservadores ou neo-liberais. No Brasil, por exemplo, quando, em 1983, um programa aprovado pelo FMI foi implantado nacionalmente, o governo entre social-democrata e democrata-cristão de Franco Montoro, em São Paulo, adotou com êxito políticas sociais direcionadas.

O critério para distinguir políticas sociais progressistas das conservadoras não é se elas são direcionadas, mas se os programas selecionados são vistos como substitutos para políticas de distribuição de renda de longo prazo.

¹⁷ O programa “Comunidade Solidária”, que teve início em 1995, embora seja direcionado, não possui esse caráter compensatório. E seu direcionamento é amplo, abrangendo os municípios mais pobres do país.

¹⁸ Carol Graham estudou o Fundo Social de Emergência adotado na Bolívia pelo governo Paz Estensoro entre 1985 e 1990. Sua avaliação é bastante positiva. Ela atribuiu os bons resultados ao fato de “o ESF cuidou de permanecer marcadamente livre de restrições e influências e de merecer a reputação por conduzir a grande maioria de suas operações de uma maneira transparente e eficiente”. (1992: 1246)

Os conservadores normalmente vêem a pobreza e a desigualdade como uma consequência da existência de diferenças individuais, e não como decorrentes de uma determinada estrutura econômica ou de uma certa organização institucional. Outra forma de abordar o mesmo problema, é indagar se os obstáculos políticos que essas políticas pretendem superar são problemas pontuais que requerem soluções específicas — neste caso, políticas direcionadas são recomendadas — ou se, além disso, eles são estruturais, na medida em que estão relacionados com o sistema de propriedade, a distribuição de renda e a qualidade das instituições políticas e econômicas.

5. A HIPÓTESE DA AusÊNCIA DO CONTRATO SOCIAL

A última frase resgata o problema central deste artigo: a origem política dos problemas econômicos. Não há dúvidas sobre a estreita relação entre a economia e o sistema político, e entre as políticas econômicas e a política. Uma crítica clássica à economia neoclássica elaborada pelos economistas estruturalistas e institucionalistas keynesianos e marxistas estava baseada na idéia de que esses economistas ignorariam ou subestimariam as relações de poder existentes no mercado. Como vimos antes, nos últimos dez anos o *mainstream* econômico tornou-se crescentemente interessado na política, mas a ênfase foi voltada para análises de curto prazo ou pontuais sobre os obstáculos políticos ao bom funcionamento dos mercados e para a adoção de políticas de ajuste estrutural.

A alternativa é assumir que as esferas política e econômica são intrinseca e dinamicamente interrelacionadas (Sola, 1994). Não apenas porque os mercados são eles próprios instituições políticas que dependem do Estado para serem regulados. Este tipo de análise foge ao escopo deste artigo. Mas também porque a governabilidade — a efetiva capacidade de governar, e, portanto, de implementar políticas econômicas — é uma variável política central que depende intrinsecamente do regime político.¹⁹

A partir desse pressuposto, podemos desenvolver a “hipótese do contrato social” a fim de explicar os problemas de governabilidade que os países latino-americanos enfrentam e de esclarecer porque os pactos políticos orientados para o desenvolvimento ou as coalizões de classe são cruciais nesses países.

Desde Hobbes, tornou-se claro que as sociedades capitalistas somente podem ser efetivamente governadas por meio de um Estado legitimado por um

¹⁹ Governabilidade — a efetiva capacidade para governar — não assegura a governança — a qualidade e a efetividade da ação governamental. Neste artigo não estamos tratando da governança, apesar de não ignorarmos a relevância do problema.

contrato social. Hobbes chegou a essa conclusão e estabeleceu as bases para a teoria contratualista ou jus naturalista. O poder do princípio deixou de ser um direito divino ou um fato histórico para tornar-se parte de um contrato. Ele adotou um método lógico-dedutivo para chegar a essa teoria, mas, na verdade, estava refletindo sobre o surgimento do capitalismo e a separação entre a sociedade civil e o Estado, entre o que é domínio público e o que é domínio privado.²⁰ Se isso era verdade nos tempos de Hobbes, quando o que prevalecia essencialmente era uma economia mercantilista, é muito mais ainda no complexo contexto das sociedades capitalistas democráticas avançadas. Nessas sociedades, existe uma acordo básico quanto ao regime econômico prevalente, isto é, quanto ao regime de propriedade privada e à distribuição de renda entre indivíduos e classes sociais.²¹ Przeworski e Wallerstein (1985: 182) deram ao clássico contrato social um conteúdo econômico e de classes sociais mais específico e rigoroso quando afirmam que:

Dada a incerteza quanto a se e como os capitalistas iriam investir seus lucros, qualquer compromisso entre classes deverá conter os seguintes elementos: os trabalhadores aceitam o lucro como uma instituição, isto é, aceitam comportar-se de maneira a tornar possível a existência de taxas de lucro positivas; e os capitalistas comprometem-se consigo próprios a transformar parte de seus lucros em aumento de salário e investir outro tanto de seus lucros.

Portanto, o compromisso de classe ou o contrato social básico, que está por trás de toda sociedade capitalista, está baseado não apenas no acordo entre o governo e o cidadão, em um *trade-off* entre a manutenção da ordem e a liberdade individual, como propôs Hobbes, mas também em um acordo entre os capitalistas e os trabalhadores, em um *trade-off* entre a legitimação do lucro, por um lado, e o aumento dos salários e do investimento, por outro lado. De fato, esse acordo básico envolve uma terceira parte, o Estado, que, exercendo seu papel intermediário, preside à escolha do tipo *second-best* feita pelos capitalistas e pelos trabalhadores. Conforme as palavras de Paul Buchanan (1995: 16).

A interação estratégica entre o Estado, os trabalhadores e os capitalistas, sob um regime democrático, está impulsionada por uma lógica tripla de ação coletiva...O que os trabalhadores demandam do Estado em termos de bens públicos, não podem obter dos capitalistas; o que o Estado demanda dos

²⁰ Sobre esse tema, ver Bobbio (1979).

²¹ Uma questão interessante seria saber se a concentração de renda que ocorre em países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, nos últimos 25 anos, não está pondo em risco esse contrato social básico.

capitalistas em termos de investimentos, não pode obter dos trabalhadores, e assim por diante. As necessidades globais para a reprodução do sistema leva a estratégias sobrepostas e complementares, baseadas na crença quanto à seriedade do compromisso na realização de trocas mutuamente benéficas, resultando em escolhas do tipo *second-best* para todos.

É esse acordo, é esse pacto político elementar, mais do que um sistema institucional complexo, que legitima os governos, assegura a governabilidade e garante a efetividade das políticas econômicas. Isto não significa que o conflito distributivo está eliminado. Significa apenas que ele está controlado, não somente porque as diferenças de renda e riqueza não são muito grandes, mas também porque a sociedade civil está bem estruturada e está efetivamente conectada ao Estado, existindo, portanto, um complexo e bem estruturado sistema de representação e intermediação de interesses (Putnam, 1993).

Quando a sociedade civil é fraca e esse acordo básico é débil ou incompleto, como é o caso da maioria dos países em desenvolvimento, os obstáculos políticos para a elaboração e implementação de políticas econômicas tornam-se evidentes. Nesses países, a oposição ao regime de propriedade privada deixou de ser importante desde o colapso dos regimes comunistas, mas o desacordo quanto aos padrões de distribuição de renda permanece extremamente elevado, especialmente na América Latina, onde a concentração de renda ainda é um problema importante. A resposta política a essa dificuldade tem sido tanto recorrer ao autoritarismo, quanto, nos regimes democráticos, compensar a fraqueza do contrato social básico com a celebração de um pacto político desenvolvimentista limitado, que forneça uma perspectiva positiva para a classe trabalhadora.

A literatura sobre pactos políticos na América Latina é bastante extensa. Normalmente os pactos políticos são entendidos como sendo acordos específicos entre trabalhadores e empresários, intermediados pelos sindicatos e pelos partidos políticos.²² Não estamos utilizando a expressão com esse sentido. Pactos políticos orientados para o desenvolvimento são definidos aqui como

²² Isto é, por exemplo, o que Paul Buchanan (1995) acaba fazendo. Ele inicia seu livro com um conceito amplo de coalizão de classes, semelhante ao citado acima, mas, no restante do livro, ele relaciona os acordos de classe com várias tentativas de pacto nas quais os governos latino-americanos estiveram envolvidos, cujo objetivo era obter um acordo formal entre os trabalhadores e os capitalistas. Segundo suas palavras (1995: 27-28): “Compromisso democrático entre classes sociais é um produto de uma interação estratégica institucionalizada envolvendo o Estado, o trabalho e o capital”. Apenas em alguns casos os acordos formais tornam-se relevantes, enquanto os pactos políticos informais, desenvolvimentistas, aos quais estamos nos referindo, têm uma importância monumental.

sendo uma coalizão de classes mais ampla e informal que tende a ser formada para legitimar um conjunto de interpretações e estratégias adotadas pela élite política que pode estar unida e representada por um partido político, por uma associação de partidos políticos ou mesmo por partidos políticos divergentes que compartilham crenças comuns. Nossa hipótese é que, na América Latina, os pactos políticos substituem o contrato social que caracteriza as sociedades capitalistas desenvolvidas.

Esses pactos políticos ou coalizões de classes são excludentes porque não envolvem a totalidade da sociedade. Desde os anos 30, esses pactos assumem, na América Latina, a forma de “pactos nacional-desenvolvimentistas e populistas”, que Vargas, Perón e muitos outros lideraram nos anos 40 e 50. Os trabalhadores urbanos estavam incluídos, os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos informais eram excluídos dessa coalizão de classes. As distorções econômicas geradas pelo populismo levaram, nos anos 60 e 70, a “regimes capitalistas-burocráticos autoritários”, que foram ainda mais excludentes. Os pactos autoritários não foram populistas mas, a despeito de seu alegado caráter moderno, levou adiante e ampliou as políticas protecionistas e estadistas que caracterizaram o nacional-desenvolvimentismo.

No Brasil, esse pacto autoritário começou a se romper em meados dos anos 70, quando os empresários começaram a reavaliar sua aliança com a burocracia civil e militar, dando início a um “pacto político democrático” que levou à redemocratização em 1985. Contudo, os aspectos populistas desse pacto levaram ao fracasso do Plano Cruzado e ao próprio fracasso do pacto democrático em 1987. Entre 1987 e 1994, o Brasil viveu um vácuo político — um séria crise de governabilidade, pois não foi possível constituir outro pacto político em substituição ao pacto de 85. Foi apenas em 1994, após o Plano Real ter estabilizado a inflação, que a eleição de Fernando Henrique Cardoso possibilitou a formação de um “pacto político social-democrata pragmático”. Como ocorre nos pactos políticos hegemônicos, ele ocupou o centro ideológico. Caso esse pacto consolide-se como um compromisso de classe, ele pode muito bem representar para o país o início de um novo estágio de desenvolvimento econômico.²³

Na falta de um pacto orientado para o desenvolvimento, os regimes democráticos na América Latina enfrentam, em diferentes níveis, uma permanente crise de governabilidade, que é agravada pelo fato de vivermos um período de

²³ Esta análise dos pactos políticos no Brasil e na América Latina aqui apresentada é um sumário “heróico” de dois livros (Bresser Pereira, 1985 e 1996). No segundo livro, a relação entre a falta de contrato social básico e a necessidade dos pactos políticos desenvolvimentistas é discutida de forma extensiva (ch. 11 e 17).

ajustes estruturais e de reforma do Estado. Essa crise de governabilidade será superada apenas quando a estabilidade de preços for alcançada e quando o crescimento for retomado. Na maioria dos países latino-americanos, a estabilização foi alcançada no início dos anos 90 graças a um forte ajuste fiscal combinado com choques heterodoxos que neutralizaram a inflação inertial, ou combinado com um choque ortodoxo no caso de uma hiperinflação aberta. O crescimento, contudo, continuou tímido, incerto, pois o ajuste fiscal, a liberalização comercial e a privatização não são suficientes para reconstruir o Estado nem foram seguidos por um pacto político orientado o desenvolvimento que definisse um papel novo e positivo para o Estado em relação ao campo econômico e social.

Acuña e Smith (1994: 53), especulando quanto ao que pode se originar a partir das atuais tendências político-econômicas, concluíram que

uma restruturação de conteúdo totalmente neoliberal e a consolidação das regras democráticas não fazem parte de um futuro provável para a maior parte das sociedades latino-americanas.

Nós diríamos que isso é verdade para todos os países, à medida em que a exigência neoliberal de um Estado mínimo não é realista. De acordo com esses dois autores:

O cenário mais provável parece ser o da democracia dualista. Neste cenário, as elites do Estado estabelecem uma aliança com uma minoria estratégica oposicionista com o propósito de excluir a maior parte dos demais atores sociais desarticulando e neutralizando sua capacidade de ação coletiva.

Esta é uma visão pessimista, provavelmente moldada em função da recente experiência argentina. Se é uma perspectiva realista ou não, é difícil dizer. Entretanto, tem o mérito de reconhecer a necessidade de um pacto político como forma de legitimar a elite que está governando. A questão é saber se este pacto terá que ser tão excludente quanto prevêem Acuña e Smith. Um pacto político realista orientado para o desenvolvimento, que rejeite a ideologia do Estado mínimo, que fortaleça o Estado e que defina um claro papel para o Estado no século 21 não será necessariamente tão excludente. Um certo grau de exclusão capitalista estará sempre implícito neste tipo de pacto — isto é o que distingue os pactos políticos de um contrato social básico — mas não é uma exclusão radical como a implícita na “democracia dualista” de Acuña e Smith. Nós gostaríamos de sugerir que estes pactos serão social-democratas ou social-liberais, que sejam capazes de abranger uma parte crescente da população latino-americana. Esta, no entanto, não é a ocasião para conjecturas quanto ao futuro.

CONCLUSÃO

Concluindo, podemos afirmar que a análise convencional com relação à origem política dos problemas econômicos deve ser qualificada de diversas maneiras. Muitos dos problemas econômicos têm uma origem estritamente econômica, em consequência da dinâmica do ciclo econômico e das imperfeições do mercado. Por outro lado, a crença que os programas de estabilização e as reformas econômicas não são implementadas, ou fracassam, devido à falta de apoio político é apenas parcialmente verdadeira. Em muitos casos, a ineficiência das reformas e a absoluta incompetência dos *policy-makers* explicam também parte dos resultados negativos.

Uma abordagem mais frutífera para essa questão é considerar que a governabilidade, o efetivo poder para implementar as reformas econômicas necessárias, depende não apenas de considerações pessoais e institucionais, mas essencialmente de um acordo social básico quanto ao regime político e econômico existente. Quando a sociedade civil é precariamente estruturada, quando este acordo é fraco, quando o sistema de propriedade e particularmente o padrão de distribuição de renda está sendo fortemente contestado, os governos carecem de legitimidade e encontram problemas crescentes na implementação das reformas econômicas.

Neste caso, a estratégia de assegurar um consistente apoio político para as reformas políticas por meio de rede de segurança social transitória pode ser eficaz, desde que os programas sociais direcionados sejam geridos de forma competente e transparente. Mas os limites para esta estratégia são claros. Uma alternativa melhor é promover reformas econômicas e políticas que possam não apenas restituir a solvência do Estado, assegurando uma alocação de recursos mais eficiente, e construindo uma estrutura institucional adequada, mas também garantir a redução permanente das desigualdades de renda. Contudo, esta é uma alternativa “cara”, no sentido em que implica a transferência de renda das classes alta e média para a classe pobre, o que tem a permanente oposição dos primeiros. Uma terceira alternativa é a celebração de pactos políticos desenvolvimentistas que legitimem a elite política que ocupa o governo. Esta alternativa, entretanto, enfrenta uma dificuldade básica. Ela só é viável quando o desenvolvimento econômico é retomado — um desenvolvimento econômico que depende da implementação de reformas que requerem a legitimidade política.

Assim, em certos momentos temos que contar com a conjunção de diversos fatores econômicos e políticos para que a estabilidade seja obtida, o crescimento retomado e seja celebrado um pacto político que garanta a governabilidade. Dentre esses fatores, deveremos ter a exaustão das políticas popu-

listas, como algo provocado pela crise, a adoção de sólidas e inovadoras políticas econômicas para controlar a inflação, a habilidade para construir instituições políticas que façam a intermediação entre diferentes grupos de interesse e a capacidade para reconstruir as finanças do Estado e recuperar a governança estatal.

Essa abordagem é bastante diferente daquela adotada pelas hipóteses da “origem política” e dos “obstáculos políticos”, as quais assumem que a estabilização e o crescimento são automaticamente garantidos pelas reformas orientadas para o mercado e que a única razão pela qual essas reformas não são adotadas é a oposição dos políticos. Essa é uma abordagem neoliberal que ignora a relação entre as esferas econômica e política e adota uma análise linear de causa e efeito. Inversamente, nós enfatizamos que essas reformas econômicas apenas farão sentido se forem capazes de superar a crise fiscal do Estado e de reconstruí-lo. E propomos que esse tipo de reforma será adotada quando as esferas econômica e política convergirem e um pacto político desenvolvimentista assegurar a governabilidade.

ABSTRACT

This article considers that the political origin of economic problems is an insufficient of the government reforms. It depends the idea of a Social Contract capable of sustaining the governance and the structural reforms is specially crucial for Latin America where the fragility of its democracy and the social ineffectualities are remarkable.

RÉSUMÉ

L'article considère l'hypothèse de l'origine politique des problèmes économiques insuffisante pour expliquer l'échec des réformes du gouvernement. Il prône en faveur d'un contrat social Qui garantisse la Gouvernabilité et soutienne des réformes structurales. Ce contrat est surtout nécessaire en Amérique Layine étant données la fragilité des démocraties ainsi que les inégalités sociales.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

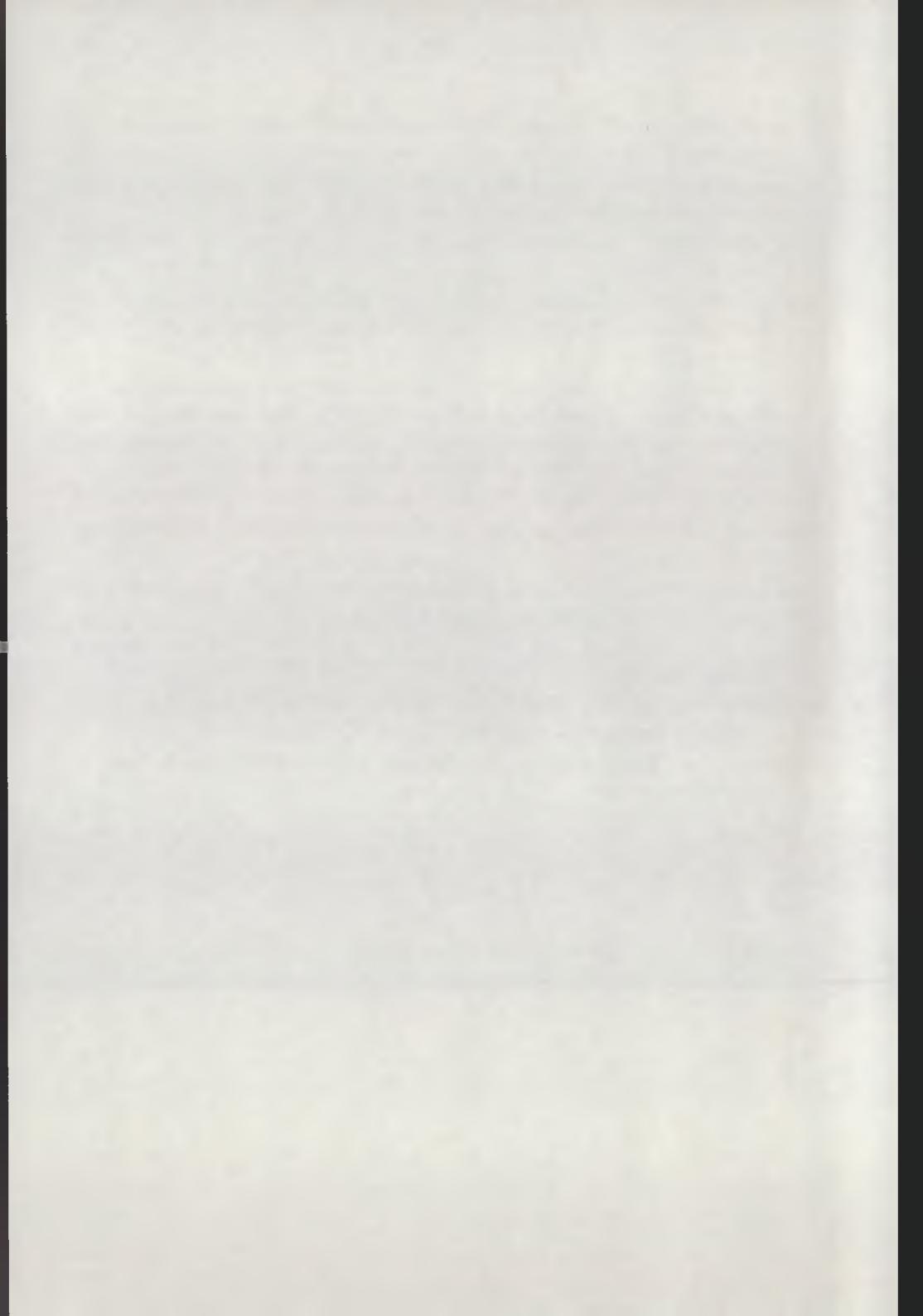
- Acuña, C. e Smith (1994) “The Political Economy of Structural Adjustment: The Logic of Support and Opposition to Neoliberal Reform”. In W. Smith, C. Acuña e E. Gamarra, eds.
- Alesina, Alberto (1987) “Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game”. *Quarterly Journal of Economics*, 102(410).

- Alesina, A. and J. Sachs (1988) "Political Parties and the Business Cycle in the United States, 1948-1984". *Journal of Money, Credit and Banking*, 20(1).
- Alesina, A. and G. Tabellini (1988) "Credibility and Politics". *European Economic Review*, 32.
- Alesina, A. and A. Drazen (1991) "Why are Stabilizations Delayed?". *American Economic Review*, 81(5).
- Alesina, A. e D. Rodrik (1992) "Distribution, Political Conflict, and Economic Growth: a Simple Theory and Some Empirical Evidence". In A. Cukierman, Z. Hercowitz and L. Leiderman, orgs. *Political Economy, Growth and Business Cycles*. Cambridge, Ma.: The MIT Press.
- Arida, P. e A. L. Resende (1984) "Inertial Inflation and Monetary Reform". In J. Williamson, ed. (1985) *Inflation and Indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Washington: Institute for International Economics. Originalmente apresentado em seminário em Washington.
- Aujac, Henri (1950) "L'Influence du Comportement des Groupes Sociaux sur le Développement d'une Inflation". *Economie Appliquée*, no.4.
- Bates, R. and A. Krueger, (1993) "Generalizations Arising from the Country Studies". In Bates and Krueger, orgs.
- Bates, R. and A. Krueger, orgs. (1993) *Political and Economic Interactions in Economic Policy Reform*. Oxford: Blackwell.
- Bobbio, Norberto (1979) "Il Modello Giusnaturalistico". In N. Bobbio e M. Bovero, *Società e Stato nella Filosofia Politica Moderna*. Milan: Il Saggiatore.
- Bresser Pereira, L. e Y. Nakano (1983) "The Theory of Inertial or Autonomous Inflation". Capítulo 3 de L. Bresser Pereira e Y. Nakano (1987) *The Theory of Inertial Inflation*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Bresser Pereira, L. and Y. Nakano (1990) "Hiperinflação e Estabilização no Brasil: o Primeiro Plano Collor". *Revista de Economia Política* 11 (4), outubro-dezembro 1991 Trabalho apresentado em conferência em Knoxville, Tennessee, junho 1990, e publicado em P. Davidson & J. Kregel, orgs. *Economic Problems of the 1990s*, London: Edward Elgar, 1991.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1988) "O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal". *Revista de Economia Política* 9(3), julho-setembro 1989. Trabalho apresentado em conferência em São Paulo, julho 1988. Uma versão mais completa foi publicada posteriormente: "Economic Reforms and the Cycles of the State". *World Development* 21(8), agosto 1993.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1990) "A Crise Econômica da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?" *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21(1), abril 1991. Aula Magna no XVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Brasília, 4 de dezembro, 1990. Também publicada em *A Crise do Estado*. São Paulo: Editora Nobel, 1992.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos, org. (1991) *Populismo Econômico*. São Paulo: Editora Nobel.

- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1993) "Economic Reforms and Economic Growth: Efficiency and Politics in Latin America". Capítulo 1 de Bresser Pereira, L., A. Przeworski and J. Maravall.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1996) *Economic Crises and the State Reform in Brazil*, Boulder, Co: Lynne Rienner Publishers.
- Bresser Pereira, L., A. Przeworski and J. M. Maravall (1993) *Economic Reforms in New Democracies*. Cambridge, Ma: Cambridge University Press.
- Bresser Pereira, L. e J. Abud (1994) "Net and Total Transition Costs: The Timing of Economic Reform". São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Economia, Texto para Discussão no. 41, novembro 1994. *World Development* 25(6), June 1997.
- Bruno, M., S. Fischer, E. Helpman, N. Liviatan, orgs. (1991) *Lessons of Economic Stabilizations and Its Aftermath*. Cambridge, Ma: The MIT Press.
- Buchanan, J. and G. Tullock (1962) *The Cauculus of Consent*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Buchanan, J. and R. Tollison, orgs. (1984) *The Theory of Public Choice II*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Canitrot, Adolfo (1975) "La Experiencia Populista de Redistribucion de Ingreso". *Desarrollo Economico*, no. 15.
- Cukierman, A., Z. Hercowitz and L. Leiderman, eds. (1992) *Political Economy, Growth and Business Cycles*. Cambridge, Ma.: The MIT Press.
- Dornbusch, R. and S. Edwards, orgs. (1991) *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Draibe, Sonia (1993) "As Políticas Sociais e o Neoliberalismo". *Revista USP*, no. 17.
- Edwards, S. and G Tabellini (1990) "Explaining Fiscal Policies and Inflation in Developing Countries". Cambridge, Ma.: National Bureau of Economic Research, Working Paper no. 3493.
- Ethier, Diane, ed. (1990) *Democratic Transition and Consolidation in Southern Europe, Latin America and Southeast Asia*. London: Macmillan.
- Gourevitch, Peter (1986) *Politics in Hard Times*. Ithaca: Cornell University Press.
- Graham, Carol (1992) "The Politics of Protecting the Poor During Adjustment: Bolivia's Emergency Social Fund". *World Development*, 20(9).
- Grindle, M. e J. Thomas (1991) *Public Choice and Policy Change*. Baltimore: Joan Hopkins University Press.
- Grossman, Gene M. (1990) "Promoting New Industrial Activities: A Survey of Recent Arguments and Evidence". *OECD Economic Studies*, no. 14, primavera.
- Grossman, G. and E. Helpman (1993) *Innovation and Growth*. Cambridge, Ma.: The MIT Press.
- Haggard, S. and R. Kaufman, orgs. (1992) *The Politics of Economic Adjustment*. New Jersey: Princeton University Press.

- Haggard, S. and R. Kaufman, orgs. (1995) *The Political Economy of Democratic Transition*. Princeton: Princeton University Press.
- Hirsch, F. and J. Goldthorpe, orgs. (1978) *The Political Economy of Inflation*. London: Martin Robertson.
- Hirschman, Albert (1978) "The Social and Political Matrix of Inflation: Elaborations on the Latin American Experience". In *Essays in Trespassing*. Cambridge, Ma: Cambridge University Press. 1981. Originalmente publicado em 1978.
- Hirschman, Albert (1981) *Essays in Trespassing*. Cambridge, Ma: Cambridge University Press.
- Krugman, Paul (1992) *Toward a Counter-Revolution in Development Theory*. Washington: *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics, 1992*. Supplement to *The World Bank Economic Review* and *The World Bank Research Observer*.
- Lopes, Francisco L. (1984) "Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação", *Revista da ANPEC*, no. 7, Dezembro. Reproduzido em Lopes, F. L. (1986) *Choque Heterodoxo: Combate à Inflação e Reforma Monetária*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Mankiew, N.G. and D. Romer, orgs. (1991) *New Keynesian Economics*. Cambridge, Ma.: The MIT Press.
- Mueller, Dennis (1976) "Public Choice: a Survey". *Journal of Economic Literature*, 14(2).
- Nelson, Joan (1989) "The Politics of Pro-Poor Adjustment". In Joan Nelson, org. (1989).
- Nelson, Joan, org. (1989) *Fragile Coalitions: the Politics of Economic Adjustment*. New Brunswick: Transaction Books.
- Nelson, Joan, ed. (1990) *Economic Crisis and Policy Choice*. New Jersey: Princeton University Press.
- Nordhaus, W. (1975) "The Political Business Cycle". *Review of Economic Studies*, 42(2).
- O'Donnell, Guillermo (1977) "Estado y Alianzas en Argentina, 1956-1976". *Desarrollo Económico*, Janeiro 1977. Reproduzido in Robert Bates, org. (1988) *Toward a Political Economy of Development*. Berkeley: University of California Press.
- Olson, Mancur (1965) *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Ma: Harvard University Press.
- Oxhorn, P. and G. Ducatenzeiler (1994) "Social Policies as Political Strategies Processes of Inclusion and Exclusion". Trabalho apresentado ao XIII Congresso Internacional da Latin American Studies Association.
- Pazos, Felipe (1972) *Chronic Inflation in Latin America*. Nova York: Praeger Publishers.
- Persson, T. e G. Tabellini (1992) "Growth, Distribution and Politics". *European Economic Review* no. 36.
- Pinto, Aníbal (1973) *Inflación: Raíces Estruturales*. Mexico: Fondo de Cultura, coleção Lecturas, nº 3.
- Putnam, Robert D. (1993) *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press.

- Przeworski, Adam (1985) *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge, Ma: Cambridge University Press.
- Przeworski, A. e M. Wallerstein, (1985) "Material Interest, Class Compromise, and the State" Cambridge, Ma: Cambridge University Press.
- Przeworski, Adam (1992) *Markets and Democracy*. Cambridge, Ma: Cambridge University Press.
- Romer, Paul (1989) "Capital Accumulation in the Theory of Long-Run Growth". In Robert Barro, org. (1989) *Modern Business Cycle Theory*. Cambridge, Ma.: Harvard University Press.
- Sachs, Jeffrey (1988) "Social Conflict and Populist Policies in Latin America". In R. Brunetta and C. Dell-Arringa, orgs. (1989) *Labor Relations and Economic Performance*. London: MacMillan Press. Cambridge, Ma: NBER Working Paper no. 2897, March 1989. Trabalho apresentado a conferência em Veneza.
- Sachs, Jeffrey D. (1994) "Life in the Economic Emergency Room". In Williamson, ed.
- Soh, Byung Hee (1986) "Political Business Cycle in Industrialized Democratic Countries". *Kyklos*, 39(1).
- Sola, Lourdes (1994) "Estado, Reforma Fiscal e Governabilidade Democrática: Qual Estado?". *Novos Estudos Cebrap*, no.38.
- Thorp, R. and L. Whitehead, orgs. (1979) *Inflation and Stabilisation in Latin America*. London: Macmillan.
- Williamson, John. ed. (1994) *The Political Economy of Policy Reform*. Washington: Institute for International Economics.
- Williamson, J. e S. Haggard (1994) "The Political Conditions for Economic Reform". In John Williamson, ed.



China: ¿La vía capitalista al socialismo?

Sergio de la Peña*
(in memorian)

Resumo. O texto analisa os principais resultados das reformas realizadas na China nas duas últimas décadas. Destaca a importância do fim dos socialismos europeu e soviético e a aproximação com os EUA; a prioridade das reformas no campo e os estímulos estatais para o crescimento dos investimentos. Conclui indicando as perspectivas para um “socialismo de mercado” e os limites da via capitalista. Um novo socialismo ou um capitalismo selvagem, será uma experiência ímpar no mundo, e que certamente o afetará.

Palavras-chave. Socialismo, socialismo de mercado, capitalismo, China.

Reconocimiento obligado en toda reflexión sobre China es el inmenso peso que ejerce su cultura e historia sobre sus opciones y desempeño. Este ensayo se dedica a reconocer, a partir sobre todo de información oficial, los resultados de las reformas iniciadas en 1979 para avanzar a una etapa superior de socialismo.

En China se afirma que hoy prevalece el *socialismo de mercado* bajo la dictadura democrática popular y la dirección de la clase obrera.¹ Pero hay una apertura al exterior, grandes avances de los mercados libres y la propiedad privada, deudas e inversiones externas directas. También se ha contraido y cambiado la economía pública y la planificación, pero persiste un estrecho

* Instituto de Investigaciones Sociales y Facultad de Economía, Universidad Nacional de México - UNAM.

¹ Se dice que es dictadura contra los enemigos del pueblo y democracia en el seno de este. Gobierno de China (1993) p. 1.

control estatal a través de planes de largo plazo centrados en cinco polos, y en la reincorporación de Hong Kong en 1997, Macao en 1999, y el acercamiento con Taiwán, sin cambio en su régimen capitalista, según la fórmula de “un país, dos sistemas”.

1. ANTECEDENTES Y TRASFONDO DE LA REFORMAS

SOCIALISMO REAL Y MAOISMO

Los antecedentes de las reformas son lejanos. Desde los años 60 era claro que el socialismo chino había alcanzado el umbral usual de inefficiencia de los países socialistas atrasados, una vez agotada la etapa de intensa movilización y desarrollo de las fuerzas productivas mediante inversiones básicas. Para entonces China había avanzado considerablemente en la construcción de una amplia infraestructura y en el crecimiento económico, pero persistía el subdesarrollo y la incompetencia frente al capitalismo más avanzado, que es su referente obligado.² La causa de ello, aparte de ineptitudes y autoritarismo, era la desventaja socialista para competir al priorizar la igualdad y la estabilidad en el empleo, aun si algunas actividades escapaban a ese destino al disponer de abundantes recursos y talentos, como la industria militar y la ciencia en la URSS, la balística en China, o la investigación médica en Cuba.

En todo caso, hacia mediados de los 70 China había reducido la miseria extrema, el desamparo y la desigualdad. Pero la pobreza era general, había grandes carencias, y crecía su rezago respecto a los países desarrollados. Además se inició la nueva competencia mundial encabezada por Japón en el oriente, y Alemania en Europa, y el paso a una nueva etapa capitalista que agudizó la incompetencia en el mundo, y desde luego la de China.

A todo ello se sumó la muerte de Mao en septiembre de 1976, que abrió la posibilidad de depositar en el mausoleo de la Plaza de Tiananmen, junto con su cuerpo embalsamado, parte del dogmatismo, culpas sociales y rencores que dejaron el Gran Salto Adelante de los 50, y la Revolución Cultural (1966-1976). A ello sirvió el atribuir la responsabilidad a la “banda de los 4”, y salvaguardar la figura del dirigente.³ También se abandonó la política de masas del maoísmo y se moderaron las luchas sociales, lo que no impidió que recuperase temporalmente poder suficiente a fines de los 80 para frenar las reformas.⁴

² Lemoine F. (1986) p. 51, Zhiren C. (1989) p. 97

³ Tras rehabilitar a agravados, en 1981 el Partido Comunista hizo un ajuste de cuentas con la Revolución Cultural, que llamó desgracia nacional, y confirmó su título de Gran Timonel a Mao.

⁴ Lichtenstein P. (1991).

CONTRA-REFORMA Y EL DERRUMBE DEL SOCIALISMO EN EL MUNDO

Un trasfondo insoslayable del proceso de las reformas fue la caída de los regímenes socialistas en Europa y la URSS a finales de los 80. Cambió el conflicto este-oeste, y se replantearon las relaciones con China en Europa, Japón, y sobre todo Estados Unidos, ante la posibilidad de acabar con el socialismo y hacer negocios. Esto aceleró el proceso de acercamiento iniciado en 1972 con la visita del Presidente Nixon, seguido por el reconocimiento de China en los 80 como única representante ante las Naciones Unidas, y su ingreso a organismos económicos mundiales. En todo caso el nuevo estatuto internacional abrió acceso a China a nuevos mercados externos, tecnologías, créditos e inversiones, una vez que estableció el cánón para ello. Pero también amplió la audiencia de los opositores a las reformas y agudizó la crítica a la excesiva velocidad de los cambios por los desajustes económicos que creaba.

De esta manera convergieron hacia finales de los 80 la presión por moderar el crecimiento para estabilizar la economía y el mayor poder de los opositores a las reformas, para dar lugar a la política de "corrección de efectos indeseados".⁵ Al mismo tiempo las demandas de apertura política que venían surgiendo culminaron con la tragedia de la Plaza de Tíannamen en 1989. Tres años más tarde, el Primer Ministro Deng, cabeza de los reformistas, desplazó a los opositores mediante el recurso insólito a la opinión pública. Se retomaron las reformas reduciendo subsidios a la exportación.

POLITICA Y REFORMA ADMINISTRATIVA

La apertura económica fue encabezada por el Partido Comunista, cuyo dominio formal poco han alterado las 200 leyes aprobadas hasta mediados de los 90 para dar mayor representación y presencia a los partidos minoritarios (8), organizaciones sociales y ciudadanos. Pero las reformas han alterado las estructuras del poder, y abierto expectativas de participación democrática, a pesar de represiones. De esta manera, entre reformas y luchas dentro del PC, procede una transición política, modesta aun y sin explosiones, a diferencia de la experiencia maoista, gracias en parte a las mejores condiciones de vida de la población, aun si, se despolitiza y se erosiona su ideología socialista.⁶

⁵ Fanjul E.(1991) p. 83

⁶ Una fuente indica que en los últimos 20 años alrededor de 300 millones de personas salieron de la pobreza (*The Economist*, Survey China p. 16, 8 marzo 1997). Otra aprecia que la población pobre era 28% en 1978 y 10% en 1985 (World Bank 1992a, p. 20).

A su vez, en 1987 se emprendió una reforma político-administrativa permanente, que en 1992 y 1993 introdujo cambios importantes.⁷ Pero las tareas pendientes son inmensas, como el deslinde de funciones y responsabilidades entre el gobierno y las empresas, que hasta 1978 se fundían según el esquema socialista.

EL CONTROL SOCIAL

En mucho el éxito de las reformas depende del crecimiento económico intenso, y del consenso al régimen, que permite mantener la estricta regulación social tradicional, incluso de la reproducción humana, que tanta atención y críticas mundiales ha convocado. El argumento fuerte del control natal es que con una población de 1 200 millones de habitantes, y la demanda de 8 millones de puestos de trabajo al año, la única opción es frenar el crecimiento. Para ello se impuso la norma de 2 hijos por pareja, que desde 1980 se redujo a uno.⁸ No sin resistencias y exceso, incluso infanticidios para asegurar el descendiente varón. Pero en general el éxito del programa se atribuye a los desincentivos materiales que reducen los subsidios familiares y el nivel en puesto de trabajo y salarial a aspirar, al tener mas de un hijo.

Otro aspecto central del control es la regulación del movimiento migratorio. Ciento que se han relajado las restricciones para los viajes interiores, pero se mantienen las disposiciones sobre el cambio de localidad que exigen tener permiso de las autoridades del lugar de origen y de destino, que solo se otorga si se tiene trabajo en este. Lo cual explica el modesto crecimiento de las grandes ciudades, y la limitada aglomeración de desocupados.

LAS CONDICIONES DE LAS REFORMAS

A diferencia de otras reformas socialistas, la de China tuvo ventajas importantes, como su planificación menos centralizada y rígida, la organización comunal que favoreció el desarrollo mercantil, y el pragmatismo en la conducción del proceso.⁹ No menos importante fue que en 1978 había insatisfacción con el tipo de crecimiento y con el radicalismo, pero no crisis. Eso evitó la

⁷ El Plan 1996-2000 combate la hipertrofia e ineficiencia del sector público mediante su reorganización y la reducción de la burocracia en 25%. Los organismos dependientes del Consejo de Estado pasaron de 86 a 59, y los no permanentes de 85 a 26. Gobierno de China (1993) pp. 21-23.

⁸ Lemoine F. (1986). El crecimiento natural de la población pasó de 1.7% anual en 1990, a 1.1% en 1995, Shi Q. (1996).

⁹ La planificación en la URSS controlaba 20 000 productos frente a 500 en China. En cuanto al pragmatismo, se dice que fortalece resistencias a las reformas y crea incertidumbres. World Bank (1992a) pp. 1-5. Perkins D. (1988).

necesidad de una terapia de choque, y permitió un tránsito con menos dislocaciones económicas y administrativas, y facilitó ensayar soluciones. Todo ello elevó el efecto de las inversiones, el uso mas intenso de la infraestructura, y el aumento de la eficiencia y la productividad, a partir de muy bajos niveles. Otra ventaja fue la gran demanda interna insatisfecha y el aumento del comercio entre provincias. Pero tambien surgieron desequilibrios e inflación, y creció la diferenciación social. Desde luego, tuvo repercusiones mundiales el corrimiento ideológico y económico de China en plena Guerra Fría, y generó agrias críticas y defensas apasionadas entre las corrientes socialistas.

En todo caso los resultados son espectaculares.¹⁰ Entre 1979 y 1995, el PNB creció mas de 9% anual y el comercio exterior aun mas (del 32º lugar mundial que tenía, pasó al 11º). Las exportaciones en relación al PNB se elevaron del 4.7% al 40% (Cuadro 1). No solo, sino que gracias al superavit corriente y la política de reservas, desde 1990 se elevaron hasta ser 100 mmd en 1995, solo superadas por Japon.¹¹ Pero no todo fue exportación. La demanda interna tambien creció, sea la inversión bruta (cerca de 40% del PNB), o el consumo familiar que se elevó 5% anual.¹² Se estima que en 1996 el PNB creció 10% (5% la agricultura, 12% la industria, y 8 % los servicios). La inversión bruta fija creció 12.5%, la extranjera 16% (la directa fue de 37 mmd), y la inflación fue de 6%.¹³ El ingreso por habitante creció 8% en el campo y 3.4% en las ciudades, y 12% el consumo personal.¹⁴

2. PROCESO DE LAS REFORMAS

LA POLITICA DE PUERTAS ABIERTAS 1979-1984

La secuencia de cambios se inició en 1979, dentro del régimen de centralismo democrático, dando prioridad a los incentivos materiales, la propiedad privada y las relaciones mercantiles. Fue predominando el interés funcional,

¹⁰ Se acusa con frecuencia de excesos a la estadística oficial. China Survey p. 5, *The Economist*, marzo 8 de 1997.

¹¹ Las reservas cubren 9 meses de importaciones, que es un costoso exceso *The Economist*, 11 enero de 1997, p. 66.

¹² Así lo indica el aumento de 10% anual desde 1979, de las ventas al por menor de bienes consumo. Gonzalez García J.(1996) p. 986. Gobierno de China (1994b), pp. 19-20.

¹³ Reporte de la Academia de Ciencias Sociales, *China Business*, octubre 7 de 1996. Oficina Estatal de Estadística.

¹⁴ Las condiciones de vida mejoran desde 1979, a partir de niveles muy bajos. Así la viviendas urbana por persona pasó de 3.6 metros cuadrados en 1978 a 7.9 en 1995. Shi Q. (1996) pp. 102-103.

técnico y macroeconómico, respecto a los principios de igualdad del socialismo, que incluso se redefinió en cuanto ser el sistema para el mayor desarrollo de las fuerzas productivas.¹⁵

En esta etapa, denominada de Puertas Abiertas, el objetivo fue elevar las condiciones de vida mediante la apertura de mercados paralelos a los administrados, y transformar las relaciones económicas, sobre todo en la agricultura.¹⁶ La planificación cedió espacios y se modificó ante el avance de la gestión privada, el cambio en la administración pública, y la desestatización parcial de la economía. También se adaptó el sistema monetario y crediticio a las nuevas relaciones mercantiles y de propiedad, al dividir la banca estatal, única existente, en central y comercial. Se optó por hacer de la exportación un eje del crecimiento y atraer inversiones externas para adquirir nuevas tecnologías. De inmediato se firmaron contratos de riesgo para la exploración marina de petróleo. También se procuró el ingreso al GATT (ahora a la Organización Mundial de Comercio), al FMI y al Banco Mundial.

PRIORIDAD DE LAS REFORMAS RURALES

Hoy el 70% de la población es rural. Ello explica la prioridad que se dió a la reforma agrícola, aprovechando la infraestructura existente, el amplio aparato administrativo, y las relaciones comunales. Esto permitió un gran desarrollo de las fuerzas productivas sin grandes tensiones, al disolver las comunas y los equipos de trabajo, y cambiar la planificación basada en cuotas y en el principio de igualdad en el ingreso. Para ello se hicieron ensayos en Sichuan en 1980-1981, de los que resultó el sistema de contratos familiares con los campesinos, que estipulan la venta de una cuota al mercado regulado, y el derecho a vender en mercados libres sus excedentes. Con ello el ingreso depende del desempeño.¹⁷ Resalta que no se alteró la propiedad comunal de la tierra, sino se les arrendó por 15 años. Ahora se hace por 30 o más, si se requieren grandes inversiones.¹⁸

La aceptación fue instantánea. Para 1984 el 97% de las familias se habían acogido al contrato y ampliado los mercados libres.¹⁹ El sistema se extendió a

¹⁵ Hsu R. (1991) pp. 4-6, 53-54.

¹⁶ Borrego J. (1990). Hacia 1991, el 35% de las materias primas y el 25% de los bienes de consumo no tenían precios de mercado. Para 1995 el 13% seguían solo con precios regulados.

¹⁷ El agricultor entrega la cuota al mercado regulado a precio no menor al mínimo. Gobierno de China (1994 a), pp 3-4.

¹⁸ Ibid pp. 8-9.

¹⁹ En 1985 culminó la polémica sobre precios de granos que se desdoblaron en administrados y libres. Hsu R. (1991) p.116.

otras actividades rurales y urbanas. El gobierno se esmeró en ampliar la investigación, la infraestructura y el crédito. La producción y los rendimientos respondieron a los cambios y al aumento de precios.²⁰ El abasto mejoró, sobre todo el mercantil, de forma que en 1984 solo se racionaba el arroz, el aceite comestible y el carbón, y en 1993 se realizaba en mercados libres el 66% de toda la producción no sujeta a monopolio estatal (algodón, tabaco y capullos de seda). Cada vez más el equilibrio macroeconómico del sector dependió de los contratos, el crédito, y los precios mínimos y libres, manejados a través de compras para la reserva de granos.²¹

El PNB agrícola creció 12% anual de 1978 a 1984, y menos de allí en adelante, al agotarse las ventajas más fáciles, pero en todo caso fue de 5% anual entre 1978 y 1995 (Cuadro 1). La amenaza secular del hambre desapareció, y creció la exportación.²² Con todo hay regiones muy pobres, y preocupa el crecimiento que depende del cambio tecnológico, ahora a cargo de las familias.²³

En 1989 la corrección de los “efectos indeseados” fortaleció la planificación, y redujo el mercado a complemento.²⁴ En 1992 se retomaron las reformas bajo esta consigna, pero el avance de las relaciones mercantiles es claro. Ahora se ensaya el privatizar la tierra e instalaciones de los viejos colectivos, creando sociedades por acciones que los agricultores pueden adquirir, o solo comprar derechos de renta. La idea es que la base de la asignación de todos los factores sean sus precios reales.

Un objetivo de la privatización es liberar al campesino del vínculo exclusivo con la tierra, para que tenga otra ocupación sin comprometer sus intereses, o sea su proletarización mayor. Como contrapartida se procura absorver la desocupación que genera el cambio tecnológico con empresas industriales y de servicios, para transformar y comercializar *in situ* los productos rurales.

²⁰ Los precios aumentaron 77% entre 1978 y 1986, y de nuevo en 1991; World Bank (1992 b), Takagi Y. (1996). De 1982 a 1988 pasó el fertilizante apicado de 2.3 kilos a 150 por hectárea. La producción de granos creció 12% anual y el rendimiento por hectárea de arroz pasó de 2.9 a 5.2 toneladas. Piso Joó S. (1966), p. 32.

²¹ Gobierno de China (1994a), pp. 15-16

²² El rendimiento en cereales pasó de 2.5 toneladas por hectárea en 1978 a 4.1 en 1984; de algodón se duplicó; de caña de azúcar se multiplicó por 2.4, de remolacha por 3.5, de frutas por 3.6. También aumentó la producción ganadera y pesquera.

²³ De 1978 a 1993 los tractores pequeños pasaron de 1.4 a 7.8 millones, y automotores de 74 mil a 680 mil. El 50% de los activos agrícolas eran familiares. Gobierno de China (1994a) pp 27-28.

²⁴ Sicular T. (1993) p. 47

Son comunales que se piensa convertir en sociedad por acciones. Para facilitar el cambio ocupacional, se relajó un tanto el control de la migración interna. Así la ocupación rural pasó de 307 millones en 1978 (90% agrícola) a 444 en 1993 (75% agrícola). A su vez las empresas rurales no agropecuarias, de 1.5 millones en 1978 pasaron a 25 millones en 1995, con 123 millones de trabajadores. Entre el 30 y el 50% del ingreso familiar rural se genera en esas empresas, y aportan un tercio de la producción industrial nacional.²⁵

La reforma dividió poderes y funciones, al quedar la actividad económica y el derecho de gestión en manos de los agricultores. A la vez la administración del poder de las comunas ahora es ajena a la gestión económica.²⁶ Fue una ruptura profunda del esquema socialista tradicional.

MERCADOS INTERNOS Y PRIVATIZACIONES

La apertura a la actividad privada y de mercados libres junto a los administrados, multiplicó de inmediato el intercambio de productos agropecuarios, el pequeño comercio, el transporte ligero, pequeñas industrias, talleres de reparación, y la producción y venta de alimentos, a través de millones de negocios.²⁷ A fines de los 80 aumentaron las inversiones directas extranjeras asociadas con empresas exportadoras estatales y colectivas.

La privatización de empresas estatales se inició en algunas en 1980 con la emisión y colocación de acciones. También se emprendió su desregulación y descentralización administrativa al cederse el control de su operación e ingresos contra pago de impuestos.²⁸ También se introdujeron criterios de rentabilidad y leyes de bancarrota (1988), que no se aplican del todo. Este proceso, de inmensa magnitud dada la extensión del sector estatal, fue apoyado por la descentralización de la administración pública para ceder poder a las autoridades locales y regionales, y participación en el ingreso fiscal. Todo ello redujo el peso del gobierno central y redefinió al sector estatal.²⁹

²⁵ Gobierno de China (1994 a) p. 17-21. Shi (1996), p. 86.

²⁶ Noe V. (1989), pp. 185-188.

²⁷ A fines de los 80 había 115 000 grandes empresas privadas con casi 2 millones de trabajadores, y entre 13 y 22 millones de empresas pequeñas, según la estimación. Fanjul E. (1991) p. 100.

²⁸ World Bank (1992a) p. 13. Hsu R. (1991) pp. 57-58. El gobierno absorbió todo el ingreso bruto de las empresas en 1978, y 58% en 1987. Fanjul E. (1991) p. 98,

²⁹ El ingreso del gobierno central fue 34% del PIB en 1978 y 19% en 1992; Banco Mundial, en Rodríguez y Rodríguez (1995) p. 256. Su inversión bruta fue de 12% de la total en promedio en los 80, y 3.5 en los 90; Takagi Y. (1996). Hacia 1989 las empresas estatales aportaban 66% de las manufacturas y 80% de sus exportaciones, y hoy es 50% y 20%; China Survey p. 15, *The Economist* 8 marzo 1997.

Tambien surgieron nuevos problemas. Uno es la especulación y corrupción por la duplicación de mercados y precios.³⁰ Otro es el alto costo del empleo rural no agrícola al crear con frecuencia, por presiones locales, empresas ineficientes, redundantes o de tamaño inadecuado. Es el caso del ensamblado de autos que se hace en mas de 100 plantas de menos de 5000 unidades.³¹ Igual con la asignación del crédito, lo que impide el equilibrio macroeconómico, o la creación de protecciones locales mediante el impimento al paso de productos y su distribución, o la imposición de alcabalas.³²

LAS ZONAS ECONOMICAS ESPECIALES.

Hacia 1984 se moderó el crecimiento agrícola al consolidarse los cambios. Tambien se agudizó el rechazo a la “contaminación espiritual” por la apertura y contacto con el exterior.³³ Se inició el período del *Sistema Economico Mercantil Planificado* (1985-1992) cuyo eje fue la operación plena del proyecto industrial para la exportación y el consumo interno, centrado en las 5 Zonas Económicas Especiales (ZEE) que se crearon en 1980. En estas se otorgan estímulos a la inversión privada, como facilidades para importar, reducción de impuestos a empresas (15% en vez de 55% en el resto del país), y precios bajos de tierras y edificios industriales.³⁴ Se concentraron recursos, y talento gerencial y técnico para aprovechar economías de escala y atraer inversiones externas, y se mejoraron los servicios públicos, las vías de comunicación, y la vivienda.³⁵

En 1984 se extendió el régimen especial a 14 ciudades del litoral, y un año despues se crearon 7 zonas económicas abiertas. En 1988 se adoptó una estrategia exportadora mas agresiva.³⁶ En 1990 se sumó la zona ribereña vecina a Shanghai, y dos años despues, las ciudades fronterizas y las capitales de todas las provincias y regiones autónomas. Ademas se crearon otras 13 zonas libres de derechos aduaneros, y 52 de industria de nueva y alta tecnología. Asi todo el sur de China se convirtió en zona de estímulos.³⁷

³⁰ En los 90 el 30% de la producción de las empresas estatales llega a su destino al precio regulado, otro tanto a precios mayores, y el resto se desvía. World Bank (1992a) p. 7

³¹ World Bank (1992a) p. 7, Hsu R. (1991), p. 51.

³² China Survey p. 17, *The Economist*, 8 marzo 1997

³³ Hsu R. (1991), p. 35

³⁴ Takagi Y. (1996).

³⁵ Howe y Hueh (1984).

³⁶ Hsu R. (1991) p. 138.

³⁷ Gonzalez Garcia J.(1996) p. 986. Gobierno de China (1994b), pp 19-20.

Entre 1978 y 1984 maduraban los cambios por lo que la industria creció 6% pero aportó gran parte de las exportaciones.³⁸ Por entonces persistían grandes restricciones y controles sobre las empresas estatales y colectivas. En 1985 se abatieron los subsidios directos, incluso a insumos básicos, para ir alineando los precios internos con los mundiales. Con todo se alteró poco la protección arancelaria (que es de las mas altas del mundo), o los controles de cambios y de las importaciones.³⁹ En todo caso, entre estímulos, apertura de mercados, aumento de la demanda interna y de las exportaciones, el crecimiento industrial fue de 12% anual entre 1978 y 1995 (Cuadro 1), similar al de los 4 tigres asiáticos, pero menos elogiado por razones políticas.⁴⁰ Despues de todo China era el 2º enemigo del capitalismo, con todo y los conflictos con la URSS, que Occidente procuró aprovechar.⁴¹

La oferta industrial se fue desregulando a base de mercados paralelos, de manera que a mediados de los 90 quedaban pocos bienes estratégicos administrados, como energía eléctrica, petróleo, carbón, acero. Se procuró el impulso de tecnologías complejas, y se modificó la prioridad tradicional a la industria pesada, que había alcanzado grandes avances con el apoyo de la URSS, en torno a 156 grandes proyectos que en 1978 aportaron el 57% del PNB industrial. Pero era una estructura industrial incompleta, con gran desperdicio de capacidad, como lo delata el gran peso del sector de bienes de producción. Con la reforma se multiplicaron las empresas pequeñas y medianas de bienes de consumo que aprovecharon la exportación y demanda interna de textiles, zapatos, aparatos eléctricos y muebles, entre otros.⁴² No sin conflictos por la diferencia de criterios públicos y privados sobre el mercado, los objetivos microeconómicos o la asignación de factores.⁴³ El intenso crecimiento se enmarcó en el plan rector que normaba las importaciones, fijaba las cuotas de exportación a gobiernos locales y empresas, y controlaba las divisas.

³⁸ La exportación, la mayoría de manufacturas, creció de 18% en 1978 a 33% en 1981, y se moderó de allí en adelante (Cuadro 1).

³⁹ Sin embargo se controla solo entre el 20 y 30% del comercio externo. Gonzalez García J. (1996) pp. 983-984.

⁴⁰ La razón política del apoyo por Estados Unidos en el desarrollo de oriente fue poderosa, sea en Japón para contener a China, en Hong Kong, «cabeza de playa» del capitalismo, Taiwán, el «portaviones» fijo, o Corea del Sur.

⁴¹ El nuevo estatuto de occidente y Japón con China resultó en parte del interés por impedir la mejora de sus relaciones con la URSS. Hsiung J.S. (1992) p. 71

⁴² World Bank (1992a) p. 3

⁴³ Aun en investigación y desarrollo en ciencia y tecnología, se repiten esos problemas. Conroy R. (1992) p. 27.

LA INVERSIÓN PRIVADA Y EXTERNA

Desde 1979 se hicieron adecuaciones para estimular la inversión privada y extranjera.⁴⁴ Destacan las 22 medidas de 1986, tomadas en vistas a la unificación de Hong Kong, que relajaron el control estatal y liberaron la compra de divisas. La respuesta más intensa fue de la inversión privada, sobre todo en pequeñas industrias, comercio, transporte, y servicios personales, gracias al robusto ahorro interno, que varía en torno a 40% del PNB (Cuadro 2). En el comercio la privatización se inició en 1982, y para 1985 el 75% de las empresas eran privadas, excepto las de comercio al por mayor que controla el Estado.⁴⁵ Muchos gobiernos locales apoyan la formación de empresas privadas con subsidios a servicios y renta de locales. La privatización avanzó al desregularse la economía y los precios de casi todos los insumos, y admitir inversiones externas.⁴⁶ Sin embargo se reservan ramas de insumos estratégicos para regular y apoyar la industria y mantener la ocupación, a costa con frecuencia de la eficiencia, que obliga a subsidiarlas.

El interés principal por la inversión extranjera no es financiero sino por incorporar nuevas tecnologías y entrar a mercados mundiales, el uso mejor de recursos naturales y ampliar la infraestructura. Las inversiones se pactan por 15 a 25 años, dentro de planes de largo plazo. Pero son complejas las regulaciones y leyes mercantiles, múltiples los obstáculos para entrar al mercado interno, e incierta la situación política y de la propiedad industrial. Con todo abundan las ofertas de inversiones externas, que son cuidadosamente evaluadas.⁴⁷ En general son coinversiones por contrato en los que el socio externo aporta tecnología, equipo, y canales de exportación. China aporta recursos, espacios urbanos, trabajo, infraestructura, servicios e insumos. Pocas son las coinversiones de riesgo en que los socios comparten ganancias y pérdidas. Hacia 1995 había 234 000 empresas de todo tipo con inversión extranjera, incluso agrícolas desde 1990, dentro de un total de más de 13 millones. De aquellas, las industriales (167 000) aportaron 8% del valor de la producción del sector y 30% de sus exportaciones.

Con todo, al igual que la deuda externa (95 mmd en 1995), es modesta la inversión extranjera, que pasó de 1 mmd en 1984 a 38 mmd en 1995, con un

⁴⁴ Entre 1978 y 1993 se reformaron las estructuras tributaria, financiera, bancaria, y de inversiones, mediante más de 500 leyes y reglamentos. Gobierno de China (1994 b), p. 21.

⁴⁵ El estado maneja casi todo el comercio al por mayor de productos agrícolas y controlados o racionados, y las tiendas de departamentos. World Bank (1992a) p. 12.

⁴⁶ Conroy R. (1992) p. 31.

⁴⁷ Kamath S. (1990).

total de 64 mmd, del que 75% es de Taiwan y Hong Kong.⁴⁸ A la vez las inversiones industriales y comerciales en el exterior eran de 5mmd en 1995 a traves de 5000 empresas. A partir de 1989 se abrieron los mercado accionarios al capital externo para colocar bonos gubernamentales, y valores desde 1991. Tambien aumentan los contratos de trabajadores migratorios al exterior.⁴⁹

SOCIALISMO DE MERCADO. 1993-2000 Y DESPUES

El 9º Plan Quinquenal (1996-2000) se propone crear un sistema económico moderno y competitivo, con amplia participación privada en casi todas las ramas. Señala que el estado actuará a traves de grandes empresas estatales y de la regulación de variables estratégicas, dentro de una planificación limitada. Los referentes principales de política económica son elevar la productividad, fortalecer los polos de desarrollo, avanzar en las exportaciones mas complejas, en la unificación de Hong Kong y Macao, y en la convergencia comercial, financiera y tecnológica con Taiwan, que prometé un formidable poderío.⁵⁰ Por lo pronto se pretende que en el 2003 China sea un competidor mundial de primera linea. Para ello debe avanzar en la modernización y cambiar las estructuras que comprometen la eficiencia global.

La heterogeneidad tecnológica es un gran obstáculo a la eficiencia global. El transporte es paradigmático. La bicicleta es el medio principal de transporte urbano de personas y de gran parte de la carga ligera. Fue buena solución ante la imposibilidad de ampliar el transporte masivo, pero su baja eficiencia, velocidad y capacidad de carga, se pagan con niveles de vida. En el transporte interurbano, a las bicicletas se suma la tracción animal (camellos y equinos) para obstruir el tránsito automotor.⁵¹ La situación se repite en todas las ramas de la economía al convivir formas modernas y arcaicas que limitan la produc-

⁴⁸ Gonzalez Garcia J.(1996) p. 986. Gobierno de China (1994), pp 1-2. En 1993 se ratificaron 83 000 proyectos de coinversión (70% mas que en 1992), por 111 mmd (90% de aumento). A las coinversiones regionales China aporta su mercado, recursos naturales, trabajo, investigación científica y tecnológica. Hong Kong, Taiwan y Macao, su industria, capital, aptitud para exportar, talento gerencial y administrativo. Hsiung J.S. (1992) p. 73-78, Chen y Ho (1994).

⁴⁹ *China Daily*, 7 de octubre de 1996.

⁵⁰ El avance de la unificación es reconocido por el Banco Mundial y el FMI que consideran en sus informes a China, Macao, Hong Kong y Taiwan como una región.

⁵¹ Se hacen grandes esfuerzos para modernizar el transporte masivo con vías rápidas urbanas, el aumento del parque automotor, y vías ferreas, que aumentaron en 11 000 kilometros de 1991 a 1995.

tividad. A la solución del gran problema de la modernización armónica se añade el de la contaminación urbana y rural que supone altos costos en cambios en el transporte, la industria, la generación de electricidad, y aun en los hogares, donde es común el uso del carbón.

3. LAS PERSPECTIVAS

INCOMPETENCIA DE LAS EMPRESAS ESTATALES

El rezago en eficiencia y productividad de las empresas estatales, que obliga a subsidiarlas, se debe a incompetencia gerencial, insuficiencia de fondos, obsolescencia o resistencia a los cambios tecnológicos y al ajuste de la planta laboral.⁵² A finales de 1995, las empresas estatales (148 000) tenían pasivos por 405 mmd que equivalen a 85% de sus activos, en gran medida impagables, ya que 45% son deficitarias crónicas, y 70% tuvieron pérdidas en 1996.⁵³ Se otorgaron créditos de emergencia por 358 mmd, que solo relegaron el colapso.

Las autoridades de la ciudad de Beijing suspendieron apoyos a empresas locales inviables, y les advirtieron que se deben fusionar, privatizar o cerrar. Es inminente la extensión de tal política en todo el país, lo que supondrá la desocupación de más de 10 millones de trabajadores, y serias dificultades para otros 20 millones. Es el fin del "plato de hierro de arroz" que aseguraba empleo e ingreso de por vida, aun si modestos. La situación es grave también para gran parte de las empresas rurales. Se habla de docenas de millones de trabajadores redundantes. Por ahora la respuesta es mantener el equilibrio macroeconómico, recapacitar al trabajo, y modernizar y ampliar la industria y los servicios.⁵⁴

LIMITES RECONOCIDOS A LA VÍA CAPITALISTA

De frente a la reiteración de ser el camino al socialismo, destacan los rasgos capitalistas entre la regulación estatal de las principales variables económicas, y la planificación provincial que sustituye a la central, no siempre con ventajas.⁵⁵ Para los pragmáticos el problema no es la disyuntiva entre capitalismo o socialismo, sino hacer este más flexible y eficiente dentro del marco de

⁵² En 1995, 20% de las empresas eran estatales. Contaban con 75% de los activos del sector y contribuyeron con 75% de los impuestos. Rodriguez y Rodríguez (1995) p. 230.

⁵³ De las 14 000 más importantes, un tercio tiene pérdidas habituales. Oficina Estatal de Estadísticas.

⁵⁴ *China Daily* 7 octubre 1996.

⁵⁵ Takagi Y. (1996) p. 7

las teorías y la cultura chinas.⁵⁶ Pero esto, y casi todo, está en disputa en China. Por ahora predomina el pragmatismo y el entusiasmo por las mejoras materiales, el éxito exportador, y la nueva presencia mundial de China, pero preocupa la desocupación, la modernización de millones de empresas, la eficiencia, la polarización social creciente, las demandas políticas, y los rezagos de la agricultura.

Por ahora los círculos políticos e intelectuales dominantes reiteran que la privatización, la apertura al capital externo, y las relaciones de mercado, tienen dos límites infranqueables. Uno es que en China nunca predominó la propiedad privada, y no se debe extender sin límites para evitar el capitalismo salvaje y el rechazo del pueblo.⁵⁷ Otro es que la vocación comunal y la razón socialista reservan espacios a la propiedad pública. Por eso la economía de mercado debe ser objeto de control estatal a través de los insumos básicos y la banca, pero con tanta o más eficiencia que la de empresas privadas. Se trata así de fortalecer la economía privada y la colectiva, no de debilitar la pública, y el criterio predominante es que el estado regule el mercado, y el mercado guíe a las empresas a través de los precios.⁵⁸

EL PROPOSITO SOCIALISTA EN ENTREDICHO

Pero por aparte de profesiones de fe y disputas, la disyuntiva entre capitalismo y socialismo está en la vida cotidiana. La opción se irá perfilando a través de las soluciones que se den a los grandes problemas de desocupación, tecnificación y participación social y política. Es el caso del desajuste regional, o de la reconversión del sector estatal de la economía, sea que se opte por el crecimiento a cualquier costo, o cuidando la igualdad.⁵⁹ Igual en cuanto a la distribución del ingreso, cuya polarización se agudiza con la economía de mercado y el recorte de subsidios, que de hacerse más equitativo, podría ayudar al control social, como el movimiento migratorio, o de lo contrario desregularse y saturar las regiones de desarrollo, con el consecuente freno al crecimiento.

Lo mismo llevará al deslinde del régimen social la manera de enfrentar problemas de la educación, de creación científica y tecnológica, de la disciplina para la competencia a fin de alcanzar un desarrollo superior.⁶⁰ Por ahora se dice que las reformas económicas son para construir un socialismo redefinido

⁵⁶ Hsu R. (1991) p. 25.

⁵⁷ Xiao-ming H. (1996), Hsu R. (1991) p. 173.

⁵⁸ Yiping L. (1996). World Bank (1992a), p. 10.

⁵⁹ Takagi Y. (1996) p. 7

⁶⁰ Hsiung J.S. (1992) p. 74, Conroy (1992) p. 250

según el mundo actual y las condiciones de China, con una combinación de planificación y mercado. En los hechos prevalece la eficiencia a costa de la igualdad. Lo cierto es que sea el resultado un nuevo socialismo o un capitalismo salvaje, será diferente a cualquier otra experiencia en el mundo, y ciertamente lo afectará.

CUADRO 1

CHINA: Crecimiento anual de variables macroeconómicas (%)

AÑO	PRODUCTO NACIONAL BRUTO			DEMANDA INTERNA Y EXTERNA		
	Total	Agrícola	Industr.	Consumo	Inv. Bruta	Export.
1977		-3,9	13,0	2,3	10,0	2,6
1978		6,6	16,2	6,3	69,8	18,4
1979	7,1	19,5	5,2	9,7	3,2	21,2
1980	8,1	4,6	7,2	12,5	3,4	23,6
1981	4,8	11,7	0,1	9,2	-3,4	33,3
1982	9,0	14,4	6,0	8,9	11,5	12,7
1983	10,6	10,2	8,4	8,8	12,3	4,6
1984	14,1	11,5	12,1	9,3	16,7	26,3
1985	12,3	1,1	14,9	14,1	26,3	27,2
1986	9,0	5,0	8,7	8,3	8,9	28,7
1987	8,3	7,8	10,9	7,2	5,5	26,3
1988	10,0	6,9	12,2	12,3	10,8	6,2
1989	5,0	1,8	6,4	2,4	2,6	2,1
1990	6,5	14,4	2,0	1,8	1,9	47,0
1991	5,5	-2,8	7,5	4,0	-1,3	18,2
1992	18,5	9,7	27,0	17,3	15,6	22,2
1993	13,4*	1,1	21,6	15,4	29,2	-2,7
1994	11,8*		18,7*		11,1	32,1
1995	10,2	4,5	13,6		8,6	27,4

Fuentes: Asian Development Bank (1994).

* World Bank (1995).

CUADRO 2

CHINA: Coeficientes de inversión, ahorro y externos respecto al PNB (%)

AÑO	Inversión Bruta	Ahorro	Exportaciones	Importaciones
1978	39,9	39,3	4,7	5,2
1979	38,4	37,6	5,3	6,1
1980	36,7	36,1	6,1	6,7
1981	33,9	33,9	7,7	7,6
1982	34,7	35,7	8,0	6,9
1983	35,2	35,5	7,5	7,3
1984	36,0	35,4	8,3	8,9
1985	40,5	35,3	9,5	14,7
1986	40,5	36,2	11,2	15,4

AÑO	Inversión Bruta	Ahorro	Exportaciones	Importaciones
1987	39,4	39,7	13,0	14,3
1988	39,7	38,8	12,6	14,6
1989	38,8	38,0	12,2	13,8
1990	37,1	40,3	16,9	14,5
1991	34,7	37,6	18,9	16,8
1992	33,9	35,7	19,5	18,5
1993*	41,2	40,2	23,9	24,8
1994*	43,6		24,9	24,3

Fuentes: Asian Development Bank (1994).

* World Bank (1995).

ABSTRACT

The article analizes the main results of the social reforms in China in the two last decades. It emphasizes the end of the European and Soviet Socialisms and the approximation of the United States ; the priority of the reforms in the rural areas and State estimulations to the investments growth. It concludes indicating the views to a "Market Socialism" and the limits of the capitalist way. A new Socialism or a wild capitalism could be a unique experience and, certainly, will affect the world.

RÉSUMÉ

L'article analize les principaux résultats des réformes faites en Chine durant les deux dernières décennies. Il focalise surtout l'importance de la fin des socialismes européen et soviétique ainsi que le rapprochement avec les États-Unis d'Amérique, la priorité des réformes rurales et des bénéfices de l'État en vue de l'accroissement des investissements. Conclue en indiquant les perspectives en vue d'un "socialisme de marché" et aussi les limites de la voie capitaliste. Un nouveau socialisme ou un capitalisme sauvage seront une expérience hors-paire pour notre planète qui en sera certainement affectée.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Asian Development Bank (1994) *Indicators of Developing Asian and Pacific Countries*, Bangkok.
- Borrego, John (1990) "La reintegración de China", en Alvarez y Borrego, compiladores, *Méxic: o en la Cuenca del Pacífico*, Facultad de Economía, UNAM.
- Conroy, Richard (1992) *Technological Change in China*, Paris: OECD.

- Chen E. y Ho A.(1994) "Southern China Growth Triangle: An Overview", en Thant M., Tang M. y Kakazu H., *Growth Triangles in Asia*, Oxford: University Press, Hong Kong.
- Fanjul, Enrique (1991) *Reforma y crisis en China*, Madrid: Arias Montano.
- Gobierno De China (1993) *China. Estructura política, Presencia de China*, Beijing: Editorial Nueva Estrella.
- Gobierno de China (1994a) *China. Agricultura diversificada rumbo a la modernización, Presencia de China*, Beijing: Editorial Nueva Estrella.
- Gobierno de China (1994b) *China. Diez empresas sobresalientes de coinversión, Presencia de China*, Beijing: Editorial Nueva Estrella.
- Gonzalez Garcia, Juan (1996) "China: comercio exterior y crecimiento económico en el camino del mercado". *Comercio Exterior*, vol 46 nº 12, diciembre.
- Howe y Hueh (1984) "China's International Trade", *China Quarterly* nº 100
- Hsiung, J.S. (1992) "China in the Twenty-First Century Global Balance: Challenge and Political Response", en Clark and Chan (Editors), *The Evolving Pacific Basin in The Global Political Economy*, Colorado: Lunne Rienner Publishers, Boulder.
- Hsu, Robert (1991) *Economic Theories in China 1979-1988*, Cambridge: University Press.
- Kamath, Shyam (1990) *Foreign Direct Investment in a Centrally Planned Economy: The Chinese Case*, EDCC nº 39.
- Lemoine, Francoise (1986) *L'économie chinoise*, Paris: Editions La Découverte.
- Lichtenstein, Peter (1991) *China at the Brink. The Political Economy of Reform and Retrenchment in the Post-Mao Era*, Praeger 1991.
- Noe, Victor (1989) "Peasant Entrepreneurship in China", en Nee V., Stark D. (editors), *Remaking The Economic Institutions of Socialism*, Stanford University Press.
- Perkins, Dwight (1988) "Reforming China's Economic System", *Journal of Economic Literature*, junio.
- Piso Joó, Silvia (1996) "China, un país de éxitos y retos", *El Mercado de Valores* Nº 3, marzo.
- Rodriguez y Rodriguez María Teresa (1995) "Reforma económica en China. Herencia del líder o contribución colectiva", *Problemas del Desarrollo* No 103, vol 26, octubre diciembre.
- Shi Qin (1996) *China*, Beijing: Editorial Nueva Estrella.
- Sicular,Terry (1993) "Ten years of reform", en Kueh y. and Ash r., *Economic Trends in Chinese Agriculture*, Oxford:Clarendon Press.
- Tagaki, Yasuoki (1996) "On the high economic growth of China" International Conference of Economic Development in China and Asian Pacific Areas, Beijing: Renmin University, 3-6 octubre.
- World Bank (1992a) *China's Reform Experience to Date*, Discussion Papers nº 180, Washington.
- World Bank (1992b) *Price Reform in China*, Washington: Report 10414.

- World Bank (1995) *Trends in Economic Development*, Washington.
- Xiao-Ming Han (1996) "Deepening the Reform of State-Owned Enterprises". International Conference on Economic Development in China and Asian Pacific Areas, Beijing: Renmin University, 3-6 octubre.
- Yiping Li (1996) "China's Reform At the Turn of the Century". International Conference on Economic Development in China and Asian Pacific Areas, Beijing: Renmin University, octubre.
- Zhiren C.(1989) "Open-Ended Economic Reform in China", en Nee V., Stark D. (editors), *Remaking The Economic Institutions of Socialism*, Stanford: University Press.

Estratégias de integração da América do Sul e seus atores

*Yves Chaloult**

Resumo. O autor analisa o papel do Estado diante das perspectivas estratégicas que se colocam em relação ao processo de integração da América Latina e do Caribe no contexto da globalização econômica e financeira. Estuda os diversos blocos econômicos existentes na região e a influência dos Estados, organismos internacionais, empresas transnacionais, movimentos sociais e Parlamentos no que diz respeito às políticas adotadas nos blocos e entre blocos. Conclui que para contrabalançar os efeitos contraditórios do novo regionalismo econômico e da globalização financeira é necessário que se intensifique a participação dos movimentos sociais, da sociedade civil e dos Legislativos, reforçando, dessa maneira, o pluralismo e a democracia na região.

Palavras-chave. globalização, regionalização, Mercosul, bloco econômico, integração.

1. PROBLEMÁTICA

Na atual transição de um milênio para outro, dois fenômenos capitais afetam e ajudam a redefinir o cenário internacional: o avanço da globalização e o papel cada vez maior da regionalização e dos Blocos econômicos. Os dois processos, apesar de inter-relacionados, têm uma dinâmica própria e atores distintos.

Mesmo sendo um fenômeno de natureza sobretudo econômica, a globalização provoca profundos impactos sócio-políticos e gera contradições na ação

* Yves Chaloult, Ph.D. em sociologia do desenvolvimento pela Universidade de Cornell (EUA), é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e bolsista-pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: yves@unb.br Home Page: <http://www.sol.unb.br/yves>

do Estado, devido à forte influência de dois atores-chave: os organismos internacionais e as empresas transnacionais. Estas, aliás, constituem o próprio carro-chefe da globalização, na medida em que as atuais políticas de liberalização e desregulamentação em nível mundial conferem a elas um grau inédito de liberdade de atuação, expresso na mobilidade do capital industrial produtivo, nas transferências de bens, nas aquisições e fusões de empresas, etc. A globalização ajuda a remover as barreiras à livre circulação do capital, o qual se encontra em condições de definir estratégias globais para a continuidade de seu processo de acumulação.

Do ponto de vista estritamente econômico, o tema da globalização compreende uma variedade de perspectivas: produtiva, comercial, institucional, político-econômica e financeira (Baumann, 1996). Desses, os movimentos financeiros foram os que mais se destacaram nos últimos quinze anos, com um crescimento superior aos índices de crescimento dos investimentos, do Produto Interno Bruto (PIB) e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Um volume cada vez maior de capital produtivo começa a se destinar à especulação. O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores de fazer transações em nível global, em tempo mínimo. Mais de US\$ 1,2 trilhão, só no mercado de moedas, percorre diariamente as principais praças financeiras do planeta. Esses fluxos de capital volátil são uma fonte permanente de desequilíbrio financeiro e instabilidade política. A crise mexicana em fins de 1994 foi reveladora de quão nefastas podem ser as consequências da desregulamentação financeira para os mercados emergentes. Foram necessários aportes externos da ordem de US\$ 38 bilhões, oferecidos pelo governo norte-americano e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para que fossem evitados a falência do Estado mexicano e o risco de uma crise em cadeia do sistema financeiro internacional (*O Contexto...*, 1997: 7). No final de 1997 e durante 1998, o sistema financeiro viu-se de novo abalado, desta vez com crises no Sudeste Asiático, Rússia e América Latina, cujos efeitos atingiram uma parte significativa das economias do planeta.¹

Dois aspectos da globalização — o institucional e o político-econômico — podem implicar a perda ou a redução de certos atributos da soberania econômica e política de um Estado, estimulando este outro fenômeno contemporâneo: a regionalização econômica. Para Oman (1994), a regionalização

¹ No segundo semestre de 1998, aportes externos superiores a US\$ 41 bilhões foram colocados à disposição de um só país, o Brasil, considerado peça central no continente americano, mas não evitaram a abrupta e traumatizante desvalorização da moeda brasileira em janeiro de 1999.

pode ser *de facto* ou *de jure*. É *de facto* quando se dá uma intensa integração natural entre países fronteiriços, como tem sido o caso do Canadá e dos EUA, durante as últimas décadas, e da Ásia do Pacífico, nos dias de hoje. Por sua vez, a integração *de jure* ocorre quando, por meio de arranjos políticos e institucionais, dois ou mais países de uma região formam um bloco econômico, de que são exemplos a União Européia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Nos dois tipos de regionalização, especialmente no segundo, o Estado desempenha um papel fundamental. Note-se, no entanto, que a regionalização *de facto* tem-se acompanhado cada vez mais de acordos regionais *de jure*. A regionalização obedece a certos imperativos estruturais, como a intercomplementaridade recíproca de duas ou mais economias, a intimidade “natural” de comércio, a relativa homogeneidade de condições macroestruturais, etc.

Cumpre frisar que não existe contradição entre a globalização e a regionalização, embora seus atores-chave sejam diferentes. A globalização é um fenômeno relacionado ao *mercado* e tem nas *empresas* seus atores principais; já a regionalização é marcada sobretudo pela primazia da *ação política* dos *Estados*, que estabelecem regras nos planos regionais ou sub-regionais. Quando a regionalização contribui para consolidar o jogo da concorrência, e a ação do Estado reforça a homogeneização das condições de operação do capital em diferentes mercados, os dois processos tendem a se reforçar mutuamente.

Ademais, quando a regionalização estimula a concorrência, internamente ou entre os países-membros de um bloco, propiciando uma integração profunda das políticas nacionais, ela pode fortalecer a soberania coletiva das políticas dos Estados-membros de um Bloco econômico em face do mercado global e consequentemente aumentar a sua eficácia, ao mesmo tempo em que permite uma maior competitividade regional em relação ao resto do mundo (Oman, 1994: 17).

A experiência histórica ensina que o mercado interage com o Estado. A economia não é somente o mercado, mas é também a produção e sua distribuição equitativa, e estas exigem a ação do Estado no sentido de proporcionar condições adequadas a fim de se ter um desenvolvimento sustentável e integrado.

O Estado está passando por um período de reformulação em dois níveis. De um lado, é ator do sistema de relações internacionais e fomenta a formação e consolidação de blocos econômicos. De outro lado, no âmbito doméstico, deve ser interlocutor e representante da sociedade nacional e de seus interesses. Nessa qualidade, compete-lhe promover o debate e criar mecanismos permanentes de consulta sobre as estratégias econômicas, políticas, sociais e culturais para poder construir um projeto regional ou sub-regional de desen-

volvimento viável no atual contexto de construção de diversos processos de integração.

Neste trabalho, analisaremos os atuais processos de integração nas Américas e no Caribe e o papel dos Estados, dos movimentos sociais e de vários outros atores diante da integração em andamento.

2. CONSOLIDAÇÃO DE BLOCOS NAS AMÉRICAS E NO CARIBE

O processo de regionalização *de jure*, sustentado por uma ativa atuação do Estado, despontou com a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que criou a Comunidade Econômica Européia. O histórico acordo influenciou o pensamento de vários estadistas e intelectuais latino-americanos, estimulando a gestação e criação, em 1960, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), por meio da assinatura do Tratado de Montevidéu. Na mesma época surgiram novos blocos econômicos ou formas de integração como, por exemplo, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e, posteriormente, o Pacto Andino, este assinado em 1969 e hoje chamado Comunidade Andina (CAN). Nos anos 70, consolidou-se a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom) e, em 1980, um novo Tratado de Montevidéu transformou a Alalc na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

2.1. O MERCOSUL

No Cone Sul, em 1985, os presidentes do Brasil e da Argentina iniciaram um processo de reaproximação e integração entre os dois países que resultou na assinatura de um Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988. Origina-se aí a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991, quando esses dois países, além do Paraguai e do Uruguai, assinaram o Tratado de Assunção, alicerce para a construção de uma nova conformação geopolítica.

Já em 1998, o Mercosul reunia uma população superior a 210 milhões de habitantes, uma das maiores rendas *per capita* entre os países emergentes, da ordem de US\$ 5,2 mil por ano, e um Produto Nacional Bruto (PBN) de cerca de 1,1 trilhão de dólares, representando mais de 50% do PNB e do produto industrial de toda a América Latina, 46% de seu comércio intra-regional, 45% da população e quase 60% de sua superfície. O Bloco, que é destinatário de nada menos que 80% dos investimentos na América do Sul, é desde janeiro de 1994 a mais importante união aduaneira no Hemisfério Sul.

Deve-se dizer, no entanto, que essa união ainda não é completa. Alguns produtos integrarão a Tarifa Externa Comum somente quando o Regime de Adequação for extinto, no ano 2000, e quando forem unificadas as tarifas de

bens de capital, em 2001, e dos setores de informática e telecomunicações, em 2006 (Barbosa, 1997: 1). Em sentido estrito, portanto, o Mercosul será uma zona de livre comércio e uma união aduaneira completas somente no ano 2000 e no fim de 2006, respectivamente.

Os resultados produzidos pelo Mercosul são uma realidade tanto em nível regional quanto mundial. Internamente, o comércio intra-Bloco saltou de US\$ 4,1 bilhões em 1990 para mais de US\$ 20 bilhões em 1997, crescendo mais de 400%. O intercâmbio entre a Argentina e o Brasil, por exemplo, cresceu 600% no mesmo período, atingindo US\$ 14,77 bilhões em 1998, com um déficit brasileiro de US\$ 1,28 bilhões (Brasil, 1999).

Externamente, o Bloco optou pelo *regionalismo aberto*, com cada país abrindo sua economia e, em conjunto, aumentando a sua presença em uma economia de mercados globais. Assim, em relação ao resto do mundo, de 1990 a 1997, as exportações aumentaram 47%, evoluindo de US\$ 42,3 bilhões para US\$ 62,3 bilhões, e as importações cresceram expressivos 214%, passando de US\$ 25 bilhões para US\$ 78,8 bilhões (Almeida, 1998a).

Outro aspecto importante a assinalar é o caráter *global trader* do Mercosul e seu reforço do sistema multilateral de comércio. Em 1996, por exemplo, 24,1% de suas exportações foram para a União Européia (UE), 15,3% para os EUA, 14,7% para a Ásia, 9,4% para os outros países da Aladi; 22,8% foram intra-Bloco. Em 1997, a UE foi destinatária de 23,4% das exportações e os EUA, de 13,9%. Quanto às importações, o principal fornecedor do Mercosul foi a UE, com 26,4% do total em 1996 e 25,9% em 1997. Nesses mesmos anos, as importações dos EUA passaram de 20,8% para 21,2% (Aladi, 1998).

Maior economia do Mercosul, o Brasil é também um *global trader*, com uma repartição geográfica de seu comércio exterior ainda mais diversificada que a de seus parceiros. Em 1998, 28,8% de suas exportações se destinaram à UE, 26,1% aos países da Aladi, 19,1% aos EUA, 17,4% ao Mercosul e 11,0% à Ásia. Aqui, chama a atenção o percentual relativo ao Mercosul, o qual era de apenas, aproximadamente, 4% em 1991, tendo portanto quase se quintuplicado (*Exportações*, 1997:375). Tamanha evolução não deixa dúvida de que o Bloco tornou-se peça central na geopolítica e na política econômica exterior brasileiras.

As ações dos Estados-membros do Mercosul não se limitam à vertente comercial, refletindo-se também nos investimentos tanto dentro quanto fora da região. Por exemplo, o montante de investimentos brasileiros na Argentina passou de US\$ 700 milhões em 1994 para US\$ 2,3 bilhões no final de 1997, o que é altamente significativo (Coelho, 1998: 43). Ademais, cerca de

quatrocentas *joint-ventures* com companhias brasileiras estão funcionando na Argentina.

Já os investimentos externos diretos destinados ao Mercosul entre 1990 e 1995 representaram 13% do total destinado aos países em desenvolvimento, fora a China, totalizando cerca de US\$ 30 bilhões. Em 1997, segundo o *World Investment Report*, o Mercosul recebeu aproximadamente US\$ 20 bilhões, valor 41% superior aos US\$ 14,2 bilhões recebidos em 1996 (Almeida, 1998a: 10).

Um verdadeiro processo de integração não pode e não deve ser apenas econômico e comercial, mas passa por outras dimensões igualmente relevantes: política, social, cultural, ecológica, etc. A esse respeito, devemos lembrar que o Mercosul em seu nascedouro foi sobretudo político, oriundo de um projeto geopolítico baseado no fomento da distensão política entre a Argentina e o Brasil. Posteriormente, em junho de 1996, os quatro presidentes do Bloco assinaram uma Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul, a chamada “Cláusula Democrática”, pela qual os quatro países assumiram o compromisso de consultarem-se e de aplicarem medidas punitivas, dentro do espaço normativo do Mercosul, em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática em algum Estado-membro. Na mesma oportunidade, assinaram também uma declaração sobre diálogo político, estabelecendo um mecanismo de consulta e de concertação política mútua. Finalmente, firmaram uma declaração sobre as Ilhas Malvinas pela qual reiteram o apoio tradicionalmente dado à posição argentina sobre a questão (Coelho, 1998: 44-45).

No que diz respeito à Alca, os quatro países se reuniram antes das decisões importantes sobre a integração das Américas e, sobretudo, posicionaram-se de maneira uniforme, tomando posições como Bloco e não só como país, tanto nas reuniões de ministros da Alca em Belo Horizonte, Brasil, em maio de 1997, como em São José, Costa Rica, em março de 1998. Também adotaram posições idênticas antes e durante a II Cúpula das Américas, celebrada em Santiago, Chile, em abril de 1998², e mantêm uma coordenação constante em relação ao processo de regionalização.

O Mercosul foi criado há alguns anos e veio para ficar, segundo reconheceu o próprio presidente dos EUA durante viagem ao Brasil em 1997. A exemplo da União Européia (UE), deverá superar as dificuldades que surgirão, sempre caminhando na direção da *consolidação e aprofundamento*. Nesse sentido,

² Existem também reuniões bilaterais entre Brasil e Argentina que visam debater certos conflitos e uniformizar pontos de vista. Em uma dessas reuniões, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1998, foi assinada a Declaração do Rio, na qual se reconhece que “o Mercosul é o mais importante projeto da nossa história de quase cinco séculos de convivência”, e que, “juntos, estamos construindo uma profunda e verdadeira aliança estratégica” (Coelho, 1998: 45).

o papel do Estado é decisivo. O que está em jogo é a própria estabilidade econômica e política de cada país e da sub-região como um todo. Cumpre construir um arcabouço normativo e institucional sólido, capaz de harmonizar as ações dos quatro países e de minimizar os riscos e conflitos internos. Assim, o Bloco poderá reforçar sua imagem como personalidade jurídica que já adquiriu em 1995 e, principalmente, seu papel como ator internacional.

Por outro lado, o Mercosul deve procurar harmonizar melhor as suas políticas macroeconômicas, fiscais e tributárias, se quiser atrair mais investimentos. A fragilidade de sua estrutura jurídico-institucional é outra questão a ser enfrentada, assim como a problemática das instituições supranacionais. Nesse sentido, a criação de um tribunal permanente para todo o Bloco coloca-se como imprescindível.

No que diz respeito à área financeira, impõe-se uma presença mais forte do Estado, de modo a disciplinar a ação de empresas transnacionais e, sobretudo, do capital especulativo. Na crise latino-americana ocorrida no segundo semestre de 1998, por exemplo, faltaram regras comuns para direcionar os capitais e homogeneizar as posições dos Estados.

Será preciso avançar também em relação a temas como propriedade intelectual, políticas ambientais e utilização das novas tecnologias.

A principal lacuna no entanto refere-se à questão social e à maior participação tanto dos empresários quanto dos trabalhadores, nas decisões e nos destinos do Bloco, tema que abordaremos mais adiante. O fato é que a sociedade civil, por meio de seus diversos segmentos como as associações de classe e as organizações não-governamentais, não dispõe dos espaços necessários para estar presente, conforme deveria. O mesmo pode-se dizer com relação aos Parlamentos.

2. 2. A ALCSA

O processo de formação e consolidação do Mercosul se apoiou sempre em um espírito de flexibilidade e sobre um modelo aberto de integração em relação aos outros países da América do Sul, segundo uma ótica de *building block*. Com esses princípios em vista e com o objetivo de dinamizar o processo de integração em curso, em outubro de 1993 o então Presidente do Brasil Itamar Franco lançou a idéia, durante a VII Reunião dos Presidentes do Grupo do Rio³, em Santiago, Chile, da formação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa) que incluiria os países do Mercosul e da Comunidade

³ O Grupo do Rio integra os 11 países da Aladi mais um representando a América Central e outro, o Caribe; é a mais alta instância de coordenação política entre países latino-americanos.

Andina (CAN), além do Chile. O Brasil propôs inicialmente a criação de um programa recíproco de redução tarifária e de eliminação das restrições não-tarifárias que incidem sobre o comércio intra-regional de bens, exceto para os serviços (Chaloult, 1996). A idéia de criação da Alcsa avançou um pouco, mas, por vários motivos políticos e econômicos, ficou “congelada” durante alguns anos, até ressurgir com maior força, especialmente em 1998.

A partir de 1995, quando o Chile percebeu que dificilmente poderia ser o quarto país-membro do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), iniciaram-se as negociações para torná-lo um país associado ao Mercosul, dentro da ótica do modelo 4+1. A Bolívia adotou a mesma atitude e, a partir de 1996, ambos se tornaram países associados ao Mercosul, mediante acordos de livre comércio. O objetivo, a médio prazo, é formar uma zona de livre comércio entre os seis países.

O Mercosul com o Chile e a Bolívia representam mais de 80% do PIB da América do Sul e têm relações comerciais significativas entre si. Por exemplo, em 1997, os países do Mercosul exportaram mais de US\$ 3 bilhões para o Chile e importaram quase US\$ 1,9 bilhão, totalizando uma corrente de comércio de quase US\$ 5 bilhões. Note-se, todavia, que o Chile tinha um déficit comercial de mais de US\$ 1,1 bilhão com o Mercosul em 1997 (Aladi, 1998).

A tendência de uma maior integração entre os seis países vai-se consolidando, não só no plano econômico, mas também no político. Durante a II Cúpula das Américas, os seus Presidentes, em paralelo à Declaração Presidencial dos 34 chefes de Estado ali reunidos, assinaram a chamada “Declaração Presidencial sobre o Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos”, de cunho política.

Obviamente, essa nova forma de integração traz benefícios econômico-políticos para os quatro países-membros. A presença do Chile como país associado abre-lhes uma dimensão biocênica Atlântico/Pacífico, e com ela os portos chilenos, para que os produtos do Mercosul alcancem toda a Ásia. Por sua vez, a integração com a Bolívia facilita o transporte hidroviário e a interligação energética na região. Favorece ainda a implementação do projeto do gasoduto para captação de gás da Bolívia pelo Brasil, no qual estão garantidos investimentos da ordem de US\$ 1,4 bilhão, parcialmente financiados pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Quanto ao processo de integração do Mercosul com o Chile e com a CAN, vale notar que o Bloco daí resultante representa mais de 99% do PIB da América do Sul e totaliza mais de 300 milhões de consumidores potenciais. O Bloco é em si heterogêneo, sendo evidentes as diferenças de desenvolvimento

entre as nações andinas e as do Mercosul. Embora as primeiras possuam o correspondente a 40% da área e a 51% da população total do Mercosul, seu PIB equivale a apenas 22% do PIB do Mercosul. Ademais, somente dois países, Colômbia e Venezuela, são responsáveis por quase a metade do comércio entre os países andinos (Almeida, 1998b).

A corrente de comércio entre o Mercosul e a CAN totalizou cerca de US\$ 4,7 bilhões em 1996 e mais de US\$ 5,9 bilhões em 1997, significando um aumento de mais de 25%, o que mostra quão acelerada é a tentativa de integração econômica. Entre 1990 e 1997, o fluxo das exportações do Mercosul para a CAN cresceu 172% e o das importações, 113%. Existe o perigo de um déficit crescente na balança comercial da CAN com o Mercosul, o que pode complicar e dificultar o processo de bilateralização em curso. Por exemplo, em 1997, o Mercosul exportou mais de US\$ 3,9 bilhões e importou pouco menos de US\$ 2,1 bilhões da CAN (Aladi, 1998).

Apesar das dificuldades, a intensificação dos laços entre esses países avança em nível político e institucional. Em abril de 1998, em Buenos Aires, o Mercosul assinou com a CAN um Acordo-Quadro que prevê a substituição de acordos entre países por acordos entre Blocos e a criação de uma zona de livre comércio entre os dois Blocos a partir do ano 2000. O objetivo do ato, conforme na ocasião se pronunciou o Presidente argentino, Carlos Menem, era a formalização da Alcsa, mediante a expansão e a diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação de travas que afetam o comércio recíproco. O acordo prevê também o estabelecimento do marco jurídico e institucional de cooperação e integração econômica e física, contribuindo para a criação do espaço econômico ampliado, em duas etapas.⁴

Do ponto de vista analítico, a construção da Alcsa se adequa perfeitamente ao modelo de regionalismo aberto adotado pelos países sul-americanos, que, conforme já vimos, é do tipo *de jure*, em que o papel do Estado é vital para o avanço da integração. Ademais, favorece o aprofundamento do Mercosul rumo a um mercado único e à promoção da integração não só comercial, econômica e política, mas também em termos energéticos, viários e de infra-estrutura em escala ampliada. Essa orientação não se volta contra ninguém, pois o que se preconiza é o regionalismo aberto.

⁴ Em 1999, os dois Blocos negociam um acordo de preferências tarifárias sobre a base do patrimônio histórico, mas que pode incluir produtos novos. Tal acordo substituiria os de alcance parcial existentes entre os países das duas regiões. Embora as negociações sejam difíceis e lentas, Mercosul e Can esperam assinar um acordo de livre comércio que abordará o universo dos produtos.

A ampliação da rede dos acordos de livre comércio, em diversos níveis e com vários países da América do Sul, tem muitas vantagens. Ela dá um maior poder de barganha nas negociações de acordos de integração com países desenvolvidos. Por outro lado, a ampliação do mercado resulta em economias de escala, as quais se traduzirão em posições de maior eficiência, diminuindo os altos custos de um ajustamento, na hipótese de integração com países do Hemisfério Norte, seja via Alca ou via UE. Do ponto de vista dos empresários, as análises indicam que o mercado regional é fundamental para as pequenas e médias empresas no aprendizado do comércio externo. Essas empresas conseguem exportar para países latino-americanos, mas não teriam de imediato o fôlego necessário para entrar no mercado dos países do Norte. Uma fase de transição é benéfica.

2.3. ALADI, MCCA E CARICOM

O Mercosul está negociando com o México, único país da Aladi que não pertence à América do Sul e está pouco envolvido no processo em curso. As negociações, no entanto, têm progredido muito mais lentamente do que se esperava. Enquanto o Mercosul inclina-se por um acordo do tipo 4+1 com bilateralidades excepcionais, o México pleiteia um critério mais flexível, com maior presença de concessões bilaterais específicas (lembremos que o acordo de alcance parcial que liga o México e o Uruguai no âmbito da Aladi tem uma ampla cobertura de bens). Essas diferenças de perspectiva, que minam a união de todos os 11 países latino-americanos da Aladi, podem se arrastar por muito tempo, especialmente tendo em vista que o México é membro do Nafta e que, de outro lado, tem vários acordos bilaterais com países latino-americanos e do Caribe.⁵

Focalizando o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), constatamos que as relações comerciais são pouco significativas. Por exemplo, em 1997 o Brasil exportou para aquele Bloco apenas US\$ 199 milhões, o equivalente a cerca de 0,4% de todas as suas exportações. Comparando esse montante com o de anos pretéritos, verifica-se que não houve intensificação da integração nos últimos anos, pelo contrário. Em 1992 e 1994, as exportações

⁵ A impossibilidade de se chegar a um acordo plurilateral das preferências para dezembro de 1997 levou os membros do Mercosul a resolver que cada um determinaria de maneira independente os passos a seguir, em termos de renovação transitória dos acordos bilaterais existentes, até que seja concluído um novo acordo mais abrangente (Bouzas et al., 1998). Assim, enquanto os demais países membros optaram por estender seus acordos bilaterais com o México — especialmente a Argentina que, sem consultar os outros países, assinou, em 1998, um acordo até 2001 — o Brasil, em 1998, preferiu não prorrogar o seu acordo.

brasileiras foram de respectivamente US\$ 207 milhões e 242 milhões (*Exportações...*, 1997: 375). Em termos políticos, um fato animador foi a assinatura de um Acordo-Quadro de Comércio e Investimento entre o Mercosul e o MCCA, na Cúpula de Santiago em abril de 1998. O acordo representa um marco político e institucional importante para as duas regiões e poderá acelerar a integração dos dois Blocos.

Por último, os dados relativos às trocas comerciais com a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom) não são dos mais expressivos. Para citar um exemplo, em 1997, o Brasil, principal país do Mercosul, exportou para aquela região somente US\$ 137 milhões, o que representa menos de 0,3% do seu comércio global. Ainda assim, considerando que no período 1992-97 as exportações brasileiras aumentaram de US\$ 87 milhões a um pouco mais de US\$ 137 milhões, podemos concluir que houve um significativo aumento de mais de 58% (*Exportações...*, 1997: 375).

3. RELAÇÕES MERCOSUL/ALCA

Em dezembro de 1994, os EUA formularam convite para uma reunião de Cúpula, em Miami, dos 34 Chefes de Estado das Américas e do Caribe, com exceção de Cuba, a fim de propor a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) até o ano de 2005.

A inflexão que a Alca representa na política hemisférica dos EUA tem elementos de continuidade com o passado, mas apresenta inovações. Os elementos de continuidade estão representados por um certo intervencionismo nem sempre velado. No período da guerra fria, esse intervencionismo assumiu características militares, nos casos, por exemplo, da Guatemala e da República Dominicana. Durante a Aliança para o Progresso, combinou-se a busca da *entente* política, lubrificada por programas de ajuda, com medidas militares de forte potencial intervencionista, consubstanciadas na doutrina de contra-insurgência.

A novidade tanto da “Iniciativa para as Américas” — lançada pelo presidente Bush em 1990, propondo a integração pan-americana por meio da criação de uma zona de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo, tanto quanto da subsequente proposta da Alca, defendida pelo Presidente Clinton, está em que elas não decorrem de uma situação em que os EUA se encontram ameaçados política ou militarmente, o que levaria o país, como nos casos citados, a buscar a coesão continental para fazer frente a um perigo externo. Ao contrário, os EUA ostentam uma posição triunfante e pouco contestada. Ademais, as duas “Iniciativas” não estabelecem explicitamente programas de ajuda. A celebração da democracia, tal como se deu no caso da Aliança para o

Progresso, persiste, só que agora associada com liberalismo econômico, mais especificamente livre comércio.

A Iniciativa Bush não chegou a ser implementada, e a Alca não chega a propor uma agenda abrangente para a América Latina, como no passado. Não obstante, o caráter singelo e a aparência puramente econômica da Alca não deixam de recobrir, de fato, a sua importante vertente *política* (Garcia, 1998).

Os EUA continuam mantendo e até consolidando a sua atual hegemonia nas Américas. O componente político da Alca está diretamente relacionado à emergência e à ascensão do Mercosul, cuja crescente liderança na América do Sul pode a médio prazo forçar os EUA a renegociarem as suas formas de hegemonia. Essa nova situação é claramente ilustrada pelo depoimento, perante uma subcomissão do Senado norte-americano, da representante comercial dos EUA (cargo de primeiro escalão), Charlene Barchefsky:

O interesse crescente que desperta o Mercosul, não só na América do Sul e no Caribe, mas também na Europa, no Japão e na China, é [por nós] percebido como uma ameaça aos interesses comerciais e à própria liderança dos Estados Unidos no hemisfério (Martins, 1997: 57).

A exemplo de outros blocos econômicos, definimos a Alca como sendo uma integração *de jure*, com fortes elementos de *assimetrias* entre os 34 atores/Estados em jogo. Trata-se de uma tentativa de integração que está sendo construída a partir de uma forte pressão de uma das partes sobre as demais, e de ambivalências e relutâncias de outras partes ou blocos já existentes. Alguns países vêem a iniciativa como uma imposição por parte dos EUA (Martins, 1997), com vistas a manter a sua hegemonia na região.

Dois aspectos estão em jogo: o *timing* das negociações e o mérito da proposta. No que diz respeito ao *timing*, o Mercosul deixou claro que a sua posição diverge da dos EUA, que querem apressar o processo de integração. A questão do mérito é mais complexa e está repleta de dúvidas para o Mercosul e outros Blocos ou países, em grande parte devido à evidente assimetria da integração proposta e às tensões e conflitos gerados, os quais só podem ser resolvidos pelos Estados da região.

É certo que os interesses comuns e as vantagens recíprocas advindas da associação de alguma forma qualificam esse diferencial de poder entre as partes envolvidas. Mas parece certo também que, quando esse diferencial é muito grande, ampliando-se a assimetria no âmbito da integração, a apropriação desigual de benefícios que daí pode decorrer pode pôr em xeque o próprio princípio da constituição de blocos regionais. É nesse sentido, aliás, que conflitos de interesses, sobretudo quando decorrem ainda de disputas por hegemonias

políticas, antes restritos às relações bilaterais entre Estados, tendem cada vez mais a também se expressar ‘através’ da regionalização. A eventual formação da Alca apresenta um caso óbvio (e extremado) de integração assimétrica, dado o peso exercido pelos Estados Unidos na região (Martins, 1997: 31).

Do ponto de vista econômico, a assimetria é óbvia. O PIB dos EUA corresponde a mais de 76% do PIB dos 34 países. Por outro lado, os 24 menores países da região, pertencentes sobretudo ao Caribe e à América Central, totalizam menos de 1% do PIB total, revelando disparidades gritantes. A renda *per capita* dos EUA ultrapassa US\$ 26 mil, enquanto a do Haiti é de cerca de US\$ 265.

Para os demais países da região, os EUA são, de longe, o maior parceiro comercial, já o inverso não sendo verdadeiro. Os EUA absorvem 15% das exportações do Mercosul e 38,5% das dos demais países latino-americanos, excetuado o México. Em troca, suas vendas ao Mercosul equivalem a somente 3% de suas exportações totais. Considerando o resto da América Latina, com exceção do México, a proporção é de 3,7% (Serra, 1998: 18).

Essas assimetrias econômicas entre os EUA e os demais países latino-americanos e caribenhos se constituem em um problema fundamental, pois seus efeitos econômicos e sociais têm desdobramentos políticos inevitáveis. Ademais, os alcances da Alca não se esgotam na formação de uma área de livre comércio, mas representam um acordo global que pretende abarcar muito mais, incluindo os serviços, o sistema financeiro, as compras governamentais e os investimentos. Nesse sentido, a proposta visa a aprofundar os processos de desregulamentação econômica e financeira impostos à América Latina no vácuo produzido pela crise da dívida externa dos anos 1980, os quais, em um quadro de claras assimetrias econômicas e tecnológicas, como as que existem entre os EUA e os países da região, tendem a favorecer a economia norte-americana (Tavares, 1998b).

Um outro fato relevante complica a situação: a rápida e unilateral abertura comercial dos países da América Latina nos últimos dez anos. Por exemplo, entre 1987 e 1990, a tarifa média brasileira caiu de 51% para 32,2%, atingindo, em 1996, o nível de 12,1%. Em 1996, vários outros países expressivos da região tinham uma tarifa média da mesma ordem: Argentina, 13,4%, Chile, 11%, Colômbia, 13,4% e México, 12% (Serra, 1998: 20).

Nessa abertura comercial latino-americana, a redução das tarifas não foi acompanhada da introdução de barreiras não-tarifárias às importações, do tipo quotas, barreiras técnicas, sanitárias e ambientais. A política de abertura foi eminentemente unilateral, não se fazendo acompanhar de um relaxamento das

restrições praticadas pelos principais mercados consumidores, localizados nos países do Hemisfério Norte. Conseqüentemente, uma possível implantação da Alca deveria ser acompanhada, em uma primeira etapa, de eliminação substancial das barreiras não-tarifárias impostas pelos EUA sobre as exportações da América Latina e do Caribe. Tal deveria ser feito sem concessões do Sul, simplesmente porque elas já foram feitas, sendo que as tarifas estão baixas e os controles quantitativos foram eliminados (Serra, 1998: 24).

Prova dessa abertura é que o déficit comercial do Mercosul com os EUA vem crescendo exponencialmente. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Brasil, o que em 1991 era um superávit de US\$ 600 milhões na balança comercial do Bloco com os EUA, passou, em 1994, a um déficit de US\$ 1,2 bilhão, aumentando para US\$ 4,6 bilhões e US\$ 5,8 bilhões em 1995 e 1996. Enquanto isso, as exportações daquele país saltaram de US\$ 5,6 bilhões em 1990 para US\$ 17,3 bilhões em 1996, representando um elevadíssimo aumento de 208% (Brasil, 1999).

Focalizando especificamente o Brasil, os dados confirmam a mesma tendência. Com efeito, de 1990 a 1996, as compras provenientes do mercado americano tiveram um aumento de 165,9%, enquanto as vendas do Brasil aos EUA aumentaram em somente 20,9%. O saldo comercial, que em 1990 foi favorável ao Brasil em US\$ 3,2 bilhões, em 1996 tornou-se deficitário em US\$ 2,5 bilhões. Entre 1992 e 1996, as importações brasileiras provenientes dos EUA aumentaram cinco vezes mais do que as suas exportações (Tachinardi, 1997). Em 1997 a balança comercial Brasil/EUA totalizou um elevadíssimo déficit brasileiro de US\$ 4,9 bilhões, enquanto, em 1998, embora menor, esse déficit atingia o expressivo valor de US\$ 3,6 bilhões. Trata-se sem dúvida de dados muito alarmantes para o Brasil, o país de maior peso do Mercosul (Brasil, 1999).

Finalmente, resultados preliminares de uma pesquisa em andamento no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão subordinado ao Ministério do Planejamento do Brasil, apontam os efeitos que uma redução tarifária na Alca teria sobre o comércio entre o Brasil e os EUA. Com as tarifas de importação no comércio bilateral zeradas, as exportações norte-americanas para o mercado brasileiro aumentariam duas vezes mais que os embarques do Brasil para os EUA (Schwartz, 1998).

Todos esses dados ilustram não somente a rápida e unilateral abertura comercial do Sul, como preocupam qualquer analista, se considerarmos que a maioria desses países, além de não ter uma estrutura industrial e agrícola complementar com a dos EUA, possui um nível de integração produtiva, desenvolvimento tecnológico e escalas de produção substancialmente menores,

colocando-os em uma posição de nítida inferioridade para competir com a indústria norte-americana. Uma liberalização do comércio hemisférico, antes mesmo de se chegar à eliminação total de tarifas e de outras barreiras não-tarifárias, teria um impacto altamente destrutivo sobre a indústria de muitos países. Mesmo as empresas que já conseguiram ajustar-se à maior concorrência dos importados decorrente da atual onda política de liberalização, inclusive as que operam no âmbito do Mercosul, da CAN e de outros blocos da região, dificilmente suportariam a redução de tarifas, dado o baixo nível de proteção interna da indústria e da agricultura em alguns blocos (Tavares, 1998b). Todos esses fatores reforçam a posição do Mercosul, que defende que os prazos do processo de integração sejam esticados e que as decisões sejam tomadas na linha de um “empreendimento único” (*single undertaking*). A grande maioria dos empresários e exportadores do Mercosul apóia os respectivos Estados nas posições tomadas pelo Bloco.

Após a Cúpula de Miami de 1994, houve várias reuniões ministeriais a fim de discutir a idéia e o formato da Alca. Como já mencionamos, os 34 chefes de Estado da região reunidos em abril de 1998 em Santiago, Chile, assinaram um “Plano de Ação da II Cúpula das Américas” abordando vários temas sociais, especialmente educação, e firmaram a chamada “Declaração de Santiago”, que apresenta princípios gerais e sua operacionalização no que diz respeito ao processo de integração em curso. Na cerimônia de encerramento da Cúpula, o Presidente do Brasil fez referência, em discurso de improviso, ao único país ausente — Cuba —, defendendo sua futura inclusão no esquema regional e as relevantes políticas sociais daquela nação.⁶

Em Santiago, cinco idéias básicas foram acordadas, indicando que, quanto ao mérito, a Alca deve: a) ser um processo decisório por consenso; b) ser um empreendimento único; c) respeitar a coexistência entre a Alca e os acordos bilaterais e sub-regionais de integração mais amplos e profundos; d) estimular a compatibilidade entre a Alca e a Organização Mundial do Comércio (OMC); e) levar em consideração os países com economia menor, como os do Caribe e da América Central. No que diz respeito a esse último ponto, deve haver um processo de negociação flexível e gradual que favoreça a

⁶ Ao final de sua intervenção, o Presidente Cardoso disse: “E também não gostaria de deixar de dizer uma palavra, uma que seja, sobre as muitas dúvidas e indagações que ouvi pelos corredores, sobre por que não todos. Falta talvez ainda um país. Este país firmou aqui, em Valparaíso, um compromisso com a democracia. Esse país que falta tem um contrato social, preocupa-se profundamente com educação e com saúde. Por que não dar os passos da democracia, que são tão bem-vindos, para que amanhã nós todos possamos dizer: *Nuestra América es una sola, democrática y hecha de hermanos*” (Cardoso: 1998: 3).

implementação de medidas de proteção especial para as economias menos desenvolvidas, a fim de diminuir os impactos dos desequilíbrios econômicos existentes entre, por exemplo, os EUA e os países do Caribe.

A imprensa, alguns analistas acadêmicos como Paul Krugman e vários diplomatas comentaram que os debates em torno de temas como a educação, a democracia, a luta contra drogas e a possível reintegração de Cuba foram bastante retóricos e serviram para encobrir o parcial fracasso das negociações, considerando que, sem a aprovação do *fast track* pelo Congresso norte-americano, o governo dos EUA tinha um poder de negociações bastante reduzido. A falta desse instrumento de negociação favoreceu a estratégia do Mercosul, que era a de protelar a tomada de decisões-chave. Por outro lado, fortaleceu a imagem do Mercosul como Bloco que negocia de forma unida e consegue avançar na defesa de seus pontos de vista.

Os resultados da Cúpula de Santiago também contribuíram para reforçar a liderança do Brasil na América do Sul e no âmbito da Alca como um todo.⁷ Saiu fortalecida a posição brasileira, que defende uma maior autonomia para os países, seja via adesão às regras e normas internacionais, seja via o multilateralismo. Mas, para implementá-la, é indispensável que os mesmos negoциem o apoio de empresários e trabalhadores.

Olhando para o futuro, percebe-se que muitos problemas persistem: a) a falta de consenso entre governos; b) a falta de disposição interna na sociedade civil e no Congresso norte-americano para aprovação do *fast track*; c) a obtenção de tratados comerciais mais amplos na OMC ou outros foros multilaterais.

Entretanto, a contradição maior é aquela que analisamos anteriormente, qual seja, a integração assimétrica que a Alca significa e a acentuada hegemonia econômica e política dos EUA na região. Os países do Mercosul, especialmente o Brasil, tentam negociar os termos dessa hegemonia, por intermédio da negociação dos limites da adesão. Uma posição defensiva frente à Alca pode ser uma posição ofensiva em nível de política regional na América do Sul e, globalmente, em nível de outros foros ou Blocos fora das Américas. Diante de uma ordem em que existe a preeminência absoluta de um país na região e no planeta, buscam-se possibilidades futuras de haver outros núcleos de decisões, sem criar contradições irreversíveis.

⁷ O presidente Fernando Henrique Cardoso foi o único presidente não anfitrião de uma Cúpula a discursar na cerimônia de encerramento em Santiago (os outros oradores foram os Presidentes dos EUA, sede da Cúpula em 1994, e do Chile e o Primeiro-Ministro do Canadá, sede da próxima Cúpula).

Dentro desse prisma, o Mercosul tentou, antes da Cúpula de Santiago, defender negociações efetivas e amplas com todos os sócios da Alca, em que se viabilizariam *trade offs* e em que poderiam ser aplicados princípios gerais e procedimentos que respeitassem as especificidades de cada país e que atuassem no sentido de corrigir, ao invés de agravar, os desequilíbrios existentes na Alca. Após a Cúpula, os países-membros do Mercosul não vêem a Alca como uma inevitabilidade, mas como um possível projeto político e econômico que terá valor somente se for equilibrado, gradual e compatível com os interesses nacionais de cada país.

Na reunião dos Comitês de Negociação da Alca, realizada em Buenos Aires em junho de 1998, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, mostrou-se bastante cético no que diz respeito ao futuro da Alca ao afirmar que

no momento é muito prematuro esperar que possa haver negociações sérias e profundas, porque não há condições políticas para isso, sem o *fast track*. Ademais, o recado do Congresso norte-americano é de que não há disposição política para liberar o comércio aos nossos produtos... Como é que vou entrar em um exercício de liberalização sem saber o que vou ter em troca? Assim, não vale a pena (Gazir, 1998).

Segundo o Ministro, ainda não é possível prever se a Alcsa começará mesmo a ser implementada em 2005, sobretudo quando se considera que uma das principais reivindicações do Mercosul, a de que os EUA levantem barreiras comerciais contra produtos agrícolas, não foi atendida. Antes da reunião de negociações em Miami, em setembro de 1998, o Ministro declarou:

não haverá Alca nem concessões para maiores oportunidades de acesso ao nosso mercado se não houver condições de acesso para nossos produtos no mercado norte-americano (Gonzalez, 1998).

Afirmou ainda que o governo argentino concorda com a opinião do Brasil sobre a Alca (Gazir, 1998).

Finalmente, tanto os empresários quanto os trabalhadores, por intermédio de seus representantes oficiais nas Centrais Sindicais do Cone Sul, apóiam as posições adotadas pelo Mercosul, em particular a cautela, indicando que o primeiro passo é aprofundar o processo de integração em curso no Cone Sul e de formação da Alcsa, incorporando a ele novas áreas, como serviços, propriedade intelectual, compras governamentais, concorrência e novos temas, como meio ambiente, relações trabalhistas, circulação de mão-de-obra, etc. Após avanços efetivos na América do Sul, o futuro Bloco da Alcsa teria, sem dúvida, melhores condições para fazer parte de uma integração menos assimétrica.

4. RELAÇÕES MERCOSUL/UNIÃO EUROPEIA

O Mercosul tem uma identidade como projeto político e deve protegê-la, reforçando, dessa forma, a soberania dos seus países-membros. Uma das melhores maneiras de proteger essa identidade, tendo em vista que os objetivos do Bloco não se resumem ao campo econômico, consiste em salvaguardar o seu atual caráter de *global trader*, preservando o equilíbrio nas trocas comerciais com parceiros ou blocos de vários continentes. Uma certa independência no tocante à política econômica é estratégica para a política externa do Mercosul. Conseqüentemente, afastada a hipótese de vínculos excludentes nas relações externas do Mercosul, melhor seria examinar suas opções *diante* de blocos, tipo Alca ou União Européia, e não *entre* eles (Dauster, 1997: 3), mantendo um relativo equilíbrio comercial com diversas regiões do planeta.

Por esses motivos, o Mercosul deve cultivar as suas relações com a UE, maior mercado integrado do planeta, com mais de 370 milhões de habitantes e totalizando mais de um terço do comércio mundial. O lançamento da nova moeda, euro, fortalece a União Européia, que pode ampliar seus investimentos no Mercosul, o qual, por sua vez, está habilitado a abrir novas parcerias com a UE em setores como infra-estrutura, telecomunicações, transportes e portos, tecnologias ambientais, transferências de tecnologias em setores de ponta, etc.

Em termos puramente comerciais, segundo a Secex, em 1996 a UE absorveu mais de 24% das exportações do Mercosul e foi responsável por mais de 26% de todas as suas importações. Considerando o período de 1991 a 1996, as exportações do Mercosul para a UE passaram de US\$ 14,7 a 18 bilhões, enquanto as importações deram um salto enorme, totalizando US\$ 7,8 bilhões em 1991 e US\$ 21,9 bilhões em 1996. A análise dos dados revela que os resultados da balança comercial entre os dois Blocos se inverteram: em 1991, o Mercosul teve um superávit de mais de US\$ 7 bilhões e, em 1996 e 1997, um déficit de cerca de US\$ 3,8 bilhões e 3,9 bilhões, respectivamente. Essa tendência é, sem dúvida, nociva para o Bloco e deve ser revertida. Embora muito significativo, esse déficit é menor do que o déficit com os EUA, que em 1996 totalizou US\$ 5,8 bilhões.

Esses dois déficits são resultado, em grande parte, da rápida abertura comercial dos países do Mercosul, conforme já analisado, e também da manutenção das barreiras tarifárias e não-tarifárias da UE e dos EUA, especialmente no que diz respeito aos produtos agrícolas, que só nos EUA recebem mais de US\$ 130 bilhões de subsídios. Esses produtos, inseridos em um processo extremamente complexo, são objeto de renegociações na OMC, isto é, em uma perspectiva de abertura multilateral do comércio internacional.

Objetivando o equilíbrio do Mercosul nas suas relações com diversas regiões do planeta, em dezembro de 1995 os seus países-membros assinaram

em Madri um Acordo-Quadro de Cooperação Econômica e Comercial com a UE, prevendo um processo de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. Em julho de 1998, a Comissão Européia, principal orgão executivo da UE, decidiu propor ao Conselho dos 15 Ministros iniciar negociações com Mercosul e Chile para desenvolver uma associação inter-regional, estabelecendo: a) uma zona de livre comércio, por meio de uma progressiva redução das tarifas aduaneiras e, sobretudo, do desmonte das barreiras não-tarifárias e da gradual eliminação dos subsídios agrícolas, consagrando, dessa forma, uma nova relação iniciada em 1995;⁸ b) uma parceria para questões políticas e de segurança; e c) uma cooperação reforçada nas áreas econômica e institucional. O objetivo do Mercosul é ir acertando o acordo no mesmo ritmo das negociações na Alca, previstas para começar, possivelmente, em 2005.

Paralelamente, os 32 países da América Latina e do Caribe estão preparando um encontro de cúpula com os 15 chefes de governo da UE, cogitado inicialmente pela Espanha e lançado oficialmente pelo Presidente Chirac, da França, quando da sua visita à América do Sul em 1997. O encontro, previsto para acontecer no Rio de Janeiro em junho de 1999, poderia servir de contrapeso à Cúpula de Santiago, aumentando o poder de barganha dos países do Hemisfério Sul em face dos EUA.

5. ATORES NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

5.1. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Os fenômenos da globalização e da regionalização são profundamente influenciados pelas organizações internacionais que incentivam a economia política da globalização, a abertura dos mercados e as transformações das políticas internas de cada país. Instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC defendem o fortalecimento do sistema multilateral do comércio, diminuindo consequentemente a importância de negociações localizadas, como Mercosul/UE ou Mercosul dentro da Alca.

Paralelamente, existem organizações internacionais que exercem um papel-chave na elaboração e na implementação de novos acordos regionais,

⁸ Entretanto, existe uma pressão forte e bem organizada de agricultores europeus, especialmente os franceses, para protelar o início das negociações desse acordo de livre comércio UE/Mercosul, que implicará um acesso mais fácil de produtos sul-americanos, como grãos e carne, no mercado europeu. Segundo um documento da Comissão Européia, vazado em julho de 1998, “a UE teria de gastar entre US\$ 6,2 bilhões e US\$ 15,6 bilhões por ano para compensar produtores europeus prejudicados pelas exportações do Mercosul, no caso de um acordo ser fechado” (Dantes, 1998: 8).

além de darem um certo apoio logístico na execução desses acordos. Por exemplo, na Alca, quatro organismos se destacam: a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Podemos detectar ainda a presença de Organizações que negociam diretamente acordos setoriais, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE). A OCDE negocia o perfil e a implementação de um acordo multilateral importantíssimo, o chamado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI ou MAI), o qual é de valor vital para os países do Sul, na medida em que diminui sobremaneira a soberania nacional dos países, mediante a desregulamentação dos investimentos. Três aspectos do AMI ilustram a diminuição do papel do Estado e da soberania dos países que o assinam: a) a absolutização dos direitos dos investidores estrangeiros, que passam a ter o direito de investir em qualquer área, setor ou atividade, sem nenhuma restrição; b) a prevalência dos critérios dos investidores estrangeiros que, segundo o Acordo, poderão exercitar, segundo suas próprias interpretações, seu direito à indenização ou a exigir a revogação de medidas consideradas discriminatórias; c) a abdicação das prerrogativas do Estado, considerando que o Acordo dá ao Estado e aos investidores privados estrangeiros os mesmos direitos e o mesmo status para aplicarem suas cláusulas. Os investidores estrangeiros poderiam acionar os governos nacionais em tribunais de sua própria escolha. Os Estados abrem mão de submeter os litígios à arbitragem internacional. Uma vez que tenham aderido ao Acordo, os Estados ficam irrevogavelmente atados ao mesmo por vinte anos (Tavares, 1998a).

Diante desses fatos e da falta de transparência na elaboração e na negociação do AMI, diversas entidades brasileiras, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de parlamentares, começaram a debater e a questionar o Acordo. A CNBB, por exemplo, declarava, em agosto de 1998, que “preocupa-nos o Acordo Multilateral de Investimentos, em negociação e cuja aceitação, pelo Brasil, teria consequências desastrosas em nossa capacidade de orientar soberanamente nosso desenvolvimento” (Comissão Brasileira Justiça e Paz, 1998: 3).⁹

⁹ Na mesma época, o presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo Oscar de Castro, pronunciou-se em relação a esse acordo nos seguintes termos: “O conceito de pátria, por exigência dos novos tempos, pode ser flexibilizado ou ampliado, em função da vigente ordem econômica mundial. Mas, em hipótese alguma pode ser extinto – muito menos para dar lugar a uma nação corporativa, cuja moral é o lucro” (Comissão ..., 1998: 3).

No exterior, dezenas de organizações não-governamentais e também estadistas colocaram em xeque o AMI e, indiretamente, a participação da OCDE nesse processo. Assim, o Primeiro-Ministro da França, Lionel Jospin, declarava, frente à Assembléia Nacional Francesa, em outubro de 1998, que questionava a utilidade do Acordo em si e que, em lugar de apoiá-lo, esforçar-se-ia, no âmbito da OMC, para derrubar os obstáculos aos investimentos. Jospin argumentou que o Acordo envolve a cessão de soberania a interesses privados e que “a oposição a esse tratado não se aplica apenas a alguns aspectos, mas a todo o seu conceito” (News, 1998). Devido às restrições e críticas ao acordo em vários níveis, a negociação do AMI com a OCDE foi suspensa em dezembro de 1998. A discussão da temática foi “transferida” para o âmbito da OMC.

5.2. EMPRESAS TRANSNACIONAIS

Um outro tipo de ator que desempenha um papel cada vez mais relevante no cenário internacional é a empresa transnacional. Embora não tenha nenhuma nacionalidade, ela é muitas vezes vinculada às políticas de expansão de seu Estado de origem e exerce um papel relevante no interior dos blocos econômicos e entre esses blocos. Não é difícil entender porque, por exemplo, o Fórum dos Empresários foi rapidamente oficializado no bojo da Alca, e porque, em certos eventos importantes da região, mais de mil executivos de grandes empresas transnacionais se deslocam e participam diretamente de discussões programadas, antes das reuniões oficiais dos Estados. As empresas transnacionais adquiriram status de cidadão internacional, que tem acesso a informações-chave e que pode atacar as políticas internas de um Estado e até interpelá-lo diretamente na Justiça, como no caso do AMI.

Focalizando o caso das empresas transnacionais norte-americanas e tendo em vista o processo de formação da Alca, os dados revelam que a América Latina absorve mais de 17% dos investimentos diretos norte-americanos no exterior e 12% dos ativos das filiais no exterior, enquanto conta com 21,7% dos seus lucros e mais de 21% dos seus empregos. Em termos globais, mais de 60% das exportações e mais de 37% das importações norte-americanas dependem das empresas transnacionais localizadas em seu território. Ademais, o comércio intra-empresa das transnacionais representa, por si só, 25% das exportações e mais de 17% das importações do país (Brunelle e Deblock, 1997).

O atual projeto liberal latino-americano, que, como se sabe, é, muitas vezes, indutor de crises conjunturais e estruturais, como as de 1998-99, é reforçado pelas empresas transnacionais. Estas privilegiam o lucro e o incremento do comércio e não dão a devida atenção aos interesses e aos problemas

sociais de cada país, como por exemplo o desemprego. Diante das crises, os Estados tentam atrair capitais externos e investimentos de empresas transnacionais, levando os governos locais estaduais ou nacionais a competir entre si por esses investimentos. Entretanto, a homogeneização das condições de mercado amplia as opções espaciais das empresas transnacionais, aumentando seu poder perante os Estados em diversos níveis. Esse poder, ampliado pelo processo de globalização, permite às empresas influir nas legislações nacionais. Por exemplo, em 1994, 49 países introduziram 110 mudanças em suas legislações sobre o capital estrangeiro, 108 das quais foram no sentido de liberalizar controles sobre investimentos (Martins, 1997: 28-29).

Fatos como esses favorecem as fusões de empresas ou a venda de empresas nacionais a grandes grupos internacionais. Por exemplo, somente no Brasil, de junho de 1997 a junho de 1998, ocorreram mais de 490 fusões e aquisições de empresas (Gleizer, 1998).

Frente a essa nova dinâmica, o Estado tem um papel preponderante a desempenhar. Cabe-lhe traçar o ritmo e os parâmetros da abertura, ater-se a eles e proporcionar às empresas nacionais condições para sua reestruturação com vistas à competição internacional, contrabalançando dessa maneira os efeitos da globalização e o *laissez-faire* do mercado. No âmbito do Mercosul, os Estados incentivam certas empresas a se regionalizarem, ou seja, investindo e focando-se nos mercados dos países do Bloco ou dos países vizinhos pertencentes à futura Alcsa. Nesta atual etapa de desenvolvimento, o que os empresários julgam mais importante é a expansão dentro da região. O objetivo é ser regional, embora uma região como o Cone Sul nem sempre acene com a escala econômica necessária para alimentar certas indústrias regionalmente competitivas. O Estado tenta dar às empresas nacionais e regionais condições objetivas para que possam formular uma integração regional estratégica, de modo a fortalecer o Bloco da América do Sul e evitar que elas sejam absorvidas por grandes grupos transnacionais que tomarão suas decisões nas capitais do Hemisfério Norte.

5.3. MOVIMENTOS SOCIAIS

O processo de integração em curso na América do Sul e nas Américas é objeto de preocupação porque os acordos que estão sendo implementados atingem as sociedades e as políticas internas de cada Estado. Com efeito, esses acordos têm o potencial de ter impactos sobre o trabalho, o emprego/desemprego e o meio ambiente. Por outro lado, estimulam modificações de caráter liberalizante na Constituição de vários países, como ocorre na Argentina, no Brasil, no México etc., levando a uma real desconstitucionalização de

vários direitos coletivos e sociais adquiridos há décadas. Sob o influxo de políticas econômicas liberais, os Estados recorrem à privatização, à desregulamentação e à desmonopolização de vários setores de suas economias, exercendo influência direta na vida dos trabalhadores e de toda a sociedade (Brunelle e Deblock, 1997).

Entretanto, muitas dessas decisões importantes não são amplamente debatidas com os trabalhadores e com todos os segmentos da sociedade civil, favorecendo certos grupos econômicos. Um real déficit democrático envolve muitas decisões dos Estados no decorrer da implementação das políticas liberais e do próprio processo de integração, impregnado por essas políticas.

Dante desse quadro, os trabalhadores que concordam com a idéia em si da integração dos países latino-americanos e caribenhos questionam o direcionamento que está tomando o processo em curso. Por exemplo, os trabalhadores apoiam o fortalecimento do Mercosul, mas desejam que os seus rumos sejam reorientados, porque o Bloco não consegue alcançar um dos preceitos mais caros do Tratado de Assunção, que é o que defende textualmente a melhoria das condições de vida dos habitantes da região. Ora, deve haver modificações no modelo de integração que repete, em escala regional, políticas de recessão econômica e de exclusão social, agravadas pelas altas taxas de desemprego existentes no Cone Sul.

O movimento sindical e as centrais sindicais dos países-membros do Mercosul, do Chile e da Bolívia, que em 1986 criaram a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), decidiram, após certa hesitação, envolver-se diretamente no processo, sobretudo a partir de 1992. Já existia alguma tendência para a transnacionalização das práticas sindicais no Cone Sul (Chaloult, 1997). As Centrais do Mercosul participaram ativamente do Subgrupo de Trabalho nº 11 (SGT-11), criado pelos governos e denominado “Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social”, que posteriormente foi chamado Subgrupo nº 10 (SGT-10). Progressivamente, ficou patente a importância da atuação sindical e seus limites e, também, a perspectiva internacionalista e o interesse nacional ou local (Vigevani, 1998: 20).

Paralelamente, os sindicatos e os empresários se integraram, juntamente com um representante dos consumidores, ao Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), criado no fim de 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto do Mercosul, embora esse fórum tenha apenas um papel consultivo. Entretanto, à medida que os Estados avançavam na atribuição de importância ao processo de integração no Hemisfério Sul, os atores sociais tiveram de adequar-se, buscando dele participar como forma de resguardar as próprias posições de classe, corporativas ou setoriais. Afinal, o que está em jogo é o impacto da integração não

só sobre as empresas e o movimento sindical, mas sobre o próprio mercado de trabalho (Barbosa e Veiga, 1997).

O desafio dos trabalhadores consiste em pensar e atuar como uma classe trabalhadora regional e progressivamente continental, em construir uma estratégia comum e em estabelecer novos parâmetros de relações com os empresários, os quais são, cada vez mais, integrados e subordinados a decisões supranacionais.

Quanto à Alca, as evidências são de que os trabalhadores e vários segmentos da sociedade civil estão contra esse processo de integração, por acreditarem que a Alca acentua e acelera os atuais efeitos negativos da política de liberalização econômica na América Latina e os problemas sociais. Acreditam ainda que o déficit democrático na Alca é muito maior do que no Mercosul ou no Nafta. Assim, quando canais de demanda não funcionam de forma satisfatória, grupos de pressão se sentem forçados a buscar formas alternativas de reivindicações que, no limite, reforçam-lhes o poder de barganha e de pressão, como é o caso do Fórum dos Empresários, reconhecido desde 1995, e do Fórum dos Trabalhadores, defendido pelo Brasil e por vários países, na reunião de ministros da Alca, em Belo Horizonte, em maio de 1997, mas vetado por vários países latino-americanos, como Peru, Colômbia, México e Costa Rica. Esses fóruns visam a criar um consenso entre seus participantes a partir da diferença e divergência interna, possibilitando a formulação de uma estratégia verificada para sua participação e negociação no processo de integração (Vigevani e Mariano, 1997).

Na II Cúpula da Américas, em abril de 1998, os trabalhadores defendem de novo não somente a criação de um Fórum dos Trabalhadores, mas também a criação de um Grupo sobre Assuntos Trabalhistas dentro do processo de negociação para a criação da Alca, a exemplo de outros grupos já formados sobre vários assuntos. Não foram atendidos.

Também durante a referida Cúpula, a CCSCS reafirmou que não apóia a criação da Alca porque, segundo suas análises, os prazos (ano 2005), a forma, a extensão e a metodologia de sua implementação correspondem sobretudo a interesses de grandes grupos econômicos, que buscam garantir sua hegemonia econômica e comercial na região. Em suas palavras,

a Alca restringe ainda mais as possibilidades de desenvolver políticas de expansão econômica, como a criação de empregos, direitos trabalhistas, respeito ao meio ambiente e avanço dos direitos sociais. Somos contrários à negociação de um acordo de livre comércio continental com essas desproporções e esse formato, mas somos favoráveis a uma integração

americana dos nossos povos, a uma ação coordenada das organizações sindicais e sociais para a construção de uma sociedade livre e soberana, com democracia política, econômica e social em nosso continente" (CCSCS, 1998: 3).

Defende-se assim não só a construção de uma aliança social continental, como também a globalização dos direitos sociais e econômicos frente ao atual processo de globalização dos capitais e dos mercados.

Entretanto, as organizações representantes dos trabalhadores não podem ter somente um papel de vanguarda. Devem contribuir para a efetiva elaboração de um amplo projeto que, além de levar em consideração os interesses dos trabalhadores, seja também capaz de obter a adesão e o apoio efetivo de diferentes classes e grupos sociais, dando uma direção intelectual e moral às sociedades civis dos países latino-americanos e caribenhos onde atuam.

Dentro dessa perspectiva, paralelamente à Cúpula de Santiago, em 1998, houve, de 15 a 18 de abril, uma "Cúpula dos Povos das Américas", reunindo cerca de mil cidadãos e cidadãs de todo o continente, composta, além de uma Cúpula Sindical, de nove diferentes foros. A importância dessa Cúpula dos Povos pode ser medida pela representatividade da sociedade civil das Américas, pela presença de ONGs e da comunidade científica e acadêmica, assim como pela tentativa de criar uma aliança continental, com uma agenda de ação comum para o próximo milênio, até a data da próxima Cúpula dos Chefes de Estado e Governo, no Canadá, de modo que a sociedade civil fiscalize os compromissos assumidos pelas autoridades dos 34 países participantes.

O peso da Cúpula dos Povos e sua repercussão na mídia contribuíram para contrabalançar as poderosas forças do mercado presentes em Santiago, influenciando os Estados a levarem em consideração as aspirações de milhões de cidadãos nela representados. É sintomático observar que, em junho de 1998, durante a primeira reunião do Comitê de Negociações da Alca, em Buenos Aires, um dos temas que gerou mais polêmica entre os ministros de Estado era exatamente sobre o tipo de participação da sociedade civil na tarefa de construção de uma zona de livre comércio.

5.4. PODERES LEGISLATIVOS

Se os rumos da integração nas Américas ficarem exclusivamente atrelados à negociação dos Estados nacionais, afastada a participação direta das entidades representativas, da sociedade civil e dos parlamentos, estaremos diante de uma concepção de democracia bastante restrita. No processo de regionalização em curso, a participação dos representantes eleitos pelo povo é fundamental para ampliar a legitimidade do processo e também para contraba-

lançar o peso de outros atores que pressionam os Estados, como as empresas transnacionais.

A participação dos poderes legislativos em níveis nacional, estadual e municipal é de fundamental importância. Os parlamentos supranacionais também deveriam ter um papel de destaque, como na Europa, onde o Parlamento Europeu já alcançou um grau de representação indiscutível e como tal leva para os fóruns comunitários as demandas e reivindicações de segmentos econômicos e sociais da região e de cada país.

As Américas devem privilegiar a construção de instituições supranacionais que comprometam os Estados, independentemente da vontade política de um chefe de Estado específico, evitando assim retrocesso no processo de integração. Atualmente existem nas Américas, em nível supranacional, pelo menos cinco parlamentos ou instâncias equivalentes: o Parlamento Latino-Americano, o Parlamento Andino, a Assembléia Parlamentar da Comunidade do Caribe, o Parlamento Centro-Americano e a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.¹⁰ Se tiverem poderes reais, esses parlamentos podem diminuir os efeitos negativos de certas mudanças constitucionais nacionais que retiram direitos coletivos e sociais adquiridos ou que favorecem, de forma indevida, capitais estrangeiros para os quais o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos de um país não são um objetivo primordial.

Atualmente, esses parlamentos supranacionais têm poucos poderes de fato. Por exemplo, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul tem função meramente consultiva e é desprovida de poderes deliberativos. Fato é que, no atual processo de integração latino-americana, há uma visível subordinação dos Poderes Legislativos aos Poderes Executivos, ferindo o princípio democrático de separação de Poderes. O grau de participação dos Congressos Nacionais é, na prática, muito limitado.

A fim de tentar mudar essa realidade, mais de 600 parlamentares dos países da Alca, além de Cuba, se reuniram na cidade de Quebec, Canadá, de 18 a 22 de setembro de 1997, realizando a chamada Conferência Parlamentar das Américas. Na declaração final, os parlamentares pediram participação maior nas discussões sobre a criação da Alca, além de abordarem diversas dimensões do processo em curso: democracia, direitos humanos, livre comércio e emprego, educação, previdência social e políticas de saúde, culturas e, finalmente, desenvolvimento sustentável.

¹⁰ Além desses, foi formalizado, em 1996, um Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, e foi articulado, em 1998, um encontro das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil e da Argentina (Coelho, 1998: 52-53).

Insistiram também na importância de diminuir o déficit democrático da integração em andamento, e propuseram-se a aprimorar o processo: “Concordamos, como representantes dos cidadãos, em apoiar e incentivar a participação ativa da população nas discussões e nas consultas preliminares às tomadas de decisões relativas à criação de uma área de livre comércio continental, respeitando, a título de contribuição importante, as experiências dos mecanismos regionais de integração” (Conferência..., 1998: 654).

Pensando no futuro, os parlamentares presentes em Quebec decidiram criar um Comitê de Acompanhamento da Conferência¹¹ com vistas a intensificar a presença dos Poderes Legislativos junto à Alca: “Decidimos formar um ‘Comitê de Acompanhamento’ cujo objetivo será estudar as modalidades de continuação do diálogo, conduzindo a uma estrutura que reúna representantes dos parlamentos e das organizações interparlamentares das Américas, a fim de permitir aos parlamentares partilhar seus pontos de vista sobre as implicações do processo de integração do hemisfério e sobre seus impactos legislativos, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais” (Conferência..., 1998: 656).

6. CONCLUSÕES

Em face dos atuais processos de globalização e de regionalização, os quatro países-membros do Mercosul optaram pelo aprofundamento e pela consolidação do Bloco, pela intensificação de suas relações com o Chile e a Bolívia, países associados do Mercosul, e pela rápida formação do futuro Bloco da América do Sul, a Alcsa. Observa-se também o anseio de reorientar os rumos da atual regionalização, com a devida valorização dos temas sociais, como a promoção e a harmonização dos direitos sociais e a maior geração de empregos.

Entretanto, a crise econômica e financeira que se iniciou no Sudeste Asiático durante o segundo semestre de 1997 e propagou-se em 1998 para outros países e regiões, como a Rússia e a América Latina, gerou um processo recessivo, em particular no Brasil, comprometendo, por exemplo, a dimensão social da integração. A curto prazo, a crise afeta negativamente o comércio regional e multilateral, estimula a especulação financeira, ameaça a soberania dos países da região e aumenta o já altíssimo desemprego. Todavia, essa crise tem também o seu lado positivo, porque conscientiza os países membros do Mercosul a respeito da necessidade de abordar temas sensíveis em que se

¹¹ Esse Comitê se reuniu pela primeira vez em maio de 1998 em San Juan, Porto Rico, quando então concordou em confiar ao Brasil a organização e a presidência da segunda Conferência Parlamentar.

avançou pouco, em particular a coordenação de políticas financeiras e a defesa contra a especulação, em nível regional e multilateral. Por outro lado, a própria existência de um Bloco expressivo como o Mercosul contribuiu para manter, no auge da crise de 1999, uma certa credibilidade nos países do Cone Sul, especialmente no Brasil, país mais afetado.

No que concerne à Alca, a crise de 1998-99 contribuiu para reforçar ainda mais a seguinte posição já defendida pelo Bloco: o mérito do projeto deve ser questionado e repensado e o *timing* de sua implementação deve ser protelado, visto que negociações precipitadas podem ter impactos negativos sobre as economias nacionais e, consequentemente, sobre a sociedade. Esse é um ponto em que há consenso entre empresários e trabalhadores, embora os interesses que os levam a esse entendimento possam ser diferentes.

Constatou-se por fim que diversos outros atores, quais sejam as centrais sindicais, os movimentos sociais, a sociedade civil e os poderes legislativos, desejam participar maisativamente do processo de integração em andamento. Uma vez mais presentes e atuantes, contribuiriam para contrabalançar o poder de fogo de outros atores, como as empresas transnacionais, e, sobretudo, dariam mais legitimidade aos blocos existentes. Por sua vez, os Estados se veriam apoiados ao assumirem compromissos com os direitos sócio-econômicos dos cidadãos e com a democratização do processo de integração. Dessa forma, o pluralismo e a democracia seriam reforçados nas Américas e no Caribe.

ABSTRACT

The author analyses the role of the State considering the strategic perspectives of the process of integration in Latin America and the Caribbean, in a context of economic and financial globalization. He focuses the economic "Blocks" of the region and the influence of States, international organizations, transnational corporations, social movements and Parliament in relation to the policies adopted by the Blocks and between the Blocks. He concludes that in order to counterbalance the contradictory effects of economic regionalism and financial globalization, it is necessary to intensify the participation of social movements, of civil society and Legislative powers, and strengthen to pluralism and democracy in the region.

RÉSUMÉ

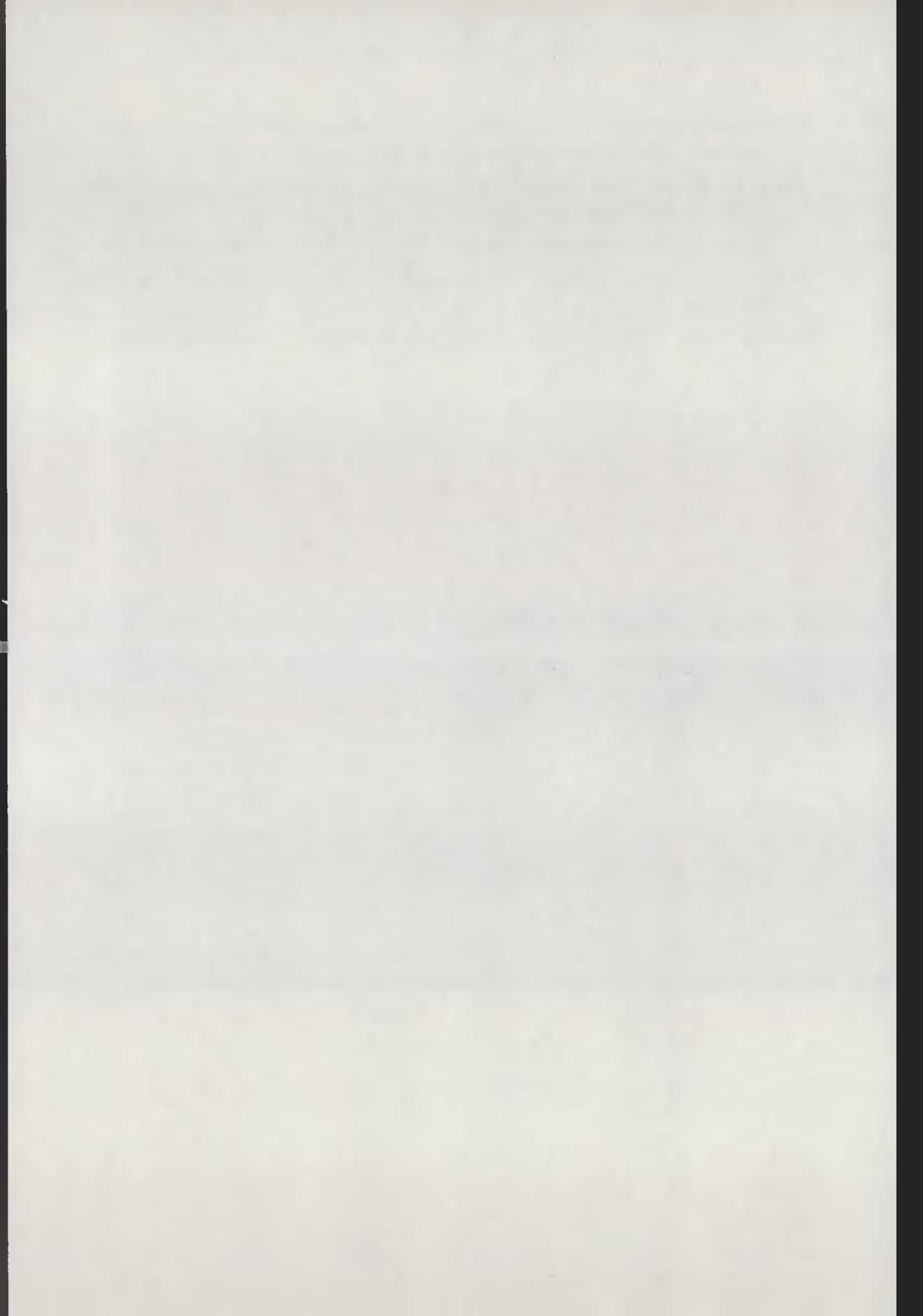
L'auteur analyse le rôle de l'État face aux perspectives stratégiques du processus d'intégration en Amérique Latine et aux Caraïbes dans un contexte de globalisation économique et financière. Il scrute les divers "Blocs" économiques de la région et l'influence des États, organismes internationaux, corporations transnationales, mouvements sociaux et Parlements, en ce qui concerne les politiques adoptées au niveau des Blocs et entre Blocs. Il conclue que pour contrebalancer les effets contradictoires du nouveau régionalisme économique et de la globalisation financière, il est impératif d'intensifier la participation des mouvements sociaux, de la société civile et des pouvoirs législatifs, renforçant, de cette façon, le pluralisme et la démocratie dans la région.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) (1998) *Comportamiento del comercio exterior global e intrarregional*. Disponível na internet. www.mre.gov.br/getec.
- Almeida, Hamilton (1998a.) *Maior comércio regional: trocas entre os países do bloco cresceram 400% até 1997*. São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana p. 10.
- _____. Mercosul e Andinos terão livre comércio em 2000 (1998b.) São Paulo: Gazeta Mercantil. Caderno A. p. 4.
- Barbosa, Alexandre de Freitas, Veiga, João Paulo Cândia (1997) *A integração das Américas: impactos sobre o mercado de trabalho e o movimento sindical no Nafta e no Mercosul*. In: Almeida, Antonio José de (Org.). *Mercosul: integração e impacto sócio-econômico*. Petrópolis: Vozes, 179 p. p. 61-106.
- Barbosa, Rubens Antônio (1997) *O Mercosul no contexto regional*, Brasília: Boletim de Integração Latino-Americana n. 21, p.1-6.
- Baumann, Renato (Org.) (1996) *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus/ Sobeet, 292 p.
- Bouzas et al. (1998) *Relações econômicas externas Mercosul desenvolve agenda de negociações com OMC, Aladi, Alca e União Européia*, São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana, 20-26, p. 23.
- Brasil. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Secretaria de Comércio Exterior. *Comércio intra e extra-Mercosul*. Brasília, 1999.
- Brunelle, Dorval, Deblock, Christian (1997) *L'intégration économique des Amériques: pourquoi? pour Qui?* Montréal, (mimeo).
- Cardoso, Fernando Henrique (1998) *Discurso na cerimônia de encerramento da II Cúpula das Américas*. Santiago, Chile, 3 p.
- Chalout, Yves (1996) *Le Brésil et la zone de libre-échange sud-américaine*. In: Perret,

- Louis; Moraes, Felipe (Org.). *Vers une Amérique sans frontière?* Montréal: Wilson et Lafleur, p. p. 245-267.
- _____. Transnacionalização das práticas sindicais no Mercosul (1997) *Política Comparada*, Brasilia, v. 1, n. 1, p. 173-185.
- Coelho, Pedro Motta Pinto. Relações Brasil-Argentina e o Mercosul (1998) *Política Externa*, São Paulo: v. 7, n. 1, p. 31-60.
- Comissão Brasileira Justiça e Paz (1998) *Alerta à nação diante da ameaça do A.M.I.* Petrópolis: Vozes, 24 p.
- Conferência Parlamentar das Américas, set. 1997, Québec. *Atas ... Québec: Gouvernement du Québec*, 1998. 910 p.
- Coordinadora de Centrales Sindicales del Cone Sur (CCSCS) (1998) *Declaración de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur sobre el Área de Libre Comercio de las Américas*. Santiago, Chile, 3 p.
- Dantes, Fernando (1998) *Comissão Européia preocupada com acordo UE-Mercosul*. São Paulo: Gazeta Mercantil, Caderno A, p. 8.
- Dauster, Jório. É preciso olhar o Mercosul diante da Alca e da EU (1997) *Carta Internacional*, São Paulo, v. 5, n. 55, p. 3.
- Exportações brasileiras: blocos econômicos, 1992-1997 (1997) In: *Boletim de Integração Latino-Americana*, Brasilia, n. 21, p. 375.
- Garcia, Marco Aurélio (1998) Os Estados Unidos, a Alca e o Brasil. *Carta Internacional*, São Paulo, v. 6, n. 62, p. 12.
- Gazir, Augusto (1998) Não há condições para Alca, diz Lampreia. São Paulo: Folha de São Paulo.
- Gleizer, Hermán (1998) *Crescem as multinacionais da América Latina*. São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana, p. 31.
- Gonzalez, Nora (1998) *Brasil usará Alca para pressionar EUA*. São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana, p. 32.
- Martins, Luciano (1997) Alca: uma pauta para discussão. São Paulo: Política Externa v. 5/6, n. 4/1, p. 27-74.
- News, Bloomberg (1998) *França não quer mais saber do MAI*. São Paulo: Gazeta Mercantil, Caderno A, p. 14.
- O Contexto internacional do Mercosul. In: *Caderno sobre o Mercosul para formadores da rede nacional de formação da CUT*. Florianópolis: Escola Sul, nov. 1997. pp. 7-12.
- Oman, Charles (1994) *Globalisation et régionalisation: Quels enjeux pour les pays en développement?* Paris: OCDE, 116 p.
- Schwartz, Gilson (1998) Alca: fim do início ou início do fim?, São Paulo, Carta Internacional v. 6, n. 62, p. 1.
- Serra, José (1997) *A Alca, o Mercosul e a abertura brasileira*. São Paulo: Política Externa, v. 7, n. 1, p. 15-30.

- Tachinardi, Maria Helena (1997) *Brasil/EUA: uma relação em busca de novos caminhos.*, São Paulo: Política Externa v. 5/6, n. 4/1, p. 16-24.
- Tavares, Maria da Conceição (1998a.) *Acordo de investimentos, privatização e cidadania*. São Paulo: Folha de S. Paulo.
- _____. A Alca: interessa ao Brasil? (1998b.) São Paulo: Folha de São Paulo.
- Vigevani, Tullo, Mariano, Karina Pasquariello (1997) *Alca e atores sociais*. São Paulo: 30 p. (mimeo).
- Vigevani, Tullo (1998) *Mercosul: impactos para trabalhadores e sindicatos*. São Paulo: LTr, 312 p.



Propaganda política através do rádio nas eleições gerais de 1994 no Brasil: modelos de influência social

*Edson Alves de Souza Filho**
*Ana Paula B. Canabrava ***
*Angel B. Durandegui***

Resumo. Este estudo apresenta algumas inferências de estratégias de influência política a partir da observação de propaganda eleitoral pelo rádio e suas repercussões na sociedade. Quatro tipos de auto-apresentação/representação social de candidatos foram observados: qualidades individuais (traços pessoais e grupais majoritários), identificação popular (nacionalismo, sindicalismo, e outros conteúdos minoritários), liderança (rigidez e flexibilidade). As estratégias dos candidatos foram sobretudo de se aproximar/convergir e/ou discutir/distinguir-se em relação aos temas propostos por oponentes relevantes, em detrimento da cultura política desenvolvida pela sociedade, que representou as propostas políticas de modo discrepante. O Plano Real foi discutido como deflagrador de desejos e aspirações da sociedade, dificultando outros temas de serem considerados.

Palavras-chave. Propaganda eleitoral, estratégias políticas, influência social, Plano Real, eleições de 1994.

INTRODUÇÃO

Poderíamos resumir a vida política a partir de três dimensões básicas: os movimentos sociais, os políticos individuais e os partidos políticos. Ainda que não seja nosso propósito tratar diretamente de todas essas dimensões nesse trabalho, é bom ter em mente que elas compõem o pano de fundo sobre o qual ocorrem os fenômenos que nos interessam aqui, relacionados aos processos de influência eleitoral de políticos e sociedade no Brasil.

* Edson Alves de Souza Filho é Professor da Faculdade de Educação da UFRJ.

** Ana Paula B. Canabrava e Angel D. Durandegui são bolsistas de aperfeiçoamento do CNPq.

Por influência social (Paicheler, 1985), consideramos qualquer tipo de modificação ocorrida em alguém seja mental, seja comportamental, a partir da interação com outros sujeitos, no caso, participantes do processo político. Na situação eleitoral, esta modificação é buscada por meio de um trabalho praticado, sobretudo, por políticos que almejam obter a intenção e o voto, propriamente dito. Independentemente do valor intrínseco de cada idéia ou projeto político, o ato de buscar realizar essas metas a partir de interação, real ou imaginada, argumentando e mobilizando, provoca os fenômenos de influência, os quais apresentam uma autonomia relativa, que obriga seu estudo e elucidação de modo mais específico, ainda que necessitando articulação com outras instâncias da realidade social.

Apesar da grande complexidade dos fenômenos de influência, a sua observação minuciosa poderia nos facilitar a obtenção de um conhecimento mais seguro, a ponto de podermos prever eventos futuros nesse campo. O certo é que há uma grande desilusão mundial a respeito da classe política, que parece não corresponder ao que as sociedades e grupos pretendem em termos de administração da coisa pública (Rodrigues *et al.*, 1988; D'Amorim *et al.*, 1991). Para muitos, o mal-estar se encontra no próprio ato de delegação ampla que se dá aos políticos para a realização de tarefas, constituindo em formas maiores ou menores de alienação de liberdade, independentemente de os mesmos representarem uma ou outra classe ou grupo, durante o exercício do mandato. Para a maioria, ainda é um mal necessário, cabendo aperfeiçoá-lo a partir de uma série de reformas e mudanças de sua natureza. Mas, apenas uma minoria acredita hoje poder ser possível, num espaço curto de tempo, aboli-lo da vida social.

No caso da democracia representativa que conhecemos no Ocidente, apesar de tentativas de aperfeiçoamento ocorridas ao longo de sua existência, que modificaram bastante sua forma, poderia se dizer como sendo fundada na consulta popular, a qual tendeu a se universalizar ou se estender cada vez mais, ao ponto de já se ouvirem propostas no sentido de ser também direito de crianças. Tal consulta é precedida normalmente, como se sabe, por uma fase mais ou menos longa de competição entre os possíveis candidatos, os quais, via de regra, representam diferentes grupos e movimentos sociais, de modo regular e consequente, que se congregam em partidos políticos, compondo uma sociedade organizada com vida democrática contínua.

Por uma contingência histórica, que é desnecessário lembrar aqui, se estabeleceu entre nós, por ocasião de eleição, um horário gratuito de rádio e televisão, durante o qual candidatos de diferentes partidos se apresentam para expor suas idéias e tentar conseguir o maior número de adesões às suas

candidaturas. A pergunta que nos fazíamos era saber se a observação, regular e minuciosa destas comunicações, não seria suficiente para a compreensão de projetos e tipos de estratégia política que os mesmos mantinham tanto com a sociedade, quanto com a classe política. Além disso, seria interessante poder comparar as comunicações produzidas por políticos profissionais com aquelas apresentadas por cidadãos comuns em torno do assunto.

Antes de apresentarmos nossas conjecturas, gostaríamos de discutir um pouco sobre os elementos mais importantes da retórica política tal como ela se apresenta nos meios de comunicação de massa.

Primeiramente, seria importante sublinhar o caráter do processo de *mass media* e seu papel nas eleições. Muito se escreveu a esse respeito mas seria necessário lembrar que ela se liga ao tipo de sociedade que vivemos (Wolton, 1989), na qual, cada vez mais o entretenimento se tornou um ingrediente importante como forma de ativação de conteúdos não conscientes e sociais, face à racionalização e ao aumento do autocontrole que conhecemos historicamente — o que tem sido acompanhado pela perda de sentimento de poder mudar alguma coisa em esferas da vida além do individual, e consequente tédio e sensação de esvaziamento de significado histórico da vida política. Nesse quadro, a comunicação política, enquanto propaganda e publicidade, se utiliza cada vez mais dos mesmos recursos de mensagem de massa, e se torna onipresente (Hobsbawm, 1994). Se o tipo de instrumento usado favorece à manipulação, ele seria contrabalançado por uma vigilância constante que as sociedades exerceriam sobre as classes políticas, manifestada através de sondagens de opinião pública. Ou seja, haveria consentimento e controle social ao mesmo tempo. O fato de que um grupo ou outro seja mais capaz de exercer o mencionado controle, é uma questão séria que tem atormentado a muitos. Enquanto não for possível se aperfeiçoar diretamente a distribuição de meios de comunicação públicos, cabe compreender melhor o seu funcionamento e repercussões sobre as sociedades. Assim, independente de estilos pessoais, grupais e outras injunções materiais e simbólicas para realizar a comunicação política, poderíamos dizer que a mesma costuma apresentar os seguintes ingredientes: entretenimento, informação e orientação para a ação.

Embora os elementos acima tenham sido separados para fim de análise, eles se combinam na realidade concreta, ainda que um possa freqüentemente se sobrepor aos demais, e necessitem veiculação por meio de linguagens específicas.

No caso de entretenimento, não poderia ser resumido à simples distração ou capacidade de fazer esquecer a própria consciência e lógica, mas seria, sobretudo, a instigação de sensações mais simples, como a cor, som, imagem

ou significações aprendidas anteriormente e quase sempre esquecidas, sendo parte de um repertório familiar e específico de uma coletividade. Como dissemos, cada vez mais é maior a importância do entretenimento na comunicação política de massa, a ponto de poderem considerá-la “o valium do povo” (Moscovici, 1988, p. 245), como se pode observar os sucessos de audiência de *talk-shows* e programas similares (Charaudeau e Ghiglione, 1993). Contudo, é necessário reconhecer que, durante entrevistas e debates, este tipo de contato quase tête-à-tête com políticos, se procura satisfazer a necessidade de um conhecimento direto da pessoa do político, numa exploração psicossocial que complementa a informação do cidadão. Mesmo assim, o crescimento da política através da mídia poderia corresponder ao decréscimo da informação objetiva propriamente dita, assim como da orientação para a ação, que tenderia a se limitar ao ato de voto. Mais recentemente, alguns chegaram a anunciar o fim de uma era histórica em que a atividade política estava ligada aos movimentos sociais, aí incluindo a atividade de intelectuais, para se tornar uma mera consulta de marketing dentro de um esquema industrial, no qual o voto seria apenas um momento (Kennan e Hadley, 1986).

A informação enquanto mensagem, procurando atingir sobretudo uma dimensão mais racional da consciência humana, veicula propostas e doutrinas partidárias e que, apresentam, portanto, um caráter intelectual. Com o decréscimo de sua importância na comunicação política, esta passou a ser veiculada através de uma linguagem mais sugestiva do que de formação de consciência, no sentido dado desde o iluminismo até os dias atuais pelos movimentos que pretendem convencer através da argumentação racional, o confronto e avaliação de idéias e, mesmo, sua relação com a realidade objetiva. Com o aparecimento da linguagem supra-real e seus correlatos, haveria uma suspensão do papel deste tipo de dialética sujeito-objeto prévio para dar lugar ao virtual, irreal, que parece ter intensificado certas tendências já observadas em análises clássicas da comunicação de massa, no sentido de perda de consciência crítica de indivíduos em geral.

A orientação para a ação, por sua vez, consiste em tentativa de a mensagem política suscitar no receptor uma instigação — usando uma noção da comunicação clássica — para que ele passe ao ato, seja participando de uma mobilização e comportamento coletivo, seja simplesmente votando. Conforme dissemos, a equação entretenimento mais uma certa dose de informação que justifique uma escolha, tem sido acompanhada por diminuição de mobilização coletiva, a qual parece ser mais comum nos movimentos minoritários. Ou seja, o sujeito que recebe a informação em casa ou em ambientes mais restritos, como o trabalho, não se lhes espera nada mais que uma oportunidade de informação

distraída que possibilite o voto, baseado no critério do interesse particular, desde que não incompatível com os interesses estabelecidos na sociedade. No caso de grupos minoritários, que não dispõem de poder e reconhecimento, normalmente eles têm necessidade de mobilizar a sociedade para a mudança, seja se baseando em idéias e comportamentos já existentes, como os movimentos ultraconservadores, seja a partir de criação de realidades novas, como os socialistas e defensores de direitos humanos em geral. O apelo para a ação como forma de veicular idéias e posições políticas, assim como de outras formas similares de mobilização, como a visita de porta em porta para fazer propaganda, se utiliza freqüentemente de recursos de ação que o entretenimento, via comunicação de massa, havia posto sob controle de suas sondagens e conveniências. Ou seja, trata-se de linguagem inconsciente que tem papel importante na psicologia humana, como o gregarismo e a comunicação corporal. Tais recursos têm sido relativizados na sociedade de massas, apesar de ainda ter relevância em países como Brasil, que têm certa tradição de vivências coletivas de emoções.

Antes de passarmos às precisões do estudo empírico que realizamos, seria necessário explicitar alguns aspectos relativos à influência social, a qual parece se diferenciar subjetiva e objetivamente, quando minoritária ou majoritária, a primeira provocando, primordialmente, mudança interna, a segunda, conformismo externo (Moscovici, 1980).

Usando os três elementos de comunicação que acabamos de mencionar, restaria dizer algo a respeito da dialética indivíduo-sociedade, que nos parece mais ligada à problemática burguesa do que à evolução histórica mais geral da humanidade. Ou seja, dentro do contexto capitalista, a concentração de atenção no indivíduo, tanto do político individual, quanto do cidadão comum enquanto pessoa, corresponde, de fato, a uma necessidade de especialização e de super organização da vida para a produção. Nesse quadro, a imagem de um indivíduo excepcional, dotado de qualidades fora do comum, contrastaria com aquele outro, de alguém limitado à condição histórica do grupo ou classe social. Para tanto, dois processos seriam necessários, o primeiro diz respeito à *transcendência social*, e, o segundo, à *identificação*, ambos os processos sendo formas de personalização ou cristalização de traços grupais e de classes sociais no indivíduo, produto de vivências e interações sociais.

No primeiro processo, teríamos um candidato com capacidade, real ou imaginária, de superar e ultrapassar a condição comum e grupal, realizando determinadas aspirações pessoais e grupais a um nível que iria além do que é maximamente possível dentro da sociedade. Já o segundo, seria bastante problemático no caso de membros de grupos minoritários, uma vez que é difícil

para eles conseguir desenvolver uma auto-imagem positiva, e se identificar plenamente consigo mesmos (Lewin, 1948; Tajfel, 1978). Normalmente, os processos acima indicados também aparecem mesclados em doses variadas, segundo os propósitos e contextos políticos da interação, além de valores desiguais atribuídos a conteúdos de distinção social próprios de cada grupo e sociedade (Bourdieu, 1979). Contudo, seria bom lembrar que, segundo Weber (1978), o indivíduo excepcional ou carismático autêntico agiria totalmente livre em relação à ordem existente, baseando-se em “revelações” ou “inspirações concretas”, por exemplo, diferentemente do poder tradicional ou legal, baseado em respeito às regras e rotinas estabelecidas anteriormente por autoridade carismática.

Outros autores enfatizaram mais os aspectos funcionais do poder de influência, tais como os que decorrem do uso de recompensa e punição, legitimidade (ou direito de prescrever condutas), referência (identificação) e competência (experiência ou conhecimento especial) (French e Raven, 1959). Contudo, Kelman (1958) alertou para algumas diferenciações entre essas formas de poder quanto à possibilidade de conteúdos propostos serem ou não internalizados por sujeitos-alvo, segundo as metas almejadas por estes últimos, assim como as formas de interação estabelecidas com o agente de influência. No caso da *submissão* (compliance), o conteúdo da comunicação não seria necessariamente aceito internamente, pois o sujeito-alvo pretenderia ganhar recompensas ou evitar punições. Na *identificação*, por sua vez, se pretendaria estabelecer um relacionamento com pessoa (ou grupo), através de assunção (ou complementação) de papel do mesmo, como ser mestre-escravo, colonizador-colonizado, sábio-ignorante, etc.; o conteúdo podendo ser aceito internamente, mas tornado irrelevante, uma vez que tratar-se-ia, sobretudo, de estabelecer e manter a relação desejada, o conformismo passando a causar satisfação por si mesmo. Já na *internalização*, ocorreria influência em razão do conteúdo, comportamental ou informativo, ser intrinsecamente valorizado. Ele seria adotado por ser congruente com o sistema de valores do sujeito-alvo, útil para a solução de problema ou adequado para uma necessidade. Além disso, seria bom incluir uma quarta forma de influência, que é diferente do funcionalismo por pretender tratar da gênese psicossocial através de *transformação*, caracterizada por Moscovici (1976) como aquela cujo conteúdo não seria apenas novo, mas, incompatível com outros já estabelecidos socialmente, inclusive no sujeito-alvo, tornando necessário o conflito entre as partes envolvidas, o que seria intensificado pela explicitação das diferenças através de estilo de apresentação de conteúdo inovador de modo consistente, autônomo, flexível, entre outros.

No caso das duas últimas eleições realizadas no Brasil, parece ter havido presença difusa e polarizada ao mesmo tempo de quase todas essas formas de influência política, que se estenderam de busca de conformismo à transformação social. Tanto uma quanto a outra tendência, satisfizeram aspectos importantes da sociedade de massas e da emancipação de grupos oprimidos, respectivamente. Porém, uma pareceu tender para uma forma que privilegia a orientação para o indivíduo e o coletivo, enquanto a outra, para o grupal, ambas procurando lidar com a psicologia popular, centralizando e mobilizando em nome da razão (de grupo/classe específica ou da sociedade inteira) ou da situação social a ser mudada. Para melhor entender a perspectiva de cada uma das duas tendências de ação política acima esboçadas, seria preciso justamente compreender o modo de cada uma influenciar.

Outras tendências que têm surgido em campanhas recentes da história do Brasil, são diferenciações dessas modalidades anteriormente mencionadas.

MÉTODO AMOSTRAGEM

Foram registradas todas as sessões de horário gratuito de propaganda política pelo rádio referentes aos candidatos nas eleições para presidente da república, as quais foram objeto de análise de conteúdo. Todo o material foi transscrito em forma de texto escrito para realizarmos a referida análise.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

O conjunto do *corpus* foi recortado em temas segundo critérios de análise de conteúdo categorial (Bardin, 1992). Nesse sentido, o tema poderia ser considerado como uma mensagem que comunica assuntos diversos através de diferentes formas de verbalização, tais como a palavra ou a frase, passíveis de serem observados na superfície de um texto, tanto em seu lado manifesto quanto latente. Procuramos identificar temas cujas formas de expressão usadas não oferecessem controvérsia ou dúvida entre os analistas que participaram do trabalho.

RESULTADOS

A partir da contagem de freqüência de mensagens veiculadas, organizamos o material em torno de três grandes conjuntos de temas observados, ou seja, Proposta, Candidato e Eleitor, conforme Tabela 1 que se segue.

TABELA 1

Freqüências e percentagens de *temas gerais* veiculados pelos candidatos em propaganda política pelo rádio

MENSAGENS	FHC		Quércia		Lula		Brizola		Amin		Enéias	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Proposta	601	74,38	282	57,43	246	54,91	78	26,98	130	49,05	48	47,52
Candidato	123	15,22	61	12,42	72	16,07	64	22,14	28	10,56	9	8,91
Eleitor	84	10,39	148	30,14	130	29,01	147	50,86	107	40,37	44	43,56
Total	808	100%	491	100%	448	100%	289	100%	265	100%	101	100%

Houve, portanto, certa variação na estratégia adotada pelos candidatos se levarmos em conta a proporção de temas empregados por cada um, apesar de algumas similaridades. Um grande número preferiu se concentrar em Proposta seguido por Eleitor, com exceção de Brizola que apresentou relativamente mais temas sobre o Eleitor do que Proposta e Candidato, assim como FHC teve maior número de Proposta.

Em termos de Propostas, FHC se concentrou em cinco grandes temas (61,9%) (em ordem decrescente de freqüência: Empresário, Reforma do Estado, Nordeste, Reforma social, Respeitar Povo), Quércia (55,8%) (Reforma do Estado, Empresário, Emprego, Reforma Agrária), Lula (50,9%) (Salário, Nordeste, Reforma Social, Reforma do Estado, Parceria), Amin (52,7%) (Empresário, Emprego, Desenvolvimento Econômico, Nordeste, Respeitar Povo, Educação). Brizola (72,9%) (Empresário, Reforma do Estado, Educação), Enéias (67,%) (Ciência/Tecnologia, Reforma Agrária, Distribuição de Renda).

TABELA 2

Freqüências e percentagens de *propostas* veiculados pelos candidatos em propaganda política

PROPOSTA	FHC		Quércia		Lula		Brizola		Amin		Enéias	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Pequeno/médio empresário	111	18,4	51	18,0	15	6,0	21	16,1	35	44,8	1	2,0
Reforma Estado	73	12,1	52	18,4	23	9,3	9	6,9	13	16,6	0	0
Melhorar Nordeste	70	11,6	11	3,9	27	10,9	11	8,4	3	3,8	2	4,1
Reforma social	60	9,9	17	6,0	26	10,5	5	3,8	2	2,5	0	0
Respeitar povo	60	9,9	14	4,9	6	2,4	10	7,6	0	0	0	0
Reforma agrária	24	3,9	24	8,5	11	4,4	6	4,6	2	2,5	11	22,0
Mais emprego	7	1,1	31	10,9	10	4,0	17	13,0	3	3,8	3	6,2
Distribuição renda	35	5,8	14	4,9	4	1,6	0	0	5	6,4	8	16,0
Melhorar salário	17	2,8	9	3,1	27	10,9	8	6,1	2	2,5	0	0

PROPOSTA	FHC		Quércia		Lula		Brizola		Amin		Enéias	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Melhorar educação	16	2,6	4	1,4	17	6,9	10	7,6	9	11,5	1	2,0
Melhorar energia	19	3,1	2	0,7	19	7,7	8	6,1	0	0	0	0
Reforçar Estado	27	4,4	14	4,9	5	2,0	1	0,7	0	0	1	2,0
Desenvolvimento	14	2,3	5	1,7	6	2,4	17	13,0	1	0,3	0	0
Melhorar saúde	19	3,1	14	4,9	0	0	0	0	1	0,3	1	2,0
Parceria privado/público	1	0,1	4	1,4	23	9,3	1	0,7	0	0	3	6,2
Plano Real	17	2,8	3	1,0	5	2,0	2	1,5	0	0	2	4,1
Ciência e Tecnologia	10	1,6	0	0	2	0,8	0	0	0	0	14	29,0
Nacionalismo	4	0,6	9	3,1	1	0,4	1	0,7	1	0,3	0	0
Melhorar agricultura	9	1,4	0	0	5	2,0	0	0	0	0	0	0
Participação popular	2	0,3	4	1,4	3	1,2	3	2,3	1	0,3	0	0
Melhorar transporte	0	0	0	0	7	2,8	0	0	0	0	0	0
Melhorar trabalho	1	0,1	0	0	4	1,6	0	0	0	0	1	2
Mudança em geral	5	0,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	601	100	282	100	246	100	130	100	78	100	48	100

Quanto às mensagens relativas ao Candidato, Quércia se concentrou em quatro temas, 89,7% de suas mensagens tendo apresentado a seguinte ordem de freqüência: Amigo, Amadurecido, Dirigente, Outro Candidato; Brizola (82,9%): Amigo; Lula (94,3%): Amigo, Popular, Outro Candidato; Amin (78,4%): Amigo, Amadurecido; FHC (83,1%): Amigo, Honesto, Popular, Trabalhador, Outro Candidato); e, Enéias (97%): Amigo, Corajoso. É bom notar que os candidatos praticamente não procuraram explicitar seus apoios e alianças.

TABELA 3

Freqüências e percentagens de mensagens sobre os *candidatos* enquanto indivíduos durante propaganda política pelo rádio

CANDIDATO	Quércia		Brizola		Lula		Amin		FHC		Enéias	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Amigo	78	52,7	122	82,9	70	55,5	74	69,1	23	27,3	31	70,0
Outro Candidato	16	10,8	8	5,4	19	15,0	8	7,4	7	8,3	0	0
Amadurecido	22	14,8	3	2,0	9	7,1	10	9,3	6	7,1	0	0
Popular	0	0	5	3,4	30	23,8	2	1,8	12	14,2	0	0
Honesto	1	0,6	1	0,6	2	1,5	5	4,6	20	23,8	1	2,2
Dirigente	17	11,4	1	0,6	0	0	4	3,7	2	2,3	0	0
Trabalhador	10	6,7	5	3,4	0	0	1	0,9	8	9,5	0	0
Corajoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	27,0
Experiente	1	0,6	1	0,6	0	0	2	1,8	5	5,9	0	0
Responsável	3	2,0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal	0	0	0	0	0	0	1	0,9	1	1,1	0	0
Total	148	100	147	100	130	100	107	100	84	100	44	100

Em relação ao Eleitor, identificamos uma tendência quase geral de Agradecer ao Povo, seguida por menção à sua Esperança, com exceção de Brizola que, no lugar desse último tema, preferiu mencionar seu Desespero. É preciso notar que Lula e FHC apresentaram um retrato mais diferenciado do Eleitor, incluindo mensagens de mobilização para Ação e Luta.

TABELA 4

Freqüências e percentagens de mensagens sobre os *eleitores*
veiculadas em propaganda política pelo rádio

ELEITOR	FHC		Lula		Brizola		Quércia		Amin		Enéias	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Povo	90	73,1	44	61,1	24	37,5	51	83,6	20	71,4	0	0
Esperança	18	14,6	11	15,2	11	17,1	6	9,8	4	14,2	3	33,3
Desespero	3	2,4	7	9,7	20	31,2	1	1,6	1	3,5	0	0
Ação	10	8,1	7	9,7	4	6,2	1	1,6	2	7,1	1	11,1
Brasileiro	1	0,8	3	4,1	5	7,8	2	3,2	1	3,5	4	44,4
Luta	1	0,8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11,1
Total	123	100	72	100	64	100	61	100	28	100	9	100

Em outro estudo (Souza Filho, 1995), eleitores que costumavam ouvir rádio em Brasília para se informar antes de tomar a decisão de escolha de candidatos, foram entrevistados uma semana antes das eleições gerais a respeito dos motivos para escolha, características sociais/pessoais, apoios recebidos e suas propostas, conforme as tabelas 5, 6, 7 e 8 abaixo. É preciso dizer que a população dessa pesquisa foi composta por 263 pessoas, de ambos os sexos, idade média de 25,93 anos, de três níveis sócio-econômicos, pobre, médio e médio-alto (segundo profissão, local de moradia e nível de escolaridade dos pais), as quais foram contatadas por estudantes da Universidade de Brasília. Pôde-se constatar possíveis correspondências e efeitos do veículo de comunicação usado por políticos junto a seus respectivos públicos-alvo.

TABELA 5

Freqüências e percentagens de propostas de campanhas de candidatos escolhidos, segundo os eleitores de Brasília que costumavam ouvir rádio

PROPOSTAS	FHC		Lula		Brizola		Enéias		Quércia		Amin	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Peq./médio empresário	1	0,86	1	0,40	0	0	0	0	0	0	1	10,0
Reforma Estado	2	1,73	8	3,22	0	0	4	21,0	0	0	0	0
Melhorar Nordeste	0	0	2	0,80	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma social	5	4,34	18	7,25	0	0	0	0	0	0	1	10,0
Respeitar povo	1	0,86	1	0,40	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma agrária	0	0	22	8,87	0	0	0	0	1	16,6	1	10,0

PROPOSTAS	FHC		Lula		Brizola		Enéias		Quêrcia		Amin	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Mais emprego	6	5,21	19	7,66	0	0	0	0	0	0	1	10,0
Distribuição renda	0	0	12	4,83	0	0	0	0	0	0	0	0
Melhorar salário	1	0,86	16	6,45	0	0	0	0	1	16,6	0	0
Melhorar/educação	14	12,2	40	16,1	1	100	5	26,3	1	16,6	2	20,0
Melhorar energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforçar Estado	10	8,69	7	2,82	0	0	2	10,5	1	16,6	1	10,0
Desenvolvimento	3	2,60	2	0,80	0	0	1	5,26	0	0	1	10,0
Melhorar saúde	8	6,95	28	11,3	0	0	1	5,26	1	16,6	1	10,0
Parceria público/privado	1	0,86	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plano Real	37	32,2	4	1,61	0	0	1	5,26	0	0	0	0
Ciência/tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nacionalismo	1	0,86	0	0	0	0	0	0	1	16,6	0	0
Melhorar agricultura	4	3,47	2	0,80	0	0	0	0	0	0	1	10,0
Participação popular	0	0	8	3,22	0	0	3	15,8	0	0	0	0
Melhorar transporte	1	0,86	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores	0	0	16	6,45	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança em geral	1	0,86	8	3,22	0	0	0	0	0	0	0	0
Livre mercado	9	7,82	1	0,40	0	0	0	0	0	0	0	0
Mercado interno	0	0	5	2,01	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe	9	7,82	19	7,66	0	0	1	5,26	0	0	0	0
Outros	0	0	3	1,20	0	0	1	5,26	0	0	0	0
Não pagar div.externa	1	0,86	5	2,01	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma mass media	0	0	1	0,40	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	115	100	248	100	1	100	19	100	6	100	10	100

Assim, para FHC o Plano Real foi a proposta mais freqüente, seguida por Educação, Reforçar o Estado/Autoridade, Livre Concorrência, Não sabe; para Lula, por sua vez, foi Educação, Saúde, Reforma Agrária, Emprego, Não Sabe.

É bom notar que os resultados expostos na Tabela 6 e 7, foram respostas espontâneas dadas às questões sobre os motivos de escolha de candidatos e apoios recebidos pelos mesmos; enquanto que as da Tabela 8, foram agrupamentos de listas de itens apresentados aos sujeitos, os quais haviam respondido se cada um caracterizava ou não o candidato escolhido. As listas de itens foram agrupadas da seguinte forma:

- *consistência*: rigoroso, lógico, eficaz, força de vontade, seguro de si.
- *inconsistência*: aceita sem restrição, inconstante, superficial, desordenado, confuso.
- *flexibilidade*: aberto, agradável, equilibrado, compreensivo, cooperativo.
- *rigidez*: arrogante, rígido, autoritário, não cede nada, radical.
- *majoritário*: rico, bem vestido, religioso, instruído, competente, de cor branca.

- *minoritário*: reformador, contra privilégios, distribuirá renda, esquerdistas, desfavorável à elite dirigente, apoia trabalhadores.
- *pessoal*: é bem intencionado, bonito, humano, criativo, sincero, cumpre o que promete.

TABELA 6
Médias de respostas de *motivos para escolha*
de candidatos da população em geral

	FHC		Brizola		Lula		Amin		Enéias		Quércia	
	X	N	X	N	X	N	X	N	X	N	X	N
Candidato*	151	79	146	2	121	153	121	10	123	16	222	3
Partido**	123	78	120		138		120		128		120	
Proposta	127		143		137		118		118		80	
Cidadão	121		97		135		165		145		97	

*p<0,05 **p<0,07

Note-se que entre os sujeitos que haviam escolhido FHC o motivo principal foi o Candidato como indivíduo; enquanto Lula, o Partido e Proposta.

TABELA 7
Médias de respostas da população em geral sobre
apoios recebidos por candidatos escolhidos

	FHC		Brizola		Lula		Amin		Enéias		Quércia	
	X	N	X	N	X	N	X	N	X	N	X	N
Povo	25,5	10			27,3	42	25,5	1				
Sindicatos	24,5	2			40,9	78						
Não sei	16,5	5	16,5	1	16,5	15	1,6,5	8	16,5	3		
Governo	13	24			12	1						
Politicizados	12	3			12	19			12	1		
Elite	9,5	16			9	2						
Coligação	8,9	14			6,5	2			14,5	1		
Intelectuais	8	2			11,1	16	8	2				
PSDB/PMDB	*7,5	13			7	1						
Classe média	6,5	5			6,5	7						
Outros	6,5	2			6,5	1	6,5	9				
Mídia	*6	10			5,5	4						
Todos	5,5	6										
Servidores	2,5	1			3,1	4						

*p<0,05

A tabela acima mostra que, entre os candidatos escolhidos, as representações de apoios sociais recebidos pelos mesmos praticamente não diferiram entre si.

TABELA 8

Médias de respostas da população em geral quanto a *retórica de negociação e características* de candidatos escolhidos.

	FHC		Brizola		Lula		Amin		Enéias		Quérzia	
	X	N	X	N	X	N	X	N	X	N	X	N
consistência	13,3	78	19,8	2	12,5	153	14,3	10	15,6	16	16,1	3
inconsistência	13,0		14,1		13		14,7		14,7		12,2	
rigidez*	12,4		18,3		12,7		8,44		22,4		22,7	
flexibilidade*	13,7		10,6		13,4		14,3		6,7		17,7	
majoritário*	19,4		20,5		9,1		22,9		13,4		20	
minoritário*	6,74		7,90		17,2		7,11		11,1		8,26	
pessoal**	14,6		3,92		12,8		12,3		10,9		14,7	

*p<0,05 **p<0,07

As respostas aos itens apresentados aos sujeitos sobre os candidatos, geraram os resultados expostos na tabela 8 acima, os quais indicaram que não houve diferenciação na apreciação de candidatos escolhidos quanto a consistência/inconsistência. Contudo, os que escolheram FHC preferiram os itens referentes às características grupais majoritárias e pessoais. Aliás, é bom notar que os candidatos foram escolhidos em função, sobretudo, de rigidez e traços majoritários, com exceção de Lula e Brizola, em razão de traços minoritários e consistência, respectivamente.

DISCUSSÃO

O propósito básico deste trabalho foi investigar a propaganda política através do rádio para procurar inferir estratégias de influência social adotadas por políticos durante competição eleitoral e, mais importante ainda, identificar a relação entre essas estratégias e outras dimensões da vida política, tais como suas possíveis repercussões na sociedade.

Uma primeira observação, diz respeito à grande diferenciação entre os candidatos observados desde o início da campanha oficial, segundo suas possibilidades de vitória e espaço disponível na mídia, através do horário gratuito de rádio. Ou seja, o tempo objetivo de cada candidato não correspondeu ao número de temas tratados — ainda que tenha havido certa correspondência no sentido de maior tempo acompanhar um maior número de mensagens. Houve, portanto, tendência de muitos candidatos se concentrarem em torno de alguns temas, ainda que outros, mesmo não dispondo de tanto tempo, preferiram se dispersar entre muitos deles, tais como Lula e Enéias. Mesmo quando sabemos que FHC apresentou muitas propostas, ele, como Quérzia, tendeu a se centrar em poucos temas, bastando pensar que os cinco mais freqüentes de

FHC reuniram 61,9% de mensagens (Quércia 61,8%), enquanto Lula, 49,3%. Em outro estudo, observamos que os eleitores tenderam a memorizar mais mensagens de Lula que de seu competidor no segundo turno das eleições (Souza Filho, 1994). Ou seja, as pessoas tendem a prestar a atenção às mensagens minoritárias, mas preferem, (sobretudo as que possuem menor instrução e *status social* inferior), aquelas propostas apresentadas de modo simplificado e unilateral (Hovland *et al.*, 1949). De todo jeito, Lula apresentou uma dispersão expressiva menor do que na eleição passada quando os cinco temas mais freqüentes somaram 42%, segundo os eleitores entrevistados. Parece, portanto, que a interação entre simplificação discursiva junto a sinais individuais e grupais especiais e majoritários, sejam ingredientes retóricos recorrentes entre políticos brasileiros, o que discutiremos mais adiante.

Em relação às propostas propriamente ditas, podemos dizer que na competição política alguns candidatos tendem a encabeçar ou impor a pauta de discussão sobre os outros. O fato de que a maioria dos candidatos tenha se concentrado nos temas pequeno/médio Empresário e Reforma do Estado, deve ter sido influenciado pelo fato de que houve um rápido favoritismo de um candidato sobre os demais desde o início e ao longo de quase todo o período de campanha analisado. Entretanto, houve busca de similaridades entre aqueles de perfil algo próximo ideologicamente, assim como de maior diferenciação entre os que divergiam nesse aspecto. Para tanto, a base social de cada um, seu sistema de apoios e alianças partidárias, entre outros, foram fatores de maior explicação, mas trata-se de fenômeno psicossocial algo mais complexo, de difícil generalização, uma vez que vivemos período de mutação histórica no qual o par esquerda/direita (Bobbio, 1995) já não consegue dar conta do que está acontecendo, abrindo espaço para que a “engenharia política” possa exercer seus poderes simbólicos. Contudo, até que ponto a diferenciação, a tentativa de mobilizar a sociedade para atrair sua atenção para novos temas não enfrentados, pode implicar em jogo de risco? Ao escolher além de Nordeste o tema de salário e miséria, Lula procurava uma diferenciação, atenuada por diminuição da tônica em Reforma Agrária (4,4%) e aumento em Parceria privada (9,3%), possivelmente como formas de desfazer a esquerdização de sua imagem produzida em campanha anterior (Reforma Agrária 14,38%, segundo eleitores (Cf. Souza Filho, 1994)). Mais ou menos a mesma tendência de diferenciação e aproximação simultâneas foi praticada pelos outros candidatos: Quércia (Emprego, Reforma Agrária), Amin (Emprego e Desenvolvimento), Brizola (Educação e Distribuição de Renda) e Enéias (Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária e Distribuição de Renda). Ou seja, metade do esforço de retórica foi usado para participar do debate com o candidato favorito

nas pesquisas de intenção de voto, e, desta forma, procurar se diferenciar dele.

O candidato do Plano Real, que, aliás, não mencionou esse tema muitas vezes, acabou se concentrando mais em suas propostas, como se fosse o único capaz de propor algo com certa margem de certeza de obter apoio e ser entendido. Com isso, FHC foi um dos que menos falou de si mesmo e aquele que menos vezes se referiu ao eleitor. Contudo, é bom lembrar que na escolha de FHC as propostas não foram o que mais justificaram a decisão, e, sim, o candidato, individualmente, enquanto portador de características pessoais e grupais majoritárias. Aliás, os sistemas de apoios e alianças dos candidatos escolhidos ficaram pouco explicitados ou ignorados tanto por eleitores, quanto por políticos, facilitando a emergência do fenômeno de personalização social descrito anteriormente.

A grande maioria dos candidatos procurou apresentar-se como um amigo compreensivo, mas alguns se destacaram também por mostrar-se a partir de supostos traços negativos de candidatos competidores, como foi o caso de Lula. Aliás, este último se notabilizou por buscar identificação ou semelhança com eleitores de certos grupos sociais sem poder. Ao contrário de Quécia que, além de amigo compreensivo, tendeu a apresentar-se como homem maduro, líder forte e de bom senso. Brizola e Amin se apresentaram, sobretudo, como amigo compreensivo. Já FHC, revelou-se diferenciado em honestidade, trabalhador, vencedor, enquanto Enéias, como homem de coragem.

Mesmo que os políticos tenham usado outros artifícios para denotar e conotar traços pessoais e sociais, pode-se dizer que eles acreditavam que a população almejava um líder capaz de dialogar de igual para igual, ainda que preferissem um homem especial, por que não dizer excepcional, nos traços indicados. Em contraste, Lula procurou enfatizar, como já dissemos, a identificação com a população mostrando sua origem e disposição de defender interesses e pontos de vista daqueles de onde se originou, com os quais viveu e ainda permanecia ligado. Trata-se, portanto, de forma de engajamento político cuja ação supõe interdependência de destino com grupos dominados e projeto de transformação social, até certo ponto em conflito ou incompatibilidade em relação ao projeto de conciliação com os grupos dominantes.

Para entender melhor os sistemas de representação que os políticos mantiveram sobre si, seria preciso levar em conta o que eles falaram sobre os eleitores. A maioria dos políticos preferiu apresentar o eleitor de modo positivo como se contivesse apenas características boas — o que acompanhou o anúncio de que o mesmo vivia momento especial de esperança e possibilidades para o futuro. Mas, alguns candidatos acrescentaram outros conteúdos para

completar seu retrato divulgado. FHC, Lula, Quêrcia e Enéias, insistiram em afirmar/chamar o eleitor para a ação (votar, escrever, decidir o rumo, etc.). Já Lula e Brizola, acrescentaram breves relatos sobre a situação material e psíquica difícil vivida pelo eleitor, para não dizer negativa. Enéias e Brizola, por sua vez, deram grande ênfase à brasilitude dos eleitores, ainda que o primeiro tenha se destacado nesse tema bem mais do que o segundo, na elaboração do seu discurso.

Retomando alguns eixos de discussão propostas no início deste trabalho, poderíamos fazer a pergunta a respeito de saber em que sentido o material analisado corresponde aos ingredientes de entretenimento, informação e orientação para a ação, além dos pares dialéticos, indivíduo-sociedade e minoria-maioria.

Sabemos que o tipo de estudo empírico que fizemos não seria suficiente para detectar o que há de entretenimento na propaganda política, sendo necessário observar o público-alvo no processo de recepção dessas mensagens, que aliás foram veiculadas com recursos musicais e artísticos não incluídos em nossa observação. Contudo, seria interessante chamar a atenção para o modo de construir e desconstruir tais produtos políticos. Houve, por exemplo, uma certa tendência de centrar-se em torno da informação/proposta, pois se supôs que fosse um processo de escolha racional livre de sujeitos autônomos, assim como também houve um receio de mostrar intenção de dirigir as pessoas para a ação. De modo que o entretenimento e orientação de conduta foram menos freqüentes e apresentados com sutilezas, indiretamente.

A observação de dados desta pesquisa mostrou que a maioria dos candidatos poderia ser considerada como centrada na dialética indivíduo-sociedade: Primeiro, pelo zelo de apresentar-se enquanto políticos individuais e, em seguida, pelo modo de representar o eleitor enquanto outros indivíduos, genéricos e menos contextualizados. Esses resultados poderiam ser facilmente explicados (mas apenas parcialmente), pelo receio de candidatos que pretendem representar todo país centrando-se em alguns grupos. Até certo ponto, os únicos que empreenderam a via grupal foram os nacionalistas (Brizola e Enéias) e o sindicalista (Lula). Embora as ideologias indivíduo-sociedade, no sentido de reconhecer a importância apenas das esferas privada e pública (em detrimento da grupal, que é a única capaz de mudar a sociedade a partir de movimentos sociais minoritários, já que os sujeitos majoritários dominam a vida pública), apenas retardam ou reprimem a evolução político-social, que é na direção da formação de novos grupos e sociabilidades — o que nem sempre é aquilo que a sociedade está disposta. De modo que, parece problemático um político pretender atingir e dialogar para além de seu próprio grupo de origem a partir

de propostas de grupos específicos, ainda não reconhecidos como fonte de influência social. Assim, o salário, enquanto proposta importante de Lula, poderia ter se tornado um pólo da discussão eleitoral, mas acabou não obtendo empolgação nas ruas (Oliveira, 1995). Ou seja, a candidatura Lula não foi derrotada apenas pelo Plano Real como muitos apregoaram. Primeiro, foi o próprio empenho de Lula em frisar a identificação grupal minoritária, que acabou particularizando demasiado sua imagem, sobretudo quando sabemos que os grupos médios ainda são a encarnação do que é “universal”. Há, ainda, entre os pobres e oprimidos de muitos países uma constante e profunda dependência política a respeito da orientação da classe dominante. Se esta se empolgar por um candidato e programa, aqueles irão se sentir bastante ameaçados para tomar um rumo autônomo, conforme se poderia pretender mas ainda não acontece. Aqui é bom dizer que FHC foi o candidato que mais foi representado como possuidor de características majoritárias e pessoais, mas, notamos tendência entre os sujeitos de escolher candidatos segundo traços de rigidez em negociação política, o que causa preocupação.

Num país que é relativamente pobre de instituições políticas autênticas consolidadas, que nasceram de atuação de grupos específicos, seria um certo desperdício pretender favorecer mais a criatividade popular de novas agremiações a partir de movimentos. De todo jeito, seria necessário uma reformulação das nossas instituições para evitar crises futuras esperadas. Pois, jogar apenas com os símbolos coletivos tem um limite e acaba por estagnar os rumos gerais do país. A dialética indivíduo-sociedade embora sendo mais ligada às aspirações modernas e contemporâneas, permite mais facilmente a massificação da esfera pública, uma vez que o indivíduo, freqüentemente membro de grupos minoritários, como mulheres e negros, se sente facilmente presa do poderio da indústria e do Estado. Nesse sentido, as estratégias de influência social usados pela maioria dos candidatos corresponderam, de um lado, ao modelo de submissão, no sentido de que procuraram apresentar propostas praticamente sem fazer uso de argumentos racionais, mas de sugestão de metas a serem alcançadas, e, de outro, ao modelo de identificação, tentando reforçar a idéia de que eram amigos e populares - o que repercutiu e reforçou entre os cidadãos a noção de povo/massa, revelada pela pesquisa. Assim, mesmo candidatos que pretendiam a transformação social, procuraram não entrar em conflito com a sociedade, enfraquecendo as posições minoritárias.

Em conclusão, gostaríamos de ressaltar a relativa discrepância entre a propaganda política através do rádio e a sua representação por parte de eleitores simpatizantes, sobretudo no que diz respeito às propostas dos dois candidatos para os quais haviam mais intenções de votos no momento desta pesquisa.

Aparentemente, o Plano Real como consenso conservador, de um lado criou uma barreira para a discussão, naquele momento, de propostas desenvolvidas anteriormente pela sociedade brasileira, como reforma agrária, aumento de salário, melhoraria em educação; de outro, incentivou a proliferação de desejos e aspirações irrealizáveis ou possíveis apenas para poucos, como tornar-se empresário ou viver a estabilidade econômica com mais abundância.

ABSTRACT

This study presents some results of research on official campaign broadcasting and its repercussions in society. Three types of self-presentation/social representations of candidates were observed: individual qualities (majority group and personal traits), popular identification (nationalism, trade unionism and other minority contents), leadership (rigidity and flexibility). The candidates' strategies were mainly to converge or diverge regarding the themes proposed by relevant opponents, to the detriment of political culture developed by society, which represented political proposals in a different way. Plano Real is discussed as a trigger social desires and aspirations, impeding another possible explanations.

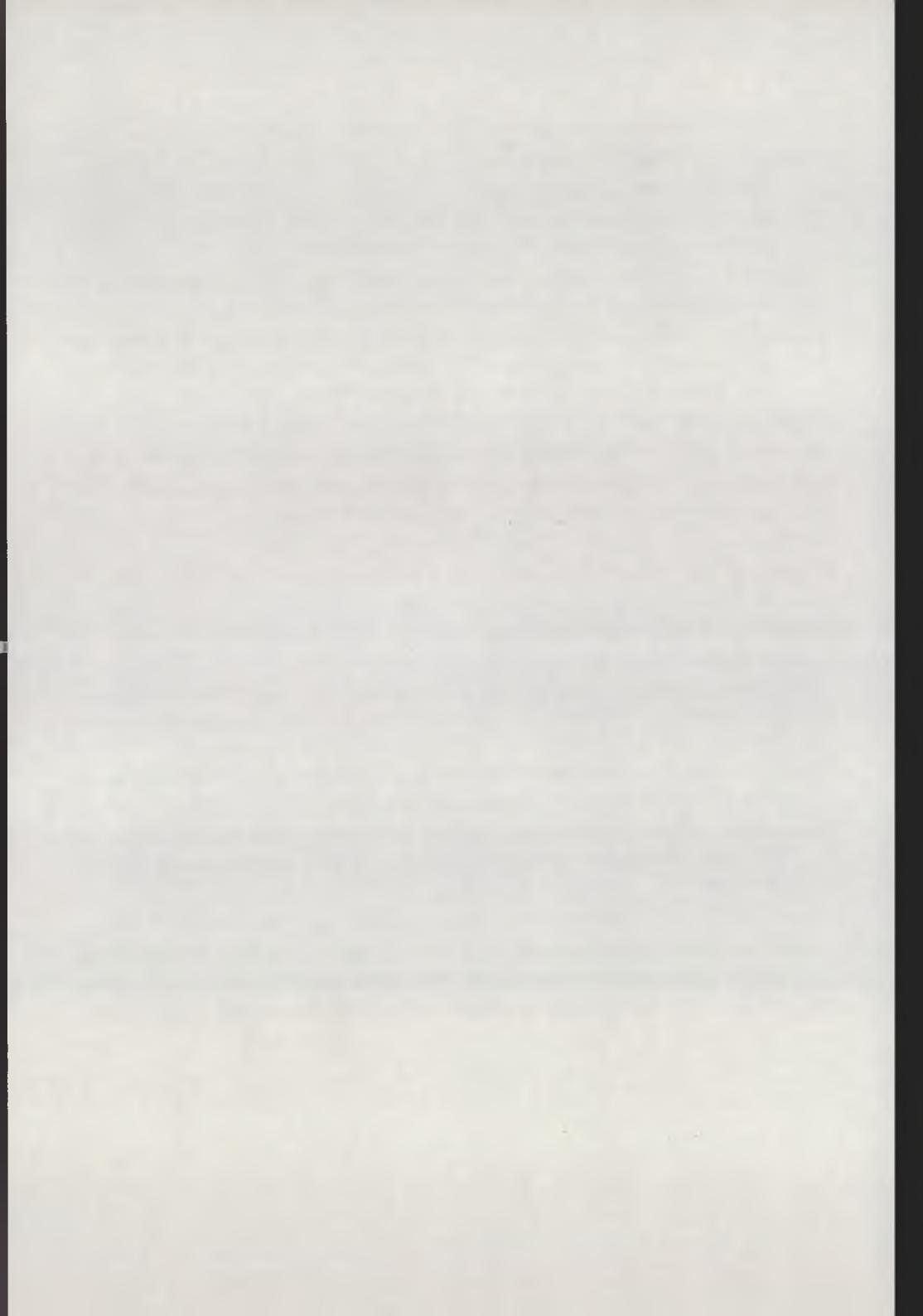
RÉSUMÉ

L'article présente quelques résultats d'une recherche sur la propagande électorale au Brésil, 1994, à travers la radio et ses répercussions dans la société. Les stratégies des candidats ont été celles de s'approcher ou de se distinguer par rapport aux sujets proposés par les opposateurs. L'article discute aussi le "Plano Real" en tant que déclencheur de désirs et d'espoirs de la société.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (1992) *l'Analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bobbio, N. (1995) *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (1979) *La distinction*. Paris: Minuit.
- Charaudeau, P. e Ghiglione, R. (1993) *Le talk-show: un mythe de la démocratie?* Relatório de pesquisa do Groupe de Recherche sur la Parole, Université Paris VIII.
- D'Amorim, M.A., Oliveira, R.M., Gonçalves, F.A.S. & Melo, C.S. (1991) *A imagem do político brasileiro: três anos depois*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 7, 13-24.
- French, J.R.P. e Raven, B.H. (1959) *The bases of social power*. In D. Cartwright (Org.)

- Studies in social power* (pp. 118-149). Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Hobsbawm, E. (1994) *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- Hovland, C.I., Lumsdaine, A.A. e Sheffield, F.D. (1949) *Experiments on mass communication*. Princeton: Princeton University Press.
- Kelman, H.C. (1958) Compliance, identification and internalization: three processes of attitude change, *Journal of Conflict Resolution*, 2, 51-60.
- Kennan, N. e Hadley, M. (1986) The creation of political leaders in the context of American politics in the 1970's and 1980's. In C.F. Graumann e S. Moscovici (Org.), *Changing conceptions of leadership*. New York: Springer-Verlag.
- Lewin, K. (1948) *Resolving social conflicts*. Nova York: Harper & Row.
- Moscovici, S. (1976) *Social influence and social change*. Londres: Academic Press.
- Moscovici, S. (1980) Toward a theory of conversion behavior, *Advances in experimental social psychology*, (Vol. 13). Nova York: Academic Press.
- Moscovici, S. (1981) *L'âge des foules*. Paris: Fayard.
- Oliveira, F. (1995) Quem tem medo da governabilidade?, *Novos Estudos CEBRAP*, 41, 61-7.
- Paicheler, G (1985) *Psychologie des influences sociales*. Neuchâtel-Paris: Delachaux & Nestlé.
- Rodrigues, A., Lobel, S.A., Jablonski, B., Monnerat, M., Corga, D., Diamico, K., Pereira, M. e. Ferraz, A. (1988) *Imagem do político brasileiro*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 4, 1-11.
- Souza Filho, E.A. de (1994) Influência social de candidatos em eleição presidencial no Brasil, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10, 453-465.
- Souza Filho, E.A. de (1995) *Representation and action in the ontogenesis of the political life*. Comunicação apresentada no Symposium on social representations, Mustio, Finlândia.
- Tajfel, H. (1978) *Differentiation between social groups*. Londres: Academic Press.
- Weber, M. (1978) Types d'autorité. In A. Lévy (Org.) *Psychologie sociale. Textes fondamentaux anglais et américains*, Vol 2. Paris: Dunod.
- Wolton, D. (1989) A comunicação política - construção de um modelo, *Papéis Avulsos*, 11, 1-22.



À procura de um *jornal público*

*Luiz Martins da Silva**

Resumo. Desde a Bíblia de Gutenberg, impressa há cerca de cinco séculos e meio, a imprensa tem funcionado como um espaço público, destinado à publicidade dos assuntos de interesse público. Esta função pública tem sido desempenhada, de modo geral, pela iniciativa privada, muito embora existam as emissoras públicas de rádio e televisão, quase sempre, mantidas pelo Estado. Diferentemente do que ocorre na mídia audiovisual, não existem jornais públicos, ainda que existam publicações estatais, tais como o Diário Oficial da União. A imprensa oficial serve, no entanto, apenas à chamada publicidade legal. Por outro lado, a publicização, através do terceiro setor (Organizações Não-Governamentais-ONGs e Organizações Sociais-OS) não logrou atingir a imprensa. A pergunta que aqui se coloca é: por quê não existem jornais públicos? As respostas compõem uma tentativa de “imaginação sociológica” acerca do que poderia ser um jornal público e um jornalismo público.

Palavras-chave. jornal público, imprensa, público/privado, jornalismo cívico

Se considerarmos o nascimento da imprensa com a invenção dos tipos móveis por Gutenberg (1450), temos quase cinco séculos e meio de existência de um campo que é campo de campos, pois, por ele trafegam, cotidianamente, além dos “fatos”, pensamentos, idéias, propostas e conhecimento acumulado e retransmitido socialmente. Enquanto cada campo sócio-econômico-cultural desenvolve-se por movimentos endógenos e exógenos, a imprensa faz, literalmente, um meio-de-campo entre todos os outros, daí, o seu papel de campo de intermediação. É por isso que se pode afirmar que a imprensa é um genuíno

* Luiz Martins da Silva é doutor em Sociologia e professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília.

*espaço público*¹, sendo-o assim por natureza e função. Trata-se do papel *vicarial* do campo dos *media*², que é exercido tanto em relação aos serviços que fornece ao público, quanto no que se refere às intermediações entre os diversos outros campos.

A imprensa é um campo que essencialmente existe por ser metalinguagem dos outros e para os outros campos. A sociedade e a economia, para ficarmos nos dois grandes campos weberianos, produzem fatos próprios, cujo sentido se dá pela *publicidade* dos mesmos, primeiramente pela mediatização natural, que é o espaço social, e, deste para a representação (codificação) mediática, dos *media*. A imprensa, embora ocasionalmente produza fatos e reflexões a partir de si própria, não sobreviveria de uma metalinguagem de si mesma. Só nas últimas décadas é que a imprensa tem produzido publicações e colunas autoanalíticas, a exemplo dos boletins de observatórios de imprensa (*media watches*) e de veículos especializados.³

¹ A genealogia do espaço público – tal como a concebe HABERMAS, Jürgen. *L'Espace Publicque. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris, Payot, 1978 – remete à própria origem da democracia grega, que se desempenha no espaço da *polis*, com os cidadãos deliberando em praça pública (*agora*). Modernamente, pode-se conceber a imprensa como uma tribuna, na qual se dá *publicidade* tanto aos assuntos de interesse público, quanto se polemiza em torno de uma ação (*praxis*) que melhor atenda ao interesse público. Em que pese a nítida colonização desta esfera pública pelos campos do Poder e do Dinheiro (política e economia), a imprensa livre – como espaço de manifestação do pensamento e das idéias) ainda permanece como um esteio da democracia. Esta esfera presentemente ganha dimensões globais, a ponto de pensadores otimistas, como Pierre Lévy (*A inteligência coletiva*) preconizarem o advento de uma *agora* mundial e eletrônica, a Internet.

² Cf. RODRIGUES, Adriano. *Estratégias de Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 155, “A natureza vicária dos *campo dos media* tem a ver com a delegação por parte dos outros campos de uma parte das suas funções expressivas, daquelas que dizem respeito à inscrição da sua ordem no espaço público, da componente exotérica das respectivas funções expressivas. Não admira, por isso, que os restantes campos abram amplamente o acesso ao público em determinados espaços e momentos, tendendo até a criar serviços especiais de articulação com o público, tais como conferências de imprensa, comunicados, gabinetes de relações públicas, e o restrinjam nos espaços e momentos do seu funcionamento *sacralizado*, *esotérico*, para os quais se exige a pertença à ordem hierárquica do campo próprio e a detenção das marcas simbólicas dessa pertença. Nesses espaços reservados, a função de mediação ou não é aceite ou, pelo menos, é sujeita a discussão. Recorre-se, então à criação de um discurso distinto, destinado ao uso externo, à visibilidade pública de que se encarregam os porta-vozes ou os serviços de informação, distinto em todo o caso do discurso específico do campo por marcas discursivas que lhe conferem uma notável importância simbólica”. Adriano reelabora, neste sentido, a categoria de *campo* em Pierre Bourdieu.

³ O Observatório de Imprensa (boletim escrito e eletrônico e programa de TV); o Instituto Gutenberg (boletim eletrônico); e a revista Imprensa, todos de São Paulo, são exemplos nacionais de *media* que trata de *media*.

São, portanto, qualidades intrínsecas da imprensa o caráter público e a publicidade. E tanto seria redundante falar-se da natureza pública de algo que é de “utilidade pública”, quanto seria inócuo debater-lhe a *privatização* ou *estatização*, pois, um ou outro gerenciamento não lhe retiraria o caráter de espaço público. Por que, então, instigar uma “imaginação sociológica” acerca de um *jornal público*? Certamente, para assegurar à imprensa um reduto inexpugnável em termos de interesses conjunturais ou corporativos, os mais diversos: estatais, governamentais, políticos e mercadológicos.

A imprensa é, portanto, um excelente exemplo de como a função pública pode superar a “falsa dicotomia” entre o estatal e o privado, ficando patente que a prestação de um serviço público não depende, necessariamente, de estar sob a égide do Estado. Serviço público pode ser um exagero, já que o consumo de produtos jornalísticos não se dá nem na mesma medida, essencialidade e busca de universalização, tal como ocorre com os serviços de luz, água, saneamento, limpeza pública e telefone. A imprensa pode, no entanto, ser considerada *bem público* e *interesse público*, por ser indispensável à própria fundação e manutenção das liberdades democráticas.

No presente artigo, elaborado no contexto da pesquisa “Formas de Apoio aos Usuários da Imprensa” (*SOS-Imprensa*), propômo-nos à busca de elementos balisadores em torno da seguinte questão: ‘O que seria um *jornal público*?’

Comecemos, então, por uma cisma: ‘Por que não existem jornais públicos, da mesma forma como existem emissoras de rádio e televisão públicas?’

Antes de irmos diretamente a uma tentativa de resposta, é necessário esclarecer o que estamos conceituando como público, mais especificamente, como ‘emissoras públicas de rádio e televisão’.

Surge, paralelamente, outra necessidade, a de distinguirmos o público do estatal ou, quando menos, levar em conta que na Europa, por exemplo, não há estranhamento em qualificar uma emissora estatal de pública. Vejamos o caso da *British Broadcasting Corporation (BBC)*. É estatal, mas é pública. Já nos Estados Unidos, o *Public Broadcasting Service (PBS)*, é público, mas não é estatal. Aliás, o PBS é uma entidade de caráter privado sem, no entanto, ser mantida com capital privado (a não ser em caso de doações). A tendência européia foi, nas décadas passadas, a da manutenção das emissoras públicas sob a égide do Estado. Nos EUA, o Estado não explora até hoje o ramo da comunicação social, uma exceção feita à *Voz da América*, que não transmite para o território norte-americano. Na Europa, nesta década, surgiu a convivência entre o estatal e o privado, no *broadcasting*, convivência esta que se tem denominado de *duopólio*. Nos EUA, prevalece ainda a noção liberal de

que o Estado e os governos devem ser mantidos longe da mídia, uma herança de uma lição histórica segundo a qual, a mídia sob o controle estatal gera pesadelos como foi o resultado da hegemonia nazista, com a mídia inteiramente a serviço da máquina de Joseph Goebbels. Um segmento público, imune aos tentáculos de governos, pode ser uma salvaguarda com relação às hegemonias político-partidárias.

Em se tratando de Brasil, o caminho aberto é diferenciado, mas, ao mesmo tempo, confuso. A Constituição Federal institui, mas não conceitua, três categorias de radiodifusão, ao se referir aos sistemas privado, público e estatal.⁴ É verdade que os fatos não corroboraram a vontade dos legisladores da última Assembléia Nacional Constituinte (1987/88), pois, no Brasil, a ninguém ocorreu formalizar junto ao poder concessionário um pedido de emissora pública de rádio ou tv e muito menos criar no Brasil um ‘sistema público’⁵ de radiodifusão. Factualmente, continuamos com o seguinte estado de coisas: as concessões dos canais de rádio e tv são públicas, mas as emissoras concessionárias ou são privadas ou são estatais.

Ora, se a própria Carta Magna brasileira se refere aos três sistemas distintos, é porque não seria apropriado confundir o público, nem com o estatal, nem com o privado. E qual seria, no Brasil, o estranhamento em se tomar o estatal pelo público? A resposta não é legalmente explícita, o que nos leva a conjecturas. Possivelmente, para se evitarem os inconvenientes políticos das nomeações para os chamados “cargos de confiança” e das diretrizes políticas impostas aos veículos. A rigor, as emissoras estatais correm o risco de se desempenharem mais como aparelhos a serviço de governos e partidos do que da sociedade. Seria, então, mais apropriado se elas fossem designadas de emissoras governamentais, e não, estatais. Possivelmente, os constituintes de 1988 já tinham, tal como Pierre Rosanvallon⁶, a consciência de que, em se tratando do cumprimento da função pública, é falsa a dicotomia estatal *versus* privado. Ou, possivelmente, porque já tinham presente a noção do chamado terceiro setor, ou terceira via, aquele no qual se enquadram, entre outras modalidades, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou as Organizações

⁴ “Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”.

⁵ É importante lembrar, no entanto, que em 1995 a lei de TV a cabo vem instituir a figura dos canais de “acesso público”, entre eles, os legislativos, comunitários, culturais e universitários.

⁶ ROSANVALLON, Pierre. *A crise do Estado providência*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1984, pp. 87-108.

Sociais (OS).⁷ A publicização⁸, consequentemente, tanto pode seguir o percurso da transformação do privado em público (com o setor privado assumindo atribuições, funções e papel do Estado) quanto do estatal em público (no caso das OS). Fica evidente que para os autores da Constituinte as emissoras privadas não estavam cumprindo uma função pública, a despeito de existirem por força de concessões públicas. Caso contrário, não teriam sido enfáticos na prescrição dos três segmentos.

Curiosamente, não surgem ONGs na área de imprensa. Elas têm avançado sobre numerosos setores da vida pública — especialmente nos campos humanitário, sanitário e ambiental —, mas ainda não se motivaram com relação aos veículos de comunicação social, possivelmente, porque estes requerem investimentos de capital intensivo. Tem havido, sim, ao longo das últimas décadas, especialmente na América Latina, numerosas experiências de mídia relacionadas aos movimentos populares. Neste artigo, no entanto, estamos nos referindo estritamente ao sistema “público”, como alternativa aos sistemas privado e estatal. Não estamos, portanto, considerando a modalidade da imprensa comunitária como uma experiência de publicização.⁹

⁷ Quando a sociedade assume tarefas tradicionalmente atendidas pelo Estado, surgem as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Figura institucional menos presente é a da Organização Social (OS), que surge num sentido inverso, quando o Estado transfere à sociedade uma atividade sobre a qual julga que já não depende mais de sua intervenção ou que pode ser melhor gerida sob um regime de autonomia. Uma experiência piloto está sendo a transformação da TV-Educativa brasileira (Fundação Roquete Pinto) numa OS, há mais de um ano. Uma proposta de “publicização” que ainda não foi adiante refere-se à transformação das universidades federais brasileiras em Organizações Sociais. Elas continuariam com o apoio do Estado, mas buscariam no mercado outras fontes de sustentação financeira. Esta alternativa é defendida particularmente pelo ex-ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, atual ministro de Ciência e Tecnologia e presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Independentemente das intenções dos governos, a autonomia universitária é um tema que já está na agenda das próprias Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), devendo inevitavelmente vir a ser debatido também pelas entidades de classe representativas da categoria docente.

⁸ O termo utilizado por ROSANVALON, idem, pp. 89-90, é “autonomização”: “Transferir para colectividades não públicas (associações, fundações, agrupamentos técnicos) tarefas de serviço público: é a via da *autonomização*. É esta via que pode ser a mais moderna e a mais interessante para responder às dificuldades do Estado-providência e fazer frente às necessidades sociais do futuro. É nela, portanto, que iremos concentrar a nossa atenção”.

⁹ O que não implica negar a natureza pública (interesse público) da imprensa comunitária. Não desconhecemos, muito pelo contrário, a vocação natural da imprensa como *espaço público*, apenas, estamos insistindo nas possibilidades de propriedade e gestão públicas da imprensa, o que a transformaria (pelo menos um segmento dela) em *res publica*.

Examinemos a possibilidade de que os constituintes de 88 estivessem atentos para a necessidade de se criar no Brasil uma esfera de radiodifusão tanto descompromissada para com as demandas estatais de comunicação no cotidiano (publicidade oficial. *Imprensa Oficial, A Voz do Brasil* etc.), quanto imune aos interesses e barganhas que têm envolvido as concessões de canais de rádio e tv, sobretudo no que se refere à classe política. Era como se o próprio Congresso Constituinte pretendesse reservar uma área para uma mídia genuinamente pública, autenticamente dotada de um vínculo social, plural, mas não partidária, estatal ou mercadológica.

Também parece evidente que os constituintes de 88 estavam conscientes com relação aos cacoetes de natureza cultural e sociológica, que dizem respeito tanto ao *patrimonialismo* que contamina o gerenciamento da coisa pública (estatal), quanto à contaminação política que torna ‘governamental’ aquilo que deveria ser genuinamente estatal. De um lado, uma privatização informal das coisas públicas; de outro, uma politização dos aparelhos do Estado, duas situações, duas formas de *coronelismo*.

Retornando, porém, a nossa proposta “imaginação”, não teríamos dificuldade em distinguir quais são os jornais estatais. São os diários oficiais, seja o da União, sejam os das unidades da Federação, ou, ainda, os do mesmo gênero em se tratando dos poderes Legislativo e Judiciário. Sobre eles não resta dúvida quanto à função pública que exercem, especialmente, no que se refere à publicidade obrigatória dos atos legais e normativos, aos quais todo cidadão tem o direito de acesso, da mesma forma como não pode alegar o seu desconhecimento. Lei e publicidade não podem ser concebidas uma sem a outra. E por que estes ‘jornais’ permanecem genuinamente estatais (e não, governamentais) se os respectivos cargos de direção também podem ser manipulados politicamente? Porque, neste caso, não há riscos de uma política editorial que favoreça a esta ou aquela tendência político-partidária. E este risco não existe porque os conteúdos neles veiculados são por demais jurídicos e objetivos, não passíveis de enfoques nem de interpretações opinativas. Por este terreno os signos não se deixam ideologizar como nas demais categorias de enunciados. Por trás de um ato legal podem existir intenções políticas, mas, efetivamente, o texto jurídico não comporta colorações políticas, ornamentos retóricos ou conotadores explícitos.

Mas, o que caracterizaria um *jornal público*? O que lhe seria próprio, específico?

É importante ter em mente que há pelo menos três vias de publicização. A primeira, se um veículo for criado sendo ‘público’ já em sua origem, ou seja, conformado já no nascedouro segundo um modelo de propriedade pública.

A segunda, se um veículo estatal for ‘socializado’, ou seja, publicizado sem necessariamente ser privatizado. Poderia ocorrer uma publicização parcial, com a abertura de páginas ou editorias de órgãos oficiais a artigos de esclarecimento ou a polêmicas plurais típicas de um tempo em que a imprensa era tribuna e se prestava a este papel, seja em favor da crítica, seja no debate de problemas da atualidade, seja no posicionamento de intelectuais frente a questões políticas e humanitárias, haja vista, ao papel desempenhado por Émile Zola no caso Dreyfuss. A terceira, com a própria imprensa de propriedade privada abrindo tanto o seu capital¹⁰ quanto o seu espaço à participação dos cidadãos. Podemos ainda acrescentar a situação dos boletins e publicações de órgãos internacionais, a começar pelas Nações Unidas. Os fóruns mundiais, multilaterais e regionais são supraestatais e suprapartidários.

Mesmo inexistindo formas programáticas ou ações articuladas em nível de corporação, o fato é que já tem havido uma certa publicização, pontuada, aqui e ali, pela abertura de colunas e de espaços interativos dedicados aos assinantes, leitores e cidadãos.¹¹ Esta prática vem se ampliando à medida que as empresas e públicos conseguem interagir valendo-se das novas tecnologias, especialmente a Internet, os *chats*, o correio eletrônico e os sistemas de atendimento ao leitor-telespectador montados pelas próprias empresas. São, por exemplo, as ligações gratuitas (*tool free*) de prefixo 0800. Outro fato comum é os articulistas e editores acrescentarem os seus *e-mails* no rodapé dos textos, ou até assinarem as matérias com os mesmos. A própria difusão de notícias na *web* tem constituído um serviço público, da mesma forma como não é ocioso relembrar que a Internet é, em nível planetário, a maior experiência de publicização de que se tem notícia. A apropriação da Internet pela sociedade civil ultrapassou quaisquer planejamentos e escalas. Ela explodiu de uma maneira espantosa e com uma espontaneidade surpreendente. Enquanto o governo norte-americano elaborava um ambicioso plano para em funcionamento uma *super data highway* e fazia estimativas de recursos a serem despendidos, a Internet ganhou o mundo e se consolidou graças à participação de uma miríades de pessoas — jurídicas e físicas —, ao redor de todo o Planeta.

É verdade que a Internet muito ainda tem de caótica, anárquica e pornográfica, mas é também uma certeza que ela se prestou ao aparecimento de

¹⁰ Tal como o fez, em 1998, o *Le Monde*.

¹¹ Os exemplos são copiosos. Citaremos a experiência do *Correio Braziliense* que, entre várias espaços do gênero, publica uma coluna intitulada “Grita Geral”, em que os leitores pautam queixas contra o mau atendimento por parte de prestadores de serviços, seja do Estado, seja da iniciativa privada.

numerosas formas de mobilização em torno de interesses e problemas os mais variados, seja por iniciativa de instituições tradicionais, seja pela agilidade com que os movimentos sociais dela se apoderaram para difundir as suas idéias e até combater fobias e intolerâncias, haja vista, o trabalho das organizações especializadas em *cyberwatch*.¹² A Internet cumpriu o seu destino de esfera pública global, inclusive no sentido da busca que, aqui, procuramos empreender, em torno de um espaço que possa ser partilhado para a polêmica e para a defesa dos interesses dos cidadãos, da sociedade, do meio ambiente e de quantas causas. Se tomarmos a Internet como parâmetro, encontraremos nesta busca não um *jornal público*, mas uma *rede pública*, e mundial.

Aquém e além da interatividade através do ciberespaço, resta-nos ainda configurar o que seria um *jornal público*, nos moldes aos quais ainda estamos acostumados, no sentido clássico e estrito de publicação, mesmo que tenha a sua versão eletrônica, multimídia, audiovisual etc. O importante porém não é a forma, mas o processo pelo qual esta modalidade pode existir. E sua razão de existir terá que estar diretamente ligada ao interesse público e ao pluralismo das idéias, sem que o guardião do interesse público tenha que ser necessariamente um aparelho de Estado. Sem ser necessariamente anárquico, jornais públicos poderiam abrigar linhas editoriais especialmente voltadas para a cidadania, sem que esta ou aquela empresa ou organização estivessem prestando um favor à sociedade e às comunidades. Um jornal público seria o próprio reflexo do interesse público e de pautas emanadas pelo público, não apenas o público no sentido primitivo de platéia, mas no sentido iluminista de público esclarecido e sujeito dos processos sociais, já não a antiga acepção do sujeito como àquele assujeitado a alguma forma de domínio.¹³

De qualquer maneira, se o utópico (*u-topos*) não se materializar segundo fórmulas ou modelos, a possibilidade de um *jornal público* tem-se apresentando como uma das facetas desta figura multifacetada que é o jornal, a imprensa e a mídia como um todo. O professor Adriano Duarte Rodrigues refere-se à mídia como um campo vicarial, ou seja, que acaba por desempenhar numerosas funções e papéis numa comunidade. De alguma forma, os interesses da sociedade, da comunidade, dos grupos e até de pessoas isoladas têm-se resvalado

¹² Um exemplo, entre numerosos *watch dogs* é o *Simon Wiesenthal Center* (www.wiesenthal.com/index.htm), que combate todas as formas de intolerância, na mídia e no ciberespaço.

¹³ “O público, enquanto categoria do juízo crítico, torna-se, assim, numa instância de decisão e de legitimidade, num autêntico sujeito de enunciação, na medida em que se arroga o direito e até o dever de informar e de ser informado, situando para isso a sua legitimidade sob o modo do ‘saber’, em oposição à modalidade da legitimidade do soberano, à modalidade do querer”, cf. RODRIGUES, Adriano. *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 40.

para as páginas dos jornais, na maioria das vezes, seguindo uma aleatoriedade muito grande. O importante, no entanto, é verificar de que forma, freqüência, intensidade e sistematicidade os interesses do público são canalizados para a imprensa, por vezes, os leitores assumindo o papel de pauteiros. Seria o caso de ainda reconhecer na imprensa uma função pública, apesar das advertências de que ela já teria trocado de vez a seu papel de Quarto Poder pela sobrevivência meramente mercadológica e apesar de tantos e eloquentes lamentos acerca do declínio do homem público, da vida pública, do espaço público, do dever, dando lugar às “tiranias da intimidade”.¹⁴

Evidentemente, estamos radicalizando, como, aliás, é uma das maneiras de se construir uma categoria nos moldes do *tipo ideal* weberiano. Dai, estamos girando em torno de uma figura ainda imaginária, a de um *jornal público*, no entanto sob o alento de que existem já contornos. Um desses contornos vem a ser o *civic journalism*¹⁵, modalidade ainda não formalmente visível

¹⁴ SENNETT, Richard. *Les Tyrannies de l'Intimité*, Paris, Seuil, 1979.

¹⁵ “Na busca de saídas para o jornal diário impresso, iniciou-se nos EUA, em 1990, um movimento intitulado ‘jornalismo público’ ou ‘jornalismo cívico’. O criador do conceito chama-se David Merrit, editor-chefe do *Wichita Eagle*, único diário da maior cidade do Estado de Kansas. Wichita, 304 000 habitantes, cinco emissoras de televisão, 26 de rádio. O movimento, no entanto, foi apropriado há três anos. O Pew Charitable Trust, uma fundação baseada na cidade de Filadélfia, resolveu investir 12 milhões de dólares até pelo menos 1999 numa programação para financiar atividades que se adequem atividades que se enquadrem no espírito do ‘jornalismo cívico’, cf. LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. “Por uma sociedade melhor”, in revista *Imprensa*. São Paulo, jan. 1997, p. 66; “Foi aí, por volta de 1990, que surgiu a expressão ‘jornalismo cívico’, logo acompanhada por outras como ‘jornalismo de contato com a comunidade’. Apesar da falta de acordo sobre o rótulo, os adeptos da nova tendência estavam de acordo no essencial: os jornais devem retomar o contato com a comunidade, descobrindo o que os leitores querem e abrindo espaço para discussão dos temas de interesse público”, cf. CASTILHO, Carlos. “Jornalismo público”, in *Boletim do Instituto Gutenberg*, São Paulo, Ano III, N°. 15, mai-jun., 1997; “O jornal ou a estação de televisão que pratica o jornalismo público ou cívico constitui um fórum para debates sobre os temas públicos mais importantes e sobre as melhores formas de se lidar com cada um dos problemas detectados. O jornalismo público é inclusivo. Pelo menos na teoria, exige que todas as vozes da comunidade sejam ouvidas no processo de debate público”, cf. FRIEDLAND, Lewis A. “Trazendo a notícia de volta para casa”, in *Boletim do Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (USIS)*, São Paulo, 1997 (edição relativa ao seminário *Public Journalism*; “Na busca de saídas para o jornal diário impresso, iniciou-se nos EUA, em 1990, um movimento intitulado ‘jornalismo público’ ou ‘jornalismo cívico’. O criador do conceito chama-se David Merrit, editor-chefe do *Wichita Eagle*, único diário da maior cidade do Estado de Kansas, Wichita, 304 000 habitantes, cinco emissoras de televisão, 26 de rádio. O movimento, no entanto, foi apropriado há três anos. O Pew Charitable Trust, uma fundação baseada na cidade de Filadélfia, resolveu investir 12 milhões de dólares até pelo menos 1999 numa programação para financiar atividades que se adequem atividades que se enquadrem no espírito do ‘jornalismo cívico’”.

entre nós, apesar das “campanhas de interesse público” que, com muita freqüência os *media* apoiam ou lideram. Em Brasília, o *Correio Braziliense* liderou durante um ano a campanha “Paz no Trânsito”, bem sucedida em termos de resultados (queda nos índices de acidentes e mortes), apoio da população e adesão do Governo do Distrito Federal, de instituições, empresas e entidades privadas. O principal ato público da campanha foi uma passeata, planejada para o comparecimento de cinco mil pessoas, mas que contou com aproximadamente 25 mil manifestantes. Posteriormente, o jornal instituiu uma outra campanha, contra a violência. As matérias de ambas as campanhas eram sempre identificadas com logomarcas específicas no alto de cada uma.

Um parâmetro, portanto, para abordar a questão do *jornal público* seria pela constatação de como as questões públicas têm-se constituído em força motivadora de uma prática, a do *jornalismo público*, ou jornalismo cidadão, jornalismo voltado para os assuntos da comunidade, variações em torno da expressão inglesa *civic journalism* que, embora date de 1990, ainda não encontrou na língua portuguesa uma tradução estabelecida, já que uma tradução ao pé da letra, jornalismo cívico, possivelmente incorporaria conotações de civismo não necessariamente relacionados com a cidadania, esta, entendida como ação social praticada por sujeitos sociais com vistas a mudanças sociais, ao que acrescentamos, passíveis de serem também sujeitos das representações do social em forma de notícia, mudando-se um estado de coisas próprio da indagação formulada pelo jornalista Washington Novaes¹⁶: “Como o Brasil pode chegar a uma sociedade democrática se os interesses de milhões não aparecem na comunicação?”

Outra vertente pode advir de um campo um pouco mais estabelecido, mas ainda em consolidação, que é o do *marketing social* e, neste âmbito, áreas correlatas, tais como a do *jornalismo comunitário* e a da *mobilização social*.

Confluência de qualquer contributo, a questão da propriedade ainda pode ser o fator preponderante na delimitação de um *jornal público*. Tanto podemos ser coerentes com uma linha de entendimento segundo a qual uma função pública pode muito bem ser exercida — e reconhecida como tal —, pela iniciativa privada (concessionária, ou não, do Poder Público), quanto, naturalmente, o Estado ainda continua — a despeito de todas as vicissitudes —, como o principal garante dos espaços públicos. A própria *utilidade pública* é uma chancela normalmente concedida pelo Estado. Nada impede o Estado, em

¹⁶ NOVAES, Washington. *A quem pertence a informação?*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1996, p. 13.

nome da eqüidistância, do pluralismo e da autonomia dos cidadãos, de criar um veículo público, dotando-o de uma administração igualmente plural e colegiada. Seria, certamente, um jornal em que os assuntos não teriam de seguir necessariamente uma pauta de assuntos vendáveis".

Queremos, no entanto, insistir na possibilidade e na potencialidade de um espaço público não estatal, não governamental e que, também não sendo privado, possa se sustentar com aportes financeiros das mais variadas origens. Um veículo como tal poderá até estar a serviço de organizações e conselhos de imprensa, tanto nos moldes de uma *alta autoridade* para a comunicação social, quanto no escopo dos *news councils*, *press councils* etc. O mais importante seria a prerrogativa de espaço público aberto a contribuições de qualquer cidadão e do cumprimento das pautas, independentemente do seu impacto mercadológico. Tão importante quanto a prática não-sensacionalista do noticiário deveria ser o controle pluralista da linha editorial. Em alguns países, os conselhos de comunicação se estruturam com base em, no mínimo, três segmentos: proprietários de veículos; trabalhadores do setor; e representantes da sociedade. É uma alternativa.

ABSTRACT

Since when Gutenberg's "bible" was published, approximately five centuries and a half ago, the press has functioned as a public forum targeted to publicize facts related to the general public interests. This public function has been incorporated, in general terms, by the private sector, even though there been incorporated, in general terms, by the private sector, even though there are many public radio and TV broadcasts sponsored and administered by the State. Different from what can be found in the audiovisual media, there are no public newspapers except for governmental publications, such as the national gazette. Nevertheless, the official press is limited to the so-called legal publicity. On the other hand, publications of the Third Sector (Non-governmental Organizations — NGOs and Social Organizations — SOs) has purpose to have any influence over the press. The main question is why there are no public newspaper? The answers represent a tentative task of "sociological imagination" to understand what could be a public newspaper or public journalism.

RESUMÉ

Depuis la Bible de Gutenberg, imprimée il y a près de cinq siècles et demi, la presse fonctionne tel un espace public, destiné à la publicité des sujets d'intérêt public. Cette fonction/vocation publique est assurée, d'une façon générale, par l'initiative privée, malgré l'absence des chaînes publiques de radio et de télévision, presque toujours maintenues par l'Etat. Contrairement à ce Qui se passe dans la presse audiovisuelle, il n'y a pas de journaux publics, malgré l'existence de publications d'Etat telles Le Journal Officiel de l'Union. La presse officielle ne sert qu'à la publicité dite légale. D'autre part, la publication par le biais du troisième secteur (Organisations Non-Gouvernementales-ONG et Organisations Sociales-OS) n'est pas parnue à atteindre la presse. La question Qui se pose alors est la suivante: pourquoi les journaux publics n'existent-ils pas? Les réponses composent un essai 'd'imagination sociologique' autour de ce Qui être un journal public et un journalisme public.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bobbio, Norberto. (1995) *Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fernandes, Rubem Cesar. (1994) *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Genro, Tarso (1996b) “Controle público não-estatal”, in: Medina, Cremilda; Greco, Milton. *Agonia do Leviatã: a crise do Estado moderno*. São Paulo: ECA/USP; CNPq, 1995.
- Habermas, Jürgen. (1984) *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1978) *L'Espace Publicque. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris: Payot.
- Lins da Silva, Carlos Eduardo. “Por uma sociedade melhor”, in revista *Imprensa*. São Paulo, jan. 1997
- Novaes, Washington. (1996) *A quem pertence a informação?*, Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, Adriano D. (1990) *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença.
- Rosanvallon, Pierre. (1984) *A crise do Estado providência*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- Santos, Boaventura de S. (1996) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez.
- Signates, Luiz. (1997) “Políticas de esfera pública: a busca de um novo conceito em políticas públicas, aplicável às esferas não-estatal e público-privada”, in Compós 96, Anais, edição eletrônica.

A cultura de museu e a ameaça à identidade nacional na era do GATT

Vera L. Zolberg*

Resumo. O artigo revela as conexões que pode haver entre termos aparentemente tão disparatados quanto “cultura de museu”, “identidade nacional” e “GATT” ao mostrar e analisar como funciona o mercado de arte internacional. O foco principal é sobre as diferenças entre Europa e Estados Unidos quanto as políticas de proteção à arte endógena como forma de representação e preservação da identidade nacional e argumenta que acordos comerciais como o GATT terão que colocar esta questão em pauta no futuro próximo.

Palavras-chave. identidade nacional, museus, GATT, comércio, arte.

INTRODUÇÃO

Que afinidades pode haver entre essas expressões aparentemente tão disparatadas — “cultura de museu”, “identidade nacional” e “Acordo Geral de Comércio e Tarifas — GATT”? Elas compõem uma combinação paradoxal, já que, ainda na década de 1970, os objetos de arte eram um dos itens explicitamente excluídos dos debates sobre ação dos governos no controle das exportações.¹

* Vera L. Zolberg é pesquisadora e professora do Boekmanstichting, Amsterdam e da New School for Social Research em Nova Iorque. Este trabalho foi inicialmente preparado para apresentação à conferência internacional GATT, The Arts and Cultural Exchange between the United States and Europe, realizada em 20-21 de outubro de 1994 na Universidade de Tilburg, com o patrocínio da Fundação Boekman de Amsterdam. Desejo agradecer a vários leitores de versões anteriores cujos comentários e críticas me ajudaram: Elteren, Annemoon Vann Hemel e Cas Smithuisen. Também quero agradecer a meu assistente na New School for Social Research, Chard Goldberg, especialmente pela pesquisa na área legal.

¹ Como disse C. Fred Bergsten, os controles excluídos foram os de “narcóticos (por razões ‘morais e de saúde’), objetos de arte (‘para preservar a herança nacional’) e outros substitutos monetários (tais como ouro, prata e joias) para evitar fugas dos controles cambiais” (Bergsten, 1974).

Mesmo durante a Rodada Uruguai de negociações multilaterais quando se lançou o debate sobre a propriedade intelectual, as artes mereceram apenas comentários muito tangenciais. A maioria das questões levantadas dizia respeito à proteção de direitos autorais à luz das novas tecnologias, especialmente para produtores e músicos de gravações de som. Se havia dúvidas quanto ao assunto, a ameaça do Presidente François Mitterand de vetar os acordos do GATT a menos que fossem excluídas as questões culturais e audiovisuais das negociações entre Europa e Estados Unidos² acabou por confirmar “a exceção cultural” nas negociações do GATT (Frodon, 1994).³

Mas não deveria surpreender que esses assuntos disparatados se juntem para assombrar as nações envolvidas nas negociações do GATT. Ao considerar como a intersecção de cultura de museu, identidade nacional e o GATT irá constituir-se, quero argumentar que é muito provável que os futuros debates reabram contenciosos muito maiores que os assuntos puramente econômicos, por mais problemáticos que estes tenham sido. O motivo disto é que as artes e a identidade nacional habitam não “apenas” o campo material, por mais vital que este seja. Seus domínios são atravessados por conotações simbólicas — e são, às vezes, predominantemente simbólicos — não sendo, portanto, maleáveis à negociação comum como são as preocupações materiais.

Enquanto outros participantes analisam aspectos da produção cultural de natureza comercial, é minha tarefa considerar os problemas das artes, e especialmente aqueles relativos aos museus. Mas as obras dos museus têm sido, para fins práticos, retirados do domínio material dos mercados e sacralizados pelo carisma da institucionalização.

No entanto, é importante primeiramente reconhecer que os domínios das artes “puras” ou comerciais não são em si esferas totalmente separadas (Zolberg, 1990). Especialmente nas últimas décadas, obras de arte e aquelas produzidas com finalidade comercial partilham conteúdo e criadores, além de serem abrigadas em instituições culturais como os museus. Mas a institucionalização não fornece uma total imunidade contra a comercialização. A estrutura da arte em sociedades de mercado tem consequências que fazem das obras de arte eventuais alvos de comércio. Em seguida, considero os aspectos diferenciais de

² O livre comércio contrasta com políticas culturais nacionais em muitos países além da França: subsídios à produção cinematográfica, tabelamento de preços de livros, manutenção de determinada proporção de programação europeia na televisão.

³ Embora se ouvisse também um murmúrio de preocupação sobre “direitos morais (que dão aos artistas algum controle sobre a exposição e o uso de sua obra depois da venda)”, este é um campo que não tem sido abordado na agenda primordialmente econômica. Ver Keith E. Maskus, “Intellectual Property” in Schott, 1990:171.

“identidade nacional” nos Estados Unidos e na Europa. Essas concepções diversas podem influenciar as políticas de proteção ou de livre comércio. Por fim, avalia a relação do mundo dos museus de arte com a crescente internacionalização do comércio, levantando questões sobre problemas recorrentes nesse campo.

ARTE PURA: UMA MERCADORIA COMO OUTRA QUALQUER?

As obras de arte tornam-se, cada vez mais, bens portáteis, inseridos modernamente em um sistema de mercado que, independentemente do significado que tenham tido no passado, fez delas algo assemelhado a mercadorias. Assim, embora sejam as artes comerciais as mais preocupadas com o lucro, as considerações financeiras também perpassam a arte pura. Esta tendência é visível apesar de o reducionismo econômico da arte ser freqüentemente contestado. Artistas, pessoas envolvidas com museus, críticos e estudiosos protestam quando esculturas e pinturas são tratadas da mesma forma que camisas ou sapatos, ou outros produtos que os economistas normalmente citam como exemplos ao analisar mecanismos de preços. Seus adversários são economistas tão ligados aos esquemas clássicos e a um utilitarismo simplista que insistem em considerar que não há diferença alguma entre obras de arte e qualquer bem econômico (Grampp, 1989). Para estes economistas, qualquer legislação visando a proteger a arte, diferenciando-a do materialismo crasso de outros produtos e, portanto, restringindo o livre comércio, exige uma justificativa.

Embora nem todos os economistas partilhem dessa visão, os que são amantes da arte penam para justificar um estatuto especial para certas formas de arte que mereçam subsídios de seus governos (Natzer, 1978; Baumol e Bowen, 1966).

Do ponto de vista da identidade nacional — como indica o caso do Presidente Mitterand —, a criação cultural ou a produção de arte “importante” ou “pura”, incluindo até mesmo as formas de arte comercial em que a língua é proeminente, tem praticamente a mesma importância. A idéia de identidade nacional como justificativa para excluir obras de arte do livre comércio implica manter objetos de arte únicos, insubstituíveis, em casa. Mas no caso das obras comerciais, alguns países querem proibir ou controlar a entrada de produtos estrangeiros. De início, prevaleciam esses casos de proteção em países do terceiro mundo em que se encontram vestígios de antigas civilizações.

A tendência à redução de barreiras comerciais nacionais tem sido o ímpeto para se repensar como a sociedade considera a arte e se obras de arte merecem proteção especial. Este questionamento entrou em nova fase com o estabelecimento da Comunidade Européia (e da União Européia). À medida

que o livre comércio se amplia através dos acordos do GATT, o problema será agravado. Será que o dinheiro falará mais alto do que a identidade nacional? E como será reestruturada a relação entre dinheiro e arte? Aliás, o que é identidade nacional, e de que forma ela se relaciona com a arte?

IDENTIDADE NACIONAL - ESPÉCIE EM EXTINÇÃO OU ESPÉCIE NENHUMA?

Muito tem sido escrito sobre “identidade nacional” mas as perguntas persistem e surgem novas questões. No contexto de um estado-nação, deveríamos falar de identidades múltiplas de uma única? É válido falar de identidade “nacional” como se todas as nações fossem iguais? A identidade nacional é uma entidade fixa ou mutável? As perguntas remetem aos debates sobre “caráter nacional”, há muito descreditados devido, em parte, a seus pressupostos estereotípicos intrínsecos. Devemos evitar essas armadilhas. Sem pretender retratar e analisar o conceito de identidade nacional e suas ricas conotações, creio que seria útil diferenciar entre alguns aspectos de identidade nacional tal como concebida em grande parte da Europa em contraste com a dos Estados Unidos.

O CASO DA EUROPA

Identidade nacional é uma das expressões mais ambíguas em discussão hoje, como demonstra a angústia da ex-Iugoslávia ou da ex-União Soviética. Até nos Países Baixos não se encontra uma unanimidade sobre como caracterizar “a” identidade nacional. Considere um exemplo recente: em artigo no *New York Times*, a identidade do arquiteto holandês Rem Koolhaas foi caracterizada como “européia”; ele foi definido como um “arquiteto pós-nacionalista”. Escreve o autor do artigo, Douglas Coupland:

Talvez como holandês, marcado pelo papel de seu país como centro comercial internacional, ele tenha menos problemas com as mudanças globais do que teria uma pessoa de outra nacionalidade. Os holandeses, uma nação de comerciantes, geraram — o que não surpreende — um arquiteto cujo trabalho responde aos fluxos transnacionais silenciosos, em nanosegundos, de dinheiro e idéias. (Coupland, 1994)

Mas outros intelectuais holandeses, vêem a questão de outra forma. Hella Haasse, que escreve romances históricos, acredita que, desde que a Comunidade Européia se tornou uma realidade, muitos que nunca pensaram sobre a identidade nacional começam a questionar sobre seus componentes e de que forma se construiu. Ela atribui o sucesso de seus livros, e o interesse renovado pela ficção histórica em vários países, ao desejo de auto-descobrimento (Simons, 1993).

A identidade como conceito sofreu uma metamorfose: da idéia popular de uma nação incorporando uma “essência” — com conotações do racialismo inato da primeira parte do nosso século — passou a ser considerada por observadores mais sofisticados como um conjunto adquirido de singularidades. Os sociólogos Van Poecke e Van der Bulck (s.d.) vêm a identidade como emergindo dos processos de socialização. Outros, na tradição de Georg Simmel, têm destacado tanto os aspectos formadores quanto o lado da construção de identidade. A identidade pode, por um lado, determinar quem pode ser incluído nas fronteiras sociais de uma nação; por outro, indica quem será excluído da comunidade (Simmel, 1955).

Até agora, a maioria das formulações tem girado em torno de uma noção monocultural da identidade. Mas esta noção vem sendo desafiada por novas reivindicações de uma identidade cultural diversa. Como vêm reconhecendo alguns observadores e analistas dos meios de comunicação, de uma concepção mais ou menos homogênea do hábito lingüístico, nos últimos anos tem se dado mais destaque à diversidade (Van Elteren, Schlesinger, etc.). Eles confirmam que, embora a identidade nacional tenha sido usualmente considerada coextensiva com as fronteiras geográficas de um estado-nação, isto foi quase sempre na melhor das hipóteses uma aproximação.⁴ Embora a heterogeneidade fosse considerada normal em países grandes, como os Estados Unidos, a ex-União Soviética ou a ex-Iugoslávia, as exceções (como Suíça, Bélgica) eram vistas como únicas ou problemáticas — se não patológicas. Pareciam provar que as clivagens entre grupos lingüísticos, religiões, etnias eram (e em alguns casos são) difíceis de superar, e só depois de verdadeiras guerras civis.

Não obstante as reais configurações populacionais, a maioria dos países europeus se definiu como sendo culturalmente homogêneos — ou desejou sê-lo, chegado ao ponto de excluir os que definem como “estrangeiros”. Que suas populações sejam mais monoculturais ou mais pluriculturais, concebem a identidade nacional em termos unitários, mesmo em face da mais óbvia heterogeneidade. Além disso, para além das chamadas velhas diversidades (anteriores ao século XX), desde o fim da segunda guerra mundial tem havido um aumento novos imigrantes, inclusive muitos de fora da Europa.⁵

⁴ Há também o fato de que muitos indivíduos vivem fora de seus países temporária ou permanentemente, por várias razões.

⁵ Muitos deles originam-se de uma herança colonial ou imperial de sua ex-metrópole, respondendo a chamados para trabalhar em tempos de falta de mão-de-obra, fugindo de condições econômicas adversas ou buscando refúgio de situações violentas.

Independentemente do motivo de seu deslocamento, a presença de imigrantes tem sido recebida de forma ambivalente pelos anfitriões. Alguns europeus têm manifestado apreensão de que esses “outros” ameaçam sua identidade nacional. Nos países que têm sido — mais ou menos — receptivos aos imigrantes e refugiados, sua presença tem sido vista como uma condição temporária ou, se permanente, exigindo a assimilação na cultura dominante.

O CASO DA IDENTIDADE NACIONAL AMERICANA

Como “nação de imigrantes” por excelência, os Estados Unidos sempre se defrontou com uma população constantemente renovada. Para os estudiosos da história americana, é surpreendente que os europeus vejam os Estados Unidos como uma sociedade multicultural não problemática embora racialmente dividida. Mas desde o início do século XIX, as origens nacionais se somaram as outras fones de clivagem, tais como interesses regionais, religião e raça como focos e contencioso político. Embora os Estados Unidos seja apresentado como a sociedade multicultural bem-sucedida, a xenofobia étnica — ao contrário da tolerância — tem aparecido de modo tão proeminente quanto as clivagens raciais em vários momentos da história americana. Tanto a raça quanto a etnia têm sido alimentadas pelas fontes constantemente renovadas de seres humanos que construiram a nação.

Ao longo dessa história, a ideologia subjacente ao que constitui “o americano” tem variado entre três tipos de comportamentos conformistas que, em momentos diferentes, conferiam legitimidade ao servir como critérios para inclusão no corpo político:

- a) “assimilação”, ou pressão à anglo-conformidade, de todos os imigrantes não-anglófonos ou dos “locais” como os ameríndios (americanos nativos); isso geralmente implica renunciar a identidades culturais anteriores, incluindo a língua e a religião e outras práticas costumeiras.
- b) “caldeirão” (“melting pot”), ou amálgama de todos os recém-chegados em uma identidade ou um caráter diferente de cada uma de suas origens, mas compondo algo novo — um “americano” *tertium quid*.
- c) identidade plural (ou “pluralismo cultural”), preservando algumas das raízes em costumes, religião, língua, etc., como no caso dos “americanos-com-hifén” (italo-americanos, afro-americanos, etc.). Mas seu uso destina-se em grande parte à esfera privada da vida familiar e social a não ser no caso de eventos públicos cuidadosamente encenados (como comemorações étnicas anuais).

Trata-se de caracterizações imperfeitas, já que têm sido e continuam sendo invocados como retórica política para fins eleitorais ou para obter vantagens para os que aderem. Embora sejam mais típicas de certas regiões do que predominantes constantes no nível nacional, elas representam a estrutura de crenças simbolizada pelo importante lema oficial: *e pluribus unum*.⁶

O historiador americano Michael Kammen tem caracterizado os americanos como um Povo de Paradoxo. Ele apresenta a história da civilização americana como “um tríptico: um quadro em três compartimentos lado a lado”. De um lado está a “legitimidade — algo que nos faltava e que buscamos”. Do outro está o “pluralismo instável — que tínhamos em excesso”. Mas o que é a cena central? A resposta não é simples: é a “biformidade”. Com isto Kammen quer dizer que a ambigüidade e a ambivalência têm sido o âmago da identidade americana. Não há razões para considerarmos que ele está equivocado.

A ambigüidade emerge nas inúmeras controvérsias que envolvem a construção de monumentos públicos nacionais (ou locais), como o que comemora a Guerra do Vietnam (Zolberg, 1990: cap.4), ou a organização de exposições em museus. Está claro que o museu oferece as armas e um terreno contestado no qual elas se tornam visíveis.

OS MUSEUS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Os museus, tais como os conhecemos, são instituições cuja construção está entrelaçada com noções modernas de identidade nacional. Como os censos e os mapas, a formação dos museus veio a representar a memória social constituindo “comunidades imaginadas”, rica de significados simbólicos, sobre os quais Benedict Anderson escreveu de forma tão eloquente. Junto com os sistemas educacionais, a literatura, os monumentos públicos, os símbolos, rituais e outras representações visuais, os museus desempenham um papel na construção da narrativa nacional (Anderson, 1991).

Como são os museus de história que têm a tarefa de narrar e ilustrar a nação-estado, não é de espantar que mesmo nos Estados Unidos, onde a maioria dos museus depende de doadores privados, os museus de história têm mais probabilidade de obter apoio direto do estado nacional ou dos governos estaduais. Os museus de “história natural” ou de etnologia têm um papel mais fundamental ainda na criação de uma matriz cultural na qual se funda a

⁶ “De muitos, um” provavelmente refere-se ao problema de unir as 13 colônias originais numa única força na Guerra da Independência. Adquiriu a conotação popular de apresentar ao mundo uma frente unida, apesar de fontes persistentes ou novas de clivagens no corpo político.

comunidade simbólica, já que definem categorias de “humano”, por oposição ao “humano”. Dessa forma, reforçam categorias conceituais referentes a quem pode ser incluído e quem deve ser excluído do corpo nacional (Zolberg, 1994).

Enquanto os museus de história e de história natural parecem estar diretamente relacionados à nação, o caso dos museus de arte é problemático. As obras de arte têm sido criadas, geralmente, por indivíduos formados numa tradição estética universal. Muitos chegaram às coleções privadas ou de museus vindas de origens diversas. Não foram necessariamente criadas por artistas que possam ser definidos como “nativos”. Embora, por essa razão, possa parecer contraintuitivo, existe uma crença generalizada de que as obras de arte, mesmo adquiridas do exterior, de fato incorporam a identidade nacional também. Este pressposto subjaz muitos debates, alguns dos quais resultam em legislação protecionista e até em tratados internacionais.

Tratados que protegem o que se define como patrimônio (ou herança) têm proliferado nas últimas décadas, enquanto predadores do mercado de arte internacional têm danificado sítios arqueológicos em alguns países menos desenvolvidos. A tendência tem sido no sentido da proteção da herança nacional (Bator, 1982). Com algumas variações, leis desse tipo existem também em algumas nações mais desenvolvidas como França, Inglaterra, Itália, Japão e Turquia. Variam do extremo da total exclusão da exportação — ou “embargo” — à proteção parcial, como “triagem”.

Além da proteção a sítios arqueológicos ou históricos, muitas nações europeias, como os Países Baixos, têm implementado legislação (“wet behoud cultuurbezit”, sobre a preservação da herança nacional) que proíbe ou limita a exportação de pinturas e esculturas de coleções privadas e registradas oficialmente e, mais recentemente, de obras de arte pertencentes a museus. O Ministro da Cultura pode vetar uma decisão tomada por indivíduos privados ou órgãos governamentais, como prefeituras ou províncias. A exportação de uma obra de arte pode ser sustada pela sua compra pelo Ministério para ser colocada em algum museu doméstico. Mas, em princípio, esta política é conflitante com o aumento da cooperação econômica entre nações europeias que gerou um “*binnenmarkt*” (um espaço econômico comum) onde não pode haver fronteiras.

Enquanto as questões culturais permanecerem em suspenso, o assunto não se discute. Mas ficarão as leis protecionistas imunes diante da tendência à eliminação de barreiras comerciais? Muitos temem que, no caso da arte, o comércio totalmente livre ameaçará o nexo entre o patrimônio de uma nação e seus cidadãos. Os museus de arte cabem nessa discussão na medida em que

são uma das principais instituições em que esse nexo se constrói. Assim, eles e a arte que apresentam deverão tornar-se centros de disputa.

A EXCEÇÃO AMERICANA

Posicionando-se for a dessa proteção legislativa às obras de arte, os Estados Unidos não tem legislação impedindo a exportação de obras de arte do país. Foram promulgadas leis que protegem sítios arqueológicos dos índios americanos e de outros grupos em território nacional. Mas até mesmo essa esfera limitada de legislação não confere ao estado nacional a posse de bens culturais nem dá ao governo americano a opção de compra. Com a exceção dos índios americanos (que de alguma forma constituem suas próprias nações), nenhuma lei regulamenta a exportação do patrimônio americano. Nenhuma lei exige que o cidadão que encontre objetos, até mesmo de excepcional valor antropológico, notifique o governo (Yapko, 1987:653). Nesse sentido, a política não é análoga às leis de patrimônio de países como o México, Peru ou Turquia, entre outros.⁷

Por que os Estados são uma exceção quanto à proteção da herança nacional? A resposta a esta pergunta abrange um conjunto de aspectos complexos das estruturas constitucionais e legais culturais. Em parte, é porque há uma resistência a interreferir no sistema de livre mercado, mesmo que isso signifique a perda parcial do patrimônio americano. Fundamental a seu compromisso com o livre comércio, e diferentemente de outros países, a herança legal americana mantém a prioridade da propriedade *pessoal* (incluindo o subsolo da propriedade privada). Em alguns outros países, a propriedade cultural encontrada em terra de propriedade privada é automaticamente conferida ao Estado (Persick, 1985:112). A diferença pode ser observada na resistência americana em assinar a convenção da Unesco de 1970 sobre proibição e prevenção de comércio ilícito de patrimônio cultural. Quando o governo

⁷ Na verdade, o governo dos Estados Unidos vem tentando proteger o patrimônio cultural desde 1863, quando promulgou uma lei regulando a conduta dos soldados da União durante a Guerra Civil. Colocava limites severos à tomada de propriedade pública ou de igrejas (Yapko, 1987:649). As leis de proteção às antiguidades índias datam de 1906, com emendas em 1979 (*idem, ibidem*:652), mas essas leis dizem respeito apenas a sítios arqueológicos em terras federais, não em propriedade privada, e não se referem a artefatos móveis. Em 1935, no entanto, o Congresso americano passou a Lei de Sítios e Prédios Históricos e Antiguidades (depois modificada pelo Decreto de Preservação Histórica Nacional de 1970) estendendo a proteção através de doações e empréstimos. O decreto de preservação do folclore americano estabeleceu um Centro de Folclore Americano como um arquivo nacional para diversos grupos no país (20 U.S.C. 2101).

americano finalmente aderiu, só em 1983 (quando quarenta e três países já haviam assinado), foi com muitas reservas, “entendimentos” e contra uma oposição considerável do Departamento de Estado.⁸

Uma justificativa para finalmente assinar o tratado, segundo o U.S. Code Congressional and Administrative News (Vol.4, 97th Congress Second Session 1982), foi a pressão das nações afetadas por esse comércio, para quem um número considerável de clientes estava nos Estados Unidos. A demanda crescente por bens arqueológicos e etnológicos e antiguidades insubstituíveis significa que são diferentes de outras mercadorias. Como já foi admitido,

...o aumento da oferta resulta das vendas de artefatos já conhecidos e daqueles recém recuperados de sítios arqueológicos. A origem e o caráter únicos desses artigos levantam sérias questões comerciais que são distintas das preocupações normais dos acordos comerciais de reciprocidade ou da legislação comercial americana (*idem, ibidem*:4099-4100).

Além da adesão dos Estados Unidos aos princípios do livre comércio e de suas fundações jurídicas, pode haver mais duas razões para a exceção americana. Em primeiro lugar, quando os Estados Unidos era a nação ocidental dominante no que se convencionou chamar de “o século americano”, o país era comprador — e não vendedor — de obras de arte. Em segundo lugar, tinha havido tão pouco apreço pela arte americana até depois da Segunda Guerra, e tanta valorização da arte europeia pelos colecionadores americanos que, excetuando-se as obras dos índios, a questão não surgia. Mesmo agora que o país tem um imenso déficit comercial e que outros países têm moedas mais fortes, continua inexistindo uma regulamentação da exportação para interromper o fluxo de antiguidades americanas para outros países. Por isso, artefatos dos índios americanos continuam indo para coleções na Suiça, no Japão e em outros países (Yapko, 1987:656-7).

Paradoxalmente, é mais fácil uma obra de arte deixar o país do que atravessar fronteiras estaduais ou municipais dentro dos Estados Unidos. Nesse nível, o princípio do federalismo estabelecido na Constituição americana é marcante. Embora legalmente o comércio interestadual seja regulamentado no nível governamental nacional, os estados têm soberanis em alguns campos. No caso de obras de coleções públicas, o deslocamento para fora de uma

⁸ Chegou-se a um acordo para proteger artefatos americanos, havaianos e do Alaska da pilhagem. As outras preocupações eram relativas a qual deveria ser a resposta americana aos esforços de outras nações para reaver patrimônio cultural roubado e trazido para os Estados Unidos (U.S. Code Congressional and Administrative News, 1982).

jurisdição pode sofrer dois tipos de restrição: as leis estaduais e o código profissional dos museus. Mas, na prática, embora algumas leis estaduais proibam os museus de enviar obras de arte permanentemente para fora de suas fronteiras, essas leis são poucas e raramente invocadas. Na maioria dos casos, em vez da legislação é o costume e o consenso ou a adesão à ética profissional que estimulam o exercício de restrições ou, pelo menos, a cautela ao penetrar as "zonas cinzentas" da prática. Nos Estados Unidos, o problema surge quando um museu tenta vender uma obra de sua coleção que possa cair nas mãos de um colecionador privado ou até mesmo de uma coleção pública em outro estado. Se uma obra é levada do estado ou município em que se localiza o museu, o estado pode investigar e até tentar impedir a venda. Como o museu é instituído sob uma legislação que regula estatutos sem fins lucrativos e beneficia-se de isenções fiscais, não pode retirar livremente as obras do acesso do público que pagou os impostos.

Assim, embora os museus americanos não estejam totalmente proibidos de vender suas obras, como tende a ocorrer nos países europeus ou em outras coleções nacionais, não estão inteiramente livres para fazê-lo. Os museus que procuram vender suas obras para aumentar seu orçamento operacional ficam limitados pelo Código da Associação Americana de Museus, pelo qual uma operação desse tipo só pode ser feita para melhorar a coleção. As obras postas à venda devem ser primeiramente oferecidas a outras instituições públicas locais ou, pelo menos, a outras coleções públicas. Quando a Fundação Barnes tentou vender obras que considerava redundantes para reformar o prédio, foi obrigada pelo seu Conselho a encontrar alternativas. A maioria dos museus evita violar o Código de maneira muito gritante, porque há o risco de serem excluídos das importantes redes de empréstimos de que os museus dependem.⁹ Mas estas são considerações de ordem prática que não respondem à questão da relação entre a identidade nacional e os museus de arte. Retornemos agora a esta questão.

DISCUSSÃO

A arte e os museus de arte nos Estados Unidos revelam sua importância como portadores de identidade nacional pela sua associação direta com ques-

⁹ Além disso, seus diretores, curadores e administradores preocupam-se em preservar suas próprias reputações. Isto é especialmente vital nos Estados Unidos, onde há muita rotatividade nos postos profissionais (principalmente depois da Segunda Guerra). Muitos profissionais esperam alcançar postos universitários, ou em museus mais importantes, ou em outras instituições sem fins lucrativos. Um currículo livre de escândalos é uma necessidade.

tões políticas que às vezes tornam visíveis as clivagens da vida política americana. Embora não seja um museu no sentido estrito, vale lembrar que quando o Memorial aos veteranos do Vietnam estava sendo projetado, um grupo de cidadãos liderados pelo milionário (e, depois, candidato ocasional à presidência do país) Ross Perot levantou objeções em parte de ordem política, em parte estéticas. Consideravam que o monumento abstrato, minimalista, em mármore preto, desenhado por Maya Lin, era muito deprimente, não atraente, deshumanizante. Acabaram conseguindo forçar a Comissão de Monumentos a acrescentar uma bandeira americana e as estátuas figurativamente realistas de três soldados. Alguns anos mais tarde, grupos de apoio de mulheres que tinham servido como soldados e enfermeiras no Vietnam lograram acrescentar estátuas de mulheres adequadamente uniformizadas.

Mais diretamente pertinente ao mundo dos museus, há o caso em que a controvérsia da bandeira americana na Escola do Instituto de Arte de Chicago iluminou as clivagens políticas da década de 80. Na exposição anual do trabalho dos alunos, um deles apresentou uma bandeira americana que ele havia colocado no chão, no caminho de um livro onde os visitantes deveriam escrever suas opiniões sobre como se deve mostrar a bandeira. Para chegar ao livro, os visitantes teriam que pisar na bandeira americana. Quando o fato se tornou público, vários grupos de veteranos de guerra protestaram. Como a obra permaneceu no lugar, alguns veteranos passaram a se revezar na guarda da bandeira até o fim da exposição. O evento foi uma das razões pelas quais, no período do alto Reaganismo, vários estados procuraram promulgar leis contra o desrespeito à bandeira. Teve destaque o caso em que alguém queimou uma bandeira no estado do Texas como manifestação política e o Estado tentou proibir esse tipo de comportamento. Mas os tribunais superiores recusaram a lei, argumentando que a queima da bandeira, no caso, era o exercício da liberdade de expressão, protegida pela Constituição. Esses exemplos mostram como arte e simbologia política ou nacional se entreleçam.

Concluindo, gostaria de apontar alguns casos que me parecem representativos das questões que terão de ser enfrentadas em breve.

1. A prática europeia predominante no século XX de impedir as obras de arte de entrar no mercado mundial continuará prevalecendo no museu do século XXI?

2. Uma vez que todos os bens e serviços econômicos tenham livre troca entre os países da União Europeia, por que a arte deveria ser uma exceção? Como seriam feitas as leis para distinguir entre obras disponíveis no mercado e obras preservadas para estarem disponíveis ao público num determinado país? Essas leis nacionais podem ser conciliadas com a associação a grupos

regionais (UE) ou acordos comerciais globais (GATT, OMC)? Esses acordos comerciais têm implicações para acordos existentes de proteção ao patrimônio?

3. Toda arte mereceria automaticamente estatuto especial, ou apenas certas obras de arte? Sobre que critérios devem ser feitas as distinções e o que constitui patrimônio cultural ou herança cultural? Obras pertencentes aos “nacionais”? Obras em coleções nacionais? Obras pertencentes a colecionadores privados? Como as idéias de identidade nacional se relacionarão com o contexto de sociedades multiculturais que perfazem cada vez mais a nova face da Europa?

4. Parece haver um fosso cada vez mais largo entre “arte de mercado” e “arte de museu”, mas estas são categorias que se sobrepõem com uma interdependência considerável (Moulin, 1992). Durante o *boom* do mercado de arte nos anos 80, a entrada de colecionadores particulares com bolsos cheios tirou vários museus do mercado. Se um museu envolve-se muito abertamente no “marketing”, fica condenado ao ostracismo pelos outros museus. No caso da Fundação Barnes, que queria vender algumas obras “redundantes” para fazer obras no prédio, ela poderia ser excluída da rede de emprestadores para exposições especiais.

5. Em vez de construir museus maiores num determinado país, por que não vender obras “duplicatas” para coleções particulares ou instituições de países que não têm certos exemplos?

6. No caminho oposto, os museus europeus têm interesses em manter certas obras, por mais redundantes, para preservar o poder em duas áreas cada vez mais importantes: o turismo e os programas de empréstimos. Especificamente, se os museus e um país têm acervos significativos, eles podem atrair turistas que gastam dinheiro em hotéis, restaurantes, lojas de presentes, etc. Como os museus de nenhum país têm uma variedade de obras suficiente para atrair o público mais do que um número limitado de vezes, ele precisa manter seu acervo para “trocar” com os museus de outros países para montar exposições temporárias.

7. Qual será o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação que permitem a recriação das obras de arte em computadores de qualquer lugar do mundo, sem a necessidade de visitar os museus? (NY Times, 07.08.94)

ABSTRACT

The article reveals the connections among such apparently disparate expressions as “museum culture”, “national identity” and the GATT, by showing and analysing international art market mechanisms. The main focus is on the differences between Europe

and the United States as regards legislation and policies to protect endogeneous art works recognized as forms of representation and preservation of national identity. The author argues that trade agreements such as the GATT will have to face this debate, rather sooner than later.

RÉSUMÉ

L'article revèle les liens entre des expressions apparemment aussi dissociés que sont la "culture de musée", "l'identité nationale" et le GATT en analysant le fonctionnement du marché internationale des œuvres d'art. Son attention se dirige principalement aux différences entre Europe et Etats Unis en ce qui concerne la législation et les politiques de protection à l'art endogène comme forme de représentation et preservation de l'identité nationale. L'argument est que les accords commerciaux comme le GATT devront tenir compte de ce débat dans l'avenir proche.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, B. (1991) *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* [revised edition] New York and London: Verso.
- Bator, P. M. (1982) *The International Trade in Art* Chicago: The University of Chicago Press.
- Baumol, W.J. e Bowen, W.G. (1978) *Performing Arts — The Economic Dilemma* Cambridge: M. I.T. Press.
- Bell Jr., W.J. et al (1967) *A Cabinet of Curiosities: Five Episodes in the Evolution of American museums*. Charlottesville, VA: University of Virginia Press.
- Bergsten, C.F. (1974) *Completing the GATT: Toward New International Rules to Govern Export Controls* Washington, DC: British-North American Committee.
- Clifford, J. (1988) . *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Couplant, D. (1994) "Rem Koolhaas, Post Nationalist Architect" in *New York Times* (Sunday, Sept. 11) Art & Leisure, p. 45.
- Frodon, J.M. (1994) , "Cinema/Festival de Venise: Un entretien avec Woody Allen" in *Le Monde* (8 Sept.) p. 10.
- Guilbaut, S. (1983) *How New York Stole the Idea of Modern Art* Chicago: University of Chicago Press.
- Grampp, W.D. (1989) *Pricing the Price is: Art, Artists, and Economics* New York: Basic Books.
- Low, P. (1993) *Trading Free: The GATT and U. S. Trade Policy* [A Twentieth Century Fund Press.

- Highwater, J. (1976) "Seeing Indian Works as Fine Art". *New York Times* (nov. 21), p.76.
- Kammen, M. (1970) *People of paradox: An Inquiry Concerning the Origins of American Civilization*. New York: Vintage Books.
- Moulin, R. (1992) *L'Artiste, l'institution, et le marché*. Paris: Flammarion.
- Netzer, D. (1978) *The Subsidized Muse*. Cambridge University Press.
- Persick, L.J. (1985) "The Continuing Development of United States Policy concerning the International Movement of Cultural Property", *Dickinson Journal of International Law* 4(1):89-12.
- Schlesinger, P. (1987) "On National Identity: Some Conceptions and Misconceptions Criticized" in *Social Science Information* 26/2:219-64.
- Schott, J.J., org. (1990) *Completing the Uruguay Round: A Results-Oriented Approach to the GATT Trade Negotiations*. Washington, DC: Institute for International Economics.
- _____. (1994) "The Pixils and Perils of Getting Art On Line". *The New York Times* (Agosto 7) p.1.
- Simmel, G (1955) *Conflict and The Web of Group-Affiliations* Glencoe, IL: The Free Press.
- Simons, M. (1993) "With an Eloquent Guide, Dutch Discover history" [Amsterdam Journal] *The New York Times* (Março 17), p A4.
- United Nations (1978) *Treaties and International Agreements Registered with the Secretariat of the UN*, Vol. 823: 232-252.
- United States (1982) *Code Congressional and Administrative News* Vol. 4, 97th Congress, Second Session, Washington, DC.; USGPO: 4098-4111.
- United States Government. *Congressional Record* Vol. 118-Part H.
- Van den Bulck e Van Poecke. "National Language, Identity Formation and Broadcasting in the Modern-Postmodern Debate: The Case of the Flemish and Dutch Communities". Artigo preparado para Taal en Omroeps para Belgian Fundamentele Menswetenschappen nr. 2.0070.92.
- Van Elteren, M. (1994) "Reflections on Cultural Identity and 'Americanization' in Relation to the Cultural Dimensions of the Recent GATT Agreement". Working Paper.
- Yapko, B.A. (1987) "The Evolution of American Attitudes and Laws Regarding Ethnic Art and Artifacts". *Loyola of Los Angeles, International and Comparative Law Journal* 9/3: 649-657.
- Zolberg, V.L. (1990) *Constructing a Sociology of the Arts*. Cambridge University Press.
- Zolberg, V.L. (1993) "Remaking Nations: Public Culture and Postcolonial Discourse". In Judith H. Balfe (org.) *Paying the Piper: Causes and Consequences of Art Patronage*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.

APENDICE: CASOS EXEMPLARES

CASO I

Mesmo que um museu não esteja diretamente envolvido com práticas comerciais, ele pode ser assim “usado” por entidades privadas. Durante a importante retrospectiva de Matisse no Museum of Modern Art (NY), um colecionador privado que havia emprestado um quadro pediu-o de volta por alguns dias para expô-lo numa grande casa de leilões onde seria vendido. O Museu aquiesceu, depois aceitou o quadro de volta, já vendido por um preço muito alto. O fato foi considerado escândalo porque o prestígio do museu estava sendo manipulado como mecanismo de mercado. Observadores consideraram que o museu não deveria ter aceito a obra de volta e que o colecionador deveria ficar no ostracismo. Se este ainda tem obras importantes para os museus, estes irão provavelmente excluí-lo.

CASO II

Quando o Museu Solomon Guggenheim adquiriu controle do Museu Peggy Guggenheim em Veneza, fez arranjos para trazer algumas de suas obras (Pollocks, etc.) para a matriz e para expor outras (incluindo alguns de seus muitos Kandinskys) em Veneza. Não se trataria de uma venda, nem de uma troca permanente. A diferença deveria ficar clara. O Museu Solomon Guggenheim tinha tentado vender vários Kandinskys para comprar arte conceitual mais recente de um grande colecionador italiano. O fato terminou nos jornais e provocou um grande escândalo.

CASO III

Apesar das restrições impostas a obras de arte e artefatos arqueológicos, havendo um mercado externo eles podem ser contrabandeados para fora do país. Durante o século XIX, uma grande coleção americana de arte india adquirida por um dos territórios do Oeste, Lew Wallace (mais conhecido como autor de *Ben Hur*), foi roubado e acabou em mãos suíças e de outros europeus (Bell, 1976). Em 1833, o Príncipe Alexander Philip Maximilian de Coblenz andou pelo Oeste e voltou com uma coleção hoje abrigada no Museu Linden, de Stuttgart (Higwater, 1976). E nos anos mais relaxados e menos vigilantes da década de 1940 o diretor do Museu Índio Americano, em Nova Iorque, deu ou vendeu parte de sua coleção a preços irrisórios para franceses como André Breton e outros surrealistas (Clifford, 1988). Como este tipo de comportamento podia ser permitido? Até certo ponto, o fato revela a falta de apreço dos americanos por esse tipo de arte até mito recentemente. Dirigentes

de museus também eram muito menos rigorosos sobre como cuidar das obras sob sua responsabilidade...

CASO IV

Neste caso, não se tratava de um museu, mas de uma galeria (Marlborough Gallery) que tentou vender quadros do artista abstrato nova iorquino Mark Rothko. Seu testamento continha instruções estritas a seus executores sobre o que fazer com sua obra depois de sua morte (por suicídio). Fundamentalmente, ele queria que seus quadros fossem *oferecidos* — de graça ou por um preço muito baixo — a museus, para que ficassem acessíveis ao público. Em vez disso, os três executores venderam muitas de suas obras. Os advogados de seus filhos questionaram por que os preços obtidos foram tão baixos; diziam que a galeria as tinha retirado ilegalmente do estado de Nova Iorque para vendê-las no Canadá, em Londres, etc. À ação judicial dos filhos associou-se também a procuradoria de Nova Iorque. A Marlborough Gallery perdeu, teve que pagar uma indenização aos filhos e algumas das vendas foram anuladas. Este caso diz respeito ao lucro no mercado de arte, mas só diz respeito a museus na medida em que estes foram os “perdedores”.

CASO V

No caso dos Países Baixos, quando se trata de uma grande obra holandesa (como um Rembrandt ou um Van Gogh), aparece dinheiro de todos os lados para salvá-lo. Mas quando a arte não está no país, o entusiasmo nacional é bem moderado. No entanto, o caso do museu da Fundação J. Paul Getty sugere um caminho diferente. Sendo uma instituição que tem recursos para comprar praticamente qualquer obra de arte, ele foi recentemente derrotado por uma combinação de forças. Quando uma escultura de Canova, “As três graças” foi posta à venda no mercado de arte em Londres, o Secretário do Patrimônio Nacional temporariamente suspendeu a venda para a Fundação Getty por US\$ 1.2 milhão recebido do Barão Hans Heirich Thyssen-Bornemisza. Este dinheiro foi acrescentado às enormes somas dadas por dois museus e juntou-se ao US\$ 1.5 milhão do filho do fundador da fortuna Getty para manter a obra na Inglaterra!



Histórias de vida: o pioneirismo de Gilberto Freyre

*Lina Rodrigues de Faria**

Resumo. O presente artigo procura mostrar a importância das histórias de vida na ciência social de Gilberto Freyre. Em *Ordem e Progresso*, Freyre trabalha com testemunhos orais e escritos, colhidos entre 1930 e 40, de brasileiros que viveram e observaram a desintegração da sociedade patriarcal e escravocrata no Brasil. Através da comparação das respostas, Freyre pôde compreender e, principalmente, interpretar o modo íntimo de vida da sociedade brasileira naquele período de nossa história. O autor queria relatos e informações de pessoas ilustres e famosas de nossa sociedade, mas também de membros das classes populares. Neste sentido, inaugurou uma técnica de conhecimento das relações sociais que só a partir da década de 80 ganhou relevância entre historiadores e cientistas sociais no Brasil. Além disso, o trabalho chama a atenção para a flexibilidade do autor no uso de outras técnicas de apreensão da realidade, além da história oral em que pioneiramente trabalhou.

Palavras-chave. Gilberto Freyre, história de vida, história oral, pensamento social.

“A tradição oral é uma fonte importante da história, e às vezes a mais pura e verdadeira”.

*José de Alencar***

Há livros cujos prefácios são preciosas orientações metodológicas. No prefácio a *Ordem e Progresso*, Gilberto Freyre apresenta uma defesa apaixonada das histórias de vida como instrumento de reconstituição das relações sociais e da cultura de um período. A tomada de depoimentos escritos, colhidos

* Lina Rodrigues de Faria é historiadora, mestre em Saúde Coletiva, pesquisadora visitante da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

** José de Alencar. *Iracema. (Lenda do Ceará)* São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

a partir de questionários enviados a pessoas de todas as classes sociais, que viveram a passagem da Monarquia para a República, foi complementada por depoimentos orais de sobreviventes daquela época. A história oral foi pioneiramente empregada pelo autor, nos idos de 30 e 40. A elas referiu-se como “entrevistas não-direcionadas”, citando, a propósito, autores da psicologia social norte-americana, como por exemplo, W. I. Thomas, considerado por Freyre como o “grande renovador moderno dos estudos sociais”.

Ao discutir a contribuição pioneira de Gilberto Freyre na utilização multidisciplinar da história oral no Brasil, este trabalho procura mostrar que não poucos caminhos, hoje trilhados por historiadores, foram apontados em *Ordem e Progresso*. Até mesmo o fantasma do depoimento supostamente mentiroso, que reduziria o valor explicativo da história oral, foi exorcizado por Gilberto Freyre em nota metodológica que abre os dois volumes.¹

Ordem e Progresso foi lançado em 1959. Durante quase vinte anos, Gilberto Freyre havia colhido e estudado cerca de trezentos testemunhos escritos e orais, de brasileiros nascidos entre 1850 e 1900. Os entrevistados representavam a sociedade brasileira de alto a baixo, desde antigos barões do Império até ex-escravos. Cada um portador de verdades e pontos de vistas diferentes sobre a sociedade patriarcal brasileira:

indivíduos dos dois sexos, das três raças e de suas várias nuances de mestiçagem; de profissões diversas, de condições sociais e intelectuais diferentes; de credos ou fé também diferentes. (OP: XXVII)

Através da *comparação* das respostas, Freyre pôde compreender e, principalmente, interpretar a “intimidade de um tempo social”. Neste ponto, baseia-se em W. I. Thomas, para quem as histórias de vida só se tornam realmente úteis, do ponto de vista sociológico, quando trabalhadas de modo comparativo. No período entre os anos 30 e 50, as histórias oral e de vida foram exaustivamente utilizadas por Thomas em vários de seus trabalhos, sem desviar a atenção dos problemas na utilização dessa técnica. Nas palavras do autor,

há indubiatavelmente dificuldades insuperáveis no caminho do aperfeiçoamento dos registros de vida do ponto de vista da objetividade e confiabilidade.

¹ Ver Janaina Amado, “O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral”. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de História Oral, 1994, e resumido em Marieta de Moraes Ferreira (Org.) *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 120.

Ainda segundo Thomas, o registro pessoal não é suficiente para a compreensão da realidade como um todo, devendo ser complementado por outras fontes, utilizadas segundo outras técnicas.²

Gilberto Freyre apresenta-se como historiador social, sociólogo e antropólogo. A diversidade de orientações intelectuais acompanha, em *Ordem e Progresso*, uma grande diversidade de objetivos de pesquisa: conhecer a vida afetiva e profissional, as relações com a escola e a igreja, com os amigos e a família, a atividade econômica, o comportamento político e ideológico, as manifestações culturais, artísticas e intelectuais, as questões de raça e do preconceito, o vestuário e as músicas de época, as relações do indivíduo com o seu passado. A história de vida e a história oral servem, portanto, como instrumentos metodológicos de reconstituição da sociedade brasileira nos tempos de transição do Império para a vida republicana.

Ordem e Progresso é o terceiro estudo da trilogia iniciada com *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, que retratam a formação da sociedade brasileira. *Casa-Grande & Senzala* foi, segundo um estudioso da obra, “o primeiro acerto de contas” de Freyre com questões que sempre estiveram presentes em seu pensamento: conhecer nossa diversidade cultural, o papel que deveríamos desempenhar no mundo moderno e civilizado, nosso legado racial, nossas tradições de cultura.³ Durante os anos de 30 e 40, essas questões foram sendo respondidas através de suas obras.

Os ensaios dos anos 30 e 40 propunham uma nova interpretação do Brasil: a visão gilbertiana acenava com as possibilidades abertas por uma formação histórica assentada na diversidade cultural de sua população, na ‘plasticidade’ do tecido social e político, na ‘miscibilidade’ social e racial que o impacto de uma colonização a um tempo européia e oriental [...] tornara possíveis.⁴

Ao falar do fascínio que os trabalhos de Gilberto Freyre exerceram sobre a geração dos anos 30 e 40, Antonio Cândido mostra que sua força residia na

² A necessidade de complementação foi levantada pelo autor em trabalho que empreendeu sob o título “The Relation of Research to the Social Process”. Ver W. I. Thomas *On Social Organization and Social Personality*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1966.

³ Os escritos de Freyre foram examinados por Luiz A. de Castro Santos em estudo de 1978, *Visions of Brazil's Seigneurial Past: The Sociology of Gilberto Freyre*. Cambridge, Mass., Universidade de Harvard, mimeo, pp. 90.

⁴ Ver Luiz A. de Castro Santos, “O espírito da aldeia: a trajetória intelectual de Gilberto Freyre”, n. 27, São Paulo: *Novos Estudos*, Cebrap, julho de 1990, p. 49.

maneira extremamente liberta com que desmontou a concepção solene da história social, falando com saboroso desafogo de sexo, relações de família, alimentação, roupa. Era o discernimento iluminado com que sugeria a importância dos traços menores, dos fatos humildes: o cumprimento, a receita de doce, a festa de padroeiro, o bigode, o anúncio de jornal, a anedota. Era sobretudo a franqueza com que mostrou a presença do negro no cerne da nossa vida, chamando a atenção de todos para a necessidade de estudá-lo, revolver a sua contribuição cultural e social, marcar o seu papel na formação do Brasil.⁵

Sublinhado por outro crítico, o interesse de Gilberto pelo estudo de nossa herança africana, e pelas relações raciais que marcaram a formação de nossa sociedade, permite a leitura de uma dupla tensão entre “guerra e paz” no mundo criado por senhores e escravos⁶, no contexto mais amplo — que o autor sempre teve presente em seus estudos — do sistema econômico e político da monocultura e do latifúndio.

O que pretendemos sugerir, a partir dos estudos críticos da obra gilbertiana, é que os traços marcantes de sua primeira grande obra estão presentes em *Ordem e Progresso*. Nesse ponto, devemos frisar, a literatura deixou aberta uma lacuna. Para usar uma expressão de Antonio Cândido⁷, a técnica expositiva de Gilberto em *Casa-Grande & Senzala* (o volume de informações, as noções “brotando numa improvisação de talento”) repete-se, a nosso ver, em *Ordem e Progresso*, assim como também nos deparamos nessa obra com a extraordinária criatividade — igualmente realçada pela crítica — presente em *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, ao tratar das “miudezas históricas” do dia-a-dia da sociedade brasileira.

Em *Ordem e Progresso*, Gilberto Freyre apresenta (conforme suas próprias palavras) um estudo sociológico, antropológico e psicológico de interpre-

⁵ V. Antonio Cândido, “Aquele Gilberto”, in *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶ Em *Guerra e Paz*, Ricardo Benzaquen de Araújo baseia-se no modelo neolamarckiano de raça para o entendimento das relações entre raça, meio e cultura em *Casa Grande & Senzala*. Chamando a atenção para a ambigüidade presente no pensamento de Freyre, mostra que o “mito freyriano da democracia racial”, ao mesmo tempo que incorporava a noção de um convívio pacífico entre brancos, negros e mulatos, não diluía as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira. Ver Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

⁷ Antonio Cândido, “O Significado de Raízes do Brasil”, em Prefácio a Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 5.ª ed., revista. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969, p. XII. Neste famoso prefácio, o Professor Cândido discute o estudo de Sérgio Buarque, comparando-o, em grandeza, a *Casa-Grande & Senzala*, e a *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior.

tação e reconstituição da formação e desintegração da sociedade patriarcal brasileira, considerada na sua totalidade de inter-relações, tanto no que diz respeito aos “valores-coisas” (roupas, móveis, objetos pessoais), como “valores-imateriais” (ideologias, símbolos, valores, idéias, palavras, ritos sociais, ideais de raça).⁸ (OP: XXXII)

Aqui se encontra, como já referimos, a característica distintiva de *Ordem e Progresso* em relação ao conjunto da obra do autor — o recurso intenso às técnicas de história de vida e história oral, utilizadas para captar o sentido daqueles “valores” materiais e imateriais para os brasileiros que viviam o momento de desorganização do Brasil monárquico. As perguntas foram feitas a mais de mil pessoas. Trezentas responderam ao inquérito, oralmente ou por escrito. Os questionários traziam perguntas específicas — “dirigidas” ou “provocadas” —, além de outras de caráter mais geral, para que os entrevistados pudessem escrever livremente e lembrar espontaneamente o que lhes vinha à cabeça.⁹ Essas confissões, esclarece Gilberto Freyre, “só nos foi possível reunir-las num esforço aparentemente fácil, na verdade difícil, de bisbilhotice disfarçada em investigação sociológica”. (OP: XXI)

Várias pessoas que responderam ao inquérito já não estavam vivas na época em que o livro foi publicado. Foram entrevistados velhos aristocratas do Império, senhores de engenho e usineiros, fazendeiros do café, religiosos, profissionais liberais e militares, comerciantes, operários e funcionários públicos, políticos, jornalistas, pais de santo, “mulheres das chamadas alegres” e mulheres da elite brasileira. Antigos escravos forneceram informações importantes sobre suas relações com os senhores, os ritos religiosos, suas crenças, seus cantos, sua vida de trabalho. Segundo Freyre, durante as entrevistas, alguns depoentes se emocionaram ao relembrarem acontecimentos vividos durante a infância ou adolescência.

O questionário visava obter verdades diferentes, incompletas e mesmo contraditórias de pessoas que viveram e compartilharam da intimidade de um tempo social, permitindo, através da comparação dos depoimentos, compreender o que de mais íntimo ocorreu em uma época já extinta. O objetivo era conseguir dos entrevistados “diferentes reações aos mesmos estímulos ou às mesmas provocações de memória ou de sensibilidade”. (OP: XXVII)

Gilberto Freyre chama a atenção para a dificuldade em conquistar a confiança do entrevistado. Em geral, a literatura sobre o tema é unânime em

⁸ Para designar *Ordem e Progresso* utilizarei OP ao longo de todo o texto.

⁹ Ver anexo questionário que serviu de base às autobiografias.

afirmar que o contato com o depoente não é uma tarefa muito fácil.¹⁰ Algumas pessoas têm receio de contar fatos que foram problemáticos ou que marcaram de forma negativa as suas vidas. Aqueles que concordam em relatar acontecimentos desagradáveis de seu passado, o fazem quase como confissão a um religioso. Nas palavras de Freyre, “houve [entre os entrevistados], quem nos fizesse confidências como a um padre”. (OP: XX)

Os mais resistentes às respostas escritas foram “os que se consideravam mais traumatizados por certos acontecimentos da época sob análise; ou sob fortes sentimentos de culpa”. (OP: XXVII). As viúvas de Joaquim Nabuco e de Alberto Torres, o Presidente Artur Bernardes, Roquette-Pinto, dona Laurinda Santos Lobo, entre outros, recusaram-se a responder por escrito ao questionário, mas não se negaram a falar sobre pontos específicos. Outros concordaram em responder ao inquérito sob a condição de que seus nomes ou depoimentos não fossem revelados. Os mais idosos e/ou analfabetos e, especialmente, ex-escravos prestaram depoimentos orais.

Algumas pessoas recusaram-se a dar qualquer resposta. Getúlio Vargas, depois de ler atentamente cada pergunta, observou: “Este inquérito descobre qualquer um. E eu não sou homem que se descubra, mas que deve ser descoberto”. A mesma atitude teve Monteiro Lobato. Na sua opinião,

quem conseguisse uma resposta sincera de todos os homens que significam alguma coisa no país, teria reunido elementos para a solução dum enorme *Nosce te ipsum* [“Conhece-te a ti mesmo”].
(OP: XLI)

Freyre agradece aos amigos e colaboradores que durante anos o ajudaram na coleta do material e ao considerável número de depoentes que responderam, de forma minuciosa e detalhista, ao questionário. Agradece, especialmente, a

Doninha de Sigismundo, pecadora arrependida, que, velha e vestida de preto, como a mais severa das viúvas, contou-nos há anos, durante meses a fio, intimidades da vida sexual de ilustres homens de governo.
(OP: XXI-XXII)

Outros tipos de fonte histórica também foram utilizados pelo autor em sua obra. Em especial, documentos pessoais guardados em arquivos de família: correspondências, cartões postais, diários, escrituras, inventários, testamentos, álbuns de família, cadernos escolares, livros de cozinha, porcelanas, cristais

¹⁰ Ver Angela Castro Gomes, [nota sem título], Mesa-Redonda sobre história oral e história de vida: temas e abordagens. Terceiro Encontro de História e Saúde, Casa de Oswaldo Cruz. In *Cadernos de História e Saúde*, Casa de Oswaldo Cruz, n.2, 1992.

e peças de vestuário que ilustravam aspectos importantes da vida nacional. Entre os principais arquivos de família pesquisados pelo autor, podemos destacar o da Família Imperial e o da Família Joaquim Nabuco. Foram pesquisados também coleções de rótulos de cigarros, de leques, de caixas de rapé, de camafeus, além de jornais e revistas de época, caricaturas e crônicas, literatura nacional e estrangeira.

Uma importante fonte documental utilizada por Freyre foram as fotografias de época. Segundo o autor, as fotos retratam o viver patriarcal: antigas casas e sobrados, ruas, móveis, bares, bondes, automóveis, obras públicas, mudanças arquitetônicas, brasileiros ilustres do fim do Império e primeiras décadas da República. As coleções particulares, que teve a oportunidade de conhecer, indicavam o forte gosto do brasileiro pelas fotografias, em especial, pela fotografia de pessoas.

Falando sobre a importância antropológica e sociocultural que representam as fotografias, em “Por uma Sociofotografia”¹¹, Freyre diz que

a fotografia interessando à antropologia física, pelo que documenta de tipos físicos ou de biótipos, de uma população regional ou nacional, vai além; documenta a ação ecológica do ambiente e aculturativa da sociedade sobre esses tipos, como que virgens, sem esses impactos de caracterizações socioculturais, através de modos de trajar, de calçar, de pentear, de adorno pessoal, de homens, de mulheres, de crianças, que constituem os sinais mais ostensivamente cotidianos de presenças socioculturais sobre homens apenas indivíduos biológicos.

Como se vê, a abertura de Freyre para técnicas de apreensão da realidade se estende além da história oral, atingindo outras áreas em que pioneiramente trabalhou, como é o caso do emprego da fotografia e de sua legitimidade para as ciências sociais.

Foi visitando antigas fazendas de açúcar e senzalas, velhos sobrados, igrejas, ruas, becos típicos de cada região, escutando o som “fanhuso” de antigos instrumentos utilizados por ex-escravos e pela elite da época, “acaricando” bonecas e roupas já gastas pelo tempo, remexendo álbuns de família, observando objetos de escritório¹², lendo correspondências, diários, testamen-

¹¹ Em *O Retrato Brasileiro: fotografias da Coleção Francisco Rodrigues 1840-1920*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Núcleo de Fotografia, Fundação Joaquim Nabuco/Departamento de Iconografia, 1983. pp.15-24.

¹² Vários objetos de época foram oferecidos ao autor, que se refere ao tinteiro que pertenceu a Joaquim Murtinho, oferecido por sua sobrinha, Laurinda Santos Lobo, e a um pégador de papel que foi de Joaquim Nabuco, doado por sua mulher.

tos, poemas e modinhas da época, que tomou contato com o ambiente patriarcal e escravocrata em que os entrevistados viveram. (OP: XX)

Ao descrever detalhes do dia-a-dia de brasileiros pertencentes às classes sociais mais abastadas, Freyre destaca a importância que tinham as roupas íntimas ou a *lingerie* para as classes médias e altas da sociedade. Para o brasileiro de boa família, a qualidade de suas “ceroulas”, meias e camisas era fundamental, pois “era o trajo que fazia o *gentleman*”. (OP: CXXIV) Os depoimentos de “Doninha de Sigismundo”, já referidos, foram, segundo o autor, extremamente importantes. Com base em seus relatos, Freyre pôde saber sobre a vida de amantes de brasileiros importantes, na maioria casados e “bem situados nas suas profissões e na sociedade”. (OP: CXL) O autor recupera também detalhes do cotidiano do homem comum: a paixão brasileira pela loteria e pelo jogo do bicho, o gosto pela cerveja, a importância do dente de ouro como *status social*, etc.

Nada escapava aos olhos do observador perspicaz da vida social e cultural dos brasileiros. A questão do homossexualismo entre militares e alunos de escolas católicas tradicionais não lhe passou despercebida. Freyre foi também um pioneiro no tratamento do tema. O intelectual socialista Astrojildo Pereira fala em seu depoimento sobre as intimidades entre meninos nos colégios que freqüentou no Rio de Janeiro. (OP: CXLVII) As amizades amorosas não se restringiam apenas aos meninos e homens. De acordo com alguns depoimentos, nos colégios para a educação de moças eram comuns as “proteções exageradas” de meninas veteranas às novatas. Pedro Paranhos, sobrinho do Barão do Rio Branco, concedeu, segundo Freyre, importante depoimento oral sobre este assunto. (OP: CXLIX)

Na tentativa de resumir as principais características do período estudado — considerado no conjunto dos seus aspectos sociais e culturais — Freyre não poderia deixar de considerar as informações sobre as doenças que vitimavam a população brasileira e o modo como essas doenças tocavam a personalidade de homens ilustres de nossa sociedade. O final do século 19 e início do 20 foi marcado por surtos de varíola, cólera, malária, febre amarela, tuberculose. O brasileiro foi vítima principalmente da sífilis, “tantas vezes inimiga dos grandes homens através dos seus nervos”. (OP: CLII) Tobias Monteiro, amigo íntimo e secretário particular de Rui Barbosa, fala em seu depoimento sobre os terríveis ataques de fúria de Rui, que, como outros brasileiros, teria sido “tocado em sua personalidade” por esta doença. Freyre revela que a sífilis foi companheira íntima da “grandeza intelectual e artística” de homens como o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Deodoro da Fonseca, Cândido Rondon, Afonso Celso, Prudente de Moraes, Vital Brasil, Rodrigues

Alves, Epitácio Pessoa, Miguel Couto, Oswaldo Cruz, Pereira Passos e Pan-diá Calógeras.

É interessante como, para “aquele Gilberto” — o Gilberto da melhor fase, elogiado pela crítica¹³ —, os fatos eram relevantes na medida em que revelavam atitudes e valores culturais não imediatamente percebidos. Era o Gilberto das “miudezas históricas”. Tingir os cabelos e bigodes, nos últimos anos do reinado de Pedro II, foi para muitos brasileiros uma forma de contestar os valores do passado e consagrar os do futuro.

O Império morria a olhos vistos sob as barbas branquíssimas — branquíssimas e jamais maculadas por tintura ou pomada — de Pedro II, com as quais contrastava então o preto ou o castanho das barbas de jovens líderes republicanos. (OP: CXXXII)

O marco cronológico que orienta *Ordem e Progresso* contempla o período que se estende de meados do século 19 (Lei do Ventre Livre) ao final da segunda década do século 20 (começo da Presidência Epitácio Pessoa). O objetivo era trabalhar com quatro gerações — bisavós, avós, pais e filhos — em quatro tempos distintos, formando entretanto o que Freyre define como “um tempo sociologicamente único”. (OP: XXI) O autor procurou articular o passado social e cultural dos entrevistados com o seu presente e, em alguns momentos, com o seu próprio futuro, criando, assim, uma interdependência entre esses três tempos. Na sua concepção, é impossível separar, sociologicamente, o passado do presente, na medida em que o tempo “é psicológica e socialmente composto de variáveis que se alteram conforme o ritmo em que os vivem [...] diferentes subgrupos”. (OP: XXXIX)

UMA PALAVRA SOBRE O MÉTODO

As primeiras entrevistas realizadas por Gilberto Freyre para o livro *Ordem e Progresso* datam do final dos anos 30. No entanto, assinala-se que, enquanto Freyre escrevia suas primeiras grandes obras — *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* — ele colhia material empírico que seria utilizado, mais tarde, em *Ordem e Progresso*. Na verdade, o que desejamos sugerir é que o autor já vinha aplicando, de longa data, a técnica de história oral.

Em 1939, Freyre publicou um livro intitulado *Açúcar. Algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do Nordeste*. Nesse livro, mostra a forte influência do açúcar em vários aspectos da vida brasileira, especialmente, sobre “a comida, sobre a cozinha, sobre as tradições portuguesas de bolo e de

¹³ Ver nota 5.

doce".¹⁴ O autor recolheu receitas de alguns doces, bolos e sorvetes tradicionais das casas-grandes de engenho. Foi conversando com senhoras da elite e "antigas negras quituteiras" que conseguiu anotar várias receitas e descobrir antigos segredos no preparo de bolos e doces. Segredos conservados durante anos em famílias de engenhos pernambucanos, alagoanos, paraibanos, maranhenses. Algumas receitas receberam nomes de famílias importantes do Nordeste — Souza Leão, Tia Sinhá, Cavalcanti. A receita do famoso bolo Souza Leão foi fornecida por Dona Carmem Magarinos de Souza Leão.

Seu interesse pela culinária brasileira foi, mesmo, anterior à publicação de *Açúcar*. Desde 1924, Gilberto Freyre já vinha escrevendo no *Diário de Pernambuco* e depois em *A Província*, exaltando nossas tradições culinárias. Em alguns artigos era comum reproduzir receitas antigas de comidas típicas brasileiras, anotadas por Freyre, durante suas conversas com velhas quituteiras. Segundo Luís Jardim,

Foi sua sensibilidade, voltada para aspectos que muito letrado, adstrito a miudezas históricas, supunha não ter a menor significação, que conquistou, para muitos de nós, essa nova zona de valores intimamente brasileiros.¹⁵

Leia-se o artigo sob o título "Encanta Moça" publicado em *Artigos de Jornal*.¹⁶ Criticando a mudança de nome da rua "Encanta Moça", considerado pelo Instituto Arqueológico de Pernambuco sem nenhum significado histórico e fruto das superstições populares, diz Freyre: "Ora, a grande história é a social. É a história íntima... E da história íntima fazem parte as superstições, as ilusões, os mitos".¹⁷ Freyre deu sentido social e valorização artística a estes temas. Procurou interpretar a vida brasileira, os ambientes regionais na sua totalidade, na sua variedade e no seu movimento. Nas palavras de Luis Jardim,

a cada coisa, expressão da nossa 'cultura', que ia passando despercebida, dava Gilberto Freyre uma interpretação nova, de que resultava um encanto, um interesse, um sentido especial.¹⁸

¹⁴ Gilberto Freyre, *Açúcar: Algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939, p 10.

¹⁵ Citação de Luís Jardim retirada do prefácio do livro *Artigos de Jornal*, de Gilberto Freyre. Recife: Edições Mozart, 1935.

¹⁶ Gilberto Freyre, *Artigos de Jornal*. Recife: Edições Mozart, 1935. Os artigos reunidos neste livro por iniciativa de Luís Jardim representam a primeira fase de colaboração de Gilberto Freyre no *Diário de Pernambuco*, entre 1922 e 1925.

¹⁷ Ibid., op. cit., p. 79.

¹⁸ Ibid., op. cit., p. 18.

Freyre partia da suposição de ser um indivíduo dotado de alguma empatia, ou seja, da capacidade de “ver”, compartilhar e participar, pela sensibilidade, dos sentimentos e emoções do outro. Segundo o autor, a compreensão, reconstituição e principalmente a *interpretação* da realidade de uma determinada ordem social requer que o sociólogo e o historiador se tornem “íntimos” das relações entre os indivíduos que viveram aquela realidade e os seus valores. (OP: XXXVIII)

Sem empatia, não é possível o estudo do passado assim amplo e intenso a um tempo; social e pessoal. Estudo que nos transmita do passado humano um pouco do que nele foi valor vivo, símbolo vivo; ou existência, vivência, experiência condicionada por valores e símbolos. (OP: XXXIII).

O método adotado por Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso* recebeu críticas favoráveis e contrárias, na época em que foi publicado. Alguns críticos estrangeiros, especialmente franceses, definiram seus estudos como “modelos metodológicos que faltam à América espanhola, à anglo-saxônica e à própria Europa”. A opinião desses críticos, no entanto, não coincidiu com a de alguns sociólogos brasileiros que não consideravam a *life history* como um método “ortodoxamente sociológico”. (OP: XXXV) Alguns historiadores e sociólogos “de feitio convencional e ortodoxo”¹⁹, como define Freyre, fizeram duras críticas à sistemática adotada no ensaio: a adoção do método de história de vida e a utilização de testemunhos orais. Alguns críticos consideraram determinadas afirmações, ditas ou escritas pelos depoentes, impregnadas de contradições e inexatidões.

No prefácio à segunda edição de *Ordem e Progresso*, Freyre responde a essas críticas afirmando que embora algumas verdades particulares contenham certas inexatidões, elas são importantes para o conhecimento da “verdade geral”, característica de uma mesma época. Citando um historiador norte-americano²⁰, diz que “um dos valores principais das [histórias de vida] é que enquanto nem sempre apresentam ‘a verdade’, indicam sempre o que os seus autores pretendiam que fosse considerada essa verdade”. (OP: III)

¹⁹ Freyre cita como um dos principais críticos de *Ordem e Progresso* o intelectual mineiro e positivista Ivan Lins. Lins indignou-se com os depoimentos de antigos monarquistas contrários ao novo regime. Outro crítico citado pelo autor foi Daniel de Carvalho — ex-Ministro da Agricultura. Daniel de Carvalho critica veementemente o depoimento de Astorgildo Pereira, considerado um “quase casajeste” pelo ex-Ministro em virtude de suas críticas negativas aos colégios católicos.

²⁰ Herman Ausubel, Professor da Universidade de Colúmbia e autor do livro *Historians and their Craft*, publicado em 1950.

Segundo Freyre, foi sob esse critério de interpretação da história de uma sociedade que se tentou elaborar, em *Ordem e Progresso*, não apenas a reconstituição da sociedade patriarcal, mas, especialmente, a interpretação de um período de nossa história. O autor pretendia com este tipo de análise social, elaborar, através do confronto entre verdades contraditórias, uma “nova” verdade histórica, que sem ser absoluta, única ou lógica, fosse geral e não peculiar apenas aos historiadores ou sociólogos convencionais. Uma verdade que não leve em conta apenas o “tempo cronológico”, mas, que “penetre o tempo vivido pelo homem social”. (OP: XIV)

Segundo o autor, somente através da reunião e comparação de verdades contraditórias e de visões e experiências distintas é possível entender a história “intima” de uma sociedade numa época considerada, pois cada indivíduo vê a vida, os fatos e os acontecimentos sob pontos de vista diferentes. Cada indivíduo é “portador de uma verdade válida, parcialmente, para a época, embora, em sua pureza ou em sua totalidade, várias dessas verdades venham a revelar-se inexatidões quase completas ou parciais”. (OP: III) Neste sentido, baseia-se em Ortega y Gasset quando diz que “visiones distintas” não são excludentes: “sino al contrario han de integrarse, ninguna agota la realidad”.²¹ (OP: XVIII - b)

Freyre cita autores da psicologia social norte-americana para fundamentar suas explicações. Já mencionamos sua referência a W. I Thomas. Emory

²¹ Esta posição é defendida por Guita G. Debert em trabalho sobre o emprego das histórias de vida e oral na reconstrução social. Em seu trabalho, a autora nos brinda com uma bela citação de C. Geertz, em *A interpretação das culturas*: “Mas o poeta [...] nunca faz qualquer declaração real, e nunca, certamente, declarações particulares e específicas. O trabalho do poeta não é contar o que aconteceu, mas o que está acontecendo: não aquilo que ocorreu, mas a espécie de coisas que está sempre ocorrendo”. A autora enfatiza a importância de relatos contraditórios que retratam a própria diversidade de uma época ou os vários olhares sobre um fenômeno. Ver Guita G. Debert, “Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral” in Ruth C. L. Cardoso (org.) *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Marieta de Moraes Ferreira, em artigo sobre os problemas do uso da metodologia da história oral nos dias de hoje, chama a atenção para a existência de duas linhas de trabalho no campo da história oral. Uma primeira trabalha com depoimentos orais como complemento da documentação escrita. Uma segunda linha, que nos interessa mais diretamente, privilegia as relações entre história e memória. Para essa vertente, as contradições de memórias não são vistas como aspectos negativos para o uso da história oral, pois “as distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central”. Note-se que toda essa passagem vai ao encontro das concepções de Freyre. Marieta de Moraes Ferreira (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 10.

Bogardus é outro dos autores citados, para os quais mesmo que ocorram inexatidões nas respostas do entrevistado, por falhas de memória ou de lembrança, a história de vida terá sempre importância significativa, pois suas falhas ou distorções de lembrança, mais do que os acontecimentos tais como “aconteceram, é que explicam suas reações a esses acontecimentos”. (OP: XXXVII)

A ATUALIDADE DO DEBATE

As posições defendidas por Gilberto Freyre décadas atrás encontram perfeita sintonia com o debate atual. Basta uma breve discussão de alguns textos recentes para que se revele a atitude inovadora do autor de *Ordem e Progresso*. Nos dias atuais o debate em torno da utilização da técnica de história oral na reconstrução histórica repõe aquelas questões, não resolvidas décadas atrás. Se contemplamos estas questões quase três décadas após a publicação da obra de Gilberto Freyre, o que vemos? Ainda são grandes os obstáculos e limitações em torno da utilização das fontes orais na reconstrução social. Existe por parte de alguns historiadores tradicionais um ceticismo quanto ao valor dos testemunhos e depoimentos orais na construção do passado de uma sociedade. Na visão desses historiadores, a história deve ter por instrumento essencial e fundamental os documentos escritos.

Existe toda uma literatura que indica um caminho oposto. Os trabalhos de Paul Thompson (1992), Gwyn Prins (1992), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1994), entre outros, defendem o valor das fontes orais na construção da história social moderna e tentam entender os motivos de tanta resistência a este tipo de fonte histórica.

Thompson, em *A voz do passado*, diz que a reação contrária à evidência oral é “muito mais fundamentada no sentimento do que no princípio”.²² Para Thompson, os novos métodos de investigação histórica não são vistos pelos historiadores tradicionais como essenciais no estudo das sociedades modernas, pois representam, na verdade, uma ameaça à hegemonia do saber tradicional. Thompson chama a atenção para a relevância da fonte oral no estudo de várias áreas de conhecimento: História Econômica, História da Ciência, História Cultural, História Política, História Social.

Gwyn Prins, em seu artigo “História oral”, contesta o ceticismo de muitos historiadores quanto ao valor das fontes orais. Para eles, este tipo de fonte, não documental, “jamais edifica hipóteses importantes”, mas sim imprecisas e insatisfatórias, porque, ao contrário da palavra escrita, a fonte oral não possui

²² Ver Paul Thompson, *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 63.

precisão na forma e na cronologia. Para Prins, “a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente”. A relação entre as fontes escritas e orais não deve ser de mão única. As fontes orais não devem ser vistas, segundo Prins, como simples “substitutas” dos documentos escritos. As fontes orais “corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem”.²³

Maria Isaura Pereira de Queiroz mostra, em seu trabalho, que desde o século 18 já era evidente a necessidade da utilização de outros tipos de fontes documentais, que não só os documentos escritos, na reconstrução histórica.²⁴ Segundo a autora, a falta de continuidade das séries de documentos era um problema para os historiadores e a História era, dentre todas as ciências, a que piores condições apresentava ao estudioso. Citando Marc Bloch ao criticar a história *historizante*, demasiadamente atrelada aos documentos escritos, destaca o que ele denominou de uma “história total”. Esta se apoiaria tanto em dados escritos quanto em fontes não escritas. A partir daí, houve uma valorização dos relatos pessoais, especialmente da história de vida das camadas populares. Esses relatos permitiam compreender o modo de ser de uma determinada sociedade; suas tradições, seus costumes e crenças. Maria Isaura Pereira de Queiroz lembra, no entanto, que

nenhum material colhido de uma só maneira pode ser suficiente para espelhar a realidade. Como as demais técnicas, também esta [a história oral] é insuficiente e deve ser completada com dados de outras fontes.²⁵

Tal como faz Gilberto Freyre.

OS “LIVROS-FONTES” DE GILBERTO FREYRE

A diversidade e amplitude que marcaram sua produção estão presentes na utilização de livros-fontes. Além da utilização da técnica de história oral e de documentos pessoais, o autor utilizou a literatura nacional e alguma estrangeira referente ao final do Império e ao primeiro período republicano no Brasil, escrita, especialmente, por autores que viveram na época em estudo. (OP: LXVI)

²³ Jan Vansina, citado em Gwyn Prins, “História Oral” in Peter Burke (Org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 163/164.

²⁴ Maria Isaura Pereira de Queiroz, “História, História Oral e Arquivos na visão de uma Socióloga” in Marieta de Moraes Ferreira (org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

²⁵ Op. cit., p. 111.

Os primeiros tempos da República no Brasil, tanto quanto o Império, foram o cenário de manifestações intelectuais diversas, posições políticas contrárias, ideologias antagônicas e diferentes interesses econômicos. Segundo Freyre, para o maior domínio deste passado impõe-se o maior conhecimento possível da bibliografia produzida neste período de nossa história.

Como compreendermos bem o antagonismo entre Rui Barbosa e Pinheiro Machado, sem conhecermos os antecedentes gaúchos e dizem que até ciganos de um Pinheiro Machado — sua vida, toda de aventuras e de gestos de ‘caudillo’ valente, (...) — e os antecedentes, a formação, a personalidade de Rui, nascido, criado a chá e amadurecido antes do tempo na Bahia. (OP: LI/LII)

Utilizou biografias, autobiografias, memórias e diários de brasileiros nascidos no Império (Barão do Rio Branco, Barão de Lucena, Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco) e de brasileiros nascidos já quase na República (Prudente de Moraes, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Julio de Castilhos, Pinheiro Machado, Rui Barbosa, Nilo Peçanha). Dentre esses todos, ardorosos monarquistas e republicanos. As publicações retratando os antagonismos políticos entre partidários da República e simpatizantes da Monarquia foram vastamente utilizadas pelo autor.

Grandes nomes da vida cultural, como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Monteiro Lobato — ainda que em momentos diferentes — procuravam salientar a importância de aspectos de problemas sociais. Nessa linha de pensamento sobre os problemas sociais, em que discute amplamente a “questão racial”, Freyre utilizou os trabalhos de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, de Graça Aranha, *Canaã*, e de Monteiro Lobato, *Problema Vital*; além dos estudos de Nina Rodrigues sobre o negro brasileiro, os de José Veríssimo sobre a vida amazônica, os de Alberto Torres sobre “a organização nacional” e os de Silvio Romero sobre o folclore brasileiro. Sobre a história diplomática e a geografia histórica do país, foram utilizadas as obras de Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, Tobias Monteiro, entre outros.

Na bibliografia estudada por Freyre não faltaram livros sobre a moda no Brasil, coleções de modinhas, obras sobre a música popular, sobre a caricatura política e de costumes. Faz referência aos estudos de Fernando de Azevedo sobre a cultura brasileira, de Herman Lima sobre a caricatura e de Renato Almeida e Eduardo das Neves sobre a música popular (OP: LXXII).

Os estudos gramaticais, filosóficos e históricos sobre a língua portuguesa, os ensaios sobre Machado de Assis escritos por Alfredo Pujol e Oliveira Lima, além de documentos parlamentares, mensagens presidenciais e de governadores, foram privilegiados pelo autor. Foram aproveitadas, também, as

obras de estrangeiros que se revelaram observadores da cultura nacional e os artigos escritos por brasileiros publicados em periódicos estrangeiros.

Freyre chama a atenção para a “pobreza” de publicações sobre os problemas brasileiros de “economia social”, antropologia cultural e de sociologia: estudos sobre o modo de vida e de etiqueta do brasileiro — seus hábitos, sua alimentação, sua habitação, seu vestuário. Este período teria se caracterizado, também, segundo o autor, pela ausência de bons artigos sobre a medicina social brasileira, com exceção dos trabalhos de Oswaldo Cruz. (OP: LXXI).²⁶

Para Freyre, uma época é definida, basicamente, pelo conjunto de elementos diversos que constituem ou constituíram a ordem social nela dominante (OP: XXXII). Diante desta diversidade, foram os livros-fontes utilizados pelo autor e as respostas a seu questionário pioneiro que permitiram a Freyre tornar possível ao “homem brasileiro de hoje penetrar em intimidades da existência vivida pelo de ontem”. (OP: XLIV)

Na organização da obra, alguns capítulos de *Ordem e Progresso* foram escritos sobre o lastro das informações retiradas dos depoimentos orais dos 183 brasileiros selecionados pelo autor. Outros basearam-se tanto nos documentos secundários quanto nos testemunhos orais. Grande parte dos capítulos, no entanto, foi elaborada com base nos livros-fontes. Ao esboçar uma introdução sociológica e antropológica da história da sociedade patriarcal brasileira, o autor procura utilizar os vários “pontos de vista” sobre acontecimentos e fatos que marcaram o período estudado, “de modo a conseguir-se uma síntese das suas contradições, dos seus vários tempos em conflitos, dos seus diversos interesses em jogo”, com o objetivo de entendê-la em seu conjunto (OP: CXVIII).

O capítulo que trata da ordem econômica foi escrito com base tanto nos “livros-fontes”, quanto nas informações retiradas dos testemunhos reunidos pelo autor. Nesta parte, os livros-fontes são utilizados para *situar* os testemunhos dos entrevistados. Os depoimentos vão girar em torno das mudanças ocorridas na economia nacional, nos primeiros anos da República, em virtude do impacto da abolição do trabalho escravo. Segundo Freyre, o surgimento de novas e “desordenadas” atividades provocou uma certa instabilidade financeira que se refletiu diferentemente nas economias dos Estados. Antigas áreas produtoras de açúcar entram em decadência, enquanto outros estados, como São Paulo, vivem um período de apogeu econômico. Outra região que atravessa

²⁶ Este é um ponto controvérsio. Freyre parece esquecer-se, aqui, dos trabalhos dos integrantes da chamada Liga Pró-Saneamento que incluía autores como Monteiro Lobato, Belisário Pena, Artur Neiva, etc. Oswaldo Cruz foi, sem dúvida, uma figura de destaque na época.

uma fase de vitalidade na sua economia é a Amazônia, com o surto extraordinário da borracha.

Muito mais que uma análise da economia brasileira, o autor está preocupado em retratar as várias expressões da vida republicana, nestas duas regiões. Os depoimentos orais colhidos por Freyre são de brasileiros que “se deixaram fascinar pela aventura de vencer” em São Paulo e na Amazônia. Segundo Freyre, a preocupação com o progresso material foi um aspecto importante desse período. São Paulo passou a ser uma região de “casas-grandes, de senzalas, de barões e de escravos”. (OP: 289-390) Neste período, houve um “influxo social” das grandes famílias patriarcais do Norte e Nordeste agrários para o Sul. Atraídos pela opulência paulista muitos jovens foram para o Sul.

Tornaram-se então legião os moços do Nordeste e do Norte da República [...] que como bacharéis em Direito, médicos, engenheiros, militares, deixaram suas terras para se tornarem magistrados, burocratas, profissionais no Sul; ou para se ligarem pelo casamento a famílias sulistas, alguns se tornando genros de barões do café. (OP: 406)

Os testemunhos reunidos neste capítulo, assim como os livros-fontes, retratam, basicamente, esta opulência de São Paulo e o *glamour* da Amazônia. A vitalidade econômica de Manaus é demonstrada através das manifestações artísticas, da elegância de seus cafés e restaurantes, onde as senhoras da elite tomavam refrescos e sorvetes feitos com frutas amazônicas, onde os novos homens de negócio saboreavam uísque “Dewar’s” e ostentavam “chapeus-do-chile”. É de Joaquim Pereira Teixeira, baiano nascido em 1870, o depoimento sobre a imponência do Teatro de Manaus.

Era um teatro a que os homens iam de casaca; as poucas senhoras, de decote e cobertas de jóias; as muitas *cocottes*, ainda mais decotadas e mais cheias de jóias. (OP: 408)

Ainda segundo Pereira Teixeira, havia “quem dentre os novos-ricos, acendesse charutos com cédulas de cem mil-reis; quem fizesse correr de fontes, nos pátios dos palacetes, champanha em vez de água; quem mandasse vir de Paris pelo mesmo vapor inglês, não uma mas várias francesas”. (OP: 408)

No capítulo intitulado “A República de 89 e o Progresso da Miscigenação no Brasil”, Freyre apresenta os testemunhos e depoimentos referentes às perguntas 16a e 16b do questionário. (em anexo) sobre os problemas raciais no país. Segundo o autor, estando próxima — para grande parte dos entrevistados — a instituição do trabalho escravo, que estigmatizava o negro como

“raça inferior”, a preocupação arianista e eugênica parecia ser uma atitude generalizada entre a sociedade brasileira, nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX. Salvo algumas exceções, os testemunhos deixaram transparecer um forte preconceito racial.

Neste capítulo, os livros-fontes também foram utilizados para situar melhor os debates sobre raça e miscigenação. Tendo como base os livros-fontes, diz que ao começar o século XX, ainda éramos um “satélite espiritual” da França. As idéias — políticas, sociais e econômicas — que orientavam os fundadores de nossa República eram, na sua maioria, de origem francesa. Francesa também era a literatura consumida pela elite. A partir do final do século XIX e início do século XX, certa reação nacionalista começou a se fazer sentir, não só na música, nas artes, mas principalmente na literatura. Grandes nomes da vida cultural, como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto e Gilberto Amado procuravam abordar temas nacionais fora de uma ótica européia. Euclides da Cunha, através de *Os Sertões*, colocou no centro da análise não mais a elite refinada das cidades, mas as miseráveis populações do interior do Brasil.

Esses autores consideravam positivas, para a formação social do povo brasileiro, as relações interpessoais e inter-regionais entre negros, mulatos e brancos. Esta corrente de pensamento buscava revelar, segundo Freyre, o verdadeiro valor destes grupos, separados pelo traço de raça mas identificados pelo efeito do meio social e da experiência cultural.

A idéia de “superioridade racial” do branco era muito forte entre as elites brasileiras e considerada por muitos intelectuais como princípio “científico”. Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco e Silvio Romero proclamavam-na abertamente. Segundo Freyre, esses autores foram influenciados fortemente pelas idéias do francês Gustavo Le Bon “e de outros sociólogos europeus e anglo-americanos de segunda e terceira ordem”, que consideravam a miscigenação fator de atraso e subdesenvolvimento. (OP: CLXII) Para este grupo de brasileiros, todos os problemas da pátria estavam relacionados às diferenças sociais e culturais existentes entre as “raças”. O mestiço era visto como um elemento nocivo à sociedade.

Os depoimentos selecionados pelo autor, neste capítulo, deixam claro o modo como os brasileiros consideravam a questão racial no país e fornecem subsídios que permitem entender de que maneira a sociedade vivenciou esse processo. Heitor Modesto D’Almeida²⁷, em seu depoimento, confessa que sempre simpatizou com a Abolição, apesar de considerar o mulato “o inimigo

²⁷ Nasceu em Minas Gerais, em 1881. Formou-se em jornalismo. Formação católica.

natural do branco” (OP: 352). Tomás Pompeu de Souza Brasil Sobrinho²⁸ demonstra ser totalmente contrário à escravidão. Quanto ao casamento de membros da família com pessoas de cor, diz que “tudo depende de uma combinação de ordem educativa e qualidades pessoais de caráter psíquico”. (OP: 352) Antenor Nascentes²⁹ esclarece em seu depoimento que, “sendo um mulato, minha atitude para com negros e mulatos não podia deixar de ser a da maior solidariedade, porque desde muito criança senti a inferioridade social do homem de cor em nosso país”. (OP: 352) João Barreto de Menezes³⁰ — filho de Tobias Barreto — diz não ter nenhum tipo de preconceito em relação a negros e mulatos, pois “não foi a sociedade que fez o mulato, mas este é que entrou para a sociedade brasileira pela porta de sua história. Ele está dentro de nós. O brasileiro, embora arrogando-se de limpidez ariana, é sempre um mulato de espírito”. Quanto ao casamento de filhos ou irmãos com pessoas de cor, diz que receberia de bom grado. (OP: 355) Já Dona Carlinda Custódia Nunes³¹ apesar de sentir “pena” dos negros e mulatos acha que é preciso “apurar a raça branca”. A mesma atitude demonstra o Padre Florentino Barbosa.³² Durval Guimarães Espinola³³ lamenta o fato de nossa raça está totalmente “degenerada” em virtude da forte miscigenação. O escritor Leonel Vaz de Barros³⁴ via o casamento entre branco e negro “como uma aberração de péssimo gosto”. (OP: 356) Plínio Barreto³⁵ diz em seu depoimento, que ficaria muito constrangido se algum membro de sua família se casasse com um negro ou mulato “salvo se tratasse de pessoa excepcional pela inteligência e pela cultura. Todavia, se tratasse de um caso de amor, o constrangimento desapareceria”. (OP: 356) Adolfo Faustino Porto³⁶ estabelece uma graduação para justificar a sua visão sobre coloração pigmentaria. Segundo ele, “o branco, nessa graduação, vem em primeiro lugar, seguindo-se-lhe o índio, o mulato e, por fim, o negro. A cor preta não é uma síntese, como a branca. É a própria ausência de

²⁸ Nasceu no Ceará, em 1888. Formou-se em Engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto.

²⁹ Nasceu no Rio de Janeiro, em 1886. Formou-se em Filologia. Formação católica.

³⁰ Nasceu em Pernambuco, em 1872. Formou-se em Direito. Formação católica.

³¹ Nasceu no Rio de Janeiro, em 1874. Doméstica. Formação católica.

³² Nasceu na Paraíba, em 1881.

³³ Nasceu na Bahia, em 1882. Agricultor e tabelião de notas. Formação católica.

³⁴ Nasceu no interior de São Paulo, em 1890. Formou-se em Jornalismo. Formação católica.

³⁵ Nasceu em Campinas, em 1882. Formou-se em Direito e Jornalismo. Formação católica.

³⁶ Nasceu em Olinda em 1887. Bacharel em Direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro. Jornalista. Formação católica.

cor". (OP: 357). Luis Milton Prates³⁷ diz ser totalmente favorável à abolição da escravidão, mas quanto ao casamento "receberia sem nenhum entusiasmo". (OP: 358) O político Luís de Toledo Piza Sobrinho³⁸ diz que sempre tratou com carinho e respeito negros e mulatos, mas não conseguiria ver com agrado o casamento de uma filha ou filho com uma pessoa de cor. Nas suas palavras, "há em mim forças ancestrais invencíveis". (OP: 360) O depoimento do pastor protestante Guaracy Silveira é realmente fantástico. Segundo ele, se tivesse nascido negro procuraria casar com uma mulher mais clara,

para ir melhorando as condições, de modo que meus filhos tivessem uma condição melhor. Como branco, [...] não acharia razoável casar-me com uma delas, pois creio que meus filhos não me perdoariam lançá-los ao mundo para sofrerem as humilhações da cor. (OP: 360)

Na opinião de Luís Gonzaga de Melo³⁹, "cada macaco no seu galho". (OP: 363)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procura mostrar a importância da tradição oral na interpretação macro e micro-sociológica de Gilberto Freyre. Procurou-se, também, chamar a atenção para a utilização de vários tipos de fontes documentais, sejam documentos escritos, orais, ou iconográficos, na reconstrução histórica. A história oral não tem, para Freyre, nenhuma superioridade intrínseca sobre outras técnicas ou métodos de abordagem. É o problema que define a fonte a ser utilizada. A relevância da história oral é definida pelo tipo de questão estudada. Assim, como se procurou mostrar, certos capítulos são mais marcados pelo uso de livros-fontes do que por depoimentos orais.

A tradição oral é, sem dúvida, como apontou José de Alencar, uma fonte importante da história. Mas, como as demais técnicas empregadas isoladamente, os documentos orais não são suficientes para retratar a realidade. A produção de conhecimentos deve basear-se tanto em depoimentos orais quanto em dados de outras fontes.

Há ainda uma segunda preocupação no texto que é de mostrar o pionirismo de Gilberto Freyre na utilização das histórias oral e de vida como fonte de informação para suas pesquisas, nas décadas de 30 e 40. Ao discutir

³⁷ Nasceu em Minas Gerais, em 1888. Foi deputado federal pelo estado de Minas Gerais. Formação católica.

³⁸ Nasceu em São Paulo, em 1888. Formou-se em Jornalismo. Deputado Federal pelo Estado de São Paulo. Formação católica.

³⁹ Nasceu no Ceará, em 1880. Agricultor. Formação católica.

o pioneirismo de Freyre na utilização da história oral no Brasil, este trabalho procurou mostrar que vários caminhos retomados *hoje* por historiadores e cientistas sociais, foram trabalhados em *Ordem e Progresso*. Ao entrevistar pessoas das classes senhoriais, mulheres da vida e ex-escravos, Freyre inaugurou, no Brasil, uma técnica de conhecimento do mundo social que só recentemente se difundiu. Note-se, no entanto, que os pesquisadores têm privilegiado a história de vida dos grupos minoritários e discriminados da sociedade. Neste ponto, podemos afirmar que essas pesquisas aprofundaram uma tendência que se afasta do interesse preponderante de Freyre com os bem-nascidos. Ao entrevistar os excluídos — as prostitutas, por exemplo — Gilberto Freyre estava apenas interessado em “bisbilhotar” o modo íntimo de vida da elite brasileira. Mas, ao fazê-lo, Freyre também explorava, indiretamente, o cotidiano das camadas menos favorecidas.

Finalmente, uma última preocupação do texto é chamar a atenção para a importância dos trabalhos produzidos no Brasil a partir de meados do século, com base em pesquisas de história oral e de vida conduzidas um pouco antes, entre 30 e 50. A literatura que atualmente trabalha com metodologia de história oral e os problemas relativos à sua utilização tem dado pouca atenção a esta produção. Até recentemente, as técnicas de obtenção e conservação do saber, empregadas pelos cientistas sociais na obtenção do relato oral, não possuíam o grau de sofisticação que hoje caracteriza o trabalho nessa área de conhecimento. No entanto, não é possível negar a contribuição significativa de trabalhos como os de Gilberto Freyre no desenvolvimento desse campo de investigação no Brasil. Embora o uso de entrevistas orais fosse um procedimento corrente entre alguns cientistas sociais no Brasil naquela época, seus trabalhos não são, em geral, citados como referência pela literatura atual⁴⁰, deixando na sombra a força e a relevância de métodos de pesquisa que provinham das ciências sociais e que tiveram na figura de W. I. Thomas, nos Estados Unidos, e na de Gilberto Freyre, no Brasil, alguns de seus expoentes.

⁴⁰ Lembremo-nos aqui de que os procedimentos da história oral também foram utilizados por Antonio Cândido, em texto hoje clássico nas ciências sociais. O autor colheu depoimentos de pequenos agricultores no interior paulista nos anos de 1940 e 50 e os reproduziu em seu *Os parceiros do Rio Bonito*, publicado em 1964.

ANEXO

Questionário enviado por Gilberto Freyre a mil brasileiros que viveram no final do Império e início da República

“1. Nome 2. Lugar onde nasceu (com descrição do mesmo lugar no tempo da sua meninice) 3. Escola ou colégio que freqüentou (métodos, professores, colegas, castigos, brinquedos, jogos, trotes, livros escolares, estudo de gramática, de caligrafia, de matemática, festas cívicas, etc.) 4. Brinquedos, camaradagens, jogos e leituras de menino fora da escola 5. Quais os seus heróis do tempo de menino? Quem queria ser quando fosse grande? Que mais ardenteamente queria ser? 6. Por que se fixou na profissão que veio a seguir? Onde fez os estudos profissionais? Professores, escolas e leituras desse período 7. Qual a sua impressão da República ao tempo da sua meninice e adolescência? 8. Qual a sua impressão de Santos Dumont ao tempo de sua mocidade e quando ele esteve no auge da glória? 9. Qual a sua atitude de menino, de jovem, de homem feito, para com: a) Paris; b) Europa; c) Igreja Católica; d) Positivismo; e) Darwin; f) os chamados Direitos da Mulher; g) o divórcio; h) o clero; i) o ensino no Brasil (primário, profissional, etc.) j) a oratória; k) Rui Barbosa em Haia; l) Rio Branco (o Barão); m) Nietzsche; n) Karl Marx; o) A. Comte; p) Spencer 10. Quais as danças ou modinhas de sua predileção no tempo de rapaz (ou mocinha)? 11. Freqüentava café ou confeitaria? Restaurante ou Hotel? Clube? 12. Seus alfaiates (ou modistas)? Suas preferências de modas (inglesas, francesas, americanas)? Suas preferências em chapéus, calçados, roupas de dentro, guarda-chuva, bengala, jóias? 13. Quais os jornais e revistas brasileiros e estrangeiros, da sua preferência, no tempo de jovem? 14. Viagens que fez, quando moço, no Brasil e no estrangeiro? 15. Suas idéias de rapaz, de reforma social, em geral, de reforma social e política do Brasil, em particular? 16-a Sua atitude para com negros, mulatos, pessoas de cor? 16-b Como receberia o casamento de filho ou filha, irmão ou irmã, com pessoa de cor? De cor mais escura que a sua? 17. Outras reminiscências”.

ABSTRACT

*The article attempts to show the importance of oral and life history as a data collection procedure in Gilberto Freyre's social science. In his *Ordem e Progresso*, published in 1959, Freyre worked with oral narratives and written documents, collected in the 1930's and 40's, from Brazilians who had witnessed the disintegration of the patriarchal and slave-holding society. By comparing the statements of so many different people he was able to interview, Freyre tried to understand and interpret the "intimacy" of social relationships and ways of life during that period of Brazilian history. The social life he described was that of persons from all social classes, from the very illustrious and famous groups of the Brazilian society, to the world of the working classes and the destitute. In Brazil, the author was a pioneer in the use of oral and life histories as an empirical procedure in the social sciences, a technique that only much later, during the 1980's, became widespread among historians and his fellow social scientists. Furthermore, this essay calls attention to Gilberto Freyre's multidisciplinary approaches, methods and techniques of social study, which opened way to his pioneering use of oral and life histories in Brazil.*

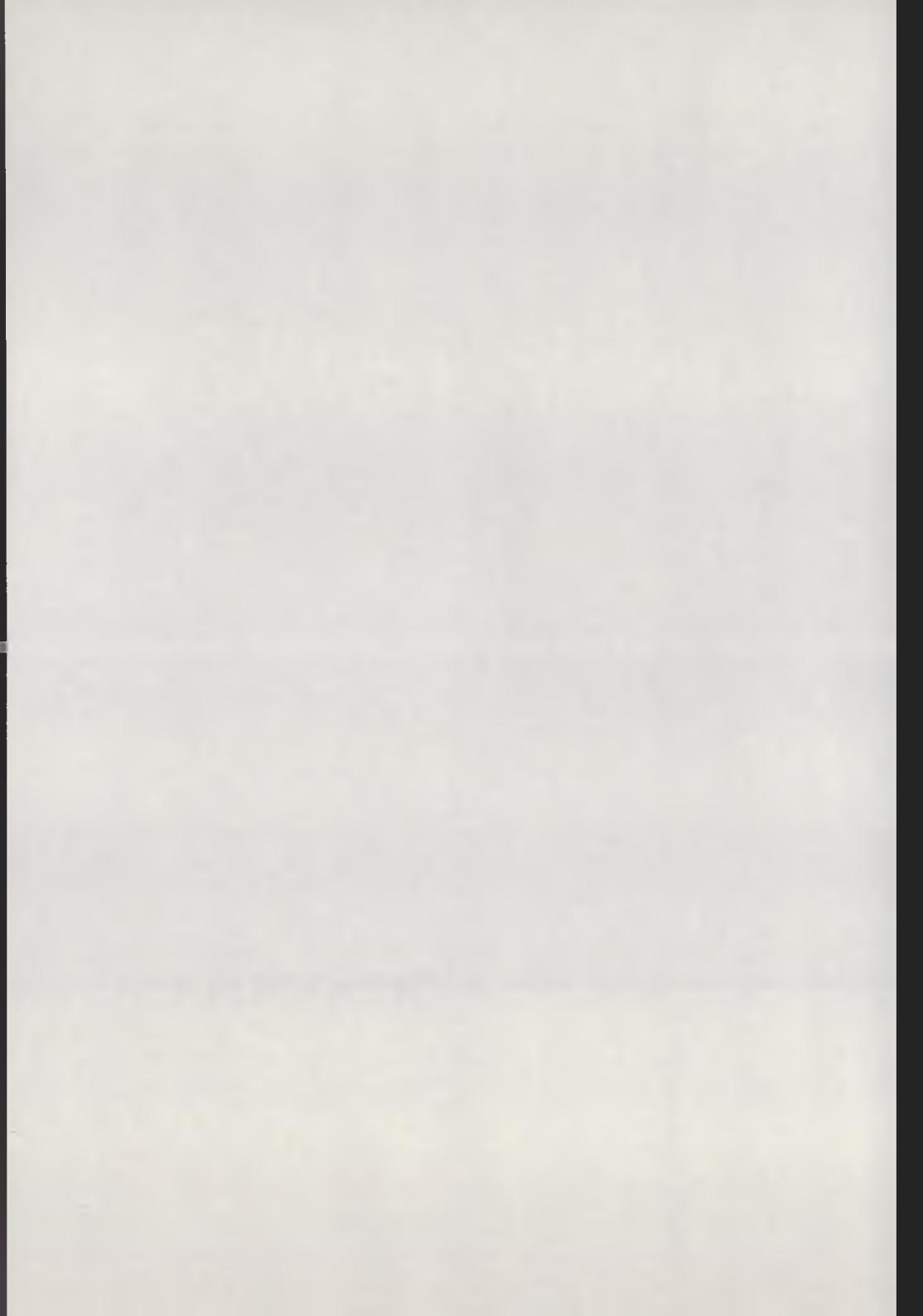
RÉSUMÉ

Cet article a pour objet démontrer l'importance des histoires de vie dans les études de Sciences Sociales de Gilberto Freyre. En "Ordre et Progrès", Freyre travaille avec des témoignages, oraux et écrits, récueillis entre 1930 et 1940, de brésiliens qui ont vécu et observé la désintégration de la société patriarchale et esclavagiste au Brésil. Atravers la comparaison des réponses, Freyre a pu comprendre et, principalement, interpréter le mode de vie intime de la société brésilienne de cette période de notre histoire. L'auteur voulait des rapports et des informations de personnalités illustres de notre société, autant que des classes populaires. En ce sens, il a inauguré une méthode de connaissance des relations sociales qui, seulement à partir des années 80, gagnera d'importance entre historiens et chercheurs sociaux au Brésil. En plus, le travail attire l'attention pour la flexibilité de l'auteur dans l'utilisation d'autres méthodes d'appréhension de la réalité, en dehors de l'histoire oral, dans laquelle il a été le pionnier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____, (1939) *Açúcar. Algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- _____, (1990) “O espírito da aldeia: a trajetória intelectual de Gilberto Freyre”, n. 27, São Paulo: *Novos Estudos*, Cebrap.
- _____, (1993) “Aquele Gilberto”, in *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alencar, José de. (1948) *Iracema. (Lenda do Ceará)* São Paulo: Edições Melhoramentos, (1^a. edição, 1865).
- Amado, Janaina. (1994) “O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral”. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de História Oral, 1994, e resumido em Marieta de Moraes Ferreira (Org.) *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Araújo, Ricardo Benzaquen de. (1994) *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Candido, Antonio. (1969) “O Significado de Raízes do Brasil”, em Prefácio a Sérgio Buarque de Holanda, *Raizes do Brasil*. 5.^a ed. revista. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Debert, Guita G. (1986) “Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral” in Ruth C. L. Cardoso (org.) *A aventura antropológica. teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ferreira, Marieta de Moraes. (1994) (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Freyre, Gilberto. (1935) *Artigos de Jornal*. Recife: Edições Mozart.
- Gomes, Angela Castro. (1992) (nota sem título), Mesa-Redonda sobre história oral e história de vida: temas e abordagens. Terceiro Encontro de História e Saúde, Casa de Oswaldo Cruz. In *Cadernos de História e Saúde*, Casa de Oswaldo Cruz, n.2..
- O Retrato Brasileiro: fotografias da Coleção Francisco Rodrigues 1840-1920*. (1983) Rio de Janeiro: FUNARTE/Núcleo de Fotografia, Fundação Joaquim Nabuco/ Departamento de Iconografia.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. (1994) “História, História Oral e Arquivos na Visão de uma Socióloga” in Marieta de Moraes Ferreira (org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda.
- Santos, Luiz A. de Castro. (1978) “Visions of Brazil's Seigneurial Past: The Sociology of Gilberto Freyre”. Cambridge, Mass., Universidade de Harvard, mimeo.
- Thompson, Paul. (1992) *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vansina, Jan. (1992) Citado em Gwyn Prins, ”História Oral “ in Peter Burke (org.) *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- W. I. Thomas, (1966) *On Social Organization and Social Personality*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

RESENHAS



Juventude, exclusão e identidade

Norma Takeuti*

Resumo. Estas notas de pesquisa datam de 1997 e apontam os eixos fundamentais de investigação na abordagem da Sociologia Clínica sobre os jovens das periferias urbanas submetidos ao processo de estigmatização e relegação sociais. As análises centram-se sobre os seus processos de construção identitária nas suas relações com as violências sociais, psicológicas e simbólicas.

Palavras-chave. Juventude, estigma, conflitos, exclusão, identidade, violência.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A problemática da juventude nos anos 90, tal qual está sendo colocada pela sociedade em geral, quer sejam nos *paises avançados ou periféricos*, é a de que os jovens encontram-se na *negação absoluta* e de que a juventude encontra-se hoje “mais violenta”. Predomina, na sociedade, a idéia de *caos social*, de *vazio*, de *desencantamento* e de *niilismo*, refletindo-se intensamente no comportamento dos jovens. Análises e reflexões recentes sobre os comportamentos juvenis ressaltam, entre tantas características “desviantes” da juventude de hoje, determinados fatos, tais como¹: aumento alarmante na

* Norma Takeuti é doutora/professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

¹ Haja visto o polêmico filme “Kids” de Larry Clark, 1995. O caderno Mais da Folha de SP de 01/10/95 ao retraçar em diversas matérias os “olhares” clínicos, sociológicos, antropológicos e jornalísticos sobre os “Kids dos anos 90”, fornece-nos algumas indicações sociais das idéias mais correntes sobre essa temática. Vide também, a Revista Isto É/1423, de 08/01/97, pp. 28-33, “Os rebeldes sem causa - As gangues de adolescentes crescem em todo o País, depredam escolas, espalham o terror e matam em confrontos com grupos rivais”. As matérias de imprensa constituem-se em fontes importantes de coleta de dados sobre as significações sociais existentes em torno do fenômeno juvenil contemporâneo.

estatística que apontam crimes e delitos graves dos adolescentes; “os Kids hoje só se interessam por drogas, sexo, transgressão e violência gratuita”, recusando o trabalho e a educação; aumento de *gangues juvenis* que se fazem reconhecer pela prática do vandalismo; *niilismo, desprezo, “gozo”* com a destruição e *indiferença* pelos outros, pela sociedade e pelo que ocorre no mundo, enfim, o *vazio total*.

A contemporaneidade, por muitos nomeada de *sociedade pós-moderna*, parece provocar o sentimento de que a ordem está completamente desfeita, de que o real escapa e de que a ordem parece se dissolver na sucessão de constantes mudanças (Balandier, 1988). A modernidade, observa este autor, está *super-ativada*, de forma a produzir incessantemente o desconhecido e tornando o homem estranho áquilo que ele próprio cria. O homem não sabe mais entender o universo social e cultural que ele próprio forja. A *deriva social* e a *crise de valores* da sociedade atual inflete, de maneira aguda, sobre as condutas sociais dos jovens, e em particular, sobre as suas formas de subjetivação.

Embora tenhamos um objetivo mais amplo de compreensão da problemática da juventude dos anos 90 e sua relação à violência contemporânea, no contexto sócio-histórico e cultural deste fim de milênio, caracterizado por grandes transformações em todas as esferas da vida humana a partir dos desdobramentos verificados no projeto da modernidade no tocante ao desenvolvimento do processo de individualismo, da instauração de uma nova lógica social e um novo significado social da violência, este estudo centra-se nos jovens das camadas pobres dos bairros periféricos², submetidos ao processo de exclusão social e envolvidos na prática da transgressão (uso de drogas, prostituição, práticas de “violência” nas ruas que vão desde a provação às pessoas aos atos de vandalismos grupais, enfim aquelas práticas que no senso comum são comumente denominadas de “delinqüentes e marginais”).

Conscientes de que o envolvimento com a violência não é exclusivo deste segmento social juvenil, a nossa opção por este campo empírico justifica-se pelo fato de: por um lado, ser ele o alvo privilegiado das representações “negativas”³ concernentes à juventude contemporânea e por outro, ser ele, objeto de práticas institucionais equivocadas, tendendo a reforçar a sua imagem de *delinqüentes*, e cujas maiores consequências são as de colocar amplas parcelas da juventude de camadas pobres num impasse de inserção profissional e social.

² O nosso *locus* de trabalho de campo são os bairros periféricos da cidade de Natal-RN.

³ Malgrado a mídia estar trazendo maior visibilidade da “marginalidade” e “delinqüência” dos jovens das classes sociais “média e alta”.

Aos olhos da opinião pública, a periferia cristaliza estes problemas (de violência que a sociedade dual gera): é dentro desta periferia que se situa a maior parte das dificuldades sociais. (...) É lá que se ajuntam todos os desfavorecidos e se juntam os símbolos ‘objetivos’ da marginalidade. (Trata-se) do local de ‘relegação’. (Lapeyronnier, 1992)

Temos como hipótese que as questões abaixo relativas aos problemas enfrentados pela juventude contemporânea em geral, apresentam um caráter mais acentuado quando nos referimos aos jovens dos segmentos sociais excluídos da sociedade, do trabalho e do consumo:

- de que dispositivos simbólicos dispõem os jovens da contemporaneidade?
- o que ocorre no imaginário dos jovens de uma sociedade *pós-moderna* caracterizada como vazia de projetos sociais, explosão de referências tradicionais de ancoragem das identidades, variedade das referências, onde as certezas se esvanecem diante de tantas turbulências, de desordens sociais e políticas, de tantas desavenças de valores...?
- a sociedade atual não carece de ofertas de meios para a canalização de suas energias e criatividades, de expressão dos seus desejos de exercício da liberdade, fazendo com que o imaginário tenha que ser espremido no simbólico ofertado pelas instituições existentes?
- se “o trabalho está no coração da vida social e pessoal dos indivíduos: é pelo trabalho que eles se definem socialmente, que se inserem num certo nível social e que constróem sua identidade pessoal; o trabalho é de qualquer maneira a norma de integração” (Lapeyronnier, 1992:3), quais são as perspectivas hoje existentes, nesse processo de mundialização de escassez de ofertas de trabalho, para a juventude atual?

E para os jovens das *periferias natalenses*? Para eles, a questão do que fazer diante das parcias opções que o *espaço* local oferece aos jovens em

⁴ Referindo-se às formações de gangues, Bloch e Niederhoffer (1958:17), observam que “a intensidade das experiências da adolescência depende do modo pelo qual a sociedade promove o ingresso na condição adulta, através de padrões institucionalizados, cerimônias, ritos e rituais, preparo intelectual e emocional socialmente fundado. Quando a sociedade não provê esse adequado preparo, formas equivalentes de comportamento florescem espontaneamente entre os adolescentes, reforçadas pela própria estrutura dos grupos por eles constituídos”. (apud. M. A. Foracchi, 1972)

geral, independentemente de sua posição de classe, é ainda mais aguda. Que dispositivos materiais concretos eles dispõem para fazer face à carência, no seu sentido mais amplo - o da realização pessoal e social, principalmente, quando se tratam de categorias de jovens que se encontram na exclusão social? Que dizer então de dispositivos simbólicos que lhes permitam a simbolização de seus "conflitos típicos da juventude" (busca de modelos identificatórios, busca de regulação à "crise de identidades")?

EXCLUSÃO, ESTIGMA E IDENTIDADE

A exclusão social de amplas camadas de populações já não é mais um fenômeno típico de países "subdesenvolvidos". Trata-se de um dado intrínseco ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal. A "luta pelos lugares" mobiliza trabalhadores e desempregados mais do que a luta de classes (Gaulejac & Taboada, 1994).

Nesse contexto, os jovens sentem que o "combate maior é o da inserção na sociedade", pois a "exclusão é uma realidade massiva notadamente entre os jovens" (Lapeyronnier, 1992). Nem os estudos superiores são garantia de um lugar profissional e social, embora as chances sejam muito maiores para os que detenham um diploma superior do que para os jovens de camadas populares e pobres que não tiveram a oportunidade de realizar uma trajetória escolar completa.

No Brasil, grande contingente de jovens das camadas pobres já se encontram ejetados do mercado de trabalho e de consumo, já nas suas infâncias, quando precocemente começam a "trabalhar" nas ruas e, consequentemente, abandonam a escola. Crianças e adolescentes em "situação de rua" compõem "naturalmente" o cenário atual no quotidiano das cidades brasileiras. No decorrer desta pesquisa, pretendemos re-situar a discussão existente em torno de "meninos de rua". Para nós, o termo "jovens-meninos de rua" não se reduz à caracterização de crianças e adolescentes que se encontram nas ruas. Utilizamos o termo, enquanto "significante privilegiado", no imaginário social brasileiro, do fenômeno social da delinqüência juvenil.

Ao querermos analisar a relação à violência dos jovens na contemporaneidade e conflitos de processos identificatórios, estamos fazendo um longo percurso cujo ponto de partida são os *jovens-meninos de rua*. Estes são, preferimos de imediato colocar, a antítese dos *jovens-crianças de família*. A identidade destes se firma na contraposição à identidade dos primeiros, os quais são definidos como o anti-modelo social, como o referente negativo "necessário", em torno do qual se consolidam comportamentos, atitudes e práticas sociais contraditórios: anulação e reforço de sua existência. Um e outro se

complementam, um não pode existir sem o outro, da mesma forma em que se dá a *dialética do senhor e escravo* (Hegel).

Existe, a partir da década de 80, uma abundante produção acadêmica e extra-acadêmica (sobretudo das ONGs orientadas para o atendimento social de crianças e adolescentes em “situação de risco pessoal e social”) sobre o perfil, o número, as condições de vida na rua e familiar, a saúde, a situação escolar, o trabalho e a violência social e policial sobre os “meninos de rua”.

Grande parte dos trabalhos foram produzidos na ótica da denúncia, explícita ou implícita, da violência sobre este segmento social, o que fez com que os trabalhos se orientassem com uma tonalidade bastante dramática, na medida em que procuravam — ao ressaltar mais as condições objetivas de miséria física, pessoal e familiar, e ao chamar a atenção para a “quantidade alarmante”⁵ — sensibilizar a sociedade e os órgãos governamentais da urgência de “medidas sócio-educativas” para o resgate dos direitos da criança e do adolescente submetidos à *relegação social*.

Nos depoimentos de educadores de rua, dos trabalhadores sociais em geral, encontramos uma riqueza descritiva de conteúdo da vida dos “meninos”, no entanto, a limitação das categorias analíticas (acima), deixa escapar aspectos fundamentais de reflexão, de tal modo a paralisar a compreensão que se poderia ter, por exemplo, no âmbito de suas práticas institucionais sobre os obstáculos e impasses à inserção social e profissional dos “meninos de rua”, bem como, a estancar o questionamento daquilo que se entende por inserção social no contexto da *dualização* do sistema social atual: os *in (inseridos)* e os *out (excluídos)*, no qual a garantia da existência dos primeiros depende, no atual modelo de desenvolvimento econômico, da existência dos segundos (Takeuti, 1993).

Diríamos mais, ao nível mais abrangente: tal discurso não só paralisa a compreensão dos comportamentos juvenis *desviantes*, mas trata-se de uma *produção de saber* que só tende a reforçar os discursos sociais da *delinqüência* juvenil comumente associada à pobreza e à miséria físicas, isto é, que só contribui a reforçar a tendência à *patologização social* de grupos de adolescentes submetidos ao *processo de relegação social*.

Sinteticamente apontamos, neste texto, a configuração do imaginário social em torno do “menor” (e não da criança) ou do “menino de rua” (e não

⁵ A este respeito remetemos ao texto de Rosemberg, 1993: há no texto uma vigorosa crítica sobre a retórica discursiva em torno da abordagem quantitativa “exagerada” a respeito de número de meninos nas ruas (de certo modo, intencionalmente produzido) e sobre as confusões na própria definição de meninos em situação de rua, bem como as equivocadas políticas públicas decorrentes dessa confusão.

“menino na rua”)⁶, indicando algumas de suas dimensões para efeito de articulação de nossa proposição teórica.

Porém, antes esclarecemos a nossa opção pela “noção de imaginário social” (Castoriadis, 1986 e Enriquez, 1992): ela intercede melhor do que a noção de ideologia ou a teoria de representações sociais. Trata-se pois de uma produção de *significações sociais imaginárias* e/ou *produção de saber* (Foucault) que se dão nos espaços múltiplos das relações sociais e não só em função de posição e condição de classe: não se trata, portanto, de ideologias cristalizadas no âmbito da “grande ou pequena burguesia”, mas de representações e discursos que circulam em todos os micro-espacos sociais, inclusive entre os habitantes de favelas, dos bairros populares e subúrbios distantes que se alimentam e também nutrem todo o *magma de significações* (Castoriadis, op. cit.) em torno dos jovens adolescentes das camadas pobres e excluídas da sociedade de trabalho e de consumo. A nossa opção teórica associa-se às hipóteses por nós formuladas e que apelam para a ordem do inconsciente, das fantasias inconscientes e dos desejos, presentes nesse tipo de produção social imaginária.

São comuns depoimentos como: “Não são crianças, são bandidos. Esse pessoal de rua não tem jeito... passam o dia sem trabalhar, sem fazer nada; devem ter roubado” (in Silva e Milito, 1995:49). Os autores acrescentam ainda que a população que esbarra cotidianamente com os meninos de rua: “aprovam o massacre de Carandiru, pois ‘eles’ matam e fazem o que querem, merecem isso mesmo. Afirmam, inclusive, que tais medidas ‘saneadoras’ deveriam se estender a outros grupos”.

Um primeiro aspecto a notar é que o imaginário da população sofre uma espécie de compressão no sentido em que toda a diversidade de situação das crianças, adolescentes e jovens tende-se lhe apresentar como única. Todos entram na categoria de *marginais delinqüentes*, independentemente das formas em que se apresentam no espaço público — pedintes, vendedores de balas/frutas/picolés, vendedores de serviços supérfluos, assaltantes, agressores visuais (punks), adolescentes prostituídos (as) —, infratores ou não, todos são *jovens-meninos de rua* (significante privilegiado da delinquência juvenil). E, no momento de suas aparições em grupo, é como se sofressem uma transmutação a “ganguês ou galeras perigosas”. “Nós estamos enjaulados enquanto eles estão por aí, fazendo bem o que entendem”, proclama ao Globo Repórter, no dia 23 de

⁶ A distinção está em que o “menino de rua” é definido institucionalmente como aquele que permanece na rua e perdeu, parcial ou totalmente, o vínculo familiar, enquanto que o “menino na rua” é aquele permanece temporariamente na rua e possui vínculo familiar, conforme Rosemberg, op.cit.

outubro de 1992, moradora de prédio em Laranjeiras alvo de um arrastão (Silva e Milito, 1995:54). Este é o outro aspecto bastante difundido no discurso social: sentimento generalizado de insegurança e medo das populações, seja no Rio de Janeiro, São Paulo ou Natal, que se lhes destinam uma vida de “auto-trancafamento” em suas residências. Elas se sentem cada vez mais acuadas nesta “cultura da violência e do medo”. Às vistas de jovens, com aparência das periferias ou dos subúrbios, as pessoas se tencionam ou entram em pânico e a polícia mais atenta⁷, quando, de imediato não faz uso legítimo de sua força física.⁸

Se os jovens em questão são alvos permanentes de hostilidades, medos e retaliações por parte da população em geral, eles não são neutros nessa relação. Ao contrário, suas posturas irreverentes, agressivas e transgressoras são, em grande parte, assumidas por eles próprios. Um jovem integrante do grupo *anarco-punk* em Natal afirma:

a sociedade tem uma visão superficial da gente, não procura entender o porquê da gente, aproximam-se já com preconceito, tem medo da gente, tem agressividade das pessoas contra nós. Dá vontade de chutar o que está aí estabelecido. É a impotência diante dos problemas do dia-a-dia que leva a descarregar tensões da forma mais imediata. As galeras são violentas como resposta à violência que sofrem, têm razões mais profundas por trás disso...⁹

“São freqüentes os relatos de meninos de rua segundo os quais, ao perceberem que provocam pânico, decidem então assaltar” (Silva e Milito, 1995:51). Tivemos também os mesmos relatos, nos depoimentos dos adolescentes de rua, de nossa amostra, os quais acrescentam que, na lógica de “mostrou medo, assaltei”, existe, para alguns, a motivação da droga: “se pedimos trocados ou se metemos medo prá pegar grana é prá comprar comida sim, mas também é prá pegar droga”.

⁷ A este propósito vale a pena comentar que durante o Carnatal (dezembro/1996) nas nossas filmagens em campo com o roteiro “A exclusão no Carnatal” captamos cenas e falas de jovens sendo afastados pelos policiais das imediações do *corredor da folia* por levantarem suspeitas devido à sua aparência. Havia todo um dispositivo de segurança policial para vigiar as “galeras” ou “gangues” de jovens que estariam vindo inclusive de outros estados vizinhos, conforme nos relatou o coordenador da segurança pública.

⁸ O bairro das Quintas, locus atual de nosso trabalho em campo (um dos núcleos do MNMMR-Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Natal), foi no ano passado alvo de permanentes blitz policiais que redundaram em ferimentos e mortes de jovens.

⁹ O lema dos *anarco-punks* é a não-violência física, pela provação, principalmente visual, através dos seus trajes e cabeleiras estilizados, seus alfinetes espelhados e tatuagens no rosto (*estética do lixo*), como forma de expressar a “própria podridão da sociedade”.

As respostas e os avanços, sobre a população, por parte dos adolescentes nas ruas inscrevem-se, portanto, igualmente na produção do imaginário social *de jovens-meninos de rua*, os quais são nela, igualmente, parte ativa e não só objetos passivos de um *discurso social perverso*. Suas condutas agressivas e transgressoras tanto o reforçam, quanto oferecem argumentos para a violência (policial e/ou civil) contra eles, como resposta à violência por eles praticadas nas ruas. De toda forma, eles captam, sejam eles transgressores ou não, que as pessoas “de bem” na sociedade os vêm sempre como *violentos, delinqüentes*. Eles retrucam ao discurso existente¹⁰, apontando as violências também e, em grande número, praticadas pelos “meninos de famílias estruturadas” da sociedade e se sentem *injustiçados, revoltados* e não compreendem a intensidade do ódio que transparece no olhar e atitudes das pessoas em relação aos meninos pobres das periferias os quais, na sua grande parte, não se consideram *jovens-meninos de rua*.

Nem precisam ser “sujos, fedorentos e feios”, tampouco efetivamente “violentos e perigosos”, basta ser jovem ou menino *pobre* da periferia, para ser transformado em ameaça potencial ao bem-estar das pessoas. Abaixo, comentaremos mais detidamente sobre este tipo de violência simbólica e psicológica, para além da violência física acometida pelos policiais sobre jovens adolescentes de determinados bairros periféricos de Natal, considerados “perigosos”. Tornam-se *objeto-tabu*, no sentido dado por Freud (1974), em Totem e Tabu: perigosos, contagiosos a serem evitados e/ou punidos e, mesmo, “exterminados”.¹¹

Trata-se de uma relação de hostilidade e de ódio que se instaura entre a parte da sociedade que se considera “boa e sã” e os jovens-meninos de rua considerados “insanos, delinqüentes e perversos”.

Uma análise mais detida dessa relação de ódio conduz-nos à hipótese de que ela fala de algo mais profundo da sociedade: esses jovens são, na realidade, significantes do fracasso do “processo civilizatório”, do fracasso político da modernidade. Eles são a revelação da defasagem que existe entre

¹⁰ No encontro da equipe GSC-Grupo Sociologia Clínica com os adolescentes da Escola Estadual de São Gonçalo do Amarante, na zona norte de Natal, abril/97, os adolescentes participantes do debate levantaram esse ponto de discussão, expressando sentimentos de indignação que só aos pobres remetem esse estigma.

¹¹ O final de história produzido (a vingança-morte) no programa “Você decide” na TV Globo em 17/04/97, na trama da tentativa de estupro por um adolescente (de “rua”) cuja vítima é uma profissional da área social é revelador do pensamento corrente na sociedade a respeito do destino a ser dado a essa categoria de jovens brasileiros, quer tenha ou não sido uma manipulação dos resultados pela própria emissora de televisão.

a realidade, tal qual a sociedade gostaria que fosse e tal como ela é verdadeiramente, razão pela qual eles incomodam muito, enquanto *sintoma social* (Zizek, 1992).

Eles apontam, com suas presenças no espaço público, os *furos* por onde extravasam não só as contradições sociais, mas também de onde se revela a faceta cruel da sociedade. No entanto, ela nega em si esta faceta, projetando-a sobre os *marginais delinqüentes* (os “sintomas”) e assim dirimindo-se do fracasso e da culpa própria. Ao projetá-la “para fora de si” e em *locus* determinados onde há a facilitação de absorção, os *objetos alvos* terminam por introjetá-la, de tal modo que passa a ser determinante de suas identidades, doravante, mais vulneráveis.¹²

A “crise ou fragilização das identidades”, a nível global, atinge-os, porém, nem mais e nem menos que os jovens de outros segmentos sociais, tidos como de “famílias estruturadas”. Tal crise, específica das sociedades modernas, caracteriza-se pela impossibilidade, principalmente para os jovens, em reproduzir o modelo de processos anteriores de identificações. Isto é, eles não podem mais se identificar a “objetos sociais” pela mediação de afetos e/ou pela sublimação — processos de simbolização. Esta impossibilidade impede ou perturba o trabalho de integração coesiva entre todas as identificações estruturantes da vida da criança e do adolescente.

Dito de outra forma, os ideais sociais na contemporaneidade estariam comprometidos devido:

- às mudanças ocorridas na estrutura familiar — enfraquecimento, ausência ou perda de um suporte parental no processo de constituição das identificações;
- à sociedade não se constituir mais em um universo de simbolização de suas produções permitindo aos indivíduos se co-identificarem.
- Outros fatores relacionados à sociedade de consumo e de *massa* (Jameson, 1996; Baudrillard, 1981; Balandier, 1988) onde se desenvolvem processos de personalização (Lipovetsky, 1983), a pesada gestão do Eu (Sennett, 1988) ou a cultura do narcisismo (Lasche, 1979) devem ainda entrar em consideração para compreendermos em quê as sociedades modernas não estariam criando condições simbólicas de uma base identificatória.

Neste eixo de reflexão, interrogamo-nos como os objetos de identificação que têm função de suporte para os interditos se acham comprometidos de

¹² Não esqueçamos que se trata de uma categoria de idade onde o jovem se encontra preso aos conflitos típicos da adolescência.

forma a dar vazão às “perversões”¹³ múltiplas que ocorrem na sociedade atual. A hipótese subjacente é a de que os interditos sociais não estão mais apoiados pelo Ideal do Ego. Tal dissociação induziria a impossibilidade de integrar a nível da identidade, os interditos, fazendo com que se liberem pulsões agressivas. Interrogamo-nos ainda se não existe relações entre de um lado, o enfraquecimento dos interditos, a desestabilização de referências, e de outro, o medo, a ansiedade cristalizados na imagem da delinqüência juvenil.

Isto nos conduz, por sua vez, à hipótese relativa à *falência da função paterna* na contemporaneidade. Dentre as obras disponíveis sobre o assunto, sobretudo no campo psicanalítico, consideramos que as interpretações fornecidas por Mitscherlich (1969) elucidam o progressivo e inevitável enfraquecimento da figura paterna, base da identificação socializante, bem como o esvaziamento de todo conteúdo da autoridade a partir do desmantelamento do Ideal do Ego.

O referencial psicanalítico para a elaboração desse quadro compreensivo teórico nos será de grande utilidade, neste eixo de reflexão, conjugado com referenciais sociológicos de análise da sociedade contemporânea cujos meios institucionais, comprometendo as formas de subjetivações, não defendem mais o indivíduo contra a perda de sentido.

A natureza das hipóteses, onde o psicológico e o social se articulam reciprocamente, impõe uma análise qualitativa onde o “Sujeito” é o lugar preferencial da nossa investigação. Se o sujeito está em foco porque nele se cristalizam as diferentes determinações, isto não implica que nossa análise permaneça somente a este nível.

Num registro genealógico, as análises de Foucault (1976) balizam a compreensão de um dos aspectos da sociedade capitalista neoliberal a qual procura investir, esquadrinhar e disciplinar os corpos a serem “úteis e dóceis” para servirem o sistema. Contudo, amplas parcelas das populações, em vários países, avançados ou não, não são alvos de investimentos e ficam de fora do *domínio disciplinar* destinado às *jovens-crianças de família*.

Há uma importante parcela da população infanto-juvenil para a qual se reserva um outro *domínio de controle* — aquele que tem por fundamento a idéia de que esta população é a parte “insana” da sociedade, que coloca em risco a outra infância e juventude a ser “bem cuidada”. A divisão na infância e na juventude nomeia não só os lugares a serem ocupados sócio-econonomicamente na sociedade, mas reserva a cada parcela um destino a ser cumprido,

¹³ O ensaio *Ética e estética da perversão* de Chasseguet-Smirgel (1991) poderá contribuir para a nossa compreensão da perversão, enquanto dimensão da psiquê humana e o importante lugar que ocupa no domínio sócio-cultural.

no âmbito simbólico — de uma parte, a parcela do *inserido* socialmente e sujeito de direitos e, de outra, a parcela do *excluído* de direitos, do *nadificado* sujeito da provocação do mal-estar na sociedade.

Esse quadro sócio-psicológico mais abrangente, atinente aos conflitos de identificações e às fragilizações identitárias na contemporaneidade, contribuem para a compreensão do processo que denominamos tentativas de *valorização narcisista*¹⁴ na sua relação com a formação da *identidade negativa*.¹⁵ Esta se constitui através dos processos de estigmatização social e de relegação a um lugar social simbolicamente invalidante do jovem a partir do momento da internalização dos discursos sociais “negativos” relativos ao seu meio e ao seu grupo social. Nesse emaranhado complexo onde se sobredeterminam instâncias de diversas ordens — pulsional, simbólica, psicológica, social, cultural e institucional — estão contidos os impasses e dificuldades de se “encontrar saídas” para esses jovens.¹⁶

Na investigação das razões e fatores suscetíveis de afetar as identidades juvenis na sua busca de inserção social, consideramos importante os fatores de ordem econômica (produtividade, progresso técnico e as reestruturações do mundo do trabalho desencadeando a cascata de desempregos e trabalhos informais precários,...) e os fatores relativos aos elos sociais (distensão dos elos familiares e as redes de proximidade, privando os indivíduos da proteção fornecida pela sua integração no tecido relacional,...), mas também e fundamentalmente para nós, são importantes os fatores de ordem simbólica (geralmente menos evocados), pois “é o sistema de valores de uma sociedade que define o fora-da-norma como sendo sem valor e sem utilidade social” (De Gaulejac, 1994:22). O indivíduo é avaliado em função de sua utilidade social que é, na maior parte das vezes, mensurada pela renda, pelo poder que pode

¹⁴ Implicando em mecanismos de defesa individual e coletivos que, muitas vezes, redundam em violências físicas sofridas e também exercidas.

¹⁵ O senso comum através de palavras definidoras de estereótipos (Maisonneuve, 1973), que se caracterizam por atitudes rígidas, esquemáticas, avaliadoras, despertadoras de sentimentos negativos, além de caracteres como especificidade e uniformidade em grupos, vai transmitir todo um sentimento de desprezo não sem consequências a nível da identidade do sujeito adolescente.

¹⁶ A questão fundamental que se coloca aqui é: quais “saídas positivas” e para quem? É nesse ponto que achamos fundamental interrogar a própria definição socialmente aceita de inserção profissional e social. Este trabalho visa analisar a *inserção como uma relação social*, considerando que os problemas encontrados tanto pelos jovens *excluídos*, como pelas instituições de atendimento social, são a expressão mesma das contradições sociais diversas. Deveremos assim considerar que a significação profunda de inserção só pode ser compreendida em referência ao contexto social e histórico.

exercer sobre os outros e pela quantidade de bens que ele pode adquirir. Aqueles que não correspondem a essas normas acabam não tendo valor para a coletividade. As exigências normativas da sociedade — sucesso profissional, padrão de consumo, realização sexual e pessoal — levam os indivíduos não sucedidos a serem desvalorizados e desprezados e a terem vergonha de si, o que, muitas vezes, é paralisante ou desencadeador de condutas agressivas ou destrutivas.

Sentimentos de humilhação, de vergonha e, muitas vezes, de culpa evidenciam-se nas falas dos jovens. Sentimentos difusos que se misturam à revolta e/ou à vontade, a todo custo, de alterar essa situação que os remete à condição de *desqualificados sociais*.

Por vezes, eles se sentem indignados e se revoltam contra uma sociedade injusta, e em outros momentos, sentem-se *humilhados, envergonhados*, até mesmo *culpados* em ocuparem essa posição e condição social e de não estarem à altura de um reconhecimento social. Terminam por viver como *fracassados, uns nada, perdedores*. A partir da violência psicológica engendrada nos processos de estigmatização social e relegação simbólica, o fracasso social vai ser absorvido, a nível individual, como se o jovem, na sua condição de pobreza, fosse o único responsável pelas mazelas contidas na sociedade.¹⁷

Em uma sociedade que prega a *excelência*¹⁸, como princípio de reconhecimento e aceitação social, não se perdoa *handicaps* — sejam de ordem física, racial, moral e/ou psicológica. A inserção social, já o dissemos, não é uma condição para todos na sociedade atual. Mesmo para os que possuem um capital cultural, econômico, social e simbólico (cf. Bourdieu, 1992), não há a garantia total em realizá-la. Na sociedade atual, há uma

violência simbólica das normas que valorizam as imagens de sucesso fundados no efêmero sucesso dos golden boys, das stars do show business e estigmatizam os mais fracos, os mais idosos, os mais desmunidos, as ‘pessoas pequenas e poucas’. (De Gaulejac, 1994:16)

Acrescente-se ainda que,

a sociedade moderna liberal gerou um desprezo por aqueles que não conseguiram ser bem sucedidos ou que não possuem indício de serem bem sucedidos. A exclusão é redobrada por este desprezo que

¹⁷ Esse quadro analítico refere-se a jovens adolescentes cujas transgressões não chegam ao limite de violência criminalizada, mas de pequenos furtos, drogas, prostituição, provocações, brigas.

¹⁸ Cf. discutimos em nosso trabalho anterior, *A pobreza e a exclusão social no primeiro mundo*, op.cit.

atinge cada um tanto como ‘pessoa humana’ como na sua personalidade. A reivindicação de uma ‘igualdade de dignidade’ ou a ‘luta por ser visto’ encontram sua fonte dentro desta experiência particular. A maior parte dos incidentes e das violências geradas que degeneraram em motins tem mobilizado precisamente estes sentimentos. (Lapeyronnier, 1992:15)

Submetidos ao processo de estigmatização, ao desprezo social, enquanto “jovens-meninos de rua”, “galeras”, “vândalos” ou “prostituídos(as)”, suas identidades pessoal e social são forjadas a partir do olhar social que lhes impõe toda uma carga de negatividade. A sociedade lhes reserva, de antemão, um lugar concreto que determina suas condições objetivas de carência, de falta econômica e social e, também, destina-lhes um lugar simbólico negativo cujas determinações, nas suas condições subjetivas, interferem preponderantemente no processo de integração/exclusão social.

Os jovens das periferias e bairros mais pobres recebem então o estigma de *delinqüente* e *perverso*, antes mesmo do seu nascimento. Num complexo processo interativo entre, de um lado, o olhar, a expectativa e o discurso social referente ao *jovem ou menino de rua* e, de outro, a absorção de todo o construto social pelo jovem, constitui-se a sua identidade de jovem — *delinqüente, violento, marginal e transgressor* —, ou seja, a sua *identidade social virtual* (Goffman, 1978), a qual passa a nortear as relações sociais entre ele e as pessoas do seu círculo, bem como com as de fora dele.

Para Goffman, o estigma — sinalizador do *caráter maléfico* de determinadas pessoas na sociedade — decorre da discrepância entre a *identidade social virtual*, o que o indivíduo deve ser de acordo com as expectativas sociais, e a *identidade social real*, o que o indivíduo prova ter como atributos e que pode servir de referencial exato sobre o seu modo de ser no mundo. Quanto ao processo de constituição da *identidade social virtual*, ele não nos apresenta dúvidas e interrogações, à primeira vista. Mas o que é *identidade social real* e como diferi-la da *identidade social virtual*? Não nos parece ser possível efetuar claramente a distinção proposta pelo autor: seja ela, a nível do vivido do sujeito quanto a sua identidade “própria” (que prova ter) e a identidade a “partir do outro” (que deve ser); tampouco, a distinção não parece ser possível, a nível da abstração teórica.

Lévi-Strauss (1979:322) observa que a identidade é uma noção multidimensional e contraditória: “a identidade é uma espécie de lar virtual ao qual nos é indispensável fazer referência para explicar um certo número de coisas, mas ela jamais tem existência real”. Numerosas são as conceituações de identidade (muitas vezes, assimilada à noção de personalidade). Tomam conota-

ções diferenciadas (nem sempre divergentes) segundo aquilo que se leva em conta nos diferentes registros que constituem a personalidade do indivíduo e de acordo com o campo disciplinar em referência — sociologia, antropologia, psicologia social, psicanálise.

A psicanálise (freudiana) não fornece diretamente o conceito de identidade e propõe outras categorias psicanalíticas — Ego, Superego, Ideal do Ego e Id (instâncias psíquicas)¹⁹ — de apreensão *disso* que “não tem existência real” (como diria, L. Strauss). Isso (*Id*), o sujeito ou a *identidade*, se constitui, ao longo da vida da criança e do adolescente e mesmo nas fases adultas, pelo processo conflituoso de identificações, através de uma complexa “operação” que se dá ao nível das instâncias psíquicas. A psicanálise postula que o fundamento da *identidade* (ou da constituição do sujeito) está nos processos de identificação no interior das relações do sujeito com as figuras parentais ou com os seus substitutos, ou mais exatamente, com as *imagos* parentais.

Do mesmo modo que para as Ciências Sociais, “o fundamento da identidade está nas relações do indivíduo com um sistema de parentesco, com os grupos de pertencimento, com as instituições e as redes sociais aos quais ele pertence, com as classes sociais que caracterizam o funcionamento social do mundo que ele participa” (De Gaulejac, 1987:99), a psicanálise considera que o sujeito é constituído e definido radicalmente pela alteridade no campo social. Se ela enfatiza as primeiras relações objetais, onde a família ocupa um papel determinante na constituição do sujeito, ela considera igualmente a problemática familiar inscrita na rede social. É com Lacan (1978) que a questão da alteridade no campo social ganha clareza: “o sujeito humano é, desde antes do seu nascimento, e para além de sua morte, preso na cadeia simbólica...”. Inexiste, nesta concepção uma mônada fechada, como interioridade absoluta; a interioridade subjetiva remete sempre para a exterioridade do outro. A criança, antes de nascer, já é marcada pelos significantes parentais — nomeado, imaginado, desejado, pensado, falado por *outros* que, por sua vez, já estão numa rede simbólica — ou seja, numa rede discursiva de uma estrutura social e histórica. Deixemos claro que, nesta concepção, esse *Outro* determinante da identidade é o objeto significativo de investimento afetivo e pulsional por parte do sujeito em processo.

Correndo o risco de críticas quanto a ausência de uma explanação dos processos conflituosos de edificação das instâncias psíquicas, incidiremos diretamente nos pontos que intercedem na análise da nossa população em questão e as hipóteses e interrogações que norteiam nossa proposição analítica.

¹⁹ Conforme a 2^a tópica freudiana, O Ego e o Id.

Esta opção teórica remete-nos incondicionalmente, no caso dos nossos jovens adolescentes excluídos do sistema social cujo Outro significativo é também o “excluído, rejeitado e desvalorizado socialmente”, à hipótese de agravamento dos conflitos de identificação engendrando feridas narcísicas dificilmente reparáveis e cuja gênese encontra-se na articulação entre os processos sociais e os processos psíquicos. Indica-se com isso que as tensões psíquicas podem se acentuar quando o indivíduo se vê confrontado às tensões de ordem social, advindas do seu ambiente externo — imagem social negativa do seu grupo social de pertencimento e que incidem diretamente na imagem ideal de si. Melhor dizendo: comprometendo o Ideal do Ego, ou ainda, como se diz, no senso comum, “machucando o narcisismo próprio”.

Acima, colocamos, propositadamente, o Ideal do Ego entre as instâncias do aparelho psíquico, devido a sua importância na nossa proposição teórica, sabendo que em Freud, esta instância e a do Superego foram, muitas vezes, confundidas e outras vezes, diferenciadas, sobretudo a partir de 1920, na terceira teoria das pulsões.

A razão que nos leva a fixar mais atenção sobre a noção de Ideal do Ego está em que as nossas hipóteses relativas aos fenômenos de transgressão juvenil, no universo da população descrita acima, está, a nosso ver, mais diretamente associado ao sentimento de inferioridade e vergonha, cuja origem está no Ideal do Ego. É ele quem fixa as exigências idealizadas que vai demandar ao Ego de realizá-las. O sentimento de inferioridade se manifesta sempre que o Ego se sente incapaz de realizar os ideais. A vergonha (imagem desvalorizada de si mesmo) surge quando o Ego confronta-se ao fracasso.

No capítulo “O complexo de inferioridade”, De Gaulejac (1987:171-6) esmiuça as diferenças conceituais existentes entre o Ideal do Ego e o Superego, bem como os desdobramentos que se verificam na conceituação do primeiro nas diferentes obras psicanalíticas. O autor nos remete à tese de Chasseguet Smirguel (1973:21) para quem o Ideal do Ego seria uma “fantasia projetada à frente”, complementando-a com a observação de que se trata de uma “fantasia resultante da perfeição narcísica perdida sob a influência da crítica parental (p.173). Nesse sentido, existiria uma instância com a tarefa de “verificar se a satisfação narcísica está bem assegurada em função do Ideal do Ego e que, com este fim, vigia constantemente o Ego real e o confronta a este ideal” (Chasseguet Smirguel apud De Gaulejac, p. 173). Trata-se, conclui De Gaulejac (*ibidem*), “de algum modo, de um processo de avaliação permanente do Ego em relação às exigências interiorizadas, processo bem descrito pela expressão ‘estima de si’”.

Resguardadas as discussões em torno do estatuto do Ideal do Ego, no interior do aparelho psíquico, indicamos aqui alguns dos seus traços mais característicos (apontados no capítulo “o complexo de inferioridade”), para fins de construção das nossas hipóteses teóricas.

O Ideal do Ego seria o herdeiro do narcisismo primário e uma *instância de incitação* que leva o Ego, num primeiro tempo, a reconquistar sua perfeição perdida através da busca, fora dele próprio, de objetos totais ou parciais idealizados. O narcisismo seria constantemente solicitado, incitando o Ego a se superar para “estar à altura” de sua imagem idealizada, contrariamente ao Superego que é uma *instância de adaptação* que fixa limites ao Ego. O Ideal do Ego é aqui concebido como aquele que leva o Ego sempre no caminho da *transcendência* (atingir um outro *estado de si*), de busca de modelos de identificação dos atributos e das qualidades mais “elevadas” que aqueles que o indivíduo se atribui para si mesmo. Assim, é uma *instância de deslocamento* que incita o indivíduo a buscar modelos em outros lugares, fora daqueles assinalados por herança.

A partir destas colocações teóricas, urge a questão relativa a esse jovem pertencente ao segmento social desfavorecido — nos planos econômico, cultural e simbólico — e com uma trajetória que tende sempre e cada vez mais a desqualificá-lo: como se estrutura o seu Ideal do Ego, tendo em vista a estrutura familiar onde os seus primeiros modelos identificatórios ou se lhe faltam (falta de pai real ou pai simbólico mal constituído) cujo corolário seria a falta de castração simbólica (com consequências na constituição da instância superegóica) e/ou são modelos sociais altamente rejeitados (pais violentos, pais desqualificados) cujo corolário seria a falta de elementos balizadores do Ideal do Ego?

Uma grande maioria desses jovens, encontram-se na repetição da exclusão sofrida pelos pais e para muitos, ainda, a exclusão atinge gerações anteriores aos seus pais. Há um número significativo de adolescentes, de ambos os sexos, em situação de ausência da figura paterna²⁰ e cujo vínculo familiar vai se dar essencialmente com a mãe e avó materna. Temos, ainda, contato com um adolescente que mora com irmãos, sendo todos eles de pais diferentes. E outro, cujo pai encontra-se na prisão.

Entramos aqui, portanto, num universo familiar cujas tramas intra-familiares escapam ao modelo padrão da família nuclear tradicional. Nos relatos de educadores de rua, encontramos a denominação “famílias desestruturadas”

²⁰ Não conheceu o pai, conheceu mas o viu raramente ou o pai é separado da mãe há muito tempo.

para a definição dessa estrutura diferenciada dos moldes estabelecidos socialmente. Para nós, essa definição não nos diz nada, pois nesse universo, a conselhação familiar é bastante diversificada. Se temos como hipótese de que as relações parentais são determinantes na constituição de identidades, deparamo-nos aqui com uma enorme dificuldade: nada nos indica que haja um *tipo-ideal* (Weber) possível de ser elaborado, permitindo a elaboração de um quadro teórico geral que articule a relação entre universo familiar e relações parentais e a fragilidade da constituição do Ideal do Ego que não estaria mais cumprindo o seu papel de sustentação dos interditos sociais. Só a análise de casos (tal como na clínica) envolvendo estudos particularizados de biografias individuais poderão abrir, cada vez mais, o nosso leque de compreensão desse universo, sem que contudo atinjamos a uma tipologia de *jovens transgressores*, mesmo porque a nossa pesquisa distancia-se dessa *démarche*.

No momento, o que podemos já colocar em perspectiva de análise é a hipótese do conflito ambivalente de identificação às imagens parentais e reativação das *feridas narcísicas*: o jovem ama/deseja e odeia/rejeita esse seres queridos, mas desqualificados socialmente. Envergonha-se deles que são ou foram seu primeiro objeto de amor, pois eles são tudo que é o inverso do que se deve ser nesta sociedade de culto do sucesso. É nesse sentido que dizemos que as *feridas narcísicas* já estão contidas nas *imagens parentais*, principalmente quando relacionamos a identificação a esse *Outro* sofrendo a determinação das significações sociais imaginárias, do ser sucedido e mal sucedido, válido ou invalidado, ditadas pela cultura de consumo de bens e signos (como já comentamos acima, relativamente à dimensão simbólica das relações do indivíduo na sociedade). Embora os jovens da nossa pesquisa sejam “excluídos” do sistema de consumo e de competição narcísica, através do investimento de bens e signos de beleza — de conquista e de sucesso —, devido às suas condições objetivas e subjetivas de vida, eles não deixam de ter como referência os valores do sistema cultural que guiam os *inseridos*. Os valores do mundo dos *inseridos* que prega o modelo de perfeição, de excelência é que denotam o mundo do jovem “excluído”, como *invalidado*, a começar pelas primeiras figuras de identificação.

As *feridas narcísicas* seriam consequência dos processos de invalidação e desvalorização, tendo por um lado, as suas raízes nas relações da primeira infância, por outro, a sua produção e seu reforço no curso do processo de confrontação à imagem invalidada e desvalorizada socialmente de seus pais, de seu grupo de pertencimento e à imagem de si. Aqui estamos orientados pela hipótese teórica em que o Ideal do Ego não está somente submetido às leis do funcionamento do aparelho psíquico, mas também influenciado pelo

contexto social onde ele se desenvolve (De Gaulejac, 1987). Hipótese em que as tensões psíquicas podem ser ampliadas a partir de uma tensão que se coloca ao indivíduo, no plano social.

Se de um lado, postulamos lacunas relativas aos modelos identificatórios, no seu meio familiar e meio social, por outro, estamos observando que a *falta de apoio* das representações não se dá só nesse seu meio ambiente mais imediato, mas trata-se de uma lacuna verificada na sociedade como um todo (conforme as nossas hipóteses acima concernentes à sociedade contemporânea e a falência da função paterna).

A partir da análise das tensões psíquicas que se articulam com tensões advindas do plano social, pensamos encontrar a possibilidade de investigar os mecanismos de defesa dos jovens na suas tentativas de *valorização narcísica*. A análise dos mecanismos de defesa podem fornecer uma maior clareza dos móveis das transgressões — aqueles que os conduzem a se juntar em “turmas ou galeras” —, das “motivações” que subjazem às suas condutas transgressoras de conotações violentas socialmente e dos impulsos de agressividade e de auto-destruição (drogas, brigas, confrontos mortais). Os mecanismos de defesa individual, vistos na ótica de regulação de sua condição psíquica, podem significar, ao nível social, mecanismos de anulação de si enquanto sujeito social.

Diversos autores (Erikson: 1987, Rogers: 1959, Malewska-Peyre: 1981, entre outros) apontam que a imagem de si ocupa um papel importante, na vida de um indivíduo, como motivação de atividade. A imagem de si, mesmo quando ela é globalmente positiva, estaria sujeita à oscilações. Ela depende de nossa saúde, de nossa capacidade em realizar nossos objetivos e a satisfazer nossos desejos, mas também depende do reconhecimento dos outros.

O fator reconhecimento pelos outros é muito importante durante a adolescência quando existe uma defasagem importante entre a imagem de si e a imagem que os outros (sobretudo os adultos) têm do jovem. Esta fase pode vir a ser conturbada pelo fato de que o próprio adolescente se julga ele próprio de maneira contraditória, pois a adolescência é um período de mudanças e de busca de novos modelos identificatórios.

São inúmeros os estudos sociológicos que apontam a integração de um jovem numa *gangue* ou *galera*, como um movimento seu de busca de um lugar de reconhecimento pelos outros. A *galera*, a *turma de rua*, o grupo de jovens (torcidas organizadas, punks,...) de um dado estilo é um lugar de tentativa de revalorização de uma imagem negativa de si, um meio de *transcender* o sentimento de fracasso do seu Ego fragilizado. Junto aos colegas de *turma*, ele pode se sentir o *mais forte*, o *mais corajoso*, *revigorado*:

naquele meio há energia vital, há a possibilidade de expressão; a aproximação se dá pela necessidade de identidade, de ter estilo próprio; necessidade de um espaço para expressão das angústias e da energia vital pois a sociedade e a família fecham o espaço.²¹

O nó da questão está em que este lugar possui significados socialmente “negativos” (marginalidade, criminalidade e/ou delinqüência) os quais vão terminar reforçando a sua imagem social negativa de si e reativando o sentimento de fracasso e concorrendo ainda mais à vulnerabilidade do seu Ego. O ideal do Ego o impulsiona à reparação de suas feridas narcísicas, à busca de regulação aos sentimentos de inferioridade e vergonha, à conquista de sua auto-estima, bastante comprometida devido aos estigmas que já se “colaram à sua pele”, no entanto, o princípio de realidade repõe-no sempre para aquele lugar simbólico que lhe foi definitivamente destinado, até mesmo para a sua reparação narcísica. Este lugar simbólico que lhe pertence é o lugar da delinqüência e da transgressão, cujas significações sociais na contemporaneidade não comportam o sentido de *metamorfose e regeneração*²², mas sim de morte.

Numa perspectiva bastante próxima dessa, Malewska-Peyre (*op.cit.*), em seu estudo sobre os jovens de famílias de imigrantes na França, elabora um itinerário hipotético da delinqüência. Para ela, o fracasso ou a falta de competência podem ser explicados pelo contexto social negativo, mas a delinqüência só pode ser explicada a partir da tentativa de revalorização, por parte do jovem que se sente fracassado socialmente. Sua análise demonstra um grande avanço em relação a certos estudos na medida em que contém a hipótese de delinqüência na própria “atividade” dos jovens, ou seja, no seu “agir ativo” (tentativa de revalorização). Comparativamente, há estudos que só tendem a mostrar o desenvolvimento da delinqüência do jovem enfatizando o “agir ativo” das estruturas sociais — contexto social negativo, pobreza, miséria, exclusão, que levam “naturalmente” um jovem para o caminho das drogas, dos crimes, dos delitos, etc... Estes enfoques encerram um olhar equivocado das “classes pobres” que são em si ou se tornam por si sós “classes perigosas”; ou seja, há nessas abordagens uma *naturalização* da delinqüência do sujeito pobre. Para Malewska-Peyre, a delinqüência e a transgressão da lei são “sintomas da crise de identidade”.

²¹ Depoimento de um jovem componente do grupo anarko-punk, nas suas análises sobre as motivações de busca de grupos de jovens.

²² Assim como o era na Antiga Grécia, nos ritos dionisíacos... Daí o uso massivo de drogas pelos jovens.

Da mesma forma, a nossa proposição envereda por um caminho que se distancia daquelas proposições para as quais as condutas juvenis *desviantes* são simplesmente reações (retaliação ou revoltas) à violência social a que eles estão submetidos. Para nós, a experiência concreta vivenciada e representada dos processos de dominação, de invalidação e de segregação social (conflitos de ordem social) são fatores que ocupam um importante papel nos conflitos psíquicos e que podem engendrar condutas sociais desviantes ou transgressoras.

ABSTRACT

This research notes of 1997 and indicate the fundamental axis of an investigation done under the clinical sociology approach about youngsters who are submitted to processes of stigmatization and social exclusion in urban peripheries. The analysis concentrates on their processes of identity construction and in relation to social, psychological and symbolic forms of violence.

RÉSUMÉ

Ces notes de recherche datent de 1997 et indiquent les axes fondamentaux d'investigation de l'approche de la Sociologie Clinique sur les jeunes des périphéries urbaines soumis au processus de stigmatisation et relégation sociales. Les analyses s'orientent sur leurs processus de construction identitaire dans leurs rapports aux violences sociales, psychologiques et symboliques.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, Helena Wendel. (1994) *Cenas Juvenis - punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.
- Balandier, George.(1989) *Le désordre, Éloge du mouvement*. Paris: Fayard.
- Baudrillard, Jean. (1985) *A sombra das maiorias silenciosas - O fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense.
- _____.(1981) *Simulacres et Simulations*. Paris: Ed. Galilée.
- Bloch, H. & Nierhoffer, A. (1958) *The gang: a study in adolescent behavior*. Nova York: Philosophical Library.
- Bourdieu, Pierre. (1992) *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Castoriadis, Cornelius. (1982) *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Caiasa, Janice. 1989 *Movimento Punk na cidade: a invasão dos bandos sub.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Chasseguet-Smirgel, Janine. (1973) *Essai sur l'idéal du Moi.* Paris: PUF.
- _____. (1991) *Ética e Estética da Perversão.* Porto Alegre: Artes Médicas.
- Costa, Márcia Regina. (1993) *Os "Carecas do Subúrbio": caminhos de um moderno.* Petrópolis: Vozes.
- De Matos, Wagner Neves. s/d *Gangues: protesto à marginalidade?* Um estudo sobre a formação de grupos de jovens denominados gangues em Corumbá. Corumbá: mimeo.
- Dubet, François. (1987) *La galère: jeunes en survie.* Paris: Points.
- Enriquez, Eugène. (1992) *Organisation en analyse.* Paris: PUF.
- Erikson, H. Erik. (1987) *Identidade, juventude e crise.* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- ForacchI, Marilene. (1995) *A Juventude na Sociedade Moderna.* São Paulo: Ed. Pioneira.
- Foucault, M. (1995) *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Vozes.
- _____. (1976) *Histoire de la Sexualité 1 - La volonté de savoir.* Paris: Ed. Gallimard.
- Freud, Sigmund. (1974) *O mal-estar na Civilização,* E.S.B., vol. XXI. São Paulo: Imago
- Totem e tabu,* E.S.B., vol. XIII. São Paulo: Imago.
- Psicologia Coletiva e Análise do Ego,* E.S.B., vol. XVIII. São Paulo: Imago.
- Além do princípio do prazer,* E.S.B., vol. XVIII. São Paulo: Imago.
- O Ego e o Id,* E.S.B., vol. XIX. . São Paulo: Imago.
- _____. (1992) (coord.) *Honte et Pauvreté - Déchéance sociale et processus d'insertion.* Paris: Laboratoire de Changement Social, Université de Paris 7.
- Goffman, Erving. (1978) *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada,* 2^a. ed.. Rio de Janeiro: Zahar.
- Graciani, Maria Stela (1994) *Gangues: Um Desafio Político-Pedagógico a ser superado,* trabalho apresentado no Seminário Grupos Organizados da Periferia e Violência. São Paulo: Puc (mimeo).
- Grupo dos Carecas,* (1994).trabalho apresentado no Curso Problemas Urbanos, Violência e Delinquência, Núcleo de Trabalhos Comunitários, São Paulo: PUC, mimeo.
- Guirado, Marlene. (1986) *Instituição e Relações Afetivas - O vínculo com o abandono,* São Paulo: Summus editorial.
- Jameson, Fredric. (1996) *Pós-modernismo - A lógica cultural do capitalismo tardio.* São Paulo: Ática.
- Lacan, Jacques (1978) *Escritos.* São Paulo: Perspectiva
- _____. (1979) *Seminários. Livros 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 17, 20.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lapeyronnier, Didier. (1992)
- Lasche, Christopher. (1979) *A Exclusão e o Desprezo.* São Paulo: Tempos Modernos, n. 545-546.

- Lipovetsky, Gilles. (1983) *The culture od narcissism*. New York: Warner Books.
- L'ère du vide - Essais sur l'individualisme contemporain*. Paris: Gallimard.
- Maisonneuve, Jean. (1973) *Opinions, Stéréotypes et Représentions Collectives*, in *Introduction à la psychosociologie*. Paris: PUF.
- Malewska-Peyre, Hanna. (org.) (1981) *Crise d' identité et déviance chez les jeunes immigrés*. Paris: La Documentation Française.
- Mitscherlich, Alexander. (1969) *Vers la société sans pères*. Paris: Gallimard.
- Rogers, Carl. (1959) *A theory of therapy, personality and interpersonal relationship, in Psychology: A study of the science*. New York: Ed. S. Koch Mc Graw Hill.
- Rosemberg, Fulvia. (1993) O discurso sobre criança de rua na década de 80. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, n. 87.
- Sennett, Richard. (1988) *O declínio do homem público - As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Hélio & Milito, Cláudia. 1995 *Vozes do meio fio - Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- Takeuti, Norma 1993 *A pobreza e a exclusão social no primeiro mundo*. Natal: Revista Vivência, v.7, n.1.
- Zizek, Slavoj 1992 *Eles não sabem o que fazem: O sublime objeto da ideologia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

NOTAS DE PESQUISA



Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura, de Mariza Veloso & Angélica Madeira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. 210 páginas.

Thadeu de Jesus e Silva Filho*

Decerto que comentar o livro das professoras Mariza Veloso e Angélica Madeira não é tarefa das mais simples. Ela se apresenta como uma tentativa de equacionar dois caminhos distintos, importantes e por vezes antagônicos da reflexão sociológica, quais sejam, o do afastamento do pesquisador em relação ao objeto (Durkheim) e a da aproximação a ele (Weber). Dois são os motivos explicativos fundamentais de tal dificuldade. O primeiro deles se dá por existir uma relação de envolvimento acadêmico-pedagógico iniciada ainda no período em que era aluno de graduação em Ciências Sociais. Como professoras do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, suas reflexões e idéias a respeito da *démarche* do pensamento social no Brasil, bem como as delimitações históricas e periodizações cronológicas dos marcos histórico-sociais mais marcantes por elas adotadas e criticadas, ecoaram como uma influência positiva e importante naquela fase de formação intelectual. Por ocasião do início da feitura de *Leituras Brasileiras*, fui convidado a integrar a equipe responsável pela viabilização operacional do livro, onde a preparação dos originais e algumas revisões preliminares cumpriram a tarefa de me fazer, em alguma medida, participante do processo de criação da obra; esse é o segundo.

Revisando períodos e obras clássicas do pensamento social e da literatura brasileiras, as professoras Mariza Veloso e Angélica Madeira conferem a tais textos um tratamento que lhes permite uma revisão crítica dos seus conteúdos. Esse tratamento respeita os dois critérios de leitura adotados pelas autoras: à la Gilles Deleuze, as narrativas e as imagens abordadas são lidas como textos da cultura e, com tais, entendidas a partir de suas materialidades visuais e/ou verbais – informações primeiras de uma época histórica; e, à la Norbert Elias,

¹ Thadeu de Jesus e Silva Filho é sociólogo e antropólogo. Atualmente, 1999, é aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da UnB.

para quem a dinâmica histórica é dotada de uma regularidade que torna possível a inteligibilidade do padrão e da estrutura de uma época, as práticas sociais são vistas a partir de suas historicidades. Tal opção teórica intui submeter os textos da cultura à uma interpretação que possibilita descobrir os códigos pelos quais as imagens e as narrativas foram criadas, reconhecendo seus vínculos a um determinado campo intelectual – conceito esse advindo de Bourdieu. Com isso, o livro apresenta dois movimentos paralelos: a trajetória *per si* abarcada e, a seu lado, em outra esfera, um debate especialmente caro para as ciências sociais, qual seja, a escolha de determinadas narrativas em detrimento de outras, uma vez que escolher uma narrativa significa não apenas abandonar todas as demais mas também adotar um certo ponto de vista, o qual é vinculado a uma *intelligentsia* e sua respectiva filiação ideológica. Esse posicionamento permite a conexão entre a irredutibilidade de cada narrativa e a malha histórica em questão.

A pergunta a ser feita, então, é: de que maneira e com que intuito é possível estabelecer uma ligação entre todo esse emaranhado que compõe o *corpus* teórico por onde caminham os oito capítulos de *Leituras Brasileiras* e o pensamento dos autores referidos – Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Machado de Assis e Lima Barreto? Uma vez que o foco central das considerações são as imagens e as narrativas produzidas a respeito do Brasil a partir do século XIX, as autoras utilizam-nas como textos que, simultaneamente, são símbolos pelos quais os intelectuais utilizaram para falar da cultura brasileira e, de outro modo, como lugar de releitura do Brasil através dos textos produzidos por esses intelectuais. Sem resvalar por um relativismo, fazem, então, uma leitura dos diversos discursos pelos quais o país foi apresentado, eliminando a ingenuidade produzida freqüentemente pela busca de uma determinada verdade. O intento não é achar verdades; buscam entender como a articulação de vários atores sociais abre a possibilidade de pensar o presente e o futuro da cultura brasileira a partir do passado, e este entendido como “um trampolim que transforme as reminiscências em sugestões positivas e iluminações para novas utopias”, ao invés de uma fatalidade irrecuperável.

Esses itinerários no pensamento social e literatura brasileiros, objeto de análise das professoras Mariza Veloso e Angélica Madeira, têm inicio no século XIX, com a formação do campo intelectual brasileiro a partir do recebimento, do processamento e da reelaboração das idéias estrangeiras, procedimentos esses que serviram para implementar certas práticas políticas, científicas e estéticas importantes para a nossa intelectualidade que repercutem até hoje – um bom exemplo é o debate acerca da importação das idéias configurando-se

como um empecilho para fundação de uma identidade brasileira autóctone. A chegada da corte portuguesa ao Brasil, na pessoa de dom João VI, foi, em muita medida, responsável por esse impulso, provocando não apenas mudança de certos hábitos coloniais arraigados por cerca de três séculos mas também consequências culturais na fisionomia das cidades e mudanças de ordem técnica e administrativa na vida social. Esse contato mais direto com o europeu abre espaço para a produção de um acervo de documentos que demonstram algumas das contradições internas da cultura brasileira, textos que ganharão em volume e profundidade por conta da geração de 1870, da qual figuravam nomes como os de Tobias Barreto, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim.

A partir de então, os itinerários avançam como reflexões a respeito das narrativas do passado consideradas de maior repercussão para o momento atual, principalmente no contexto da globalização. Aprofundando-se nesses percursos, é possível perceber o tratamento de duas questões fundamentais, elevando-as a um expoente máximo em tais discursos: os processos pelos quais a modernidade veio a existir no Brasil e, em última análise, o problema da identidade.

A relevância que o tema da modernidade adquire é marcante. Por vê-la como produto dos processos econômicos, políticos e culturais geradores de tendências e de valores internos muitas vezes contraditórios da vida social, as autoras cruzam os diversos pontos de vista a fim de relativizar os discursos a respeito da sociogênese da modernidade. Com isso, percebem que, uma vez que não foram as mesmas matrizes culturais que aportaram nos diferentes países ocidentais, a especificidade cultural do Brasil (identidade) decorre, então, de uma combinação de certos processos presentes aqui de maneira única e distinta em relação a outros países, mesmo sabendo da interrelação com esses outros. Não por acaso, o último capítulo – “Debates intelectuais dos anos 1950, 1960, 1970: engajamento e contracultura” – tem como subtítulo “questões contemporâneas: novos ordenamentos sociais”.

E esses processos são evidenciados pela presença marcante do enfoque que as instituições receberam. Não à toa, o livro trata muito mais de processos vinculados a atores sociais responsáveis pela dinâmica de transformação e mudança da configuração de um determinado cenário de Brasil do que propriamente dos aspectos dados – embora não passivos – da fisionomia natural do país. O ganho é patente: ao invés de interpretações enraizadas, conformadas e imóveis, *Leituras Brasileiras* fornece (com o perdão do trocadilho) uma idéia de textura de Brasil, textura essa que, de acordo com a lição weberiana, vê-se atrelada aos aspectos da realidade histórica escolhidos pelo pesquisador.

A dificuldade que poderia daí resultar seria, então, identificar critérios eficientes de escolha que eximissem as autoras de um relativismo sem fim. É nessa medida, então, que a contemporaneidade do Brasil é discutida através de textos passados, uma vez que o tratamento dispensado aos discursos escolhidos revelados como relatos de veracidade, menos por haverem resistido às provas do tempo mas, fundamentalmente, por terem conseguido escapar dos ditames quase que intransponíveis de um campo intelectual e, com isso, possibilitarem a compreensão dos problemas a partir de conteúdos significativos mais pertinentes.

Essa sofisticação traz consigo um duplo aspecto. Ao mesmo tempo que insere a obra num campo de discussão acadêmica, está longe de ser destinada exclusivamente aos intelectuais preocupados com a leitura do nosso passado histórico-social; por apresentá-lo num mosaico panorâmico, o público não vinculado ao mundo acadêmico poderá também ser beneficiado. Do lado erudito, *Leituras Brasileiras* apresenta uma discussão extremamente importante para os países dominados por longo tempo e de independência tardia: a da identidade, e isso pela maneira como é tratada, que permite uma tentativa de resposta mais precisa para a pergunta “onde fundar a identidade brasileira contemporânea?”. Do lado não-especializado, apresenta e introduz temas indispensáveis tanto para a explicação quanto para a compreensão da configuração da fisionomia do Brasil, temas como o debate entre o particular e o universal, a noção de antropofagia, de multiculturalismo e de identidades múltiplas.

A bibliografia está estruturada em módulos, permitindo diálogos e críticas em relação ao texto e à escolha das obras privilegiadas para aparecer como melhores representantes de cada demarcação, além de figurar como uma espécie de bibliografia mínima para investigações mais detalhadas dos períodos e dos temas. As obras que perfazem os comentários críticos cumprem uma dupla tarefa: indicam o veio mais relevante de apreciação e de discussão do percurso histórico tratado e percorrem com as autoras a trilha estruturante de seus pensamentos.

Uma disparidade, todavia, entre os capítulos merece ser pontuada. Capítulos como “século XIX: paisagens do Brasil”, “traços e ritmos da modernidade brasileira” e “Mário de Andrade: a função pública da arte e do artista” possuem densidade e aprofundamento maiores e mais marcantes que outros. Nestes outros, a exploração poderia ter privilegiado mais a inserção das obras e dos autores tratados no contexto do objetivo do livro do que o tratamento *per si*. Afora este ponto, que não é de somenos, falar de *Leituras Brasileiras* é falar de um grande livro, do início ao fim.

A arquitetura internacional dos direitos humanos, de José Augusto L. Alves. São Paulo: FTD, 1997 (Coleção Juristas da Atualidade / coordenação Hélio Bicudo), 335 páginas.

*Estêvão Ferreira Couto**

O tema dos direitos humanos faz parte definitivamente da agenda internacional contemporânea. Basta lembrar que a recente intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN - na Iugoslávia, questionável em muitos aspectos, foi feita com fulcro na defesa dos direitos humanos dos kosovares de origem albanesa. Contudo, mesmo com toda esta proeminência do tema, a existência de um arcabouço jurídico internacional de proteção dos direitos humanos, aplicável no direito interno brasileiro, tem sido ignorada. O Poder Judiciário, em sua maioria, se prende a dogmas de soberania e interpretação ultrapassados e esquece que a razão de ser do direito internacional e do direito interno é a pessoa humana. Neste sentido, este livro, ao tentar tornar conhecida a “arquitetura” internacional dos direitos humanos, vem contribuir para a transformação da sociedade e da cultura jurídica brasileira.

O autor é diplomata de carreira, responsável pela criação de um departamento específico para os direitos humanos no Ministério das Relações Exteriores. Atuou em organismos internacionais e nas conferências sobre o assunto, inclusive a Conferência de Viena de 1993. Esta vivência enriquece o livro por meio de relatos do processo de negociação, que podem ser encontrados também, com mais detalhes, no seu livro *Direitos Humanos Como Tema Global* (São Paulo: Perspectiva/Brasília: FUNAG, 1994).

O livro pode ser classificado, nas próprias palavras do autor, como “um manual para a atuação de qualquer cidadão brasileiro, não necessariamente jurista ou diplomata”. De toda a imensa gama de instrumentos internacionais, foram selecionados somente vinte, segundo o autor, mais ligados “aos problemas e dificuldades dos cidadãos brasileiros”. É útil para quem está se iniciando no

* Estêvão Ferreira Couto é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrandando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

assunto ou pretende ter uma visão geral, para referência em estudos multidisciplinares. Não pretende, porém, ser uma obra exaustiva como *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos - Fundamentos Jurídicos e Instrumentos Básicos* de A. A. Cançado Trindade (São Paulo: Saraiva, 1991), obra em que se inspirou.

A estrutura básica do livro consiste em introdução, quatro módulos (com o texto completo das normas internacionais introduzidas por um comentário) e conclusão. Os comentários aos textos legais seguem aproximadamente um mesmo padrão: antecedentes históricos, o processo de negociação, inovações trazidas pelo documento, características distintivas, análise de praticamente todos os artigos e as controvérsias surgidas na negociação, número de ratificações, adesões e entrada em vigor, ratificação e incorporação pelo Brasil (formalidade exigida pela jurisprudência brasileira para que entre em vigor internamente) e a importância do documento para o Brasil e para o mundo.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena no ano de 1993, é o fio condutor do argumento do autor. Ele explica o impacto deste evento em conferências posteriores e as conquistas conceituais nela alcançadas como, *inter alia*, a universalidade dos direitos humanos; o reconhecimento de particularidades históricas, culturais e religiosas; a interdependência e interrelação de todos os direitos humanos; e o vínculo entre a democracia, desenvolvimento e respeito pelos direitos humanos.

Com efeito, o Direito Internacional dos Direitos Humanos coloca em xeque vários dos pressupostos do Direito Internacional Clássico. Ataca, primeiramente, o pressuposto de que somente os Estados são sujeitos de direito nas relações internacionais, ao fazer com que indivíduos sejam beneficiários diretos de tratados internacionais e ao conferir-lhes capacidade processual para exigir direitos perante órgãos internacionais. Os direitos humanos também superam o princípio da reciprocidade pelo qual a violação de um tratado “pode ser fator de extinção da própria norma”. Estabelecem, ao revés, o princípio da proteção dos mais fracos (o indivíduo, vítima do Estado) e da garantia coletiva (que permite petições interestatais, mais efetivas em sistemas regionais). Como bem observado pelo autor, os direitos humanos flexibilizaram o conceito de soberania, o que muitas vezes é mal compreendido. Primeiro, porque o monitoramento da situação de direitos humanos é feito “por órgãos e mecanismos constituídos pelos próprios Estados”. Segundo, porque o conceito não pode ser usado como justificativa para a violação dos direitos de uma população por parte de seu próprio Estado que, geralmente, não se indigna tão facilmente com “a imisão de entidades econômicas internacionais na condução de políticas nacionais em qualquer país”.

O universalismo deixa de ser um conquista tão grande quando, e.g., é analisado o problema contemporâneo da resistência aos direitos humanos (como direitos “ocidentais”) por parte do fundamentalismo religioso (principalmente islâmico) e secular autoritário. O primeiro diz respeito principalmente à não discriminação por sexo, a liberdade para mudar de religião (artigo 28 da Declaração Universal), o livre consentimento dos nubentes para a validação do casamento (art. 16, § 2º) e a imposição de punições corporais (art. 5º, prevista em um livro de comportamento muçulmano, a *sharia*). No segundo caso, a argumentação, particularmente para o desrespeito a direitos civis e políticos, é que os direitos humanos “não levariam em conta as dificuldades econômicas enfrentadas ou ‘as tradições milenares’ das respectivas populações”.

Aliás, o conflito entre os países em torno de direitos civis e políticos, de um lado, e direitos econômicos, sociais e culturais, de outro, é um tema recorrente no livro. No contexto da Guerra Fria, ele contrapunha os Estados Unidos e a União Soviética com seus respectivas blocos, influenciando a elaboração das normas internacionais (e.g., o desmembramento do Pacto da ONU, inicialmente projetado como único). O fim do socialismo real no final da década de 1980 permitiu um certo consenso, mas a questão tem ressurgido, com força nos últimos anos, no campo religioso e cultural. Em função destes embates, os direitos humanos têm sido divididos por “gerações” (1ª Civis e Políticos; 2ª Econômicos, Sociais e Culturais; 3ª Autodeterminação, Paz, Meio Ambiente e Desenvolvimento). Essas divisões artificiais têm impacto direto na implementação dos direitos: os primeiros seriam de obrigação imediata e os seguintes para serem assegurados progressivamente, até o máximo de recursos disponíveis dos Estados, interpretação fruto do liberalismo (esses direitos seriam simples metas a serem perseguidas).

Ao comentar a necessidade de uma sociedade democrática para que os direitos humanos sejam realizados (princípio contido, e.g., no artigo 29 da Declaração Universal), o autor poderia ter se aprofundado um pouco mais na questão, principalmente porque a democracia usualmente referida e exportada pelos Estados Unidos é aquela no modelo Schumpeter/Dahl. Este modelo mascara a precariedade da situação dos direitos humanos nos países em desenvolvimento ao dotar de legitimidade regimes cuja única característica democrática é a realização de eleições periódicas (muitas vezes controladas). Perde-se, assim, toda a dimensão social e do *rule of law*. Os Estados Unidos, por sinal, possuem uma das posições mais retrógradas em matéria de Direito Internacional dos Direitos Humanos, o que pode ser exemplificado pela demora de mais de 20 anos para aderir (com reservas) ao Pacto de Direitos Civis e

Políticos, pela insistência em relegar a um segundo plano direitos econômicos, sociais e culturais e pela não ratificação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

À primeira vista, o autor transparece um certo idealismo ao comparar a campanha contra a tortura com o movimento abolicionista. As semelhanças no processo inicial de evolução não eliminam as brutais diferenças de contexto histórico e as especificidades de cada problema. No final deste trecho, o autor afirma:

A ética democrática e o sistema normativo internacional não mais aceitam o suplício como instrumento legítimo dos Estados....E a consciência, como ensinam os filósofos, pode ser também um dos motores da História." Seu idealismo, contudo, não é ingênuo. Em suas conclusões, o autor reconhece que, muitas vezes, a profusão de documentos legislativos internacionais sobre direitos humanos revela a incapacidade dos Estados em combater o diversificado conjunto de violações, levando-os a aprovar normas "que sabem de antemão serem de aplicabilidade remota.

Há um pouco de frustração com a distância das conquistas legais em relação ao mundo real, imerso no "consenso neoliberal", "mais cruel e individualista que o liberalismo clássico", pois, "Locke previa a possibilidade de restrições ao direito da propriedade. E o laborioso burguês capitalista de Weber era a antítese do indivíduo narcísico e hedonista". No entanto, o autor, citando Paulo Sérgio Pinheiro, verifica que a consciência da importância dos direitos humanos tem aumentado no Brasil, o que é corroborado por uma nova postura governamental não só nos foros multilaterais, mas também no âmbito interno.

De fato, principalmente nos últimos anos, o esforço por parte do governo tem sido mais visível. Por ter sido finalizado antes, o livro não inclui a aprovação de leis brasileiras recentes, de fundamental importância, como a Lei de Crimes de Tortura e a Lei que cria o Programa Nacional de Proteção às testemunhas. O Brasil, ademais, no final do ano passado, aceitou a competência judicial da Corte Interamericana de Direitos Humanos (a aceitação era facultativa). Esta Corte julga "casos específicos a ela submetidos pelos Estados-Partes ou pela CIDH," (Comissão Interamericana que faz parte do sistema explicado com detalhes no livro). Isto significa que os atos internos do Estado Brasileiro podem agora ser analisados no que concerne a sua conformidade com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Institui-se, portanto, uma benéfica influência internacional. Ao contrário do que afirmam alguns, não é uma ingerência em assuntos internos, nem um atentado à soberania nacional. Executivo, Legislativo e Judiciário passam a ser desafiados a implementar as

normas internacionais pelas quais o Brasil já se responsabilizou no plano internacional. Abre-se, finalmente, um novo campo de pesquisa, em Ciências Sociais e em Relações Internacionais, que, pela comparação da jurisprudência da Corte Interamericana com atos internos do Estado Brasileiro, pode vir a determinar o grau de vulnerabilidade do país a sentenças internacionais de proteção dos direitos humanos, reparação de violações e pagamento de indenização às vítimas.



O Mal-Estar da Pós-Modernidade, de Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, 272 páginas.

Pablo Macedo Lionço*

O que se opõe com predicados distintivos à idéia de modernidade, ou o *pós-moderno*, é alvo não só do pensamento que aponta a ausência de elementos necessários à sua inteleção, como também dos que advogam uma modernidade inconclusa. Zygmunt Bauman¹ prestou-se ao enredo da discussão. A sua intrigante anatomia do pós-moderno respeita ao elenco de uma dimensão de incertezas, segundo a qual grande parte do corpo de habilidades e perícias humanas – sejam de ordem material ou intelectiva – conhece com assustadora brevidade sua inutilidade ou fim. A ordem moderna, ao contrário, possuía regularidades que permitiam prever em certo grau a seqüência de uma causa ou ação, ou uma maior segurança na consecução de determinados fins através do cálculo racional dos meios. A artificialidade da ordem sucedânea, ao tornar a certeza um espectro sombrio e nebuloso, imprime em cada indivíduo uma faculdade que obedece à metáfora da pureza: o puro proporciona uma visão clara da ordem, enquanto o sujo enturva as fronteiras. O esforço de purificação despendido contra a possibilidade de negligenciar a visibilidade da ordem é o esforço contra o sujo, cuja impureza advém da incapacidade de consumir aquilo que se lhe impõe no jogo de seduções do mercado. Os *consumidores falhos* são a sujeira, são estranhos em função das “pessoas do lugar” a quem são outorgados títulos de mérito social pela boa participação no processo de consumo.

É basicamente sobre paridades de oposição como a inação e o movimento, o constante e o incerto que descansa a diferença entre os dois períodos em questão. O que se preservou incólume na modernidade deve aceitar o convite da mudança, pois as tentativas de organizar um ambiente de pureza na pós-modernidade

* Pablo Macedo Lionço é graduando em Sociologia pela Universidade de Brasília.

¹ Zygmunt Bauman é professor emérito de Sociologia nas Universidades de Leeds e de Varsóvia.

passam a admitir um movimento freqüente de fronteiras entre o limpo e o sujo, a ordem e a ameaça. Diante da atração pelo mutável – o que não constitui a eliminação do horror à incerteza, mas a diminuição da escala de aflição face ao imprevisível –, a rotina torna-se a impureza. O gosto pós-moderno pela aventura avança e cria freqüentemente um novo modelo de estranhos e cidadãos pertinentes à ordem. Nas palavras de Bauman, o indivíduo puro

(...) tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação produzida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. (p.23)

Em assim sendo, toda ordem produz mecanismos responsáveis pela imputação de culpa e de violação da normatividade consensual. Desde há muito é reconhecido no Estado, como Max Weber outrora ilustrou, o monopólio legítimo do uso da força física. Os uniformes estatais elaboraram a marcha da organização contra aqueles que não se enquadram nos temas dominantes da estética, da moral e da cognição. Num mundo onde as antigas diferenças tornam-se objetos de negociação – em virtude do supramencionado movimento de fronteiras –, a criação de novos estranhos tem contra si duas estratégias, quais sejam: a *antropofágica*, que promove a conformidade por meio da *assimilação* do estranho a uma condição universal, e a diferença como fato da diversidade cultural dissolve-se no projeto homogeneizante do mercado; e a *antropôemica*, que impele a diferença à *exclusão* ou à *destruição*, pois o “mal” do estranho é incorrigível. Esta última estratégia reconheceu sua mais forte expressão no discurso nazista de “pureza da raça”.

O peso do compromisso com a construção inquieta e incessante das identidades é “potencialmente universal” e se faz sentir em cada personalidade socializada. Todos os esforços que visavam a constituição de um planejamento de metas a longo prazo só podiam ser premiados em uma situação de estabilidade social, onde a prescrição das carreiras e dos objetivos materiais visados era mais factível. As inúmeras e variadas injunções das pós-modernidade criaram um terreno instável de umbrosos limites estruturais, caracterizado principalmente pela anomia² (durkheimianamente falando) universal – que presencia o confronto entre a antiga disposição racional de vida e a ascese da

² Durkheim chama anomia um termo que se refere a uma condição de relativa ausência normativa em uma sociedade inteira ou em algumas de suas unidades constitutivas. A anomia não se refere a um estado mental, mas a uma propriedade da estrutura social ilustrada por uma condição na qual desejos individuais já não são regulados através de um *ethos* comum e onde, como consequência, indivíduos permanecem sem direção moral na perseguição de suas metas.

irrationalidade, entre o valor da tradição e do comunitarismo e a lógica irredutível de mercado – pela ampliação das dimensões do medo na sociedade, pelo enfraquecimento das *redes de segurança* coletivas expressas na família e na vizinhança e pela divulgação fluente nos meios de comunicação cultural de um omnipresente quadro de caos e imprevisibilidade no mundo. O indivíduo assente cede lugar ao “eu flutuante” que, na metáfora de Bauman, permanece à deriva nas revoltas oscilações da maré mercadológica. O que era para a identidade moderna uma simples questão de *atribuição*, de legado de um leque de escolhas confiáveis, torna-se uma exigência de *realização* do indivíduo, sobre o qual recai toda a responsabilidade pela consumação de sua identidade. Quando Jean-Paul Sartre descreveu a condenação do homem à liberdade, alegou que este só não pode ser responsável pelo fato de *ter de* ser responsável, pois ele não constitui fundamento de si. Nesse sentido, não há condição inumana na sociedade, pois cada um de nós é responsável não apenas pela edificação do seu projeto de liberdade individual, mas também pelo grau de adversidade que vai de encontro às metas subjetivas. A pós-modernidade recitada por Bauman conferiu endoso.

“Os estranhos da era do consumo” são produtos genuínos de um duplo movimento do Estado, que celebra através de um esforço legislativo de manutenção da ordem sua tendência à autodestruição. A ambivalência estatal pode ser observada a partir da ruína do Estado do bem-estar social, fundado sobre uma promissora capacidade de rearticulação dos desempregados ao processo produtivo. O sonho do eterno “seguro coletivo” desmancha-se na ação estatuída e racional do poder público, que incentiva o corte em seu quadro administrativo ao invés de contemplar a massa flutuante com a criação de novos empregos. Ocorre então um processo de “privatização dos riscos coletivamente produzidos”: se já não mais se configura tarefa do Estado – contra a fotogenia de seu próprio discurso – zelar pela assistência aos inaptos consumidores, são agora as forças do mercado responsabilizadas pelo reingresso dos desamparados à condição da pureza social. Privatizar o custeio dos estranhos gerou senão um quadro social ilustrado pelo aumento do número de delitos penais, de cárceres públicos, de advogados forenses e de rendas suplementares pleiteadas junto ao Estado. Os princípios de inclusividade do indivíduo na cadência do consumo encontram-se em alguma medida à mercê de um capital flexível e transnacional, que flui de um local para outro com a mesma dinâmica das informações nas ditas “sociedades baseadas em conhecimento”. A singularidade do método de perpetuação da ordem pós-moderna consiste em promover o consumo irrestrito como normatividade trivial e ação teleológica, conjuntamente à criação um novo grupo de descontentes.

A dignidade do homem advém em larga escala da amplitude de seu inventário material. A proficiência em manter a imagem do indigno na sociedade consiste em imprimir tensão a quem participa do jogo consumista, instando cada jogador a lances ininterruptos. Se alguém ousa cessar o exercício de lançar os dados, é rapidamente comovido pela imagem dos preteridos, dos que não podem arcar com o preço. Estendendo este argumento, Bauman considera a criminalidade como produto legítimo da lógica de consumo, na medida em que o sentido original de grande sorte dos delitos penais – se não diz respeito à subsistência do homem – apela para a satisfação ilícita das necessidades criadas e propagadas pelo mercado. Os confinamentos e as execuções aumentam seu relevo na organização social, fortalecendo as trilhas que levam “do Estado do bem-estar social à prisão”.

Em suas passagens sobre a arte, Bauman sugere a impossibilidade de uma vanguarda artística na pós-modernidade. O veio vanguardista remete a um “posto avançado”, a uma diretriz para o procedimento das vindouras manifestações criativas, e é justamente por vivermos em constante movimento que nos encontramos impossibilitados de precisar uma ordenação do espaço e do tempo; o pós-moderno não possui as referências para instaurar uma linha de frente no campo da arte, pois não consegue situar seu norte ou sua retaguarda. Em consonância com o diagnóstico do autor, se a arte moderna conheceu algum êxito, assim o foi porque serviu à modernidade, cobrando-lhe as promessas proferidas. No pós-moderno presente

a multiplicidade de estilos e gêneros já não é uma projeção da seta do tempo sobre o espaço da coabitação. Os estilos não se dividem em progressista e retrógrado, de aspecto avançado ou antiquado. As novas invenções artísticas não se destinam a afugentar as existentes e tomar-lhes o lugar, mas a se juntar às outras, procurando algum espaço para se mover por elas próprias no palco artístico notoriamente superlotado. (p.127)

A ausência de estratégias de sucessão impele toda criação a um quadro de obsolescência artística quase imediata. As fronteiras da “arte por amor à arte” reclamam governo próprio contra as forças do publicismo e da utilidade da expressão, em um cenário onde a revolução foi substituída pela habitação mútua e cumulativa dos bens artísticos.

No gosto da juventude, o predicado bem-visto do ecletismo – inconfundível com a tendência filosófica do *ecléctico* – é a expressão reticente de que “tudo é bom, nada é ruim”. O apreço pós-moderno à inexistência de regras e processos rigorosos de constituição da obra de arte abraçou a exegese da criação. A hermenêutica já não admite um sentido concludente e esgotado

da composição e, ao contrário, convida o sujeito a participar da ampliação no escopo da ontologia da verdade. Para Bauman o significado da arte pós-moderna (...) é abrir amplamente o portão às artes do significado. (p.141)

Religião pós-moderna? O título foi conquistado pelo *fundamentalismo*, em virtude de seu envolvimento com os progressos tecnológicos da modernidade. As angústias individuais que respeitam à experiência da liberdade, à obrigação de selecionar escolhas e se fazer responsável em situações de risco encontram nas modalidades fundamentalistas de religião o imperativo do agir orientado. A negação da auto-suficiência do homem é o fundamento a partir do qual se pode prescrever a normatividade de suas ações práticas e atenuar a sensação de desamparo. As ocasiões da vida coletiva contaminadas pela incerteza são conferidas respostas disciplinadoras, que diminuem sobre os ombros do séquito o peso da racionalidade do mercado. Emancipar o homem pós-moderno do temor gerado pela desregulamentação é um dentre os fascínios que ornamentam o discurso dos grupos fundamentalistas – como “o *intégrisme* islâmico dos aiatolás ou o estilo da Irmandade Muçulmana, a seita Lubávitch, do movimento chassidístico atual, como as igrejas evangelistas do Cinturão Bíblico”. A qualidade das respostas parece, para Bauman, importar menos do que a genuinidade das perguntas das quais se ocupam tais religiões.

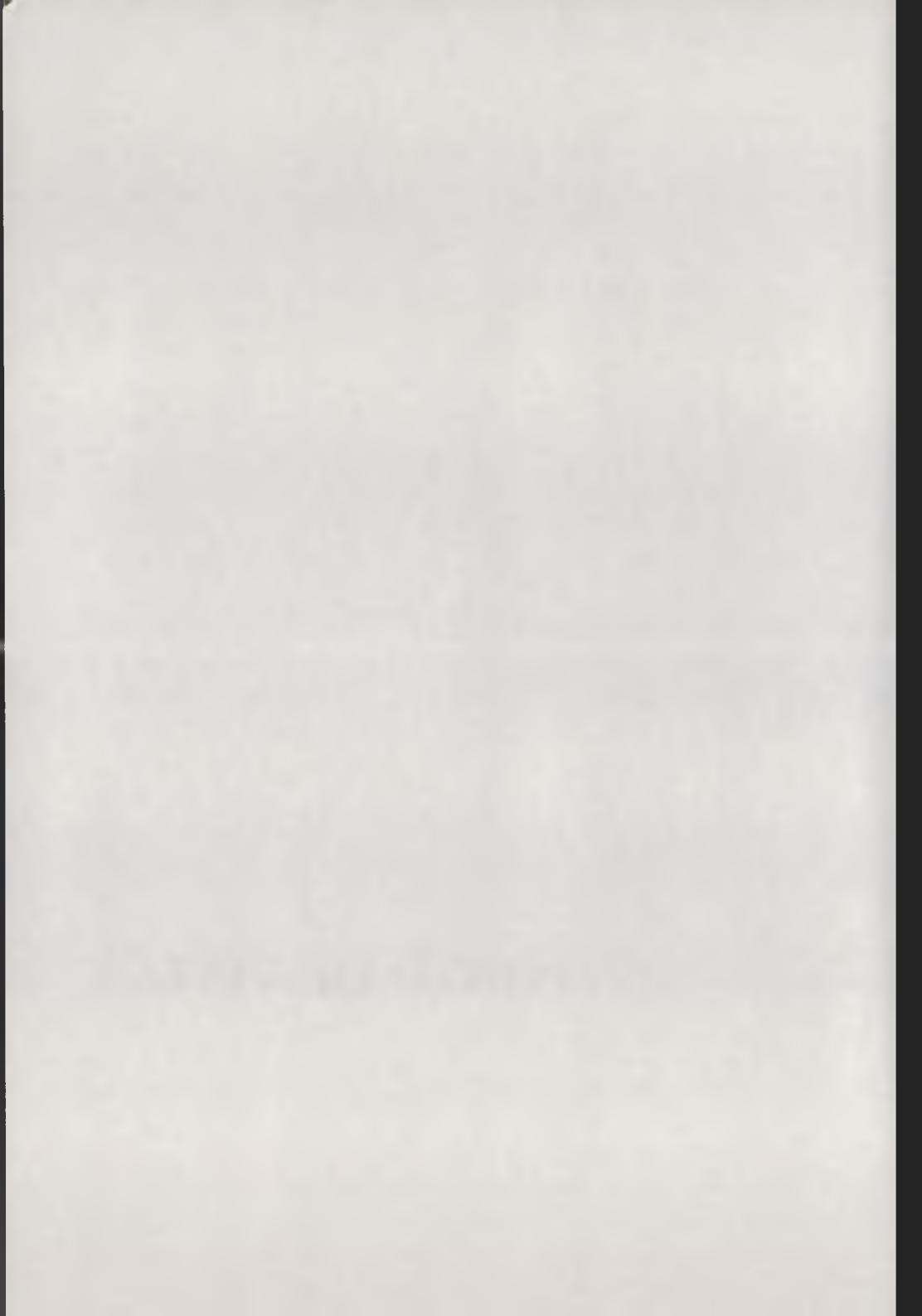
Sem esgotar as possibilidades de retratar a pós-modernidade, Bauman conclui contra a *hermenêutica singularizadora* que ameaça as versões sobre o nosso tempo. O assassinio é cometido em nome da verdade, de um pensamento conceitual que também cambaleia com as incertezas pós-modernas. Assim arrisca o autor:

Estive procurando uma metáfora que desembaraçasse o caminho que conduz a um novo paradigma, uma metáfora que capturasse precisamente a inquietação, adaptabilidade, subdeterminação endêmica e imprevisibilidade das atividades culturais (...) escolhi o modelo da *cooperativa de consumidores*. (p.168)

Se para Freud a ação civilizadora universaliza uma condição de renúncia à satisfação das pulsões de vida e de morte, ou em Lévi-Strauss – talvez o primeiro a sinalizar contra a noção de cultura enquanto “fábrica de ordem” – a inquietação ordenadora da cultura é uma ação não ordenada e incapaz de ser capturada em uma “estrutura” totalizante, e para tantos outros inúmeras leituras, a pós-modernidade transborda. A *cooperativa de consumidores* de Bauman agraga-se ao conjunto das interpretações que privam do sentido finalístico de estabelecimento de ordem as atividades culturais. Em seu modelo de cooperativismo, quanto mais o membro consome, mais ganhos aufera. O mando é plural. Todo ato itera a apropriação contínua de bens e serviços, proporcionando

uma visão sempre inconsu[m]ada da satisfação e da felicidade. Há algo sempre adiante que a mão esforça-se por alcançar. Todo ato itera. E o canto pós-moderno obedece.

PONTO DE VISTA



Sociologia, para quê?

*Roberto S. C. Moreira**

Professora Ana Maria Fernandes, Decana de Pesquisa e Pós-Graduação, aqui representando o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Senhor Oswaldo de Jesus Serra Van-Dunem, Embaixador de Angola. Professor João Gabriel Teixeira, Diretor do Instituto de Ciências Sociais. Chefes de Departamentos, Coordenadores e demais membros da Mesa. Senhoras e senhores. E, sobretudo meus caros formandos.

Em uma noite do final do ano de 1971 eu me encontrava em um auditório improvisado na entrada sul do Instituto Central de Ciência, participando, como formando, da solenidade de colação de grau de bacharel dos alunos de Ciências Sociais desta Universidade.

Hoje, ao receber o convite de vocês para ser o patrono da turma de sociologia do primeiro semestre de 1998 é inevitável eu me lembrar daquela formatura.

Passaram-se 27 anos e certamente muita coisa aconteceu durante este tempo. Na minha vida pessoal, por exemplo. Fui jornalista, publicitário e professor no que era o Departamento, hoje Faculdade, de Comunicação da UnB, onde, aliás, fiz o Mestrado.

Em seguida trabalhei na área da cultura da Administração Pública Federal, mais precisamente no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Há relativamente pouco tempo voltei ao meio acadêmico, fazendo o Doutorado em

* Roberto Sabato C. Moreira é doutor em sociologia e professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Discurso como patrono dos formandos de Sociologia do primeiro semestre de 1998 da Universidade de Brasília, em 17 de outubro de 1998.

Sociologia e me tornando, desde 1993, professor deste mesmo Departamento onde me formei.

Tudo isto, naturalmente, faz com que este momento em que vocês me honraram com esta escolha me seja especialmente comovente e gratificante.

Porém, muita coisa mudou também na sociedade que é nosso objeto de estudo. Seja na sociedade brasileira que nos cabe mais de perto analisar, seja no contexto mundial em que ela se insere.

Como sociólogos, a mudança social é um de nossos conceitos mais caros. E ele se apresenta desafiador, agora e sempre.

Há quase três décadas, nós sequer nos perguntávamos por quê tínhamos decidido fazer sociologia. A resposta era presumida. A sociologia nos aparecia como o instrumento adequado para compreender a sociedade e promover a mudança social.

Nossa socialização foi a de pensar o Brasil e buscar a sua mudança. Éramos aderidos, sem indecisão, ao curso escolhido. Muito embora, na época, pouco houvesse de mercado de trabalho fora da academia e a profissão sequer fosse reconhecida.

Hoje, aos alunos que ingressam no curso de sociologia esta idéia não se apresenta com tanta certeza ou segurança, mas o mercado profissional abre outras perspectivas. Os desafios são outros, embora provenientes da mesma e eterna mudança social.

De todo modo, isto nos leva a repor as questões – constantes e indispensáveis – sobre que profissional de sociologia queremos, podemos, devemos formar e estamos formando. Qual o papel do sociólogo na sociedade? Enfim, no limite, perguntar sobre o que se entende que deva ser a própria Sociologia.

Sabidamente, são perguntas por demais antigas. Na verdade, elas sempre tiveram que ser respondidas e o foram, de diferentes maneiras, em cada época e circunstância.

Na Europa de Durkheim e Weber, nos Estados Unidos de Park, Parsons e Merton, no Brasil de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes ou Guerreiro Ramos.

Hoje estão ocorrendo profundas e rápidas mudanças. O mundo contemporâneo presencia uma nova resolução científica e tecnológica, onde a produção de conhecimento vem ocupando o lugar da produção de bens e novos atores surgem na cena política, deslocando antigos protagonistas.

Esses processos desafiam a sociologia não apenas em sua capacidade de produzir conceitos e categorias teóricas capazes de identificar a natureza e o rumo dessas mudanças, mas também desafiam-na em sua legitimação perante a sociedade.

A sociologia nasceu da necessidade de compreender uma sociedade em crise e, a despeito de toda época dizer-se em crise, é possível comparar o momento crítico de suas origens e o presente. Em outras palavras, a sociologia continua a enfrentar o mesmo desafio de seu início, ao situar-se na transição entre o velho e o novo.

No que se refere ao Brasil, estão em andamento a reforma do Estado, a inserção forçada da economia e da sociedade em um novo patamar do processo capitalista, o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Enquanto, por outro lado, perduram as desigualdades, as diferenças, os problemas sociais, a herança não resolvida de um passado secular.

Se hoje a sociologia não é mais o saber de salvação que um dia disseram que ela era, isto tem um lado positivo e outro, nem tanto.

Do outro lado negativo está o que talvez se perde ao abdicar-se da tarefa transformadora, um tanto idealista, um tanto generosa, que caracterizou minha geração. Pelo lado em que se ganha, certamente encontra-se a procura de maior rigor nos padrões científicos de cuja necessidade tanto já se reclamou.

De minha parte, permaneço acreditando que o papel da Sociologia é e deve continuar sendo algo que resulte da aliança entre a capacidade de se afirmar como ciência, capaz de dar explicações racionais sobre a sociedade, e a perspectiva crítica, que permita a esta sociedade buscar soluções melhores para seus desafios e dilemas.

Não se trata de descartar a sociologia como ciência empírica, garantida pelo rigor metodológico e a teorização consistente; mas, se a sociologia abdica de ser a consciência crítica de seu tempo, como também já pretendeu ser, talvez seja pior para a sociedade.

Se não conseguirmos, mais uma vez, responder de forma criativa e atual àquelas perguntas iniciais, talvez não precisemos continuar a fazê-las, porque então não existiremos mais como grupo detentor de um saber específico, com um lugar socialmente necessário, que assegure nossa permanência enquanto campo de conhecimento.

Por isso mesmo, outro dia, quando tomei conhecimento de uma enquete realizada pela Associação Internacional de Sociologia para saber os livros de sociologia mais importantes do século XX, foi com muita satisfação que encontrei entre os dez mais votados, mais precisamente, em segundo lugar, *A Imaginação Sociológica*, de C. Wright Mills, inicialmente publicado em 1959 e que tanta influência teve na minha geração.

Mills sustenta a tese de que a imaginação sociológica tem a possibilidade de influir na qualidade da vida humana de nossa época. A certa altura, ele diz que não acredita que a ciência social salvo o mundo, embora nada veja de

errado em tentar salvá-lo, pois, se houver uma saída para a crise do nosso tempo por meio do intelecto, caberia ao cientista social tentar formulá-la.

Colocando a razão e a liberdade — valores que ele considera em perigo — como os temas mais importantes para os cientistas do século XX, Mills faz seu apelo à imaginação sociológica ao falar da tarefa política do cientista social, que seria a de traduzir preocupações pessoais em questões públicas, a fim de proteger a razão, e fazer desses hábitos intelectuais os valores predominantes de uma sociedade democrática.

Não estou aqui me esquecendo da clássica advertência sobre a separação entre a vocação da ciência e a política. Mas quero crer, acompanhando Dahrendorf, que hoje parece mais importante advertir contra a separação radical entre a ciência e os juízos de valor do que advertir contra a sua união, uma vez que nossa responsabilidade como sociólogos não termina quando completamos a pesquisa científica, mas pode estar começando exatamente neste ponto, pois ela requer o exame das consequências morais e políticas de nossa atividade.

Para terminar, se minhas palavras acabaram tendo o tom de mais uma entre tantas aulas que vocês tiveram durante o curso, perdoem-me. Mas eu quis que, nesse momento em que vocês adquirem o direito legal do exercício da profissão que escolheram, eu pudesse convidá-los ainda uma vez a esta reflexão.

Mas quero mais. Quero que sejam felizes na profissão e espero que eu e todos os professores que vocês tiveram tenhamos podido dar nossa contribuição nesse caminho.

Por fim, repito o que disse como paraninfo para a turma do semestre passado: nunca deixem de perseguir o seu sonho.

Muito obrigado

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. Tipo de colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.

2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais.

1. Os artigos deverão ser enviados em disquetes acompanhados de três cópias, em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.

2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo em Português, com tradução em Inglês e Francês, que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).

3. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data, página).

4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

- Em caso de livro:

Vovelle, Michel (1987) *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense.

- Em caso de artigo:

Rouanet, Bárbara Freitag (1998) "Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa".

Sociedade e Estado Vol. XIII, nº 1: 163-187.

- Em caso de coletânea:

Oliveira, Lúcia Lippi (1990) "A Institucionalização do Ensino de Ciências Sociais" in H. Bomeny e P. Birman (orgs.), *As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj/Relume Dumará.

- Em caso de teses:

Santos, Marisa Veloso Motta (1991) *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: O mapeamento de uma formação discursiva*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual seu artigo foi publicado. Os pareceristas receberão um exemplar.

PRÓXIMOS NÚMEROS TEMÁTICOS DE SOCIEDADE E ESTADO

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

SOCIOLOGIA DAS RELIGIÕES

**Enviar artigos para
Revista Sociedade e Estado
Departamento de Sociologia
Universidade de Brasília
ICC – Ala Norte
70910-900 – Brasília - DF**

**Tel.: (061) 273-6571/307-2389
Fax: (061) 347-3663
E-mail: sol@unb.br**

